

livro
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

A IMPORTÂNCIA DAS ATIVIDADES TERCIÁRIAS
NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

HELIANA COMIN VARGAS

Dissertação apresentada para obtenção
do Título de Mestre em Estruturas
Ambientais Urbanas

Orientador: Gilda Collet Bruna
Profª Adjunta

SÃO PAULO, 1985

DEDICATÓRIA

À memória de meu pai e à mi
nha mãe: um caminho entre o
ideal e a realidade...

RESUMO

O presente estudo procura mostrar a importância das atividades terciárias no desenvolvimento regional.

Para tanto, realizou-se uma pesquisa sobre as teorias de desenvolvimento regional, partindo da análise mais detalhada da Teoria dos "Polos de Crescimento".

Em seguida, estudou-se o setor terciário mediante o conhecimento de sua estrutura, funcionamento e importância econômica.

Finalmente, através da análise de uma determinada Região entre 1950 e 1980, evidenciou-se o importante papel das atividades terciárias no processo de desenvolvimento regional.

SUMMARY

This paper shows how important the Tertiary Activities are to the regional development.

For that purpose, it was developed a research about the regional development theories, beginning with the "Growth Poles Theory's" most specific analysis.

Afterwards, the tertiary sector was studied through the knowledge of its structure, operation, and economic importance.

Finally it was verified the fundamental roll of the Tertiary Activities within the Regional Development Process, through the analysis of a specific Region's data during the period 1950-1980.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1

CAPÍTULO I - O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: CONSIDERAÇÕES EM TORNO DA TEORIA DOS "POLOS DE CRESCIMENTO"

1	Introdução	4
2	Teoria dos "Polos de Crescimento"	6
3	Os Caminhos da Teoria dos "Polos de Crescimento": as Adesões e as Revisões Críticas	20
4	Influência da Teoria dos "Polos de Crescimento" nas Políticas de Desenvolvimento Urbano e Regional	35
5	Conclusões	45

CAPÍTULO II - AS ATIVIDADES TERCIÁRIAS

1	Introdução	51
2	Origem e Evolução das Atividades Terciárias	52
3	Caracterização do Setor Terciário	58
3.1	Categorias Funcionais, Estrutura e Domínio	58
3.2	Aspectos Locacionais e Tecnológicos	59
4	Importância do Setor Terciário	70
5	Conclusões	75

CAPÍTULO III - A REGIÃO DE BAURU: UMA CONSTATAÇÃO EMPÍRICA

1	Introdução	79
2	A Região de Bauru	81
3	Metodologia de Análise	89
4	A Região de Bauru em 1950	97
4.1	Retrospectiva Histórica	97
4.2	Caracterização da Rede Urbana	109
4.3	Conclusões	120
5	A Região de Bauru em 1960	123
5.1	Retrospectiva Histórica	123
5.2	Caracterização e Evolução da Rede Urbana	127
5.3	Conclusões	145
6	A Região de Bauru em 1970	151
6.1	Retrospectiva Histórica	151
6.2	Caracterização e Evolução da Rede Urbana	155
6.3	Conclusões	175
7	A Região de Bauru em 1980	180
7.1	Retrospectiva Histórica	180
7.2	Caracterização e Evolução da Rede Urbana	185
7.3	Conclusões	201

<u>CAPÍTULO IV - A IMPORTÂNCIA DAS ATIVIDADES TERCIÁRIAS NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: CONCLUSÕES</u>	203
--	-----

BIBLIOGRAFIA	214
--------------	-----

Pág.

ANEXO 1 - Quadro Evolutivo da Organização Administrativa - REGIÃO DE BAURU	224
ANEXO 2 - Tabelas	228
AGRADECIMENTOS	274

RELAÇÃO DE TABELAS, GRÁFICOS E MAPAS

- TABELA 1 - Principais Produtos Agropecuários Brasileiros de Exportação - 1951
- TABELA 2 - Principais Produtos Agropecuários Brasileiros de Exportação - 1960
- TABELA 3 - Principais Produtos Agropecuários Brasileiros, Semimanufaturados e Industrializados de Origem Agropecuária de Exportação - 1970
- TABELA 4 - Evolução da População e Taxas de Crescimento a partir de 1950, segundo os Municípios da Região de Bauru
- TABELA 5 - Evolução da População Economicamente Ativa e Taxas de Crescimento a partir de 1950, segundo os Municípios da Região de Bauru
- TABELA 6 - Distribuição da População Economicamente Ativa nos Diversos Setores Econômicos nos Anos de 1950 e 1960 segundo os Municípios da Região de Bauru
- TABELA 7 - Distribuição da População Economicamente Ativa nos Diversos Setores Econômicos nos Anos de 1970 e 1980 segundo os Municípios da Região de Bauru
- TABELA 8 - Distribuição Porcentual da PEA nos Diversos Setores Econômicos segundo os Municípios da Região de Bauru - 1950
- TABELA 9 - Distribuição Porcentual da PEA nos Diversos Setores Econômicos segundo os Municípios da Região de Bauru - 1960

- TABELA 10 - Distribuição Porcentual da PEA nos Diversos Setores Econômicos segundo os Municípios da Região de Bauru - 1970
- TABELA 11 - Distribuição Porcentual da PEA nos Diversos Setores Econômicos segundo os Municípios da Região de Bauru - 1980
- TABELA 12 - Participação dos Municípios da Região de Bauru no Total de Produção Agropecuária Regional dos Principais Produtos de Exportação Brasileiros - 1950
- TABELA 13 - Participação dos Municípios da Região de Bauru no Total da Produção Agropecuária Regional dos Principais Produtos de Exportação Brasileiros - 1960
- TABELA 14 - Participação dos Municípios da Região de Bauru no Total da Produção Agropecuária Regional dos Principais Produtos de Exportação Brasileiros - 1970
- TABELA 15 - Participação dos Municípios da Região de Bauru no Total da Produção Agropecuária Regional dos Principais Produtos de Exportação Brasileiros - 1980
- TABELA 16 - Aspectos Gerais da Atividade Industrial segundo os Municípios da Região de Bauru - 1950
- TABELA 17 - Aspectos Gerais da Atividade Industrial segundo os Municípios da Região de Bauru - 1960
- TABELA 18 - Aspectos Gerais da Atividade Industrial segundo os Municípios da Região de Bauru - 1970
- TABELA 19 - Aspectos Gerais da Atividade Industrial segundo os Municípios da Região de Bauru - 1980

- TABELA 20 - Distribuição por Tipo de Indústria segundo os Municípios da Região de Bauru - 1960
- TABELA 21 - Distribuição por Tipo de Indústria segundo os Municípios da Região de Bauru - 1970
- TABELA 22 - Distribuição por Tipo de Indústria segundo os Municípios da Região de Bauru - 1980
- TABELA 23 - Aspectos Gerais do Comércio Varejista e Atacadista segundo os Municípios da Região de Bauru - 1950
- TABELA 24 - Aspectos Gerais do Comércio Varejista e Atacadista segundo os Municípios da Região de Bauru - 1960
- TABELA 25 - Aspectos Gerais do Comércio Varejista e Atacadista segundo os Municípios da Região de Bauru - 1970
- TABELA 26 - Aspectos Gerais do Total do Comércio de Mercadorias segundo os Municípios da Região de Bauru - 1970
- TABELA 27 - Aspectos Gerais do Comércio Varejista e Atacadista segundo os Municípios da Região de Bauru - 1980
- TABELA 28 - Aspectos Gerais do Total do Comércio de Mercadorias segundo os Municípios da Região de Bauru - 1980
- TABELA 29 - Aspectos Gerais dos Serviços segundo os Municípios da Região de Bauru - 1950
- TABELA 30 - Aspectos Gerais dos Serviços segundo os Municípios da Região de Bauru - 1960
- TABELA 31 - Aspectos Gerais dos Serviços segundo os Municípios da Região de Bauru - 1970

- TABELA 32 - Aspectos Gerais dos Serviços segundo os Municípios da Região de Bauru - 1980
- TABELA 33 - Comparação entre o Valor da Receita do Setor de Comércio e Serviços e o Valor da Transformação e Produção Industriais segundo os Municípios da Região de Bauru - 1950
- TABELA 34 - Comparação entre o Valor da Receita do Setor de Comércio e Serviços e o Valor da Transformação e Produção Industriais segundo os Municípios da Região de Bauru - 1960
- TABELA 35 - Comparação entre o Valor da Receita do Setor de Comércio e Serviços e o Valor da Transformação e Produção Industriais segundo os Municípios da Região de Bauru - 1970
- TABELA 36 - Comparação entre o Valor da Receita do Setor de Comércio e Serviços e o Valor da Transformação e Produção Industriais segundo os Municípios da Região de Bauru - 1980
- GRÁFICO 1 - Taxas de Crescimento da População Total da Região de Bauru - 1950/60/70/80
- MAPA 1 - Localização da Região de Bauru
- MAPA 2 - Organização Administrativa da Região de Bauru
- MAPA 3 - Rede Hidrográfica e Relevo da Região de Bauru
- MAPA 4 - Rede Urbana e Sistema Viário da Região de Bauru - 1949

- MAPA 5 - Distribuição dos Municípios segundo seus Potenciais - 1950
- MAPA 6 - Rede Urbana e Sistema Viário da Região de Bauru - 1960
- MAPA 7 - Distribuição dos Municípios segundo seus Potenciais - 1960
- MAPA 8 - Rede Urbana e Sistema Viário da Região de Bauru - 1970
- MAPA 9 - Distribuição dos Municípios segundo seus Potenciais - 1970
- MAPA 10 - Rede Urbana e Sistema Viário da Região de Bauru - 1981
- MAPA 11 - Distribuição dos Municípios segundo seus Potenciais - 1980

APRESENTAÇÃO

Como promover o desenvolvimento regional? Este é um assunto polêmico e de solução complicada.

Inúmeras teorias a respeito de como promover o desenvolvimento regional são constantemente criadas, recriadas e adaptadas.

Entre elas, aquela que teve grande influência sobre as políticas de desenvolvimento regional em diversos países e, principalmente no Brasil, foi a teoria dos "Polos de Crescimento" de François Perroux. Largamente utilizada, revisada e criticada é um bom princípio para quem quer familiarizar-se com o desenvolvimento regional. Este é, portanto, o assunto de que trata o Capítulo I.

Embora esta teoria centralizasse sua atenção no setor secundário como atividade capaz de gerar o desenvolvimento, estudos realizados a partir da própria teoria indicaram outros caminhos a percorrer. Neste sentido, o setor terciário apareceu como uma alternativa importante a ser focalizada.

Assim, resolveu-se estudar o setor terciário mais detidamente para que fosse possível conhecer e avaliar o seu potencial. Estes estudos encontram-se no Capítulo II.

Finalizando, dedicou-se todo o Capítulo III para a análise de uma Região do Estado de São Paulo, cujo desenvolvimento de sua principal cidade, apoiou-se, desde cedo, no setor terciário.

Foi possível então, constatar-se como ocorreu este processo e qual foi realmente o papel do setor terciário na articulação do desenvolvimento da Região de Bauru.

Desta forma, espera-se, a partir das análises realizadas, suscitar maior interesse para o estudo do setor terciário, e contribuir assim, efetivamente, para o conhecimento do processo de desenvolvimento regional.

CAPÍTULO I - O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: CONSIDERAÇÕES EM
TORNO DA TEORIA DOS "POLOS DE CRESCIMENTO"

1 INTRODUÇÃO

Os desequilíbrios existentes entre as várias regiões de um mesmo país, vêm atraindo a atenção de estudiosos de ciências sociais de todo o mundo e preocupando seus governantes, mormente, a partir da Segunda Guerra Mundial. Mais recentemente, outros estudiosos, particularmente os que se dedicam à preservação do meio ambiente também têm aderido na busca de soluções.

No período de reconstrução dos países mais atingidos pela guerra, proliferaram disciplinas que buscavam planejar o desenvolvimento das regiões menos favorecidas em termos sócio-econômicos.

Assim surgiram: a Ciência Regional nos EUA com Izard (1); a Prospectiva (2) e a Organização do Espaço (3) na Europa Ocidental; a política intitulada "Town and Country Planning" (4) na Inglaterra; e "L'Aménagement du Territoire" (5) na França.

- (1) Cf. Izard, W. Methods of Regional Analysis; An Introduction to Regional Science. Nova York, J.Wiley & Sons, 1960. Izard W. & Reiner, Thomas. Ciencia Regional y Planificación. Recife, SUDENE, 1966. Apud Manuel Correia de Andrade, Espaco Polarização e Desenvolvimento, a Teoria dos Polos de Desenvolvimento e a Realidade Nordestina. Recife, Brasiliense, 1970.
- (2) Cf. à Prospectiva ver: Boudeville, J.R. Les Programmes Economiques. Paris, Presses Universitaires de France, 1963. e, Reflexions pour 1985. La Documentation Française, 1964. Apud Manuel Correia de Andrade op. cit.
- (3) Cf. Organização do Espaço ver: Labasse, Jean. L'organisation de l'espace; Éléments de Géographie Volontaire. Paris, Hermann, 1966. Apud Manuel Correia de Andrade op. cit.
- (4) Cf. "Town and Country Planning ver: Charline, C., Rogé, F. & George, P. L'Europe des Marchands. Paris, Presses Universitaires de France, 1964. Apud Manuel Correia de Andrade op. cit.
- (5) Cf. "L'Aménagement du Territoire, projection géographique de la société de l'avenir". Revue d'Economie Politique. número especial. Paris, Sirey, 1964. Apud Manuel Correia de Andrade, op. cit.

Apesar de todo este esforço as disparidades regionais continuam presentes nos países da atualidade, independentemente, do seu nível de desenvolvimento e do tamanho do seu território (6).

A permanência dessas disparidades levaram os historiadores e geógrafos, entre outros estudiosos, a apontar frequentemente em uma região, os pontos que comandavam o "crescimento ou desenvolvimento" (7) econômico.

Baseando-se na observação da existência desses pontos e nas experiências de planejamento econômico já realizadas, François Perroux (8) desenvolveu sua teoria sobre "polos de crescimento".

Como grande partes das políticas de desenvolvimento regional no Brasil até recentemente, buscaram na teoria da polarização suas linhas mestras, este capítulo pretendeu analisá-la mais detidamente, de forma a identificar seus princípios fundamentais e os efeitos de sua aplicação no processo de desenvolvimento regional.

(6) Manuel Correia de Andrade. Espaco, Polarização e Desenvolvimento. A teoria dos Polos de Desenvolvimento e a realidade Nordeste. Recife, Brasiliense, 1970.

(7) Este conceito de "Crescimento e Desenvolvimento" será discutido no decorrer deste capítulo.

(8) François Perroux. L'Économie du XX éme Siècle. Paris, Presses Universitaires de France, 1961.

TEORIA DOS "POLOS DE CRESCIMENTO"

A teoria da Polarização desenvolvida por François Perroux, apareceu como uma tentativa de solucionar os problemas criados pelos desequilíbrios regionais existentes nos diversos países. Na realidade o que existe são áreas que comandam o desenvolvimento e que dominam as forças políticas, econômicas e sociais em proveito próprio, em detrimento das áreas no seu entorno. Se uma analogia é possível, poderia ser dito que o que ocorre é uma concorrência imperfeita entre as diversas áreas semelhante àquela existente no próprio sistema de mercado.

Para Perroux a competição perfeita é uma abstração teórica (9). O que existe é uma série de poderosas unidades econômicas que exercem um domínio irreversível e unilateral sobre o ambiente econômico. A unidade dominante pode ser representada por uma firma, uma indústria, um complexo industrial, qualquer grupo social ou econômico ou mesmo um país, ou um conjunto de países.

Uma unidade econômica exerce este efeito de dominação devido a sua dimensão, seu poder de negociação, a natureza de sua atividade ou, por sua influência sobre uma zona dominada (10).

Este é o ponto central da "Teoria da Unidade Econômica Dominante" de François Perroux, que após uma série de refinamentos e mudanças, é conhecida atualmente como

(9) Hamilton C. Tolosa. Polos de Crescimento: Teoria e Política Econômica. In: Paulo Roberto Haddad. Planejamento Regional: métodos e aplicação ao caso brasileiro. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1974. Cap. V.

(10) J.R. Boudeville L'Espace et les Póles de Croissance. Paris, Presses Universitaires de France, 1968.

a "Teoria dos Polos de Crescimento" (Theorie de Pôles de Croissance) (11). Essa teoria exalta que:

"O fato grosseiro, mas sólido, é o seguinte: o crescimento não aparece em toda parte simultaneamente. Ao contrário, manifesta-se em pontos ou polos de crescimento, com intensidades variáveis, expande-se por diversos canais com efeitos finais variáveis para o conjunto da economia" (12).

Partindo desta afirmação, Perroux iniciou uma reformulação da noção de "Espaço Econômico". Contrariamente a outros estudiosos como, Von Thunnen, Weber, Losch, Predohl, Palander, etc. (13), que preocuparam-se, geralmente, em explicar como as atividades econômicas organizavam-se sobre o espaço geográfico, Perroux acreditava que a geografia agia como recipiente rígido e passivo que condicionava a evolução dinâmica das forças econômicas. Para tanto, evidenciava a distinção entre espaço geoeconômico e espaço econômico. O primeiro analisa a relação e distribuição das atividades econômicas no espaço geográfico podendo ser localizadas através de um sistema de coordenadas (latitudes e longitudes). O segundo espaço desvincula-se do geográfico e corresponde à noção abstrata de espaço matemático que se define por um conjunto de propriedades independentemente de qualquer sistema de coordenadas. Is-

(11) Segundo Hamilton C. Tolosa, op. cit., os principais trabalhos de Perroux foram reunidos numa coletânea de artigos intitulada L'Économie du XX^{ème} Siècle. Paris, Presses Universitaires de France.

(12) François Perroux. Considerações em torno da noção de polo de crescimento. Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte (13): 215 - 232 Jan/1972, p. 216.

(13) J.R. Lasuén. On Growth Poles. In: M. Hansen. Growth Centers in Regional Economic Development. New York, Free Press, 1972.

to permitia a distinção de tantos espaços econômicos quantos sejam as diferentes estruturas de relações abstratas que definem a Ciência Econômica (14).

Segundo as colocações de Perroux os espaços econômicos podem ser entendidos de três modos diferentes:

- a) espaço econômico definido como um plano ou programa;
- b) espaço econômico definido como um campo de forças ou relações funcionais; e
- c) espaço econômico definido como um agregado homogêneo.

Como exemplo do primeiro espaço econômico pode-se citar uma firma que possui um espaço próprio definido por seus planos, com relação ao suprimento de insumos e dos compradores de seus produtos. O segundo espaço econômico apresentado como campo de forças consiste naqueles que atraem forças centrípetas e emanam forças centrífugas (este foi o espaço que deteve o maior interesse de Perroux). O terceiro espaço, mostrado como homogêneo, pode estar representado por todas as firmas com estruturas similares de produção. Resumindo, os três tipos de espaço definem-se como um complexo de relações econômicas não localizadas, relegando o aspecto geográfico a um segundo plano de interesse (15).

Baseado no conceito de espaço econômico, como campo de forças, Perroux formulou: "Polo de Crescimento é

(14) F. Perroux. L'Économie du XX^{ème} Siècle. Paris, Presses Universitaires de France, 1961.

(15) Hamilton C. Tolosa. op. cit.

uma unidade motriz num determinado meio econômico" (16). Por sua vez, uma unidade simples ou complexa, uma empresa, uma indústria ou uma combinação delas, é motriz quando exerce um efeito de atração sobre as demais unidades a ela relacionadas.

Para Perroux, uma indústria motriz deve possuir três características principais: ser de grande porte, de modo que sua produção seja tão significativa a ponto de suas decisões causarem grande impacto na região; a apresentar uma taxa de crescimento superior à média regional (ou nacional se for o caso); e, caracterizar-se por uma forte interdependência técnica (linkages) com outras indústrias, de modo a formar um complexo industrial.

Segundo Tolosa a indústria classificada como motriz, exclusivamente em bases tecnológicas, não assegura a existência de um polo de crescimento. Um polo de crescimento pode ser melhor classificado num sentido econômico e funcional. Assim sendo, pode-se dividir a influência da indústria motriz em efeitos sobre a estrutura de produção e efeitos sobre a demanda ou mercado (17).

Com relação aos efeitos sobre a estrutura de produção estes se subdividem em: efeitos de aglomeração, efeitos técnicos e efeitos de transportes.

Os efeitos de aglomeração ocorrem quando uma redução de custos, causada, por exemplo por economias de escala ou por economias externas, espalha-se pela região,

(16) François Perroux. L'Économie du XX^{ème} Siècle. Paris, Presses Universitaires de France, 1964, p. 238.

(17) Hamilton C. Tolosa. op. cit.

gerando uma cadeia de lucros acrescidos e a consequente expansão dos investimentos.

Os efeitos técnicos expressam relações tecnológicas puras e têm importante papel na indução e criação de novas indústrias. Os efeitos técnicos referem-se às ligações industriais para frente (forward linkages) e para trás (backward linkages), que respondem pelo aparecimento de indústrias satélites. Os efeitos técnicos para frente são, em geral, menos relevantes do que os efeitos técnicos para trás. Isto ocorre, porque as indústrias daí originadas utilizam o produto da indústria motriz sem submetê-lo a um processamento mais elaborado, ou seja, o valor agregado destas indústrias é relativamente pequeno. Por outro lado, os efeitos para trás referem-se às atividades não primárias que fornecem insumos à indústria motriz. A indústria automobilística é um bom exemplo de criação de efeitos técnicos para trás através do incentivo à produção de seus componentes.

O efeito técnico, entretanto, por si só, não garante a implantação de indústrias relacionadas tecnicamente; o fator econômico e tecnológico deve ser levado em consideração, pois existe a escala mínima para garantir a implantação de uma indústria cuja localização determina-se por esses dois fatores. Exemplificando, pode-se dizer que, se os preços relativos diferem de lugar para lugar, o mínimo econômico das unidades de produção de uma dada indústria pode ser diferente para essas diversas localizações (18).

O último dos efeitos com relação à estrutura de produção diz respeito aos efeitos de "jonction" ou de trans

(18) Com relação a localização industrial ver: Harry W. Richardson. Elementos de Economia Regional. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.

portes representando os investimentos necessários à expansão da rede de transportes que possibilite a atuação da empresa motriz.

Os efeitos da empresa motriz sobre a demanda ou mercado referem-se às consequências originadas por um aumento ou retração da sua produção. Assim, como a grande firma, segundo a teoria, representa cerca de 60% de produção total do conjunto, deve render mais, pagar mais salários, investir mais do que as outras firmas juntas (não confundir com monopólio onde existe uma firma grande e várias pequenas, fabricando o mesmo produto) (19). Dentro deste quadro, qualquer alteração na oferta de produtos e demanda de bens e serviços gerada pela indústria motriz deverá refletir-se no desempenho das demais unidades econômicas do conjunto.

Do lado da população, a expansão da renda regional através da criação de empregos ou queda nos custos de produção e baixa dos preços dos produtos, provocariam um aumento do consumo e um decréscimo na propensão a consumir. O decréscimo da propensão a consumir levaria, conseqüentemente, a um aumento na propensão a poupar, que juntamente com o acréscimo no total do consumo proporcionariam um aumento dos investimentos. A retração da renda implicaria no caso inverso.

Outra forma de influência exercida pela empresa motriz refere-se às inovações (20) por ela iniciadas. Essas

(19) J.R. Boudeville. L'Espace et les pôles de croissance. op.cit.

(20) A essência da inovação (diferente de invenção), é a sua instrumentação. A inovação segundo Moseley é a introdução de idéias concebidas como novas num sistema social dado. Nota-se que é preciso apenas que a idéia seja concebida como nova, pois, frequentemente será tomada em empréstimo ou imitada. Malcolm J. Moseley. Centros de Crescimento en la Planificación Espacial. Madrid, Instituto de Estudios de Administración Local, 1977.

inovações podem ser tecnológicas, administrativas, operacionais etc.. Quando essas inovações, por exemplo, aumentam os índices de produtividade pela maior utilização de capital constante e de menor quantidade de trabalho, a liberação de mão-de-obra implicaria num rebaixamento da taxa de salário devido a maior oferta de mão-de-obra. Este rebaixamento deveria no entanto, ser compensada pelo rebaixamento dos preços dos produtos finais.

Observa-se ainda, que o termo "inovação" não se restringe, de acordo com Hermansen (21) à "aplicação prática de conhecimento técnicos na produção, mas também na substituição das velhas formas, tradições e modos de fazer as coisas... a introdução de novas especialidades na produção e no consumo, o nascimento de novas indústrias, novas formas de organização social e industrial etc."

Segundo Moseley (22) alguns exemplos de inovações consideradas relevantes para o desenvolvimento e que foram estudadas em sua dimensão espacial, acham-se representadas pelas estações de televisão, a colocação de fluor no tratamento da água, os centros comerciais e os governos de cidades com estilo gerencial, bem como os desenvolvimentos técnicos na indústria manufatureira.

É preciso porém, que se ressalte, que o desenvolvimento de novas tecnologias estão cada vez mais contrastando-se com problemas sociais que decorrem de suas utilizações. Faz-se necessário uma compreensão do pa-

(21) Cf. T. Hermansen. Development poles and development centers in national and regional development, elements of a theoretical framework, p. 7. Apud Malcolm J. Moseley. op. s. cit.

(22) Malcolm J. Moseley. op. s. cit.

pel desempenhado pela tecnologia dentro de cada sociedade, e de perceber como os problemas contemporâneos associados com a tecnologia, provêm tanto da natureza da mesma como dos usos para os quais ela se destina. Além disso, a natureza de cada tecnologia encontra-se amplamente determinada por fatores sociais e políticos. Desta forma, deveria ser buscada uma tecnologia alternativa e apropriada para a sociedade a qual se refere, de forma a evitar os problemas associados com a tecnologia contemporânea, sem esquecer no entanto, os obstáculos políticos que devem ser superados para se levar adiante a utilização de tecnologias mais adequadas (23). Esta necessidade, indubitavelmente, se acentua, em sociedades subdesenvolvidas, onde as decisões se encontram nas mãos de uma classe dominante restrita, e em sua maioria voltada aos interesses de grupos econômicos estrangeiros.

Feitas estas ressalvas sobre a atuação das empresas motrizes pode-se prosseguir na descrição da teoria de Perroux. Assim, a grande empresa aparece na teoria, como um "motor de progresso" no espaço geográfico em que se insere. Ela deve ser o ponto a partir do qual e, graças ao qual, se propagam os custos decrescentes ou as produtividades crescentes. Os efeitos gerados devem ser positivos no sentido de proporcionar uma alteração estrutural da região, além de proporcionar uma taxa de crescimento maior da produção real líquida do conjunto dessas unidades motrizes.

As unidades motrizes compõem um espaço polarizado, inter-relacionando-se com as demais unidades, através de

(23) David Dickson. Tecnología Alternativa y Política del Cambio Tecnológico. Madrid, H. Blume Ediciones, 1978.

um sistema de preços, fluxos e antecipações de demanda e investimentos, propiciando assim um desequilíbrio à respectiva área de influência. As diferentes indústrias por crescerem a diferentes taxas, levam a um crescimento desigual determinando assim mudanças estruturais. Na verdade, a sua principal função seria a de gerar ou produzir economias externas (tecnológicas e monetárias), embora isto não implique em que ela cause concentração geográfica. No caso por exemplo, de uma indústria motriz onde os custos com transportes tem grande participação no total dos custos de produção, uma distribuição dos vários estágios de produção em localizações diversas, com a finalidade de diminuir os custos de transporte, pode não criar economias externas líquidas suficientes para a atração de outras indústrias em cada uma das diferentes localizações (24).

Para uma melhor compreensão da atuação dessas empresas motrizes como elementos fundamentais na criação de "polos de crescimento" é preponderante que se faça aqui uma distinção clara dos conceitos de crescimento e desenvolvimento.

Para Perroux, "o desenvolvimento é a combinação das mudanças mentais e sociais de uma população que a tornam apta a fazer crescer, cumulativamente e de forma durável, seu produto real, global" (25). Portanto, para que um país atinja o estágio dos países desenvolvidos, é preciso que sua população esteja ciente da necessidade de modificar suas estruturas econômicas (26).

(24) Hamilton C. Tolosa. op. cit.

(25) François Perroux. L'Économie du XX^{ème} Siècle. Paris, Press Universitaires de France, 1961. p. 155.

(26) Manual Correia de Andrade. op. cit.

O crescimento segundo Correia de Andrade, refere-se a penas a um aumento do produto global e, conseqüentemente, da renda per capita. O caso do Kuwait e da Venezuela, cujas rendas per capitas foram tremendamente aumentadas, são representantes típicos da condição de crescimento (27).

O que parece resultar desta superposição dos dois conceitos é que os "polos de crescimento" de Perroux, bastante bem traduzidos pela literatura inglesa sob o nome de "pontos de crescimentos" (28), referem-se às atividades de indústrias motrizes. Estas indústrias incentivando o aparecimento de outras e propiciando com seus investimentos os efeitos encadeadores importantes para a economia regional, poderá ou não implicar que, num segundo momento, inicie-se um processo de desenvolvimento da região.

Para Moseley (29), por exemplo, a diferença que se evidencia entre os dois conceitos, "desenvolvimento e crescimento", relaciona-se ao fato de que no primeiro une-se ao processo de expansão quantitativa uma mudança qualitativa, o que não ocorre com o fenômeno do crescimento.

Parece claro então, que para haver desenvolvimento é preciso necessariamente que haja crescimento. Porém, a existência deste não implica necessariamente na ocorrência daquele.

(27) Id, Ibid.

(28) Pedro Casasanta Simão. Nota do Tradutor. In: François Perroux. Considerações em torno da noção de polo de crescimento. Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte (13): 215 - 232. Jan/1972.

(29) Malcolm Moseley. op. cit.

Usando outra forma de expressão para diferenciar os dois conceitos, estudiosos como Higgins (30), distintamente chamam "polos de desenvolvimento" ou "polos de crescimento" àqueles que, respectivamente, levam ou não a região ao desenvolvimento.

De qualquer forma, apesar da variação na intelecção dos conceitos de desenvolvimento e crescimento, o âmago da teoria dos "polos de crescimento", que encontra seu elemento básico na atuação das indústrias motrizes e seu objetivo principal na consecução do desenvolvimento regional, não parece ser alvo de interpretações dúbias.

Para finalizar a descrição da teoria de Perroux, restam alguns esclarecimentos sobre o processo de criação de "polos de crescimento" e a identificação do conceito de "polos de crescimento" com "centros de crescimento".

Quanto ao aparecimento dos "polos de crescimento", estes podem ser espontâneos ou planejados. Os polos espontâneos são aqueles que surgem naturalmente, independente da decisão humana e que podem, desde que possuam as características essenciais, agir como "polos de crescimento", propriamente ditos. Alguns centros urbanos ao exercerem determinadas atividades de caráter regional como, os centros administrativos, turísticos, industriais especializados etc., são exemplos de polos espontâneos. O polo planejado, por sua vez, pode funcionar com um instrumento importante, a nível de governo, tendo em vista direcionar o desenvolvimento

(31) Cf. Benjamin Higgins. Poles de Croissance et Pôles de Développement. Ministère de l'Expansion Economique Regionale. Ottawa. Apud Alain Salles. Polarisation et Sous-Traitance; Conditions du Développement Regional. Paris, Eyrolles-Editeurs, 1972.

de áreas sócio-economicamente mais atrasadas e contribuir para a diminuição das distorções existentes nas redes urbanas regionais. Para tanto, os planejadores sociais podem, desde que disponham das condições necessárias, tanto se utilizar de um polo espontâneo, ampliando e orientando o crescimento de sua função polarizadora, como de criar, através da implantação de uma infra-estrutura adequada, polos em lugares determinados, de acordo com uma política regional, nacional e local (31).

A difusão e evolução da teoria de "polos de crescimento" levou ao aparecimento de algumas versões de seus conceitos que provocaram desvios da idéia original, incorrendo em diferentes interpretações.

Um dos conceitos que assim se originou refere-se ao termo "centros de crescimento".

Segundo Darwent (32), o aparecimento do termo "centros de crescimento" pode ter sua origem em parte, nas próprias traduções do francês para o inglês. Outra parte, devido à confusão semântica encontrada nos muitos autores, entre os termos "polos" e "centros".

Para se preservar a noção de polo, a distinção entre espaço econômico no qual os polos são definidos e o espaço geográfico onde os polos se localizam, é básica e importante, e tem sido frequentemente negligenciada

(31) Manuel Correia de Andrade, op. cit.

(32) D.F. Darwent. Growth poles and growth centers in Regional Planning, a review. *Environment and Planning*. Institute of Urban & Regional Development. Berkeley, University of California, 1:5 - 32, 1969.

da. A confusão semântica existe, por se atribuir à localização, a qual deveria ser considerada como "centro", as características de polo, o qual se refere às atividades econômicas, mormente as indústrias (33).

O "centro" é, em sentido normativo, um conceito um tanto mais amplo e não está rigorosamente ligado a noção inicial de "polo".

Essa confusão, levou Perroux, em artigos posteriores (34), a relacionar os "polos de crescimento" com centros urbanos, procurando verificar quais as implicações de se considerar uma cidade como "polo de crescimento". Não necessariamente, um "polo de crescimento" implica num centro urbano, porém este, devido às economias de aglomeração e urbanização pode vir a funcionar como um polo. Por outro lado, a implantação de "polos de crescimento" através da instalação de indústrias, ou outras atividades motrizes, podem propiciar a formação de novas cidades (centros). Perroux considera a cidade como um "polo de crescimento" complexo, por reunir uma rede de unidades de rendimentos crescentes de escala e economias externas.

Deve-se ressaltar, porém, que a Teoria dos "polos de crescimento" dá ênfase à produção industrial, diferentemente da Teoria dos Lugares Centrais (que será objeto de estudo durante o próximo Capítulo), a qual se preocupa, especialmente, com a distribuição das atividades terciárias no espaço geográfico. Mesmo assim,

(33) Id, Ibid.

(34) Cf. Perroux. "Note sur la ville considerée comme pôle de Développement et comme Foyer du Progres, Tiers Monde. Tomo VIII, nº 32 (out-dez 1967). Apud Hamilton C. Tolosa.op.cit.

quando se adota o conceito de "centros de crescimento", as atividades terciárias passam a funcionar também, como elementos motrizes do desenvolvimento, cuja importância é crescente a medida que melhora a posição do centro urbano na hierarquia urbana regional (35).

Encontram-se assim, resumidas as principais idéias de Perroux, com relação a teoria dos "polos de crescimento". Posteriormente, outros estudiosos aprofundaram sua teoria em diferentes direções de acordo com interesses específicos.

(35) Quanto a este aspecto, teorias como a de Mackenzie sobre áreas metropolitanas entre outras, serão devidamente analisadas no capítulo seguinte. In: F. Stuart Chapin Jr., Urban Land Use Planning. Chicago, University of Illinois Press. 1976.

3 OS CAMINHOS DA TEORIA DOS "POLOS DE CRESCIMENTO": AS ADESÕES E AS REVISÕES CRÍTICAS

Ao expandir a teoria dos "polos de crescimento", Boudeville (36) procurou estudar as implicações da política econômica dela decorrentes. Interessado, portanto, nas aplicações práticas da teoria, uniu o espaço econômico de Perroux ao geográfico.

Segundo Darwent (37), em toda a literatura francesa sobre "polos de crescimento", apenas Boudeville tentou explicitar a conexão entre os condicionantes para a existência de um "polo" definido num espaço abstrato e, os condicionantes para a sua localização no espaço geográfico definido como um "centro". Desta forma, obteve um espaço geoeconômico, onde as atividades econômicas analisadas aparecem rebatidas num espaço geográfico, isto é, estudou as atividades econômicas localizadas.

Paelinck (38) realizou seus estudos firmados nas idéias originais de Perroux, ao admitir que o desenvolvimento de uma região se impunha como função direta de sua expansão industrial, envolvendo inclusive, as análises dos rendimentos crescentes e decrescentes de escala.

(36) Cf. J.R. Boudeville. Problems of Regional Economic Planning. Edinburgh, Edinburgh University Press, 1966. Apud. Hamilton C.Tolosa. op. cit.

(37) D.F. Darwent. op. cit.

(38) Cf. J. Paelinck. La théorie du Développement Régional Polarise. Cahiers de L'I.S.E.A., (159): 1-15, mai, 1965. Apud D.F. Darwent. op.cit.

De acordo com Paelinck, "um polo de crescimento consiste em uma ou mais indústrias que, pelos seus fluxos de produtos e de renda, induzem o crescimento das demais indústrias a elas ligadas tecnologicamente (polarização técnica); determinam a expansão do setor terciário por intermédio da renda gerada (polarização da renda), e produzem um aumento da renda regional, devido à progressiva concentração de novas atividades numa dada área, sob a hipótese de que esta área possui os necessários fatores de produção (polarização psicológica e geográfica)" (39).

A polarização técnica, como definida anteriormente, refere-se aos efeitos técnicos (linkages) e às economias externas. A polarização da renda é expressa pelo multiplicador keynesiano (variações na propensão a poupar e a consumir). A polarização psico-social envolve o comportamento de todas as unidades consumidoras e de produção, contidas numa região polarizada, expressando suas reações face às antecipações da demanda e decisões a investir, tomadas pela indústria motriz. A polarização geográfica refere-se à organização das atividades econômicas que a polarização condiciona.

R.P. Lebret (40) procurou relacionar as aglomerações com "polos de crescimento". Ele admitiu que as aglomerações compunham-se de uma ou mais unidades motrizes associadas ao capital e aos recursos, as quais, por seu tamanho e crescimento, podiam tornar-se "polos de crescimento". A estratégia de desenvolvimento destes

(39) Id., Ibid., p. 12.

(40) Cf. Lebret, R.P. "Agglomérations et pôles de Développement". Cahiers d'Urbanisme. (33), 1961, Apud. D.F. Darwent. op. cit.

espaços econômicos dominados por um centro, baseava-se na organização de unidades motrizes onde deveria ser obtido o máximo desenvolvimento com um mínimo custo. Seus estudos visavam principalmente o nível das metrópoles.

S. Antoine (41) apontou nas metrópoles a existência de atividades motrizes, levando em consideração o elevado desenvolvimento do setor terciário aí existente, e o fato deste setor ser o de crescimento mais acelerado da economia. Defendia a política de investimentos neste setor nas várias metrópoles e argumentava que esta atitude ajudaria as pequenas cidades da região, gerando efeitos multiplicadores. O objetivo era o de elevar as funções e o nível dos serviços das metrópoles, de modo que os fluxos regionais fossem dirigidos diretamente para elas.

Hautreux (42) concordava com S. Antoine mas, levantou a necessidade de atuação do governo para incentivar a instalação das atividades de comércio e serviços através da implantação de edifícios públicos de educação e administração, por exemplo.

J. Labasse (43) acentuou o poder do setor terciário como elemento básico do desenvolvimento em aglomerações

(41) Cf. Antoine, S. & Weill, G. "Les métropoles et leur région". In: L'Espace et les Pôles de Croissance. Ed. J.R. Boudeville, Biblio. de L'Economie Contemporaine. Paris, Presses Universitaires de France, 1968. Apud. D.F. Darwent. op.cit.

(42) Cf. J. Hauteux. "Le rôle des métropoles d'équilibre dans d'armature urbaine", Revue Juridique du Sud - Ouest Sér Ec. 1966. Apud. D.F. Darwent. op. cit.

(43) Cf. J. Labasse. Le rôle des équipements tertiaires supérieurs dans la polarisation de la vie régionale en Europe occidentale, L'Espace et les Pôles de Croissance. Ed. J.R. Boudeville, Biblio: d'Economie Contemporaine. Paris, Presses Universitaires de France, 1968. Apud. D.F. Darwent. op. cit.

altamente especializadas, porque acreditava que este setor atraía e retinha as elites necessárias ao processo de tomada de decisões, no desempenho da economia.

A.O.Hirschman (44) e C.Myrdal (45) ambos, isoladamente estudaram o processo através do qual uma região aparecia como "centro de crescimento" avançado e desenvolvido e influenciava ou controlava o restante da nação por dois processos: "polarization" e "trickling down". Myrdal usou termos exatamente semelhantes a estes: "back-wash" e "spread", respectivamente. Afirmavam que os efeitos de "polarization" ou "back-wash" colocavam a região polarizada por um determinado centro, em desvantagem com relação à posição econômica deste centro. Dentre estes efeitos, incluíam-se, a competição entre indústrias menos eficientes e a migração seletiva em direção ao centro, devido às melhores oportunidades de emprego. Quanto aos efeitos favoráveis de "trickling down" ou "spread", do centro para a região polarizada, podiam considerar-se os investimentos nela realizados e a absorção pelo centro de uma parte da mão-de-obra desempregada, aumentando desta forma a renda per capita da região. Hirschman mostrou que estes efeitos apareciam com maior frequência sempre em favor do centro e em detrimento da região e, que esta situação tenderia a continuar até o ponto em que a região não desenvolvida começasse a afetar o de

(44) Cf. Hirschman, A.O. The Strategy of Economic Development. New Haven, Yale University Press, 1968. Apud. D.F.Darwent. op.cit.

(45) Cf. Myrdal, G. Economic Theory in Underdeveloped Regions. London, 1957. Apud. D.F.Darwent. op.cit.

envolvimento do polo ou, resolvesse reaver seu equilíbrio pela ação política ou mesmo através de uma revolução.

Uma análise um tanto diferente, foi a realizada por C.Fox (46) e seus adeptos. Para eles, "centro de crescimento" era uma área urbana que poderia agir como ponto focal para o desenvolvimento e, relacionava estes centros apenas com o desenvolvimento de regiões e distritos conforme definição contida em lei. Desta forma, um "centro de crescimento" aparecia como um centro urbano de menos de 250.000 habitantes, que agia como ponto vital do desenvolvimento da sua região. Fox discutiu também o critério pelo qual deveria ser feita uma distinção entre, áreas urbanas que atuavam, daquelas que não atuavam como "centros de crescimento". Porém o critério proposto não foi suficiente para auxiliar nesta separação. Isto porque as características dos centros urbanos por ele levantadas, existiam na maioria das áreas urbanas (mercado de trabalho, funções terciárias, funções atacadistas, rede de comunicações, etc.).

Segundo Darwent (47), a maior contribuição de Friedmann para os conceitos de "polos de crescimento" e "centros de crescimento", foi a de mostrar o quanto deficiente estes conceitos se apresentavam em vários aspectos.

(46) Cf. Fox, C. The Role of Growth Centers in Regional Economic Development. Ames, Iowa, Department of Economic, State University of Science and Technology, 1964. Apud. D.F.Darwent op.cit.

(47) D.F. Darwent. op.cit.

Segundo Friedmann (48), existe uma diferença conjuntural específica entre os países de economia em transição (economias que estão se industrializando) e àquelas da Europa Central. Para ele, os países subdesenvolvidos tem como objetivo principal, atingir uma alta taxa de crescimento econômico num espaço nacional pouco articulado, pouco integrado e cujos recursos são ineficientes e parcialmente utilizados. Já, os países de economia industrial, dedicam grande parte de seus recursos à criação de bases humanas e materiais para o crescimento industrial (educação, saúde, transporte, agricultura, etc.), sem dar tanta importância a organização do espaço. As economias pós-industriais, por sua vez, cedem lugar aos serviços como principal setor da economia, não tendo como primeiro objetivo o enfoque regional a nível de nação, e sim a solução dos problemas urbanos e metropolitanos e suas relações com o meio ambiente e à "hiperurbanização".

Alguns autores (49) concordam com Friedmann quanto a diferença de prioridades da política regional em cada estágio do desenvolvimento, porém questionam o grau de importância a ela atribuída em cada um desses estágios. Ressaltam ainda que à parte, a conjuntura específica dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, a política regional aparece como elemento fundamental para a resolução dos problemas de desenvolvimento eco

(48) Cf. Friedmann, J.R. Regional Development Policy - A Case Study of Venezuela - Cambridge, Mass, 1966. Apud. Dilemas do Planejamento Urbano e Regional no Brasil. Cintra, A.O. & Haddad, Paulo Roberto. Rio de Janeiro. Zahar, 1978.

(49) Cândido L.L.Fernandes & C.Mancel Medeiros. O Elemento Regional no Processo Nacional de Desenvolvimento. In: P.R.Haddad & A.Octavio Cintra. Dilemas do Planejamento Urbano e Regional no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

nômico e não apenas como fator secundário para os países desenvolvidos como admite Friedmann.

Friedmann orientou-se para os problemas reais do desenvolvimento regional no espaço geográfico e através da sua formulação "centro-periferia", iniciou a teoria de "desenvolvimento polarizado", na qual não incorporou apenas o estreito campo das variáveis econômicas, mas também explicitou o desenvolvimento social, político e cultural no espaço geográfico. Apresentou ainda, um modelo geral dos aspectos espaciais do crescimento econômico regional, expresso de forma descritiva e normativa, o qual foi mais além do que as simples noções de "polos de crescimento" e "centros de crescimento".

Em trabalho posterior, Friedmann tentou expandir o conceito de centro-periferia, tornando-o aplicável para as quatro fases do desenvolvimento (pré-industrial, de transição, industrial e pós-industrial), considerando suas tendências políticas e culturais. Na sua "The General Theory of Polarized Development" (50), tentou explicar como o processo de desenvolvimento nos seus aspectos econômico, social e político, se expressam no espaço, e como a estrutura espacial resultante muda através do tempo.

Finalizando, com relação à implantação de uma política de "polos de Crescimento", Friedmann evidenciou cinco aspectos do desenvolvimento onde essa política poderia contribuir (51):

(50) Cf. Friedmann. The General Theory of Polarized Development. Mimeo, Santiago, Chile, August, 1967. Apud.D.F.Darwent. op. cit.

(51) John Friedmann. La estrategia de los polos de crecimiento como instrumento de la política de desarrollo. In: Los polos de desarrollo y la planificación nacional, urbana y regional. François Perroux, et alli. Buenos Aires, Ed. Nueva Vision, 1973.

- a) Integração da economia por todo o território nacional.
- b) Incorporação efetiva dos recursos regionais não controlados pela economia nacional.
- c) Controle do crescimento das regiões mais desenvolvidas.
- d) Melhoramento do nível de vida de áreas atrasadas.
- e) Estímulo ao desenvolvimento rural.

Nos países do 3º mundo a teoria dos "polos de crescimento" também encontra sérios estudiosos como Coraggio (52). Para Coraggio, os efeitos negativos propagados entre o polo e a periferia penetram num espaço geográfico mais amplo. Assim, os efeitos de "linkages" para frente e para trás das indústrias motrizes podem, por exemplo, manifestarem-se em outras regiões que se mostrem melhor aparelhadas para receber estes efeitos. Os lucros gerados na região, ao invés de serem nela mesma investidos, transferem-se para outras regiões, devido a taxas diferenciais mais vantajosas.

No caso das empresas multinacionais, o problema é ainda mais sério, pois as divisas criadas emanam-se pelas fronteiras afora. A própria alteração da demanda por bens e serviços originária das novas ocupações, constantemente são supridas por outras regiões ou nações.

(52) José Luis Coraggio. Hacia una revisión de la teoría de los polos de desarrollo. In: S. Luis Unikel y Andrés V. Necochea (selección). Desarrollo Urbano y Regional en América Latina: problemas y políticas. México, Fondo de Cultura Económica, 1976.

Para que estes efeitos se tornem positivos, com relação a região onde o "polo de crescimento" for implantado, é preciso que algumas condições sejam atendidas (53):

- a) A atividade motriz deve ser transformadora de insumos regionais e oferecer tamanho de mercado suficiente para induzir a localização na região, de atividades produtoras destes insumos, a partir dos recursos regionais (encadeamento para trás).
- b) A tecnologia deve ser intensiva em mão-de-obra para aproveitar a existente na região, gerando empregos (54).
- c) O mercado criado deve sobrepassar a demanda das atividades não básicas (de abastecimento de bens e serviços à população local).
- d) Os benefícios de produtividade devem ser retidos pelos empresários locais para garantir reinversão.
- e) Os mecanismos de comercialização e financiamento devem corresponder aos mesmos grupos locais para impedir a evasão de divisas.
- f) Deve ocorrer sempre a integração dos grupos sociais à estrutura sócio-econômica da região.

Com relação específica à situação dos países subdesenvolvidos existe outro aspecto com respeito a instala-

(53) José Luis Coraggio. Hacia una revisión de la teoría de los polos de desarrollo. In: S. Luis Unikel y Andrés V. Necocheo (selección). Desarrollo Urbano y Regional en América Latina: problemas y políticas. México, Fondo de Cultura Económica, 1976.

(54) Deve-se ressaltar aqui mais uma vez a necessidade de utilização de tecnologias apropriadas. David Dickson. op. cit.

ção de indústrias motrizes. O processo de industrialização nestes países se divide entre: aquele voltado basicamente ao consumo interno, devendo retirar vantagens maiores se localizados junto aos grandes mercados consumidores e; aquele voltado para o mercado externo cuja localização junto a demanda nacional assume importância secundária. De fato, reunidas as exigências para que tais indústrias operem de forma lucrativa - infra-estrutura locais, mão-de-obra barata e externalidades a custos baixos - não importa a sua localização em termos da rede urbana (55).

Nos países subdesenvolvidos tais indústrias recebem, muitas vezes, grandes incentivos financeiros por parte do Estado para se instalarem em áreas deprimidas - com o objetivo de criar novos "polos de crescimento". No entanto, a exemplo do que aconteceu no Brasil com projetos da SUDENE, essas indústrias apenas se beneficiam dessas políticas industrializantes sem na verdade gerar o dinamismo regional que seria desejado. Isto porque a sofisticação dos projetos industriais implantados (capital intensivo) acabam por não absorver a mão-de-obra esperada e por não se constituir num mercado consumidor, incentivando a criação de outras atividades econômicas. Outras vezes, a indústria instalada, acaba mesmo por concorrer com indústrias locais, por produzirem produtos de utilidade semelhante a custos mais baixos (É o caso das indústrias de fibras vegetais do nordeste concorrendo com as de fibras sintéticas criadas a partir da instalação de polos petroquímicos).

(55) Milton Santos. O Espaço Dividido; os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1979.

Outras indústrias cujo produto, por constituir-se em insumos para uma série de indústrias, como as siderúrgicas, são essenciais para o desenvolvimento industrial. Porém, quando são construídas com a finalidade de exportar para determinados países (normalmente seus próprios financiadores), e sob determinadas condições, representam uma expansão do espaço territorial do país importador, em decorrência da expansão do seu espaço econômico. A usina de Tubarão no Espírito Santo parece ser um bom exemplo desta forma de atuação.

Dessa forma, os efeitos supostamente esperados pela instalação de "polos de crescimento" tem destino e interesses fora do país de origem. É a transposição indesejada, do espaço geográfico pelo espaço econômico.

Segundo Karen R. Polenske (56) existem três aspectos fundamentais sobre a teoria dos "polos de crescimento" que não foram devidamente considerados na maioria das revisões críticas realizadas.

O primeiro deles refere-se à análise do contexto histórico, no qual, a teoria foi criada, o que explicaria, em parte, as linhas de pensamento adotadas por Perroux. Esta análise deveria considerar: a situação da economia francesa no pós-guerra (1940-1950) e, os grandes investimentos realizados no setor de indústrias básicas; a situação da França frente à independência de suas colônias que influenciaram nas conceituações sobre a teoria da dominação; a influência dos trabalhos de Schumpeter (57) sobre os conceitos de i-

(56) Karen R. Polenske. Growth - Pole Theory and Strategy Reconsidered: Domination, Linkages, and Distribution. Massachusetts, Department of Urban Studies and Planning, Massachusetts Institute of Technology, 1983.

(57) Cf. Joseph A. Schumpeter. The Theory of Economic Development. Cambridge MA, Harvard University Press, 1941. Apud. Karen R. Polenske. op. cit.

novações e ciclos econômicos; e, as políticas de crescimento planejado dos países socialistas da Europa.

O segundo aspecto indica que a maioria das revisões foram escritas antes de 1970 quando as novas linhas de desenvolvimento econômico, ainda, começavam a se definir.

O terceiro aspecto considera que a maioria dos estudos sempre discutiram a teoria a nível de região ou cidade isolada, não realizando transposições a níveis multiregionais e multinacionais.

Para Polenske (58), entretanto, os escritos de Perroux discutem explícita ou implicitamente os princípios de dominação, "linkages" e distribuição, proporcionando importantes contribuições para a economia política no desenvolvimento capitalista.

Partindo destes três princípios, Polenske compara em seus estudos a teoria dos "polos de crescimento" com algumas outras teorias do desenvolvimento.

Durante os anos 70, uma das teorias dominantes foi a da dependência econômica. Logicamente outras foram criadas como: a Nova Ordem Econômica Internacional, a teoria das Necessidades Básicas e, a teoria do Crescimento Auto-sustentado.

Polenske no seu artigo "Growth - Pole Theory, and Strategy Reconsidered: Domination, Linkages and Distribution" (59), faz uma comparação entre a teoria da dependência econômica e a teoria de Perroux.

(58) Karen R. Polenske. op. cit.

(59) Id., Ibid.

Polenske tenta mostrar através de seu artigo que a mesma evidência fatural é usada por ambas teorias para sustentar pontos de vista opostos. Perroux afirma que os efeitos de dominação e os "linkages" interindustriais são necessários mas não suficientes, como condição para o crescimento econômico rápido. Ao mesmo tempo, aumentos na taxa de crescimento econômico são necessários para proporcionar uma distribuição de renda mais uniforme.

Os adeptos da teoria da dependência econômica garantem que os efeitos de dominação e "linkages" não apenas limitam os acréscimos da renda per capita, mas também ampliam as diferenças entre os ricos e os pobres, dentro e entre países.

No entanto, uma análise quantitativa e minuciosa para sustentar esta relação de argumentos não foi realizada.

Quanto a Nova Ordem Econômica Internacional (NIEO), esta começou a tomar corpo, segundo Frank (60), quando a Velha Ordem começou a prejudicar uma vasta maioria.

Frank lista como causas iniciais da falência da Velha Ordem, os erros dos conceitos sobre o desenvolvimento realizados durante a década de 1960 e 1970.

O primeiro deles referia-se a aceitação do fato de que as barreiras alfandegárias seriam reduzidas, o que não ocorreu; o segundo, assumia que as empresas multina-

(60) Cf. André G. Frank. Crisis: In the World Economy. New York, Holmes & Meier Publishers, Inc, 1981. Apud. Karen R. Polenske. op. cit.

cionais dariam uma contribuição positiva para o desenvolvimento, mas as atividades destas empresas não foram apropriadamente assimiladas; o terceiro, garantia que estas empresas revisariam seus modelos de desenvolvimento em favor do terceiro mundo, mas os novos modelos continuaram inadequados para o terceiro mundo; o quarto afirmava que a distribuição da renda seria mais igualitária mediante o incremento do PIB, tendo ocorrido exatamente o oposto.

Uma forma de manifestação da NIEO pode ser representada, segundo Frank (61) e Amin (62) pela OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo em 1973). Esta manifestação mostrou uma conscientização dos países do terceiro mundo não por seus direitos mas pelo seu poder em relação a esta Nova Ordem.

A NIEO acentua a necessidade de rever a atual Divisão Internacional do Trabalho, a qual limita os países subdesenvolvidos à condição de exportadores de produtos primários, restringindo a produção do setor manufatureiro ao mercado interno, cuja demanda, em decorrência da baixa renda per capita, não é suficiente para ativá-lo.

Amin (63) não apenas acentua esta necessidade de revisão, como acredita que NIEO só poderá ser efetivamente implementada se a estratégia do desenvolvimento auto-sustentado for perseguida pelos países do terceiro mundo. De acordo com Amin, isto requer que as relações comerciais e financeiras entre os países do ter-

(61) Id. Ibid.

(62) Samir Amin. New Internacional Economic Order and Strategy for the use of Financial Surpluses of Developing countries. Alternative. Vol. IV 477: 485, 1978-79. Apud. K.R. Polenske. op. cit.

(63) Id. Ibid.

ceiro mundo se intensifiquem e, que a transmissão de tecnologia ocorra entre estes, diminuindo a incorporação de tecnologias originárias dos países desenvolvidos e pouco adequadas às condições sócio-econômicas dos países subdesenvolvidos.

4 INFLUÊNCIA DA TEORIA DOS "POLOS DE CRESCIMENTO" NAS
POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL

A teoria dos "polos de crescimento" propiciou o aparecimento de uma série de políticas que tinham como objetivo principal direcionar o desenvolvimento econômico de regiões passíveis de intervenção.

Assim, assumindo as mais diversas formas e, procurando eliminar os diferentes entraves ao desenvolvimento econômico, de acordo com as especificidades de cada país, a teoria de Perroux foi sendo apreciada pelos cientistas interessados no assunto. Os elementos fundamentais da teoria, foram então, sendo paulatinamente, incorporados às políticas de desenvolvimento econômico dos respectivos países, com adaptações correspondentes aos diversos objetivos.

Alguns países como a Escócia, por exemplo, devido a uma baixa taxa de crescimento de sua economia, a problemas de desemprego, emigração e outros, necessitavam eliminar os fatores que emperravam seu crescimento, bem como fomentar aqueles que o estimulariam (64). Para tanto, a teoria da polarização revestiu-se de três formas distintas:

- a) criaram-se as chamadas cidades novas que deveriam agir como "centros de crescimento" redirecionando o crescimento.
- b) foram instalados complexos industriais (petroquímicos e siderúrgicos) em áreas determinadas e;
- c) Criaram-se cidades regionais onde a população e a atividade industrial apresentavam-se bastante dispersas.

(64) Malcolm Moseley. op. cit.

Na Irlanda, a maior dificuldade, no entanto, era a de compatibilizar os interesses regionais, (preocupados em evitar a migração, a deterioração dos serviços e a destruição do caráter rural da vida irlandesa), e, os interesses nacionais, (que visavam principalmente o aumento das taxas de crescimento e da renda per capita). A alternativa adotada na tentativa de integração entre as necessidades regionais e nacionais, resultou numa política de implantação de centros hierarquizados. Os centros de níveis mais baixos visavam responder aos objetivos locais e, os de maiores níveis dirigiam-se ao atendimento dos objetivos nacionais (65).

Na França, por sua vez, dentro de um processo evolutivo, passou-se da adoção de medidas com vistas a diminuir o desemprego e reanimar áreas em decadência e congestionadas, como Paris, para o incentivo ao desenvolvimento de regiões mais atrasadas que colaborassem mais prontamente com os objetivos nacionais.

A partir de 1960, a prática regional francesa alterou novamente suas prioridades, passando a dar mais importância ao desenvolvimento do setor terciário nos centros urbanos, do que ao setor secundário nos complexos industriais. Este fato deveu-se ao grande poder de absorção da mão-de-obra do terciário e da decrescente capacidade das políticas de localização industrial, para eliminar as disparidades regionais. Algumas correntes de pensamento acreditavam que as vantagens das economias de escala e aglomeração não poderiam ser encontradas em áreas subdesenvolvidas e, que os cidadãos franceses tinham o direito de desfrutar em conjunto, os serviços sociais, administrativos e culturais, que somente existiam em Paris. Assim opta

(65) Id., Ibid.

ram pela criação de "metrópoles de equilíbrio" que deveriam reproduzir as economias externas e as funções metropolitanas da Capital (66).

As políticas que se sucederam mostravam uma tendência crescente à descentralização do setor terciário a partir de Paris, mas indicavam também, uma clara redução na prioridade concedida às metrópoles com relação aos investimentos públicos e aos incentivos e subsídios concedidos às empresas privadas. Esses incentivos passaram a dirigir-se, basicamente, aos projetos que auxiliavam no processo de descentralização das atividades econômicas e, segundo Moseley, esta política até certo momento, mostrou-se eficiente em seu propósito. Parecia, no entanto, haver uma preferência do deslocamento destas atividades para as cidades com mais de 100.000 habitantes (67)

De qualquer forma, uma avaliação precisa do resultado destas políticas de polarização requer grande período de maturação. Além do intervalo de tempo necessário à implantação das diversas políticas, é importante para a análise dos seus efeitos, que haja continuidade e controle na execução dos programas propostos.

As idéias de Perroux segundo Boisier (68) contém um apreciável potencial analítico e normativo que deve ser explorado, particularmente em vista da sua aplicação em economias em desenvolvimento.

(66) Id. Ibid.

(67) Id. Ibid.

(68) Sergio Boisier. Industrialización, urbanización y polarización: hacia un enfoque unificado. In: Luis S. Unikel y Andrés V. Necochea (Selección). Desarrollo Urbano y Regional en América Latina; problemas y políticas. México, Fondo de Cultura Económica, 1976.

O resultado de algumas estratégias de desenvolvimento polarizado na América Latina tem se consubstanciado, em verdadeiros "polos de subdesenvolvimento" onde se aprecia certamente, um crescimento industrial, pontual e funcional, mas também se aprecia o agudizamento das contradições centro-periferia na área polarizada. Os problemas surgidos da implantação destas políticas mostram: que os efeitos de polarização revertem-se sobre áreas distintas daquelas que se pretende modernizar, com frequência sobre as mais capitalizadas do país; que as estratégias adotadas revelam uma significativa falta de acompanhamento durante o processo; um grande número de cidades identificadas como "polos" reais ou potenciais e; o desconhecimento dos problemas de escala envolvidos na polarização e o uso dissimulado e ineficiente de recursos que já são escassos.

Entre algumas experiências realizadas na América Latina, pode-se citar aquela realizada pela Venezuela, e que tinha como objetivo diminuir a dependência do país com relação ao Petróleo. Assim, uma das finalidades complementares consistia na promoção de uma zona de crescimento urbano em outra área que não Caracas ou Maracaibo, proporcionando assim, mais uma opção de migração para a população que abandonava as regiões mais pobres. Os estudos realizados optaram pelo desenvolvimento industrial direcionado à produção de metais, petroquímica e máquinas, na cidade de Guayana. Visavam entre outras coisas, o fornecimento de insumos às indústrias já existentes na Venezuela que se constituíam, principalmente, em atividades do tipo montagem final.

Outras preocupações do programa referiam-se à seleção de atividades econômicas específicas que deveriam localizar-se na região. Estas atividades voltadas para o mercado externo deveriam ter vantagens comparativas

para competir com êxito; as indústrias modernas intensivas em Capital deveriam ser complementadas por outras que aumentassem a oferta de empregos; o abastecimento de gêneros alimentícios para a região deveria atingir a autosuficiência; projeções demográficas foram realizadas a fim de prever as necessidades da região neste sentido e em outros como, habitação, educação, saúde, etc. (69).

A experiência da Venezuela mostrou que é difícil realizar-se uma estratégia de crescimento urbano efetiva em um entorno no qual a direção política local é fraca e inexperiente, devendo, primeiramente, estabelecer-se uma relação amigável com os interesses locais. Talvez o aspecto mais difícil de implementação do programa tenha esbarrado na impossibilidade de adaptação das idéias e programas gerais às circunstâncias particulares.

A eficácia do programa de Guayana pode, no entanto, ser atribuída à ênfase que se deu ao desenvolvimento de somente uma região, a qual recebeu uma atenção extraordinária do consenso político durante os primeiros anos. A criação de mecanismos efetivos de informação e implementação visando avaliar e vincular os potenciais de crescimento da cidade e da região que levassem ao desenvolvimento da nação e, a preparação de estudos e planos econômicos, sociais e físico-territoriais para a cidade e região que deveriam contribuir para atrair os investimentos privados e direcionar os investimentos públicos, foram também, segundo Rodwin, elementos de suma importância (70).

(69) Loyd Rodwin: "Países y Ciudades. Comparación de estrategias para el crecimiento urbano". Buenos Aires, Ediciones SIAP, 1972.

(70) Id., Ibid.

Ainda segundo Rodwin (71), uma outra experiência de crescimento urbano realizada na Turquia iniciou-se em condições onde: os recursos eram muito limitados; existia uma falta de consenso de como se proceder; não havia uma política clara com relação a somente uma região.

A tentativa de planejamento do crescimento urbano acabou adotando como opção o desenvolvimento das regiões metropolitanas, concentrando-se principalmente, na região de Marmara e em Zonguldak. Verificou-se, no entanto, uma falta de clareza na estratégia de crescimento urbano para a Turquia, que se encontrava pouco consistente e não quantitativamente definida. O que Rodwin acentua, é que uma das grandes falhas na elaboração e implantação das políticas de crescimento urbano na Turquia deve-se, basicamente, à falta de pessoal devidamente habilitado em todas as disciplinas acadêmicas pertinentes.

No caso brasileiro, os conceitos contidos na teoria dos "polos de crescimento" foram utilizados, durante muito tempo, como instrumentos que auxiliavam na descrição da realidade e não como agentes dinamizadores do desenvolvimento regional. A incidência maior dos

(71) Id., Ibid.

estudos (72), recaía então, na constatação da existência de polos espontâneos ou potenciais e de sua hierarquização para futuras políticas de desenvolvimento a serem executadas. Realizavam-se apenas, diagnósticos regionais onde certos efeitos polarizadores eram identificados e onde os centros urbanos recebiam destaque especial, dando-se mais ênfase, a noção de "centros de crescimento".

(72) Com referência a estes estudos ver dentre outros:

Czamy, Paul - Alguns Aspectos da Economia do Estado de Santa Catarina e Seleção dos seus Polos de Desenvolvimento, São Paulo, CIBPU, 1964.

Ikeda Akihiro - Alguns Aspectos da Economia do Estado do Rio Grande do Sul e Seleção dos seus Polos de Desenvolvimento, São Paulo, CIBPU, 1964.

Mortada, Nelson - Alguns Aspectos da Economia do Estado do Mato Grosso e Seleção dos Polos de Desenvolvimento, São Paulo, CIBPU, 1964

Pezzoni, Hinton Liviero - Alguns Aspectos da Economia do Estado de Minas Gerais e Seleção dos Polos de Desenvolvimento, São Paulo, CIBPU, 1964

Viacava, Carlos - Alguns Aspectos da Economia do Estado de Goiás e Seleção dos Polos de Desenvolvimento, São Paulo, CIBPU, 1964

Yotoka, Paulo - Alguns Aspectos da Economia do Estado do Paraná e Seleção dos seus Polos de Desenvolvimento, São Paulo, CIBPU, 1964

São Paulo (Universidade). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Centro de Pesquisa e Estudos Urbanísticos. Regionalização do Estado de São Paulo, São Paulo, 1967

Pedro Pinchas Geiger - Esboço Preliminar da Divisão do Brasil nas Chamadas "Regiões Homogêneas". Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro. Ano 29 (2): 59-64, abr/jun, 1967

Estudos básicos para definição de polos de desenvolvimento no Brasil. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro Ano 29 (1): 82-101, jan/mar, 1967

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas, Rio de Janeiro, 1972

São Paulo (estado) - Secretaria de Economia e Planejamento. Coordenadoria de Ação Regional. Padrões Funcionais da Rede Urbana do Estado de São Paulo, São Paulo, 1975

Um menor número de estudos (73) realizados até 1972 procurou analisar os efeitos de complexos industriais, ou de indústrias isoladas, no desenvolvimento regional. Porém estes estudos, referiam-se, principalmente, às atividades geradas espontaneamente, isto é, não faziam parte de nenhuma política que visasse o desenvolvimento regional.

Dessa época deve-se ressaltar também a criação de Brasília que, à parte a grande magnitude dos recursos comprometidos e de seus aspectos de promoção política, teve e continua tendo, significativa importância com relação a ampliação do espaço econômico do país (74).

A própria SUDENE, criada em 1959 manteve-se, a princípio, apenas como um organismo de constatação da realidade nordestina e, avaliadora das possíveis soluções apresentadas, que colaborassem para retirar a região da estagnação econômica e social em que se encontrava.

A partir de 1972 a teoria da polarização passou a ser incluída de forma mais impositiva nos grandes planos de desenvolvimento nacional. Assim no I PND, a promoção da integração nacional deveria ser realizada, entre outros programas, pela política de regiões metropolitanas e pela criação de "polos regionais" os quais visavam sobretudo o desenvolvimento de atividades pri

(73) Com referência a estes estudos ver dentre outros:

Cf. J.R. Boudeville. "Contribution à l'étude de Pôles de Croissance - Une Industrie motrice - La siderurgie du Minas Gerais", Cahiers de l'ISEA, Paris, 1957.

Paulo Roberto Haddad & Jacques Schwartzman. Teoria dos Polos de Desenvolvimento; um estudo de caso. CEDEPLAR, Belo Horizonte, 1972.

(74) Carlos Lessa. 15 Anos de Política Econômica. São Paulo, Brasiliense, 1981.

márias. A política de descentralização econômica da época, favorecia também, através de incentivos fiscais, a criação de indústrias no Nordeste e na Amazônia sob a supervisão da SUDENE e da SUDAM. O próprio estabelecimento da Zona Franca de Manaus visava, a médio prazo, o desenvolvimento de uma área industrial na Amazônia Ocidental (75).

A colonização da Amazônia implicou na formação de centros de serviços de menor e de maior porte e na criação de agrovilas, agrópolis e de rurópolis. Alguns programas como o PROTERRA no Nordeste, o PRODOESTE no Nordeste e o PROVALE no Rio São Francisco, tinham como objetivo cuidar do desenvolvimento destas regiões.

O II PND elaborado em meados de 1974 pretendia fortalecer o núcleo industrializado do centro Sul criando, polos secundários e regionais no Nordeste, cujas economias necessitavam ser vitalizadas, e na Amazônia e Centro-Oeste, onde se pretendia desenvolver polos agropecuários e minero-industriais.

Outra preocupação contida no Plano referia-se à necessidade de orientação das chamadas áreas metropolitanas e à criação de núcleos urbanos médios (76).

Posteriormente, em 1979, dentro da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, criou-se o Programa Nacional de Cidades de Porte Médio, desenvolvido pelo Ministério do Interior que estabelecia como objetivos essenciais, o estímulo a desconcentração, de atividades econômicas e demográfica. Isto deveria se realizar a-

(75) Manuel Correia de Andrade. História Econômica e Administrativa do Brasil. São Paulo, Atlas, 1980

(76) Id., Ibid.

través da formação de novos pontos de desenvolvimento no território nacional. Os centros urbanos foram classificados em quatro categorias, cabendo a cada categoria um programa estratégico específico. O programa específico voltado para as cidades de porte médio previa que a intervenção governamental adequada, poderia dinamizar centros selecionados, capacitando-os a atingir um desenvolvimento auto-sustentado. O resultado deste programa foi posteriormente submetido a uma avaliação por técnicos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (77).

O que se pode observar é que, devido a imensidão do território brasileiro, a amplitude dos problemas, a escassez de recursos e, a falta de autonomia financira dos Estados e Municípios, os projetos propostos, que são muitos, vão sendo executados parcialmente, de forma dispersa e nem sempre de acordo com as respectivas prioridades e com a devida integração, além de provocar um elevado nível de endividamento externo e interno. Assim uma avaliação correta dos resultados de quaisquer iniciativas com relação a política de desenvolvimento regional, através de criação de "polos ou centros de crescimento", fica difícil de se realizar(78).

(77) Universidade de São Paulo. FAU. Avaliação do Programa Nacional de Cidades de Porte Médio e Revisão de Critérios de Seleção das referidas Cidades. Convênio MINTER-CNDU-FAUUSP. Relatório de Pesquisa. São Paulo, 1983.

(78) Referência a vários outros programas que se utilizaram da noção de "polos ou centros de crescimento" na sua constituição podem ser encontrados nos diversos Planos Nacionais de Desenvolvimento e especificamente em estudos como:

- Universidade de São Paulo. FAU. Curso de Especialização em Planejamento Regional. A Experiência Brasileira no Planejamento Regional. Documentos elaborados para Seminário, São Paulo, 1979.

- P.R.Haddad. Dilemas do Planejamento Urbano e Regional no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, 1978

5 CONCLUSÕES

Do exposto anteriormente, pode-se concluir que a contribuição de Perroux às teorias de desenvolvimento regional é inquestionável.

No entanto, as mudanças e adaptações necessárias para assegurar que seus princípios gerais pudessem ter usos generalizados, escapou às formulações por ele realizadas. Este fato, porém, não deve desmerecer a sua colaboração, mesmo porque, grande parte de todas as teorias criadas tem como palco, aquele vivenciado pelo autor, e nem sempre as projeções de evolução são facilmente e acertadamente elaboradas, ou nem mesmo fazem parte dos objetivos do autor.

Um dos aspectos dúbios decorrentes desta condição refere-se ao conceito de espaço. Se a separação entre o espaço geográfico e o econômico permite generalizar o desempenho da economia independentemente de seus limites político-administrativos, ela é mais facilmente admitida dentro de um mesmo país, principalmente naqueles onde o poder encontra-se mais centralizado. Aliás, como salienta Coraggio (79) para a teoria de Perroux os nacionalismos tornam-se impossíveis e a economia generalizada.

Porém, o que fugiu às possíveis predições de Perroux foi que a atuação do capital monopolista e multinacional, que em sua época era menos notável, se evidenciaria a níveis bastante elevados a partir da década de 60, e que a propriedade pública e o controle de fir-

(79) José Luis Coraggio - Dos ensayos sobre la teoria de los polos de desarrollo. Buenos Aires, Instituto Torcuato Di Tella, Centro de Estudios Urbanos y Regionales, 1973.

mas líderes teriam papel preponderante no processo de estabelecimento de centros de crescimento (80).

Esta ampliação da noção de espaço econômico permitiu, porém perceber que um fenômeno observado num determinado espaço setorial, poderia estar sujeito a políticas de dimensões geográficas diversas (81). Porém quando grande parte do espaço econômico dos países do terceiro mundo, encontram-se dominados pelos espaços econômicos dos países desenvolvidos e, expressos através de suas mais diversas formas (comércio exterior, multinacionais, etc.), as soluções adotadas naqueles, dificilmente surtirão os efeitos por eles mesmos desejados. Estas soluções visarão sem dúvida os interesses dos países desenvolvidos. O que seria bom para os "pequenos" com certeza não responde aos interesses dos "grandes".

Outro aspecto da teoria que foi devidamente analisado diz respeito aos conceitos de dominação, "linkages", e distribuição de benefícios, originados pela existência ou criação de "polos de crescimento".

Estes conceitos, são encontrados no âmago da teoria. Isto porque, os "pontos de crescimento" apercebidos por Perroux são altamente concentradores e dominantes, e a criação ou incentivo de outros pontos, não permite o estabelecimento de uma homogeneidade econômica e social extensiva. Adotando este mesmo conceito,

(80) Stuart Holand. Capital versus the Regions. New York, st., Martin's, 1976.

(81) J.R.Lasuen. On Growth Poles. In: Niles M.Hansen. Growth Centers in Regional Economic Development. New York, the Free Press, 1972.

Barbanovic (82) acredita que o desenvolvimento econômico e social caracteriza-se, historicamente, por uma crescente concentração geográfica do desenvolvimento, como consequência da ação incontrolada de poderosas forças polarizadoras, tanto em escala nacional como mundial.

As ligações e o fluxo existentes entre estas áreas de concentração do desenvolvimento e aquelas que as envolvem são unidirecionais, com predomínio absoluto para as primeiras (polo) em detrimento das segundas (periferia), que se transformam em periferia estagnada, não se efetivando a distribuição dos benefícios. Isto ocorre, por exemplo, tanto na América Latina, a nível internacional, com respeito aos EUA e Europa Ocidental, como a nível nacional com referência às grandes metrópoles e suas regiões (83).

Com relação à noção de indústria motriz que é inerente à essência da teoria dos "polos de crescimento" deve-se observar que esta evoluiu bastante através de vários autores. Perroux mesmo, acreditava na existência de polos ligados às atividades primárias (extração de petróleo, etc.) (84).

Atividades não estritamente industriais podem cumprir também com as exigências para o começo de um processo de dinamização das estruturas regionais que posteriormente levem a industrialização propriamente dita. Isto

(82) Ivo Barbanovic. Polos de desarrollo y superación de la marginalidade rural in Brasil; Elementos para la definición de una política regional. In: Hardoy, Jorge E., Geisse, G. Políticas de desarrollo urbano y regional in América Latina. Buenos Aires, Ediciones SIAP, 1972.

(83) F. Travieso. Ciudad, Region y Sub Desarrollo. Carácas, Fondo Editorial Comun, 1973

é, em certas regiões a atividade motriz pode estar representada por atividades primárias ou terciárias(85).

Manuel Correia de Andrade vai mais longe, ao ver atividades motrizes através da criação, por exemplo, de Universidades e funções administrativas. Isto porque estas atividades acabam por concentrar população cujo consumo provoca o desenvolvimento do comércio, de pequenas indústrias de bens de consumo e, de serviços gerais. Não admite apenas como polo as cidades que apresentam uma indústria motriz e uma área por ela polarizada, mas todas as cidades que tem poder de centralidade: todos os centros regionais e sub-regionais. Cidades estas cujas atividades básicas (86) concentram-se principalmente nas atividades terciárias, isto é, suprem as necessidades de uma população maior do que a sua propriamente dita (87).

Para regiões subdesenvolvidas, os polos podem se formar até em função de atividades primárias (petróleo, café, garimpo, etc.).

Rochefort (88), dirigiu a teoria para a criação de "polos de crescimento" a partir das atividades terciárias (centros de turismo, administrativos, etc.), partes inerentes aos centros urbanos.

(85) José Luis Coraggio. Hacia una revisión de la teoría de los polos de desarrollo. op. cit.

(86) A teoria da Base Econômica será definida no Capítulo II.

(87) Manuel Correia de Andrade - Cidade e Campo no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1974.

(88) Michel Rochefort. Les activités tertiaires: leur rôle dans l'organisation de l'espace. Formes de relations entre activités tertiaires et organisation de l'espace. Paris, C.D.U. SEDES, 1976.

A aquisição dos conhecimentos obtidos a partir do anteriormente analisados anima ã exploração de alguns conceitos relacionados aos "centros de crescimento" , levando em consideração todas as discussões expostas.

Os princípios de dominação, "linkages", distribuição e força motriz não tornaram-se menos atraentes e a busca de alternativas por sua vez, não menos entusiasmante.

Assim, utilizando-se de tudo o que foi exposto, o estudo do potencial das atividades terciárias no desenvolvimento regional, permanece como um caminho interessante a ser perseguido.

CAPÍTULO II - AS ATIVIDADES TERCIÁRIAS

1 INTRODUÇÃO

As análises realizadas sobre as teorias de desenvolvimento regional mostraram, fundamentalmente, que existem algumas atividades que funcionam como elemento dinamizador ou motriz do processo de desenvolvimento regional.

Apontaram também, os aspectos negativos e auto-reforçadores das disparidades regionais, ocasionados pela existência ou implantação de "polos de crescimento".

Considerando-se estes dois aspectos e, partindo-se de algumas premissas sobre o desempenho e importância do setor terciário, realizou-se no presente Capítulo um estudo sobre a origem e evolução das atividades terciárias, sua estrutura e composição, condicionantes locacionais e tecnológicos e, importância econômica.

As premissas sobre as quais estes estudos se fundamentaram referem-se ao apoio que as atividades terciárias prestam tanto ao sistema produtivo como ao consumo da população no suprimento de suas necessidades. Aliás, existe uma relação bastante estreita entre, uma rede de fornecimento de bens e serviços representada por centros urbanos hierarquizados, e o nível sócio-econômico da região.

Assim, procurou-se demonstrar como as atividades terciárias podem contribuir efetivamente, no processo de desenvolvimento regional.

ORIGEM E EVOLUÇÃO DAS ATIVIDADES TERCIÁRIAS

Na antiguidade, a partir do momento em que a economia rural começou a produzir excedentes agrícolas capazes de suprir as necessidades de alimentação dos cidadãos (indivíduos que habitavam estes centros), surgiram centros onde desenrolavam-se atividades sócio-culturais.

A maioria das sociedades dedicadas à agricultura, comercializavam os seus excedentes agrícolas e os artesanatos que produziam, nos chamados mercados periódicos. Estes mercados aconteciam em determinados lugares, em alguns dias da semana ou do mês. Essa periodicidade dependia da demanda per capita da população servida e da área de influência do mercado, que era limitada devido a tecnologia de transporte primitiva. Os principais elementos que influenciavam essa periodicidade eram a densidade demográfica e a cultura de cada sociedade. Os mercados periódicos visavam o atendimento à população local e escolhiam como localização os pontos de passagem dos camponeses, artífices, especialistas e comerciantes (89).

Outra espécie de acontecimento com vistas à comercialização de produtos era representado pelas feiras. Estas feiras complementavam os mercados periódicos, oferecendo mercadorias que refletiam as diferenças regionais da atividade econômica. Eram eventos de menor frequência e devido ao seu grau de especialização, atraíam compradores a maiores distâncias. Os locais preferidos para a localização das feiras, eram as fronteiras

(89) J.L.Brian Berry. Geography of Market Centers and Retail Distribution. Nova Jersey, Englewood Cliffs, Prentice Hall, 1967

entre tribos rivais, em solos neutros, possibilitando a troca de mercadorias. Outros requisitos importantes eram: facilidade de acesso, provisão de água, terreno plano para construção de edificações, regiões arborizadas, dentre outras (90).

Segundo Brian Berry, nem os mercados locais (periódicos), nem os de longa distância (feiras), parecem ter sido responsáveis pelo crescimento das cidades. Porém, deve-se notar que não existem mercados sem a associação com um determinado centro urbano. Apesar dos mercados desenvolverem-se ao redor das fortalezas das cidades mediante o pagamento de taxas a seus proprietários nos séculos IX e X na Europa, eles não contribuíram para o crescimento da comunidade urbana para fora dos respectivos muros. Por outro lado, a combinação de fortaleza ou templo, com uma grande feira é que, frequentemente, conduziram ao aparecimento das grandes cidades (91).

Essas associações davam-se principalmente, pela necessidade de organização política, que o estabelecimento de atividades comerciais requeriam para garantir a ordem e segurança.

As cidades da Idade Média, que eram os centros de seus territórios rurais, exerceram funções de ordem administrativa e de proteção, além das atividades comerciais, artesanais, culturais, sociais e religiosas.

Com as inovações tecnológicas e a diversificação social, o fenômeno urbano se consolidou (92).

(90) Id., Ibid.

(91) Brian Berry. op. cit.

(92) Etienne Dalmaso. Les activités tertiaires: leur rôle dans l'organisation de l'espace; Systèmes Urbaines et activités tertiaires. Paris, CDU/SEDES, 1976.

As cidades nascentes fixaram-se em locais propícios ao aumento da eficiência na combinação de atividades não agrícolas. Nestas cidades encontravam-se os agricultores e os artesões, mas principalmente os funcionários públicos, os soldados, os padres e os comerciantes, isto é, concentravam-se aí as atividades terciárias. A cidade pré-industrial organizou o espaço ao seu redor, de forma a melhor usufruir deste potencial.

A maior expansão urbana dos dois últimos séculos, XVIII e XIX, porém, deveu-se em grande parte ao processo de industrialização (93).

A revolução industrial proporcionou uma amplitude sem precedentes às cidades, tanto em número como em dimensão (94).

Nesta época a importância das atividades terciárias nos centros urbanos, foi diminuída. A sociedade urbana se identificou à sociedade industrial havendo aí talvez, segundo Dalmaso (95), um certo exagero. A participação do terciário limitou-se ao domínio dos transportes, aos comerciantes e funcionários públicos. Mas rapidamente, a primazia destas atividades se fez sentir novamente no processo de urbanização e reorganização do espaço. Este fato deveu-se principalmente, à expansão da sociedade industrial que exigiu transformações radicais na produção e distribuição de produtos. A função de mercado dos centros tradicionais foi novamente reforçada. Por outro lado, o advento da

(93) Etienne Dalmaso. op. cit.

(94) Marie-Andrée Prost. La hierarchie des villes; en fonction de leurs activités de commerce et de service. Paris, Gauthier-Villars, 1965.

(95) Etienne Dalmaso. op. cit.

estrada de ferro propiciou o desenvolvimento de atividades terciárias ao redor de suas estações. A navegação à vapor transformou os portos em centros interm_ediários entre as metr_opóles e suas colônias. Estes locais (estações e portos), vieram a exercer, além da função comercial, as funções financeiras e de serviços para as empresas.

Outro aspecto que Dalmaso salienta, refere-se à necessidade do setor indutrial de ampliação do mercado para os seus produtos. Para que esta ampliação de mercado ocorresse era preciso que surgisse uma mão-de-obra mais qualificada com consumo mais elevado. Esta necessidade levou, sem dúvida, ao aparecimento de estabelecimentos educacionais, aumentando assim, o número de atividades terciárias nos centros.

A urgência por melhoria das condições de vida e manutenção da força de trabalho, em determinado momento, no processo de industrialização, levou, por sua vez, ao surgimento de entidades médicas e assistenciais.

Desta forma, as atividades terciárias progrediram no final do século XIX, no mesmo ritmo que as do setor secundário, com defasagens cronológicas, segundo os países, em razão do ritmo desigual da industrialização (96).

Por essa época, formou-se uma rede urbana bem clara, marcada pelos centros de vilas, pelos distritos, pelas pequenas e médias cidades e pelas capitais regionais.

(96) Etienne Dalmaso. op.cit.

Dentro de um processo natural, auto-reforçado será nos centros urbanos onde as atividades terciárias buscam se estabelecer. Ou seja, a proximidade ao mercado consumidor é fator imprescindível para a viabilização das atividades terciárias.

Na atualidade, vive-se um outro momento do fenômeno urbano, onde os empregos do setor terciário crescem mais rapidamente do que aqueles do setor secundário, a ponto de absorver como na França, nos anos mais recentes, toda a mão-de-obra suplementar (97).

Assiste-se a um fenômeno de terciarização da sociedade, característica das grandes metrópoles que vêm, pouco a pouco, transformando-se em centros de serviços.

O processo de terciarização é resultado das transformações violentas na estrutura de produção que exigiram uma revolução na distribuição. Era preciso escoar todos os produtos agrícolas e vender quantidades cada vez maiores de produtos industrializados.

Com a melhoria dos sistemas de transporte e telecomunicações, permitiu-se à atividade industrial desenvolver-se fora do centro urbano propriamente dito, fazendo com que ela se dispersasse.

As atividades terciárias, por sua vez, encontram-se mais fortemente ligadas a uma localização mais central. Isto porque, principalmente o terciário de "co-

(97) Etienne Dalmaso, op. cit.

mando" (98) está condicionado à existência de uma série de serviços só encontrados nos grandes centros urbanos (sistemas de financiamento, acesso fácil a informações e inovações, sistema financeiro etc.). Segundo Dalmasso (99), o terciário de "comando" funciona como um "acelerador da urbanização". Este fato deve-se ao poder de encadeamento com outras atividades terciárias, que dependem dela e das quais ela necessita e, da oferta de empregos melhores remunerados, que incentivam o aparecimento de atividades mais sofisticadas (100).

Desta forma, a "sociedade pós-industrial", favorece a expansão das cidades mediante a evolução do setor terciário, que aparece, novamente, como dinamizador do processo urbano.

(98) As atividades de comando referem-se às empresas de direção. Isto é, no sistema capitalista atual, a concentração financeira obriga as empresas a dividirem-se espacialmente entre o lugar onde se localiza os estabelecimentos de produção e os de direção. (ver Michel Rochefort. Les activités tertiaires: leur rôle dans l'organisation de l'espace; Formes de relations entre activités tertiaires et organisation de l'espace. Paris, CDU/SEDES; 1976.

(99) Etienne Dalmasso. op. cit.

(100) É interessante observar o paralelo que pode ser feito entre a afirmação de Dalmasso e o conceito de "linkages" da indústria motriz na teoria dos "polos de crescimento" de Perroux citado no Capítulo I.

3 CARACTERIZAÇÃO DO SETOR TERCIÁRIO

O setor terciário pode ser analisado segundo suas categorias funcionais, estrutura e domínio e, segundo seus aspectos locacionais e tecnológicos.

3.1 Categorias Funcionais, Estrutura e Domínio

Conforme o tipo de atividade do setor terciário, ele pode ser dividido em categorias de acordo com a função exercida: administração, serviços bancários, comércio, educação, cultura, lazer, saúde, profissões liberais, etc..

Estas categorias, também chamadas de "categorias técnicas" (101) podem ser ainda subdivididas de acordo com o interesse de estudo, associadas a diversas outras atividades, ou mesmo, a determinadas especializações.

Quanto à estrutura, pode-se considerar as atividades terciárias segundo dois níveis: o de comando e o de serviços propriamente ditos.

No primeiro nível estão as atividades de direção das empresas e, no segundo, figuram aquelas que se relacionam diretamente com o consumidor.

Pode-se dizer também que, de acordo com Rochefort, as atividades de serviços fornecem bens e serviços e as de comandos fornecem decisões (102).

(101) Michel Rochefort. Les activités tertiaire: leur rôle dans l'organisation de l'espace; Formes et relations entre activités tertiaire et organisation de l'espace. Paris, CDU/SEDES, 1976.

(102) Id., Ibid.

Destacando-se dos dois tipos de atividades descritas a cima, pela originalidade de suas formas de relacionamento com o espaço, o "transporte" apresenta-se como um terceiro nível dentro da estruturação do terciário. Embora assunto de suma importância e complexidade, não será aqui analisado, por não pertencer ao escopo do presente trabalho.

Em termos de âmbito de atuação do setor, pode-se distinguir o terciário público e o privado. Note-se porém, que a relevância desta distinção depende estritamente do sistema político econômico da sociedade em análise.

Os serviços privados têm como elementos diretores de sua localização a expectativa de rentabilidade a ser auferida, ou seja, à capacidade de atração dos consumidores, que se consubstancia no principal elemento de análise para o estabelecimento das atividades terciárias.

Os serviços públicos, ao contrário, organizam-se em função das receitas globais da nação, e como tal devem estar a serviço do conjunto da coletividade (103).

3.2 Aspectos Locacionais e Tecnológicos

O principal fator para viabilização das atividades do setor terciário é a proximidade e expressão do mercado consumidor.

Para o consumidor no entanto, na procura de mercado rias e serviços, o que conta é a distância econô-

(103) Id., Ibid.

mica (104) ou seja, uma associação entre o custo da mercadoria e o custo do deslocamento.

Partindo desta constatação, alguns estudiosos criaram teorias sobre o desempenho e localização das atividades terciárias.

Para Christaller (105) todos os centros urbanos são mercados que recebem os produtos rurais das regiões vizinhas e que vendem produtos artesanais e prestam serviços (bens centrais). Estes bens, para serem produzidos e distribuídos, necessitam de uma demanda mínima dos consumidores que varia de acordo com as categorias de bens. Quanto mais especializado o artigo fornecido, maior deverá ser a área de influência do centro.

Alguns bens mais necessários e procurados com menor frequência pela população, possuem uma área de influência mais restrita pois, são oferecidos por centros cujas distâncias entre si são pequenas, possibilitando à população atingí-los através de uma breve caminhada. Estes centros fornecem produtos e serviços de primeira necessidade como os alimentícios, farmacêuticos, os serviços de correio etc., os quais necessitam de uma população menor para tornar estas atividades viáveis.

Outros produtos demandados menos frequentemente pelos indivíduos deverão ter no entanto, uma área de influên

(104) A distância econômica representa uma associação entre o preço da mercadoria oferecida e o preço do deslocamento. Isto é, o consumidor procura o menor valor para a fórmula $(p + m t)$ onde p é o preço da mercadoria, m a distância e t o custo por unidade de distância. J.L. Brian Berry. op. cit.

A menor distância econômica de um ponto qualquer do território em relação a dois centros, determina a inclusão deste ponto dentro da área de influência do respectivo centro.

(105) Cf. Walter Christaller. ver J.L. Brian Berry. op.cit.

cia maior. Como exemplo, pode-se citar: roupas, calçados, móveis etc..

Exigindo uma área de influência ainda maior, encontram-se centros que oferecem serviços e produtos mais especializados, de aquisição mais rara como: os serviços de diversões, artigos de luxo, equipamentos cirúrgicos etc..

Quanto mais alto o nível dos centros urbanos na hierarquia estabelecida, maior será sua área de influência e maior o número de centros de nível inferior nela incluídos. Estes centros oferecem conjuntamente os serviços e produtos relativos ao seu nível e aos de níveis inferiores.

Segundo Christaller, a área de influência de cada centro depende de vários fatores: da importância do centro na hierarquia urbana (maior quantidade e variedade de bens e serviços ofertados); poder de compra da população (número de consumidores, densidade e renda da população); e, distância econômica.

Christaller criou um modelo hexagonal de localização de lugares centrais dimensionando as distâncias entre os centros. Estes centros localizavam-se nos vértices de hexágonas regulares que justapostos compunham um determinado território.

Para estes cálculos, Christaller supôs um território rural homogêneo, com uma população uniformemente distribuída. No entanto, o modelo criado por Christaller não encontra correspondência na realidade. Isto porque cada região em específico, apresenta parâmetros diferentes com relação às densidades populacionais, poder de compra da população, sistemas de transportes, tipos de bens e serviços demandados, que provocam va-

riações na organização e distribuição das atividades terciárias nos diversos centros.

Embora um modelo estático não encontre correspondência direta na realidade, os conceitos utilizados para a elaboração deste modelo auxiliam, mediante a análise das atividades terciárias, a compreensão da relação existente entre centros nas estruturas urbanas regionais.

Esta relação permite compreender a importância de determinados centros quanto às condições de atendimento devotado a população local ou regional. Existe, sem dúvida, uma correspondência direta entre o nível deste atendimento e o nível de desenvolvimento sócio-econômico da região.

Portanto, o estabelecimento de hierarquias urbanas passou a ser um método bastante utilizado para a elaboração de diagnósticos regionais.

Vários métodos de hierarquia urbana foram criados, tendo as atividades terciárias papel de destaque.

Rochefort, Lecourt e M.M Hautreux (106) distribuíram as cidades, segundo as atividades terciárias.

Smailes (107) estudou a hierarquia urbana na Inglaterra e País de Gales, ressaltando a importância demográfica e o nível administrativo como características fundamentais das categorias urbanas.

(106) Cf. Hautreux, Lecourt, Rochefort. Le niveau supérieur de l'armature urbaine française. Commissariat Général du Plan d'Équipement et de la Productivité. Commission de l'équipement urbain. Groupe 1, maio, 1963. Apud Marie-Andrée Prost op. cit.

(107) Cf. A.E.Smailes. The urban hierarchy in England on Wales. Geography. juin, 1944. Apud Marie-Andrée Prost. op. cit.

Outro critério de hierarquia urbana, procurou classificar as atividades urbanas em atividades básicas e não básicas.

As atividades básicas, segundo a teoria da base econômica estão representadas por aquelas atividades de determinado centro urbano, que produzem e fornecem bens e serviços para exportar para empresas e indivíduos que se encontram fora da área economicamente definida pelos ditos centros. Em contraposição, as atividades não básicas, são aquelas cujos bens e serviços são consumidos dentro dos limites desta mesma área economicamente definida. Pode-se fazer ainda uma distinção entre atividades produtivas que atraem dinheiro para a comunidade (atividades básicas) e, atividades produtivas que simplesmente propiciam uma recirculação do dinheiro que aí já se encontra (atividades não básicas). Dentro do conceito da teoria da base econômica, as atividades básicas são responsáveis pela força e expansão da economia urbana, o que propicia consequentemente, a expansão das atividades não básicas e o crescimento da economia como um todo (108).

Exemplificando, as atividades básicas podem estar representadas pelas indústrias automobilísticas, os serviços e comércio mais especializados, que necessitam de um mercado maior e portanto, uma área de influência também maior, fugindo aos limites políticos administrativos do município. Estas atividades possibilitarão a geração de uma renda que provém de fora destes limites. As atividades não básicas, podem incluir

(108) F. Stuart Chapin Jr. Urban Land Use Planning. Urbana, Chicago, London, University of Illinois Press, 1976.

a produção de gêneros alimentícios para o consumo local, a comercialização e prestação de serviços de primeira necessidade, dentre outros. Desta forma, a renda é circulada dentro do próprio município.

As funções básicas representam portanto, uma fonte de enriquecimento para a cidade, possibilitando um fluxo de renda de fora para dentro. Segundo Chapin (109) alguns teóricos fazem um paralelo com a teoria do comércio exterior onde o desempenho da balança comercial tem uma influência vital no posicionamento da economia nacional.

Porém, a distinção entre atividades básicas e não básicas não é tão simples como parece, pois algumas atividades podem dirigir-se ao atendimento tanto da população local como da população externa à área economicamente definida (110).

Colocações como esta ou como a Andrewz (111) que sugerem uma diferenciação entre as importações de bens, serviços e capital para serem processados ou distribuídos pelo centro ou apenas para serem consumidos por este mesmo centro, permitem concluir que quanto mais desenvolvido o centro urbano, mais difícil se torna qualquer tentativa de definição estanque a respeito do conceito da teoria da base econômica. Mas parece claro também que, quanto mais desenvolvido o centro urbano, maior é a participação das atividades básicas na economia do centro.

(109) F.Stuart Chapin Jr. op.cit.

(110) F.Stuart Chapin Jr. op.cit.

(111) Richard B.Andrewz. *Mechanics of the Urban Economic Base. Land Economics*, November, 1953, pp. 344-349. Apud. F. Stuart Chapin Jr. op. cit.

Outro método de estabelecer-se uma hierarquia utiliza a análise da área de influência de cada centro, onde se estudam os fluxos de bens e pessoas, indicando a força de atração exercida pelos diversos centros entre si.

Bracey (112) depois de ter testado seu método para quinze serviços diferentes, os reduziu a quatro e o aplicou a um território maior. As quatro funções essenciais para descobrir as diferentes áreas de influência eram: os serviços médicos, as lojas departamentais, os bancos e o cinema. Toda a cidade que utilizasse uma outra cidade para três das quatro funções citadas, seria admitida dentro de sua área de influência.

O professor Chabot (113) avaliou a distância em tempo de viagem de acesso ao centro, que variava de acordo com o transporte utilizado. A análise deste fator pode resultar numa área de influência descontínua; isto é, as estradas de ferro, por exemplo, favorecem a população situada ao longo dos trilhos, embora com uma distância física maior em relação a outras áreas. Este método de determinação da área de influência pode no entanto, não coincidir com a realidade, pois, o tamanho de uma área de influência não se manifesta apenas pela circulação mais importante; ela se mede também pela intensidade de tráfego.

(112) H.E.Bracey. A rural component of centrality applied to six southern countries in the United Kingdom. Economic Geography. 32: 38 - 50, 1956. Apud. Marie-Andrée Prost. op.cit.

(113) G.Chabot. La détermination des courbes isochrones en Géographie Urbaine l'isochrone d'une heure autour de Dijon. Rapporté sur le Congrès International de Géographie d'Amsterdam, 1938. Apud. Marie-Andrée Prost. op.cit.

Outro índice que pode fornecer a área de influência, está representado pelas ligações telefônicas realizadas entre os centros e para os centros. Este índice, porém, pode não ser bastante significativo onde não existe fornecimento de telefones de forma homogênea para a região analisada. É mais eficiente nos países mais desenvolvidos onde o uso de telefone é mais generalizado.

Pelos métodos de hierarquia urbana citados, pode-se verificar que a escolha do método varia também com o nível de desenvolvimento sócio-econômico e tecnológico de cada região.

Assim, um aspecto importante a ser considerado refere-se às diferentes tecnologias utilizadas para a produção e comercialização de bens e serviços. Esta diferença de tecnologia pode, sem dúvida, alterar coeficientes de viabilização da produção ou fornecimento de um mesmo bem ou serviço.

Para a análise deste aspecto é necessário a definição de dois conceitos: o limiar e o alcance. O conceito de limiar, diz respeito ao tamanho mínimo da população necessário para que uma atividade terciária se viabilize. O conceito de alcance identifica-se com a importância regional do centro propriamente dito, ou seja, até onde o bem ou serviço oferecido é demandado. Assim, para o desenvolvimento de qualquer atividade terciária é preciso, primeiramente, uma população que a viabilize. Depois o desenvolvimento desta atividade pode ir aumentando, paulatinamente, o seu alcance, crescendo assim o raio de influência deste centro com relação ao bem ofertado (114).

(114) Sobre o Conceito de Alcance e Limiar ver: J.L.Brian Berry & F.E.Hoston: Urban hierarchies and sphere of influence. In: Geografic Perspectives on Urban System. N.Jersey. Englewood Cliffs, Prentice Hall, 1970. Cap. 7.

Porém, Milton Santos (115) atenta para as diferentes tecnologias que coexistem principalmente nos países do terceiro mundo, dedicando-se muitas vezes à produção e distribuição de um mesmo bem ou serviço.

As tecnologias modernas que Milton Santos inclui no circuito superior (116) necessitam de um "limiar" maior tendo os grandes centros como lugares mais promissores. O alcance dos bens produzidos aí, tenderão sem dúvida a atingir grandes distâncias. Nas áreas metropolitanas portanto, a diferença entre limiar e alcance atinge o máximo para o circuito superior. O caso dos serviços médicos de transplantes cardíacos é um bom exemplo.

Quando se desce na hierarquia urbana, para as atividades do circuito superior, observa-se que a distância entre o limiar e alcance tende a diminuir, isto porque devido ao menor tamanho da população, o limiar para a viabilização de atividades modernas tende a se ampliar em termos geográficos, buscando o maior número de possíveis consumidores. Seria o caso de centros médicos especializados de menor porte como o de oftalmologia do município de Campinas (SP).

No circuito inferior, representado pela utilização de tecnologias tradicionais, a situação se inverte. É nas cidades locais que a diferença entre limiar e alcance é maior. Isto ocorre pela dificuldade de difusão de bens modernos nas zonas de difícil acesso e a existência dos "mercados temporários" que aumentam o alcance

(115) Milton Santos. O Espaço Dividido; os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1979.

(116) De forma sumária e simplificada, o circuito superior da economia, segundo Milton Santos, incorpora os níveis de tecnologia mais desenvolvidos e sofisticados. O circuito inferior está representado pela utilização de tecnologias tradicionais e rudimentares. Santos, M. op. cit. 1979.

dos bens produzidos tradicionalmente nestes centros urbanos menores. Os serviços médicos de clínica geral das cidades pequenas cuja própria população se identifica com o limiar deste serviço, tem alcance que atinge as vastas extensões do território rural ao seu redor.

Nos centros urbanos maiores, mormente as metrópoles, o limiar e o alcance tendem a se superpor, pois dirigem-se ao consumo da população pobre. Neste caso o circuito inferior aparece tanto no centro propriamente dito (CBD), quando em processo de deterioração por não acompanharem a evolução tecnológica das novas formas de produção, comercialização e consumo, como na periferia.

Assim sendo, a predominância das atividades tradicionais em relação as modernas se acentua a medida que se desce na hierarquia urbana. Isto indica também que as atividades modernas se instalam preferencialmente nas maiores cidades, embora as atividades tradicionais coexistam com elas, sendo as cidades grandes os agentes transmissores do processo de inovações e informações que se dirigem, paulatinamente para os centros menores.

Portanto, de acordo com o exposto, anteriormente, os requisitos para a localização e viabilização das atividades terciárias indicam que quanto mais alta for a posição dos centros urbanos na hierarquia, maiores deverão ser: o número e a variedade dos estabelecimentos, a população servida, a área de influência, o tamanho físico territorial do centro e o nível tecnológico de suas atividades. Por outro lado, a quantidade de centros de maiores categorias existentes numa região será, indubitavelmente, menor.

Não se deve esquecer porém, que mesmo considerando-se estes requisitos como regra geral, as diferenças regionais apresentam variações altamente significativas, principalmente do ponto de vista cultural (usos, costumes etc.), nível tecnológico (informações, transportes etc.), recursos naturais, e nível sócio-econômico (poder de compra, padrões de consumo etc.).

A IMPORTÂNCIA DO SETOR TERCIÁRIO

Alguns estudiosos ainda consideram o setor terciário como um setor improdutivo, dentro de um conceito que remonta aos economistas clássicos. Para Smith (117) o trabalho produtivo é aquele que cria valor e cria excedente para o empresário. O improdutivo não produz valor. Um homem que emprega muitos "artesãos" enriquece; um homem que mantém muitos criados empobrece (118).

Na época, os tipos de serviços prestados resumiam-se em algumas atividades do tipo domésticas, serviços públicos, artísticos, jurídicos etc.. Estes serviços por mais honrosos, úteis e necessários que fossem, não apresentavam produção visível que pudesse ser trocada por uma igual quantidade de trabalho (aliás o trabalho doméstico e outros trabalhos intelectuais até hoje continuam a receber o mesmo tratamento).

Realmente as condições eram outras e o setor terciário não possuía as atribuições que hoje lhe são correspondentes, chegando a organizar todo o processo de produção, desde a criação e financiamento até a comercialização.

O setor terciário, é o setor pelo qual a produção se consubstancia em mercadoria, adquirindo o valor de troca (comércio) e fornecendo recursos à produção e ao consumo (sistema financeiro) dentre outras funções (como o próprio processo de criação).

(117) Cf. Adam Smith. *An Inquiry into de Nature of the Wealth of Nations*. Ed. W.R.Scott, 1925. Apud. Erich Roll. *Panorama da Ciência Econômica*, Lisboa, Cosmos, 1950, Vol. I. Cap.IV.

(118) Ainda com relação ao trabalho produtivo e improdutivo ver Paul Singer. *Trabalho Produtivo e Excedente*. *Revista de Economia Política*. São Paulo, Brasiliense, 1 (1): 101-131, jan/mar, 1981.

Assim, com a finalidade de questionar-se a importância e efetiva participação do setor terciário no processo de desenvolvimento econômico, é preciso analisar seu desempenho através do potencial de emprego e de geração de renda.

As atividades terciárias utilizam mão-de-obra abundante, estável e de forte remuneração, gerando a demanda de atividades mais sofisticadas (culturais, educacionais etc.) e criando, indiretamente, novos empregos. A grande cidade torna-se palco de todas as possibilidades, de todas as escolhas, da esperança de promoção ou simplesmente de oportunidade de emprego. De um modo geral, o setor terciário representa, para os indivíduos, uma promoção econômica e social. Isto é, melhores salários para níveis iguais de qualificação e, por convenção, melhor posicionamento social para o comerciário do que para o industrial. Segundo Dalmaso (119), este fenômeno se observa em Paris, Milão, Londres, Nova York e mesmo em Moscou. Pode porém, não se verificar em todos os países, nem em todas as categorias do setor, ou em cidades de diferentes tamanhos, mas de qualquer forma, é notório o prestígio de um emprego terciário.

A importância do emprego terciário não ocorre só na Grande Metrôpole. No caso do Brasil, alguns estudos mostram que a oferta de emprego industrial não acompanha o aumento da força de trabalho no meio urbano, o que facilmente se constata pelo grande número de subempregos existentes em nossas cidades (120).

(119) Etienne Dalmaso. op. cit.

(120) Cidades médias, uma visão urbana do Brasil. Revista de Planejamento e Desenvolvimento, Rio de Janeiro, (72): 58-65, maio, 1979.

Por outro lado, pode-se dizer que, de um modo geral, em termos de distribuição da população economicamente ativa, as cidades médias no Brasil exercem maior número de funções terciárias do que secundárias (121).

Em extensão à análise do emprego do setor terciário, cabe distinguir ainda a existência do chamado terciário da indústria, de considerável importância. Dentro deste setor incluem-se os serviços industriais para estoque, departamento de pessoal, contabilidade, direção, laboratórios etc.. Só recentemente é que os dados dos censos vem processando uma separação destas atividades.

Finalmente, apenas como comentário, pois foge ao objetivo do presente trabalho aprofundar-se nesta matéria algo complexa, é preciso mencionar o volume de empregos informais gerados no setor terciário e que representam um "inchaço" do setor.

Além do poder de geração de empregos no setor terciário, nos grandes centros urbanos, a renda gerada pelo setor é também altamente significativa. Esta renda gerada nos grandes centros urbanos refere-se, principalmente, à existência das citadas atividades básicas.

A teoria da base econômica que se articula com a teoria dos lugares centrais, ajuda a melhor compreender as atividades terciárias fundamentais (atividades básicas) com grandes raios de ação (122).

Assim quanto mais elevado o nível hierárquico dos centros urbanos, mais atividades básicas desenvolve e mais renda externa absorve.

(121) Thompson Andrade, et alii org. Sistema urbano e Cidades Médias no Brasil. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1979.

(122) Etienne Dalmasso. op. cit.

O caráter de dominação dos grandes centros em relação àqueles existentes em seu entorno imediato, também se manifesta através da definição por parte daqueles, de quais atividades estes devem desenvolver. Logicamente, estas atividades tem destino definido, ou seja, devem servir ao grande centro, e portanto, a renda externa a ser criada, não possui as mesmas características fundamentais sobre as quais a teoria de base econômica se sustenta.

Nas palavras de Mackenzie (123), a região metropolitana amplia tanto quanto possível o exercício deste efeito de dominação. O conceito compara a região a um campo de forças magnéticas que envolve a cidade e que, de acordo com o seu poder econômico, varia o seu poder de atração do crescimento (124).

Porém, se por um lado, o aparecimento das deseconomias de aglomeração, o desenvolvimento dos transportes e comunicações favorece a dispersão industrial para fora dos núcleos urbanos, por outro, reforça-se aí o desenvolvimento de atividades terciárias cada vez mais especializadas.

Esta redistribuição das atividades econômicas no espaço regional pode ser visualizada também a nível internacional, com relação aos países desenvolvidos (centro) e os subdesenvolvidos (periferia). Nestes intensificam-se a instalação de indústrias pesadas como as siderúrgias, refinarias etc., altamente poluentes e,

(123) Cf. R.D.Mackenzie. The Metropolitan Community. New York, McGraw - Hill Book Company, 1933. Apud. F.Stuart Chapin Jr. op. cit.

(124) Note-se aqui uma definição do poder de dominação e atração exercido pela metrópole muito semelhante ao conceito de "polos de crescimento" de Perroux. ver. Cap. 1.

reservam-se para aqueles as montagens finais não poluentes e, o desenvolvimento das atividades de serviços, principalmente com relação ao desenvolvimento de tecnologias de ponta.

Novamente citam-se aqui as atividades de comando que se localizam, preferencialmente, nos centros mais desenvolvidos devido à facilidade de acesso à informação e às inovações, aos mecanismos do sistema financeiro, contato com clientes, à localização das administrações públicas etc..

Assim, a partir de determinado momento, as atividades terciárias passam a criar suas próprias economias externas, atingindo o processo de "terciarização" um estágio de auto-sustentação.

CONCLUSÕES

A partir das considerações anteriores, pode-se notar que a importância do setor terciário manifesta-se através de uma série de fatores.

O primeiro deles refere-se à contribuição dada pelo estudo das atividades terciárias, na elaboração de diagnósticos regionais. Ou seja, através de sua análise pode-se obter um retrato fiel da realidade regional quanto ao aspecto de integração urbana e nível de atendimento à população.

É possível também, identificar-se os pontos de estrangulamento da rede urbana regional que dificultam a expansão do desenvolvimento.

Deve-se no entanto, ressaltar que os métodos utilizados no estabelecimento de hierarquias urbanas as quais permitem conhecer características regionais, devem levar em conta o nível de desenvolvimento sócio-econômico e cultural do país ou da região de estudo.

Outro aspecto de interesse refere-se à estrutura e exigências do setor terciário que diferem sensivelmente do setor secundário. Embora ambas tenham como finalidade o mercado, as formas de articulação com o espaço mostram-se bem diversas. Enquanto as indústrias necessitam de outros insumos como energia, sistemas de abastecimento de água, tratamento de esgoto, transportes entre outros, o terciário necessita fundamentalmente do mercado. A identificação de centros urbanos com centros terciários é portanto, imediata e os níveis teoricamente, deveriam corresponder-se.

Como tanto as atividades primárias como secundárias necessitam das atividades incluídas no setor terciário para serem agilizadas, seus inter-relacionamentos e, formas de intervenção para estimular-se os demais setores por intermédio do desenvolvimento do setor terciário, deveriam ser melhor analisados.

Alguns centros como São Paulo e Bauru, experimentaram um grande desempenho, primeiramente no setor agrícola e posteriormente no industrial, por terem bastante bem desenvolvidas suas atividades de comercialização e prestação de serviços.

É facilmente justificável então a associação entre "polos de crescimento" e "centros de crescimento" definidos no Capítulo I. Os centros urbanos, guardadas as devidas proporções, podem responder antecipadamente e espontaneamente, às exigências mínimas e fundamentais para o desenvolvimento das atividades econômicas.

Com relação ao próprio funcionamento do setor terciário, ficou demonstrado que, tanto o poder de absorção de mão-de-obra, como a Renda por ele gerada, chega a atingir níveis mais elevados do que os demais setores.

Além disso, as atividades terciárias possuem elementos encadeadores entre si e com os demais setores econômicos originando uma renda de fora para dentro da região e atingindo o processo de desenvolvimento.

Sem dúvida, esbarra-se numa dificuldade fiscal de arrecadação de tributos provenientes das atividades terciárias e cuja solução não é pretensão do presente estudo. No entanto, uma arrecadação efetiva e, sem dúvida vultosa, poderia gerar recursos que bem direciona-

dos, contribuiriam para melhorar o nível sócio-econômico da população local ou regional, de forma menos desigual.

Finalizando, é preciso acentuar a importância das atividades terciárias num período pós-industrial.

Mais como caráter especulativo, é possível visualizar-se uma tendência, não apenas a nível regional que transforma as metrópoles em "centros ou polos terciários", mas também a nível internacional. Isto é, evidencia-se uma nova decisão internacional do trabalho, onde para as grandes potências, os países do centro, reservam-se a execução de atividades terciárias e mesmo as chamadas quaternárias: a prestação de serviços tecnologia, ciência, pesquisa etc.. Estas atividades não poluem o meio ambiente e necessitam de cabeças pensantes. Para os países do terceiro mundo, reservam-se as indústrias altamente poluentes e a utilização de seus recursos naturais, além de sua mão-de-obra abundante e barata e com pouca consciência de classe.

O quadro exposto, nos incentiva à continuidade dos estudos indicando a necessidade de identificação e compreensão do setor terciário dentro de um processo evolutivo e sobre um caso concreto. É o que será feito no capítulo seguinte ao analisar-se a Região de Bauru.

CAPÍTULO III - A REGIÃO DE BAURU: UMA
CONSTATAÇÃO EMPÍRICA

1

INTRODUÇÃO

Esta etapa do trabalho tem como proposta constatar, empiricamente, a existência de forças promotoras do desenvolvimento regional como estudadas no Capítulo I, e o papel exercido pelas atividades terciárias neste processo como analisado no Capítulo II, numa determinada região e num determinado período de tempo.

Era preciso então, pesquisar como processou-se o desenvolvimento dos diversos centros urbanos, de quais recursos lançaram mão, e quais fatores exerceram influência decisiva nos rumos tomados pelas respectivas economias municipais.

A análise assim realizada concentrou-se em uma única região, para que se pudesse perceber, mais facilmente, os relacionamentos entre os diversos municípios da rede urbana regional, compreendendo-os do ponto de vista de sua complementariedade e sob condições sócio-econômicas semelhantes.

Outro aspecto considerado refere-se aos recursos naturais de cada município capazes de promover seu próprio desenvolvimento, a interferência de fatores exógenos à região e, a inserção da Região dentro de um contexto histórico.

De qualquer forma, a ênfase sempre será dada à contribuição das atividades terciárias como sendo uma opção a mais, para o desenvolvimento das economias regionais.

Desta forma, a escolha da Região prendeu-se à identificação no Estado de São Paulo, de um local em que o setor terciário tivesse tido sensível expressão durante o período de estudo, isto é, tanto em 1950 como nos dias atuais.

A Região que preenche estes requisitos corresponde a Região de Bauru. Isto porque, esta região incorpora dentro de seus limites administrativos, o município de Bauru como "cabeça de região". Este município desenvolveu-se, caracteristicamente, como centro de comércio e prestação de serviços. Esta condição lhe foi conferida, desde cedo, em decorrência de seu posicionamento geográfico altamente privilegiado, que transformou a cidade de Bauru no principal entroncamento ferroviário do Estado de São Paulo.

O critério utilizado para a avaliação do ocorrido na Região no período de estudo parte da análise da evolução demográfica e da evolução dos três setores econômicos dos municípios, dentro de um contexto político e sócio-econômico regional, nacional e internacional.

A REGIÃO DE BAURU

A região administrativa de Bauru, definida através do decreto 52576, de 12 de dezembro de 1970, ocupa uma posição central no Estado de São Paulo, incluindo em seu território o centro de gravidade do Estado, o município de Itapuí (Mapa 1).

Segundo a divisão administrativa de 1940 a região contava com 22 municípios, tendo sido criados, na década seguinte mais 7 novos municípios (125). Em 1959, pela lei nº 5285 de fevereiro de 1959, a região foi acrescida de mais 9 municípios (126) totalizando 38 municípios que compoariam então, a delimitação realizada em 1970, distribuindo os municípios em três sub-regiões: a de Bauru, a de Jaú e a de Lins (Mapa 2). Esta delimitação, que permanece até os dias atuais, corresponde a área objeto do presente estudo.

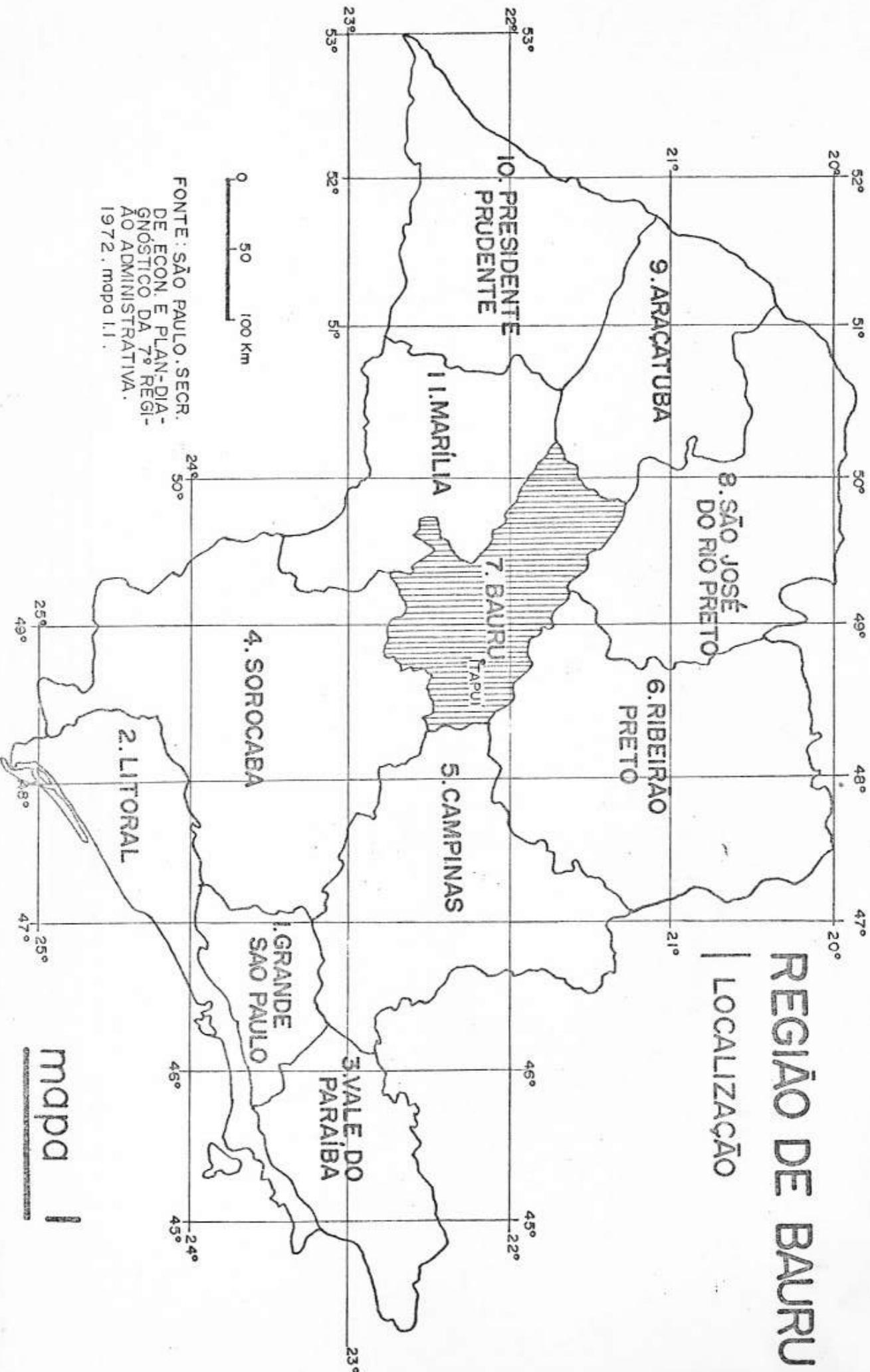
A Região de Bauru encontra-se nas proximidades dos bordos da bacia sedimentar efusiva, "Bacia Paranaica" cujo eixo é o rio Paraná. Assentada sobre terrenos antigos do pré-cambriano, esta bacia constitui uma porção do planalto ocidental, sulcado profundamente por vários rios que o desdobram em vários chapadões, sendo o principal deles o rio Tietê (Mapa 3).

(125) Em 1950 a rede urbana da região compunha-se dos seguintes municípios: Agudos, Arealva, Avaí, Bariri, Barra Bonita, Bauru, Bocaina, Cabrália Paulista, Cafelândia, Dois Córregos, Duartina, Getulina, Guarantã, Iacanga, Itapuí, Jaú, Júlio Mesquita, Lençóis Paulista, Lins, Macatuba, Mineiros do Tietê, Pederneiras, Pirajuí, Piratininga, Pongá, Presidente Alves, Promissão, Reginópolis e Ubirajara.

(126) Os municípios acrescentados em 1959 foram: o município de Balbinos e Uru (distritos de Pirajuí), Lucianópolis (distrito de Duartina), Sabino e Guaicara (distritos de Lins), Guaimbê (distrito de Getulina), Boracéia (distrito de Itapuí), Itaju (distrito de Bariri), Igarapu do Tietê (distrito de Barra Bonita, antigo Igarapu).

REGIÃO DE BAURU

LOCALIZAÇÃO

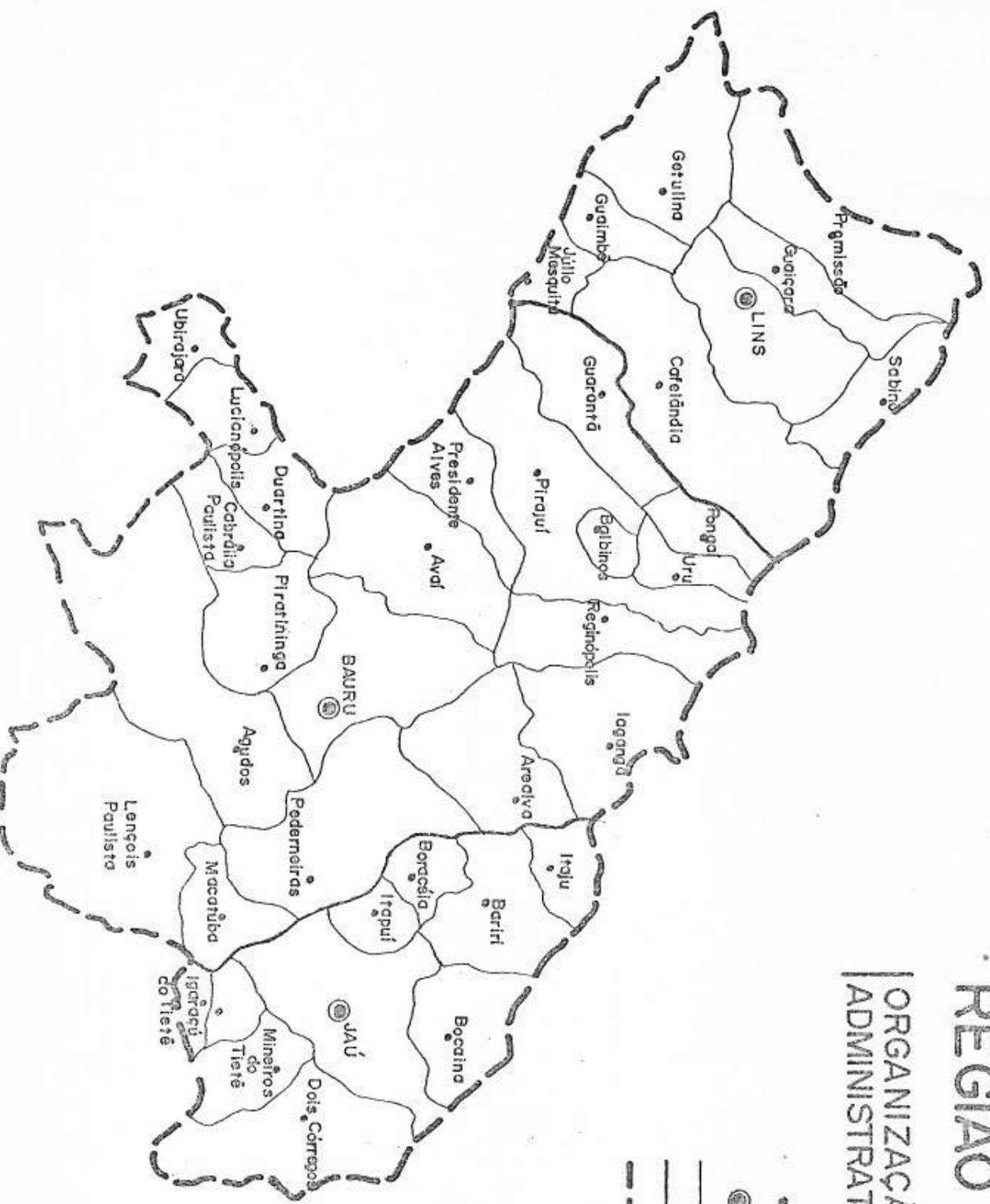


FONTE: SÃO PAULO, SECR. DE ECON. E PLAN.-DIAGNÓSTICO DA 7ª REGIÃO ADMINISTRATIVA. 1972. mapa I.I.

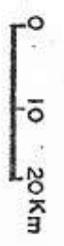
mapa

REGIÃO DE BAURU

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA



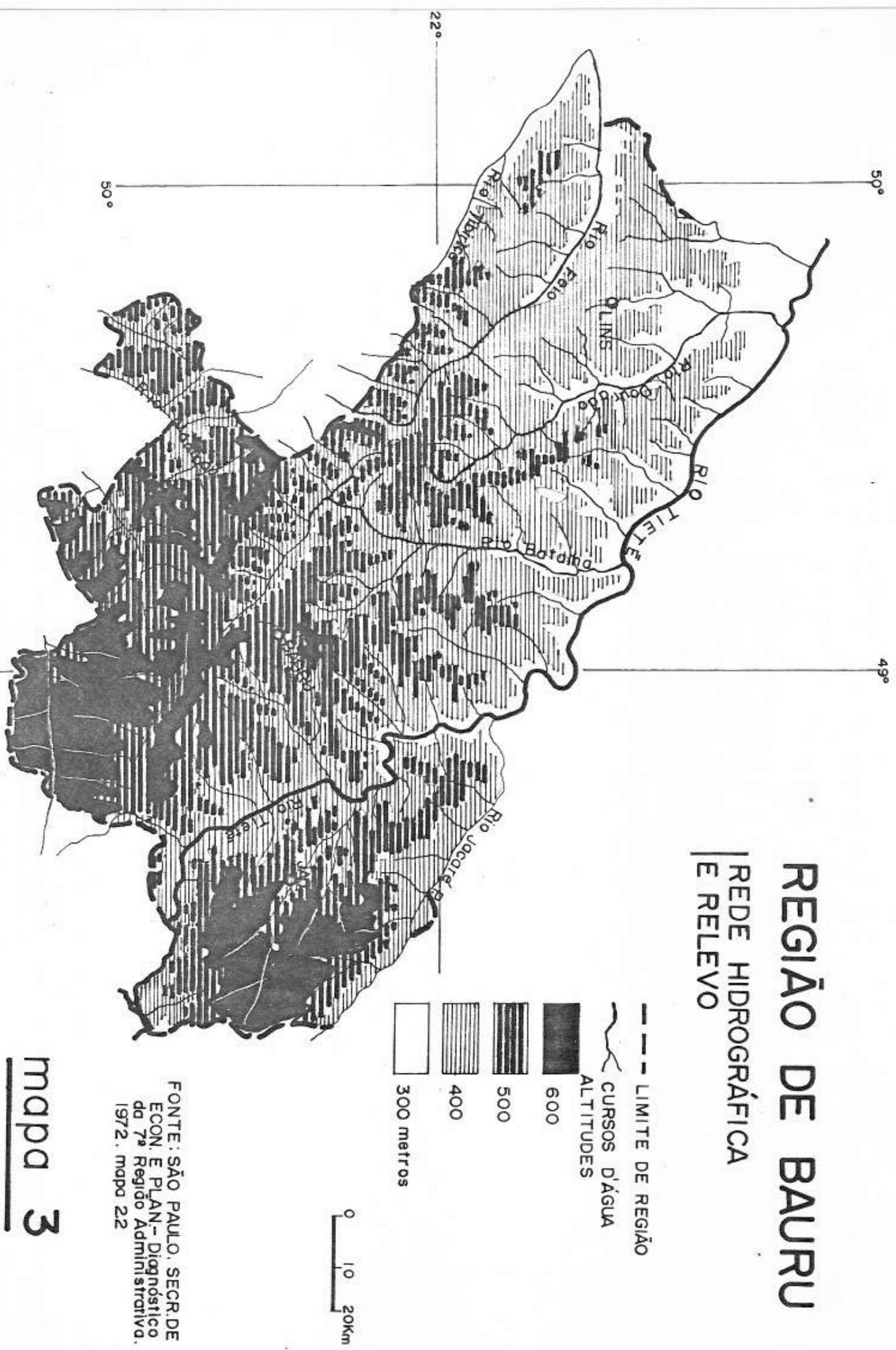
- SEDE MUNICÍPIO
- SEDE DE SUB-REGIÃO
- LIMITE DE MUNICÍPIO
- LIMITE DE SUB-REGIÃO
- - - LIMITE DE REGIÃO



FONTE: SÃO PAULO, SECR. DE ECON. E PLAN. - Diagnóstico do 7ª Região Administrativa, 1972. mapa 1.3

REGIÃO DE BAURU

REDE HIDROGRÁFICA E RELEVO



FONTE: SÃO PAULO, SECR. DE
ECON. E PLAN. - Diagnóstico
da 7ª Região Administrativa,
1972, mapa 22

mapa 3

Quanto ao relevo verifica-se na Região uma amplitude topográfica da ordem de 400 m. As sub-regiões de Bauru e Jaú apresentam terreno mais movimentado, enquanto que a sub-região de Lins enquadra-se numa topografia mais suave (Mapa 3).

As características climáticas da Região indicam uma pluviosidade que obedece a um regime de verões chuvosos e invernos secos com totais médios anuais entre 1.100 mm a 1.300 mm. As temperaturas mais elevadas ocorrem de novembro a março, atingindo uma média mensal em torno de 25°C, enquanto que as mais baixas acontecem em junho e julho quando descem para 17,5°C (127).

Ao considerar-se a rede hidrográfica natural, verificam-se sérios impecilhos à navegação, com saltos e corredeiras. Estes problemas estão sendo resolvidos com sistemas de barragens com eclusas que, além de gerarem energia elétrica proporcionam uma regularização do rio para fins de navegação (128).

Quanto à aptidão agrícola dos solos, excluindo-se as porções de relevo elevado com vales profundos, que correspondem ao leste da Sub-Região de Jaú, sul da Sub-Região de Bauru e sul da Sub-Região de Lins, as demais terras não apresentam sérios problemas para o aproveitamento agro-percuário racional (129).

(127) São Paulo - Secretaria de Economia e Planejamento. Diagnóstico da 7.ª Região Administrativa do Estado de São Paulo = 1972.

(128) Id., Ibid.

(129) Id., Ibid.

A cobertura vegetal primitiva, representada pela Floresta Tropical foi praticamente eliminada com a ocupação de novas terras pelo plantio do café (130).

Quanto ao povoamento e conseqüente formação da Região de Bauru, a cultura cafeeira aparece como a principal responsável. Aliás, o café responde direta ou indiretamente pela ocupação da maior parte do território paulista.

Até a 1ª metade do século XIX, a maior parte do território paulista não usufruía ainda dos benefícios da cultura do café. A penetração do interior se fazia através do cultivo da cana-de-açúcar, gêneros alimentícios e pecuária.

No final do século XIX, os cafezais expandiram-se por toda a região do Vale do Paraíba, atingindo a região de Campinas, de onde se irradiaram em diversas direções (131).

Dos municípios que hoje compõem a Região de Bauru, o município de Jaú foi o primeiro a se formar. Em 1859 surgiu o povoado de Jaú, que se desvinculou do município de Brotas em 1866. Nesta data a cultura cafeeira já se expandira até Jaú, com uma produção de 350.000 arrobas (132).

O café chega antes da ferrovia que só apareceu em 1905 com a união da Estrada de Ferro Sorocabana a Itaúna, que já atingira Lençóis Paulista em 1898 e tinha como objetivo Bauru.

(130) Id., Ibid.

(131) São Paulo (Universidade). FAU-CPEU. Plano Diretor de Bauru. 1967.

(132) Id., Ibid.

O povoado de Bauru nasceu do desejo da ligação de São Paulo com Mato Grosso. Desta forma, abriu-se um "picadão" ligando Piracicaba à Santana do Parnaíba, passando por Avanhandava, o que também facilitaria o acesso à colônia militar aí situada. Este "picadão" possibilitaria o transporte de todo o material bélico destinado a Cuiabá (MT), o transporte de gado de Mato Grosso para as capitais das "províncias" e a defesa contra ataques indígenas (133).

Próximo ao cruzamento do "picadão" com o ribeirão Bauru formou-se o 1º núcleo de povoamento com este nome, que veio a ser sede municipal em 1896.

Quando a Companhia Sorocabana de Estradas de Ferro atingiu Bauru em 1905, ali situava-se o mais remoto ponto a que o povoamento tinha alcançado, impelido pela progressão cafeeira. O imenso sertão se intercalava entre aquele ponto e as tradicionais áreas, precariamente ocupadas em Mato Grosso. A travessia do sertão seria realizada pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil que partiria de Bauru em 1906 atingindo as barrancas do rio Paraná em 1910 (134).

Em 1910, chegaria também a Bauru a Estrada de Ferro Paulista.

Esta posição de nó ferroviário, característica de Bauru, proporcionou-lhe uma situação privilegiada em termos de relações comerciais, com influência além dos limites do Estado de São Paulo.

(133) Id., Ibid.

(134) Id., Ibid.

A configuração desta malha viária regional, permitia o escoamento da produção do norte do Paraná, sul de Mato Grosso e interior Paulista para a capital do Estado e o porto de Santos.

Por volta de 1933 ainda era grande a atividade produtora da região onde o café se aprofundara ao longo das ferrovias.

A decadência do café em 1946, tem reflexos também na Região de Bauru, mas a produção manteve-se, ainda que em níveis mais baixos em alguns municípios (Pongai, Pirajuí, Cafelândia entre outros) (135).

A cultura do café guarda portanto, íntima relação com a formação da rede urbana regional, que por volta de 1940 se encontrava praticamente cristalizada, do ponto de vista da criação de novos núcleos.

(135) Id., Ibid.

METODOLOGIA DE ANÁLISE

Para a análise da evolução da Região de Bauru entre os anos de 1950 e 1980, procurou-se primeiramente, inseri-la dentro de um contexto histórico onde identificou-se, principalmente, as linhas mestras da economia nacional e internacional nos diversos períodos estudados.

Em seguida, para cada década buscou-se identificar, a través dos dados demográficos e econômicos retirados dos Censos, a evolução das economias municipais de toda a Região.

Entre os elementos de análise da evolução destes municípios, além das taxas de crescimento da população total, utilizou-se também a evolução das Populações Economicamente Ativas (PEAs) (136).

Para as décadas de 1950/1960/1970, é possível considerar-se a PEA como um bom indicador da situação de cada setor econômico. Isto porque o índice de desemprego não foi digno de nota (137).

A PEA arrolada em cada setor econômico pode expressar as respectivas magnitudes, em termos de oferta de empregos, criação de mercado e volume de produção, num determinado estágio tecnológico. Mesmo porque o desemprego em certa época era resolvido com a migração. Para 1980, o censo já fornece dados a respeito da população procurando emprego.

(136) Ver definição de PEA na Tabela 5.

(137) Se o censo considera como PEA aqueles que trabalharam nos 12 meses anteriores à data do censo ou parte dele, só as demissões em massa neste ano em específico, poderiam invalidar o papel da PEA como indicador do potencial dos diversos setores econômicos.

Para fortalecer as conclusões retiradas da análise da PEA quanto ao desempenho de cada setor econômico no período analisado, lançou-se mão de outros elementos.

Na agropecuária avaliou-se a importância dos produtos cultivados a nível nacional como produto de exportação e a nível regional, em termos de quantidade produzida, já que o censo não fornece dados, por município, sobre o Valor da Produção.

Com referência ao setor secundário vários aspectos foram observados: número de estabelecimentos, tamanho dos estabelecimentos, PEA, valor da produção industrial (VPI), valor da transformação industrial (VTI), índice de beneficiamento (IB).

Todos estes elementos foram considerados, conjuntamente, quando necessário, devido a relatividade de alguns dados quando analisados isoladamente ou em épocas diferentes.

Um número pequeno de estabelecimentos industriais, por exemplo, não significa, necessariamente, falta de dinamismo do setor, se estes estabelecimentos forem de grande porte (138).

(138) O tamanho dos estabelecimentos pode ser definido de diversas formas: em relação ao Pessoal Ocupado Diretamente (POD) ao Valor de Produção Industrial e, em relação a sua área construída. No caso, serão utilizados os dois primeiros porêm, com algumas ressalvas. O tamanho com relação ao VPI só pode ser usado na comparação entre municípios na mesma época (devido ao processo inflacionário). O tamanho em relação ao POD deve levar em conta a tecnologia utilizada. Os municípios maiores com relação aos menores podem lançar mão de tecnologias mais avançadas, como analisado no Capítulo II. Na variação da época nem sempre um decréscimo do POD significa menores produções devido a maior utilização de tecnologia e/ou maior produtividade. Porém o acréscimo do POD representa aumento da produção, salvo situações atípicas.

Os VPI e VTI (139), devem ser usados com ressalvas, principalmente na comparação entre épocas diferentes, devido às altas taxas de inflação dos períodos analisados (140). De qualquer forma, para a comparação entre os municípios e entre os diversos setores econômi

- (139) Define-se segundo o FIBGE nos diversos censos econômicos, por VPI ao valor da venda, na fábrica, da totalidade das mercadorias produzidas pelos estabelecimentos industriais, durante o ano de coleta dos dados, abrangendo não só os produtos vendidos, como os transferidos para outros estabelecimentos da própria empresa, os distribuídos gratuitamente e os mantidos em estoque. Estão deduzidas do valor de produção as importâncias referentes ao imposto de consumo e à taxa sobre a produção efetiva das minas. Inclui-se ainda no VPI, a receita proveniente dos serviços industriais prestados a terceiros, tanto nas matérias-primas (beneficiamento), como no acabamento de produtos sem manufaturados. Acrescentam-se ainda, as receitas oriundas de instalação e manutenção de máquinas, aparelhos e outros produtos de fabricação própria.

O valor da transformação industrial (VTI), aparece quando do VPI retira-se o valor das despesas de consumo e o custo dos serviços contratados. Nas despesas de consumo incluem-se aquelas referentes à matéria-prima, material de embalagem e acondicionamento empregados, combustíveis e lubrificantes consumidos e a energia elétrica adquirida; no custo dos serviços contratados incluem-se as importâncias despendidas para execução em outros estabelecimentos de serviços complementares da produção - intermediários ou finais e valores pagos a trabalhadores em domicílio (acabamento de fios e estampagem de tecidos são bons exemplos).

- (140) A utilização de deflatores, que permitissem avaliar a evolução da produção de cada município através do VPI, mostra-se pouco eficiente devido a dificuldade de escolha de um, que permita uma avaliação próxima da realidade. Seria natural se indagar, qual parcela de crescimento industrial deve-se a um aumento físico da produção e qual parcela deve-se a um aumento dos preços dos produtos. Se todos os preços ou se todas as quantidades produzidas aumentassem na mesma proporção, seria fácil isolar o fator-aumento de preços e quantidades produzidas. Isto acontece principalmente pela heterogeneidade das quantidades produzidas e de seus diferentes preços: não se pode somar quilos de batatas com quilos de aço, nem preços de feijão com preços de automóveis. Mesmo, imaginando-se qualquer critério de ponderação entre os valores, é impossível fugir a certo grau de convencionalismo nas medições.

Mário Henrique Simonsen. Macroeconomia. Rio de Janeiro, APEC, 1979.

cos, numa mesma época, a utilização do VPI e VTI permite conclusões interessantes.

Quanto ao Índice de Beneficiamento (IB), considerou-se como tal, a relação entre as despesas com matérias primas e serviços contratados e o VPI (ver nota 139). Quanto mais próximo de 100 estiver este índice, maior será a participação da matéria prima e dos custos dos serviços contratados, no valor total da produção e portanto, maior será o IB da então atividade industrial (beneficiamento do café, algodão, etc.). De qualquer forma a interpretação deste índice deve considerar sempre as diferenças dos valores de produção dos diversos municípios e respectivos tamanhos populacionais para efeito de comparação (141).

Enfatiza-se então, como já foi mencionado, a necessidade de utilização de todos os fatores conjuntamente, para uma melhor avaliação da realidade regional.

Ainda com relação ao setor secundário, procurou-se, quando possível, distribuir as indústrias segundo a tecnologia empregada, a utilização maior ou menor de capital e mão-de-obra, formas de organização, tipos de insumos requeridos, dentre outros, para melhor ava

(141) Cidades como Bauru, podem apresentar um IB maior devido a existência de muitos estabelecimentos de beneficiamento e, cidades menores, por outro lado, podem mostrar um IB menor, com pequena produção total, dentro de uma forma mais artesanal de produção, dando mais peso ao VTI. O IB aparece como bom indicador do nível de desenvolvimento industrial, quando usado para comparar valores de produção aproximados em cidades de tamanho populacionais semelhantes.

liar o desempenho do setor no desenvolvimento das economias municipais e regionais (142).

Com referência ao comércio de mercadorias o censo de 1950, só permite uma interpretação quantitativa, porque não apresenta os tipos de comércio existentes por município (143).

(142) Segundo a "Study of Industrial Growth United Nations, NY, define-se:

- a) Indústrias Tradicionais, são aquelas que se utilizam de: mão-obra menos qualificada; menor intensidade de capital tanto em relação ao produto como à mão-de-obra; maior facilidade na obtenção de insumos; utilização de estruturas organizacionais mais simples; elevado grau de divisibilidade. Compõem este grupo as indústrias de produtos alimentares, bebidas, fumo, textil, couros e peles e similares, madeira e mobiliário.
- b) Indústrias Modernas, são aquelas que se utilizam de: mão-de-obra mais qualificada, maior intensidade de capital, tanto em relação ao produto como à mão-de-obra; mercado consumidor de maior porte; estrutura organizacional mais complexa; demanda por insumos internos mais escassa com necessidade de insumos externos. Incluem-se neste grupo as indústrias metalúrgicas, mecânica, material elétrico e de comunicação, material de transporte, papel e papelão, química, produtos farmacêuticos, perfumarias e matéria plástica.
- c) Indústrias Intermediárias, são aquelas que apresentam níveis intermediários para os fatores de caracterização arrolados para as duas anteriores. Compreendem as indústrias de vestuários, calçados e artefatos de tecidos, borracha, editorial e gráfica, minerais não metálicos e diversos. São Paulo (Estado). Secretaria de Economia e Planejamento. Diagnóstico da 7ª Região Administrativa do Estado de São Paulo, 1972.

(143) Os gêneros de comércio nos diversos censos aproximam-se da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias e, da "Classificação Internacional Padronizada de todas as Atividades Econômicas". Ver: FIBGE - Nomenclatura Brasileira de Mercadorias. 5ª Ed., Rio de Janeiro, 1960.

Em 1950, não existiam as grandes lojas departamentais nem os supermercados, atendo-se o comércio a estabelecimentos de pequeno e médio porte, tanto em área construída como em POD (pessoal ocupado diretamente) por estabelecimento. O tamanho dos estabelecimentos com relação à receita (salvo as mesmas restrições feitas para o VPI com referência a inflação do período analisado), pode expressar o dinamismo do setor em termos de volume de vendas dos estabelecimentos, em cada município. Isto posto, pode-se concluir baseado nas teorias decorrentes da teoria do Lugar Central (144) que, quanto maior o número de estabelecimentos comerciais, e maior o volume de vendas (receita) dos municípios, mais desenvolvidos devem ser os seus centros urbanos.

Embora a partir de 1960 já apareçam os supermercados, sua incidência ainda é pequena a ponto de influir no tamanho dos estabelecimentos, em média.

A partir de 1970 os dados existentes permitem uma análise qualitativa do comércio de mercadorias, o que possibilita uma melhor avaliação da importância dos centros urbanos com relação a variedade dos gêneros ofertados e, seus níveis de especialização (145). É possível também, no mesmo sentido, uma comparação com os dados de 1980.

Outro aspecto imprescindível à análise do setor comercial atém-se ao estudo da localização dos centros urbanos com relação aos demais na rede urbana regional (146).

(144) Ver teoria dos "Lugares Centrais" de Christaller no Capítulo II.

(145) Id., Ibid.

(146) Ver Capítulo II.

O comércio varejista tem como objetivo satisfazer o consumidor. Assim a qualidade dos meios de transporte (rapidez, conforto, preço etc.) influem na preferência por determinados centros. As viagens de compras associadas (bens de 1ª necessidade, ocasionais e raros) realizadas nos centros de maior nível na hierarquia ofuscam, sem dúvida, o desenvolvimento de determinadas atividades nos centros de nível imediatamente inferior, que se encontram muito próximos dos grandes centros. O que ocorre é um desvio de mercado do centro inferior em direção ao superior, mais acentuado quanto mais eficiente for o sistema de transporte entre eles. Centros que se situam, ou mais distantes apesar da existência de bons meios de transporte, ou mais próximos embora com comunicação mais comprometida, sofrem menos interferência do poder de atração dos grandes centros. Fato análogo ocorre entre centros de mesmo nível quando o sistema de transporte em relação a um deles é melhorado. Os mapas 4, 6, 8 e 10 podem dar uma idéia do que ocorria em 1950/60/70/80, com relação aos centros urbanos da região de Bauru.

O comércio atacadista, por sua vez, localiza-se, preferencialmente, junto aos grandes mercados consumidores. Porém, quando o destino das mercadorias é o mercado externo, os locais estrategicamente melhores situados em termos de recepção e entrega dos produtos são os mais favorecidos. A ausência de meios de transporte eficientes, no entanto, em locais de grande produção pode fortalecer o aparecimento de centros atacadistas com características de armazenamento.

Para o setor de prestação de serviços vale o mesmo raciocínio feito com relação ao setor comercial varejista. No entanto, a comparação entre as décadas é bastante deficiente se forem comparadas as diversas categorias de serviços entre si. Isto porque, na tentati-

va de aprimoramento dos diversos censos, as alterações estabelecidas na composição das classes, impedem a obtenção de análises comparativas precisas. Mesmo assim, uma comparação a nível do total dos serviços é capaz de fornecer uma idéia da evolução do setor no decorrer do período.

Feitas essas considerações, a análise da Região de Bauru e de cada município terá como critério o exposto acima e como dados básicos as tabelas montadas a partir dos diversos censos demográficos e econômicos de 1950/60/70/80. Além desses dados, outras características foram acrescentadas, quando assim se fez necessário.

4 A REGIÃO DE BAURU EM 1950

4.1 Retrospectiva Histórica

"Difícilmente um observador que estudasse a economia brasileira pela metade do século XIX chegaria a perceber a amplitude das transformações que nela se operariam no correr do meio século que se iniciava. Haviam decorrido três quartos de século em que a característica dominante fora a estagnação ou a decadência"(147).

Hoje, afigura-se perfeitamente claro, que para a superação de tal fase, devia o Brasil, integrar-se nas linhas de expansão do comércio internacional.

Na segunda metade do século XIX, o comércio mundial cresceu num ritmo sem precedentes. Este fato teve influência muito grande nos países onde o desenvolvimento capitalista era incipiente.

No caso do Brasil, as possibilidades de reativar às suas antigas exportações tradicionais (açúcar, algodão, couro, fumo etc.), para participar das vantagens do comércio internacional, eram remotas nesta metade de século.

No entanto, nesta mesma época, já se definira no mercado internacional a predominância de um produto, relativamente novo, cujas características de produção correspondiam exatamente às condições ecológicas do Brasil. O café, embora já cultivado no país para fins de consumo interno, desde começo do século XVIII, só assumiu importância comercial no final deste mesmo sé

(147) Celso Furtado. Formação Econômica do Brasil. 17ª Ed.; São Paulo, Ed. Nacional, 1980, p. 110.

culo. No primeiro decênio da Independência, já aparecia em 3º lugar, depois do açúcar e algodão, contribuindo com 18% do total das exportações brasileiras. Nos dois decênios seguintes passa a ser o 1º produto de exportação (148).

A empresa cafeeira permitia a utilização de mão-de-obra intensiva que se compôs nesta fase basicamente do estoque de mão-de-obra escrava originária da região de mineração, em decadência. Apresentava, um grau de capitalização mais baixo do que a açucareira por se utilizar mais amplamente do fator terra. As necessidades monetárias de reposição eram muito menores, já que o cafezal é uma cultura permanente, e seu equipamento era mais simples e quase sempre de fabricação local.

Todos estes fatores, explicam o desenvolvimento intenso da cultura cafeeira, não obstante a tendência pouco favorável dos preços até o 3º quartel do século XIX.

Diferentemente da economia açucareira, a cafeeira desde o começo esteve formada por homens com experiência comercial. Os interesses da produção e do comércio estiveram na etapa de sua gestação, intimamente relacionados. Estes homens eram responsáveis não somente, pela aquisição de terras, recrutamento de mão-de-obra, organização e direção da produção, transporte interno, comercialização nos portos, contatos oficiais, como pela interferência na política financeira e econômica do país.

Ao concluir-se o 3º quartel do século XIX, estava definido, o produto que permitiria ao país reintegrar-se

(148) Id., Ibid.

nas correntes em expansão do comércio mundial e, conseqüentemente, o quadro da nova classe dirigente que lideraria a grande expansão cafeeira (149).

O crescimento rápido da produção cafeeira nas décadas 1870 e 1880 foi seguido por um deslocamento do centro geográfico das plantações. A produção dos planaltos paulistas chegou a superar a produção do Rio de Janeiro nesta época.

A importância desta alteração do quadro de produção do café, tanto na quantidade produzida, como na posição geográfica, só pode ser compreendida se forem consideradas as simultâneas mudanças ocorridas ao nível das relações de produção. O trabalho escravo passou a ser substituído pelo trabalho assalariado na produção paulista. Com o trabalho assalariado esta produção conheceu a mecanização, pelo menos ao nível das operações de beneficiamento. Este deslocamento geográfico se efetivou pela construção de uma rede de estradas de ferro bastante importante e, o financiamento e a comercialização de uma produção, que atingia milhões de sacas, levou ao desenvolvimento de um sistema comercial, formado por casas de exportação e uma rede bancária. Desta forma, o café tornou-se o centro motor do desenvolvimento capitalista no Brasil (150).

A natureza capitalista das transformações na produção do café não se determinou unicamente ao nível das plantações. Os principais líderes da marcha pioneira acres-

(149) Id., Ibid.

(150) Sergio Silva. Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil. São Paulo, Alfa Omega, 1976.

centaram à sua condição de grandes produtores, as funções de compradores do conjunto da produção e financiadores de novas plantações ou da modernização dos equipamentos, agindo como bancos.

Assim, paulatinamente, estes líderes se afastaram das atividades ligadas diretamente à produção, delegando estas tarefas a administradores, dedicando-se mais profundamente às atividades comerciais (casas de exportação, bancos, etc.). Estas atividades exigiam a permanência de seus líderes nas grandes cidades, sobretudo em São Paulo. A influência destes homens alcançava inclusive o aparelho do Estado, quer a nível regional, quer a nível federal (151).

O Capital cafeeiro incorporava, ao mesmo tempo, características do capital agrário, industrial, bancário e comercial, consequência de um capitalismo ainda fraco, não permitindo que se constituíssem em funções relativamente autônomas.

Uma análise mais atenta destas relações entre os diversos capitais faz ressaltar a dominação das funções comerciais do capital cafeeiro.

No Brasil o capital comercial não se apresentava de forma pura, ele dominava diretamente a produção e a submetia às suas exigências. A acumulação capitalista realizou-se então principalmente, na esfera comercial, o que implicou num desenvolvimento mais lento das forças produtivas.

(151) Id., Ibid.

Outro fator que explica a dominação do capital comercial era a posição do Brasil na economia mundial. Dentro da divisão internacional do trabalho, a sua função de país exportador de produtos agrícolas levou a uma dependência em relação ao mercado mundial, que acentuou o papel dominante do comércio na economia cafeeira e na economia brasileira em geral (152).

Desta forma, dois aspectos afetavam, periodicamente, o desenvolvimento da economia cafeeira. A queda dos preços do produto no mercado mundial e a superprodução. O primeiro deles, era resolvido adiando-se o problema a través das políticas inflacionárias e de rápida desvalorização da moeda brasileira que permitiam amortecer os efeitos de baixa de preços para a classe exportadora e, distribuí-los sobre o conjunto da economia brasileira. Quando porém, o mecanismo de trocas mostrou-se incapaz de diluir os efeitos da queda dos preços, o problema da superprodução passou a primeiro plano. (153).

A política de "Valorização" do café, criada em 1906 com a finalidade de controlar os efeitos da superprodução do produto, assegurou a continuação da acumulação na economia cafeeira, que era o núcleo do desenvolvimento capitalista do Brasil (154).

A partir daí, este desenvolvimento se fez com a participação mais direta do capital estrangeiro. Foi a partir da "Valorização" que o capital estrangeiro tornou-se dominante no setor de comercialização do café e as

(152) Id., Ibid.

(153) Celso Furtado, op.cit.

(154) Sergio Silva, op.cit.

filiais de bancos estrangeiros desenvolveram-se mais rapidamente.

Foi com a crise do café que essa camada de comerciantes e banqueiros nacionais e estrangeiros penetraram em todos os setores da econômica brasileira, financiando as atividades mais diversas: o comércio, a importação, a exportação, o açúcar, o café e também a indústria.

A indústria que até meados do século XIX possuía um nível tecnológico e estrutural próximo ao dos países então mais desenvolvidos (indústrias têxteis, siderúrgica, naval e outras), no transcorrer do século seguinte, mais precisamente até o final da II Grande Guerra, não acompanhou o mesmo ritmo de expansão e transformação das estruturas industriais destes países. Esta situação de decadência da indústria brasileira entre meados do século XIX e do século XX, coincidem com a soberania da produção cafeeira a partir do 3º quartel do século XIX, como salientado anteriormente (155).

Foi a I Grande Guerra que, ao interromper o fluxo de importações de origem industrial, conferiu um impulso significativo neste setor. Com efeito, quase 6000 novos estabelecimentos industriais foram criados durante os anos da I Grande Guerra, tendo o valor da produção industrial crescido de 150%, em termos reais, naquele período 1914/1919 (156)

(155) IPEA. A Industrialização Brasileira - Diagnósticos e Perspectivas. In: F.R. Versiani & J.R.Mendonça Barros. Formação Econômica do Brasil; a Experiência de Industrialização. São Paulo, Saraiva, 1978.

(156) IPEA. A Industrialização Brasileira - Diagnósticos e Perspectivas. In: F.R. Versiani & J.R.M.Barros. op.cit.

Porém a década de 20 foi marcada por desestimulantes impactos sobre as indústrias nacionais criadas durante a guerra. Os produtos importados voltaram a competir com os nacionais que eram produzidos a custos mais altos. Além disso, a demanda externa de café permaneceu sustentada ao longo da década, incentivando a inversão no setor que entre 1925 e 1929 praticamente duplicou sua produção. Entre 1927 e 1929, apenas 2/3 do total produzido encontrou colocação no mercado externo (157).

A depressão da década dos anos 30 representou a grande oportunidade histórica da indústria nacional. A política de defesa dos cafeicultores nos anos de grande depressão concretizou-se embora, inconscientemente, num verdadeiro programa de fomento da renda nacional, sendo o responsável direto pela recuperação da economia brasileira a partir de 1933 (158).

Outro aspecto a ser considerado é que a mesma política era responsável pelo aumento do desequilíbrio externo cuja correção se fazia à custa do rebaixamento do poder aquisitivo externo da moeda. Isto implicava numa elevação do preço dos produtos importados, o que automaticamente comprimia o coeficiente de importações.

Assim, com a renda mantida e sem poder importar, a pressão recaiu sobre os produtores internos, passando o mercado interno a oferecer melhores oportunidades de inversão do que o setor exportador.

(157) Id., Ibid.

(158) Celso Furtado. op.cit.

A capacidade produtiva dos cafezais foi reduzida à cerca da metade nos quinze anos posteriores à crise. Boa parte dos capitais desviou-se para outros setores, alguns até ligados a exportação como o caso do algodão que em 1934 correspondia a 50% do valor da produção cafeeira (159).

Assim configurou-se um quadro para a economia nacional onde coexistiam, harmonicamente, setores voltados ao mercado externo, com alta produtividade, setores dirigidos ao mercado interno, grandemente heterogêneos e setores de economia de subsistência com baixos índices de produtividade (160).

A II Grande Guerra teve grandes efeitos em termos de incentivo ao progressivo processo de industrialização brasileiro e, ao lançamento das bases que iriam permitir a crescente diversificação do parque industrial brasileiro (161)

A política seguida durante os anos de guerra foi, em essência, idêntica à que se havia adotado logo após a crise. Como as situações eram radicalmente diversas as consequências apresentaram-se completamente distintas.

O índice de preços de exportação cresceu entre 1937 e 1942 sendo portanto, muito forte o estímulo externo. A elevação do poder de compra externo da moeda brasileira, pelos sucessivos superávits na balança de pagamentos, resultantes da situação criada pela guerra, significaria menores preços, em cruzeiros, para os

(159) Celso Furtado. op.cit.

(160) IPEA. op. cit.

(161) Id., Ibid.

produtos exportados. Como o preço internacional do café estava fixado em acordos, a valorização da moeda representaria um prejuízo para a renda do setor cafeeiro. Esta valorização também se traduziria num barateamento das importações que concorreriam com o setor manufatureiro. Estes dois setores, aliam-se então, contra esta revalorização da moeda levando a uma fixação da taxa cambial por parte do governo. Esta medida, em última análise sustentou o nível da renda monetária criando-se um fluxo de poder de compra sem correspondência do lado da oferta de bens e serviços, pois a capacidade produtiva do momento, estava sendo intensamente utilizada. Este fato levou a uma inevitável alta de preços. Para o setor exportador entre 1939 a 1944 esta alta de preços não teve muitos efeitos negativos desde que os preços de exportação estiveram muito à frente do nível interno. Fato análogo não aconteceu com os preços de importação que neste período aumentaram menos do que os preços internos. Com a liberação das importações na pós-guerra, a regularização da oferta externa e o aumento de renda ocorrido no país, era natural que o coeficiente de importação aumentasse. Mas a capacidade para importar não permitia esse acréscimo sem provocar novos desequilíbrios. Para que esse desequilíbrio fosse evitado, ou se desvalorizava substancialmente a moeda ou se introduzia uma série de controles seletivos às importações. A decisão pela segunda alternativa, teve profunda significação sobre o futuro imediato, se bem que segundo Furtado (162), tomada com aparente desconhecimento de seu verdadeiro alcance. Esta decisão teve uma importância básica na intensificação do processo de industrialização do país.

(162) Celso Furtado. op.cit..

O controle seletivo que se impôs às importações manteve baixos os custos dos equipamentos importados, enquanto se elevaram os preços internos das manufaturas produzidas no país, o que aumentava a eficácia marginal das inversões na indústria. Esta política resultou na concentração nas mãos dos empresários industriais de parte substancial do aumento de renda de que se beneficiava a economia, bem como da ampliação das oportunidades de inversões.

A elevação dos preços do café entre 1949 e 1953 provocou, primeiramente, um aumento dos lucros, para todos que detinham estoques do produto (intermediários, prestadores de serviços), e para os produtores também.

O aumento do preço externo do café, produziu um aumento também de seu preço interno e conseqüentemente, influenciou os preços do setor agrícola ligado ao mercado interno. Tanto o crescimento da renda do setor exportador aumenta a procura de bens e serviços, como a transferência do setor agrícola interno para o exportador, dos fatores de produção com perspectivas de maiores benefícios, diminuem a oferta destes bens e serviços provocando uma alta dos preços.

O aumento da capacidade para importar criado neste período (1949 e 1953), o controle seletivo das importações e o aumento dos preços dos produtos internos tenderam mais uma vez a premiar o setor industrial.

No momento em que a indústria modificava a sua participação na economia, sua estrutura também sofria transformações, aumentando gradativamente, o peso dos ramos mais dinâmicos, basicamente produtores de bens de consumo duráveis, intermediários e de capital, mesmo que ainda em ritmo lento.

Iniciou-se nesta época, um processo de substituição de importações, através das importações seletivas que tornavam viáveis as importações de bens de capital e intermediários necessários para alimentar o processo (163).

A operação de Volta Redonda, a partir de 1946, a 1ª indústria moderna funcionando em níveis adequados, viabilizaria a expansão industrial no período 1947/1955, e mostraria a inadequação de dotação de capital social básico às necessidades da nova indústria, cujos obstáculos fundamentais na época estavam representados pelos setores de energia e transporte.

É dentro deste panorama que se inicia a análise sobre a Região de Bauru.

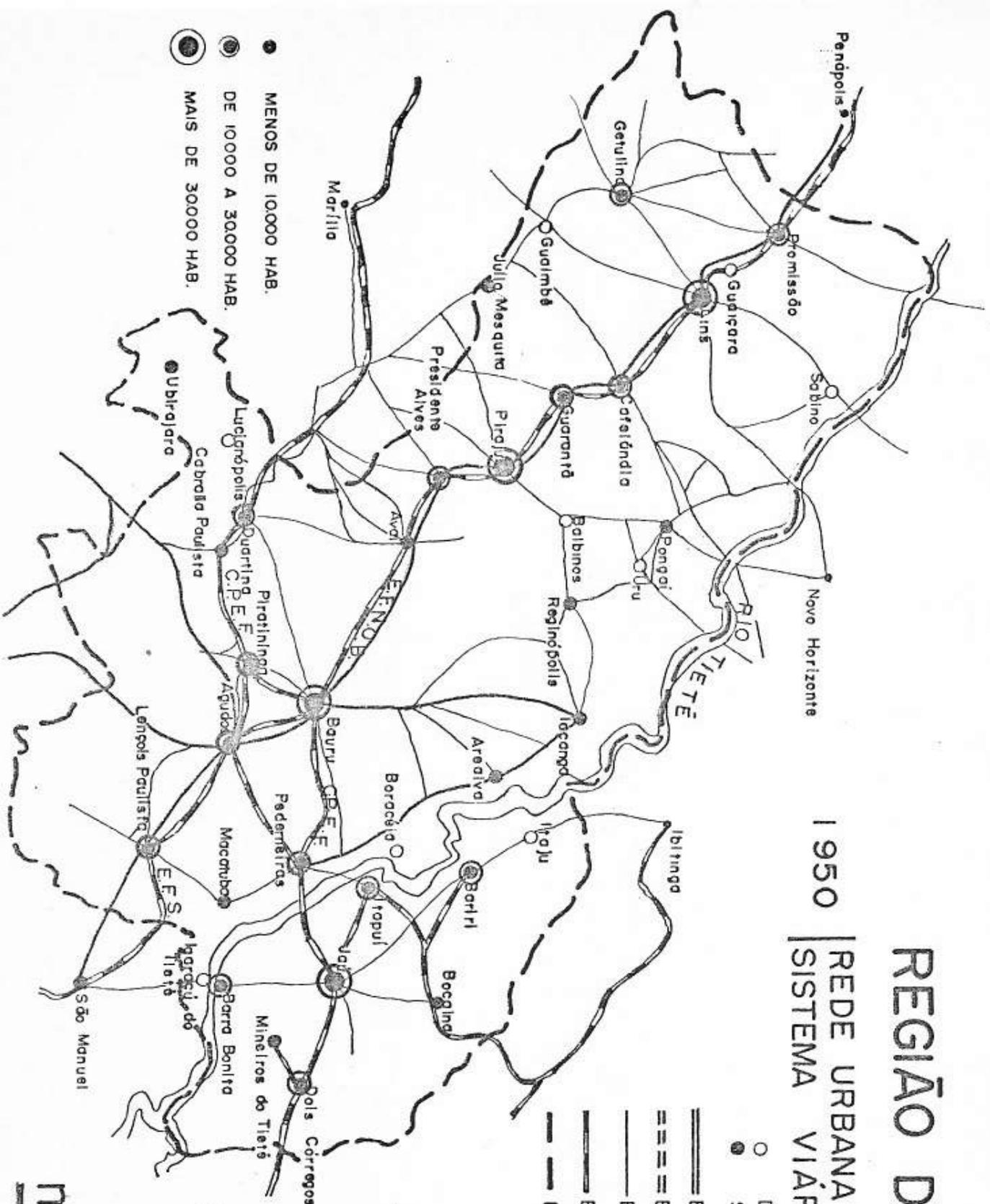
A primeira metade do século XX encerrou um período onde o fator dinâmico da economia caracterizou-se pelo papel do mercado interno, e onde as políticas econômicas tiveram como objetivo principal a proteção do setor exportador restrito quase que exclusivamente ao café. Estes dois fatores ligados de modo meramente ocasional contribuíram, embora de forma inconsciente, ao desenvolvimento do setor industrial emergente.

É de se esperar que esta característica do desenvolvimento econômico tenha tido seus reflexos na formação da rede urbana brasileira e suas diversas regiões de acordo com o papel por elas desempenhado dentro do processo produtivo brasileiro.

(163) IPEA. op.cit.

REGIÃO DE BAURU

1950 | REDE URBANA E SISTEMA VIÁRIO



○ DISTRITO
● SEDE MUNICÍPIO

==== ESTRADA PAVIMENTADA
——— ESTRADA NÃO PAVIMENTADA
——— ESTRADA DE FERRO
- - - LIMITE DE REGIÃO

0 10 20Km

FONTES: E.F.S. Carta Geral das linhas férreas, navegação e rodovias - 1949 esc. 1:1.300.000.
FIBGE - Censo Demográfico de São Paulo - 1950

mapa 4

● MENOS DE 10.000 HAB.
● DE 10.000 A 30.000 HAB.
● MAIS DE 30.000 HAB.

4.2 Caracterização da Rede Urbana

No caso específico da Região de Bauru, observa-se que em 1950, segundo o Censo Agrícola, esta produzia 24,8% da produção de café do Estado de São Paulo, o qual respondia, praticamente, por quase toda a produção do país.

A Região de Bauru, produzia além dos 24,8% da produção estadual de café, 4,2% da produção de algodão, 7,3% de milho, 15,0% de fumo e 8,0% dos bovinos. Todos estes produtos estavam incluídos na pauta de exportação brasileira em 1951.

Os demais setores econômicos eram ainda incipientes, destacando-se apenas o município de Bauru, cuja principal atividade encerrava-se dentro do setor de comércio e serviços.

Nesta época, a Região de Bauru contava com 29 municípios dos quais: 4 possuíam mais de 30.000 habitantes, 14 possuíam entre 10.000 e 30.000 habitantes e os 11 restantes menos de 10.000 habitantes.

A população da Região totalizava 511.427 habitantes e a população economicamente ativa era de 186.111 habitantes.

Diante do modelo agrícola exportador brasileiro, sulcado em poucos produtos de expressão, onde praticamente 60% do total das exportações correspondiam a um único produto, o café, era de se esperar que as atividades a ele relacionadas dessem melhores resultados, tanto a nível de produção como de comercialização.

Desta forma, é fácil supor que a grande produção de café deveria ser garantia para o dinamismo das economias municipais através, principalmente, da criação de um mercado de emprego. Mesmo assim, esta condição isolada parece não ter sido suficiente para confirmar este dinamismo.

A produção de outros produtos, também exportáveis contribuiriam, sem dúvida para que as economias municipais se desenvolvessem. Este foi o caso de Pirajuí e Lins com relação a diversificação de suas atividades primárias (164). Esta diversificação refletiu-se nos demais setores econômicos, principalmente no setor terciário.

Em contra partida, a grande produção de café isolada, não garantiu a municípios como Cafelândia, Getulina e

- (164) No caso específico de Pirajuí, deve-se lembrar, principalmente, que em 1949, este município sofreu desmembramentos, dando origem a mais três novos municípios: Guarantã, Pongai e Reginópolis (ver Anexo 1). Se tal não tivesse ocorrido, os dados do Censo apresentariam Pirajuí como a 2.^a cidade em termos populacionais da Região.

Mesmo com a perda destes distritos Pirajuí ainda manteve a 2.^a produção regional de café, 5,5% do milho, 9,5% do algodão e 5,8% de bovinos.

Contribuía ainda na época, significativamente, a nível regional, na produção de cana-de-açúcar onde aparecia como 2.^o produtor regional.

Aliás, entre as 4 maiores cidades da região, Pirajuí era aquela cuja atividade agrícola apresentava maior peso, ocupando cerca de 64% de População Economicamente Ativa.

No caso de Lins, além dos 11,4% da produção regional de café, produzia 8,0% de algodão e 6,8% de bovinos.

Guarantã (165) o dinamismo da economia municipal, representada também pelo desempenho dos setores urbanos como ocorrido com Jaú e Promissão.

Uma produção de café, abaixo de determinados níveis, então, nem conseguia gerar os empregos suficientes para propiciar um crescimento da população. Este fato contribuía para que estes municípios fossem suplantados por outros com menores produções, porém com atividades mais diversificadas, tanto em relação ao setor primário como aos demais setores econômicos.

Este foi o caso de Pederneiras cuja produção de café era inferior a de Agudos, Duartina, Guarantã e Itapuí e, além de apresentar população maior mostrava maior

(165) No caso de Cafelândia, o único produto de exportação com produção significativa estava representada pelo café (4º produtor regional). Nos demais setores econômicos, apesar de apresentar um valor da produção industrial elevado (decorrência da grande produção de café), em termos de POD e número de estabelecimentos atingia valores inferiores a municípios de menor tamanho.

O caso de Getulina, por sua vez, teve um agravante que foi a ausência de ramal ferroviário. Isto impediu o desenvolvimento de outras atividades que o grande contingente populacional aí gerado poderia ter propiciado. Pois, além do café produzia 6,4% do algodão da região.

O município de Promissão, além de grande produtor de café, era o maior produtor regional de bovinos.

O município de Jaú produzia 6,5% do café e 8,2% do milho da região (maior produtor regional).

Destacava-se também em relação à oferta de emprego no setor industrial, mostrando maior equilíbrio entre os três setores econômicos.

dinamismo nos demais setores econômicos (166). Mais característico do que Pederneiras, é a própria situação do Município de Bauru.

Em termos de produção de café, Bauru era altamente inexpressivo. Porém sua situação de principal entroncamento ferroviário do Estado, proporcionou-lhe o desenvolvimento de atividades de comércio e serviços ligados ao café, podendo o município então, prescindir de uma grande produção, apresentando mesmo assim, a mais dinâmica das economias municipais da Região (167).

- (166) Em Pederneiras a atividade industrial, apesar de bem menor em volume de produção do que Agudos e Duartina, Guarantã e Itapuí, era bem mais representativa em termos de PEA, absorvendo mais de 10% do seu total.

O setor comercial atacadista também apresentava grande expressão, tanto em Receita como em Pessoal Ocupado Diretamente em relação às quatro outras cidades.

No caso específico de Guarantã, a 5.^a produtora regional de café, seu recente desmembramento de Pirajuí, respondia em parte, pelo baixo nível das atividades urbanas. Não possuía comércio atacadista e os números do comércio varejista davam um salto em relação a Agudos, sendo inferiores, inclusive, a cidades de população mais reduzidas.

- (167) Desde cedo, caracterizando-se como o principal entroncamento ferroviário do Estado, que teve como finalidade primeira, o escoamento da produção de café para o porto de Santos, desenvolveu prematuramente atividades de comércio e serviços ligadas à produção de café.

De acordo com considerações feitas anteriormente, na época do auge da exportação de café, aqueles centros que se dedicaram à comercialização do café, como o caso também da cidade de São Paulo, constituíram-se nas grandes cidades do Estado. A cidade de Bauru apresentou condições semelhantes, pois apesar de ser a maior cidade da Região em 1950, não era expressiva, em termos regionais, sua produção de café. Esta correspondia apenas, a 1,5% da produção da região.

Considerando-se a produção de outros produtos de exportação, sobressaía-se o algodão, contribuindo com cerca de 5,3% da produção regional. São Paulo (Universidade). FAU, CEPEU. Plano Diretor de Bauru. 1967.

Se por um lado, a produção de café sozinha, não era capaz de responder pelo crescimento das economias municipais, a associação com uma localização privilegiada do ponto de vista do sistema de transporte, aparece com um fator extremamente importante.

Aliás, a Fertilidade do Solo (produtividade) e a Localização (comercialização) participam da composição dos custos de produção que podem ou não viabilizá-la (168).

Para o desenvolvimento do comércio atacadista, mais do que a grande produção do município em específico, a situação regional privilegiada quanto ao posicionamento relativo aos demais núcleos urbanos e da eficiência das vias de transporte é garantia para um bom desempenho do setor.

A localização de Bauru e, em menor escala a de Pederneiras (169), permitiam-lhes receber a produção de vários outros locais para serem então comercializados.

Com relação ao comércio varejista e de prestação de serviços, o mercado consumidor (tamanho e poder aquisitivo) existente na área de influência de determinado centro, conforme mencionado no Capítulo II é o principal elemento que responde pelo dinamismo do setor.

(168) Sobre o assunto Fertilidade e Localização ver: Karl Marx. O processo global de produção capitalista. In: _____. O Capital. Trad. Reginaldo Sant'Anna: 3^a Edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, s.d., livro 3, vol. 6.

(169) Pederneiras localizada depois de Bauru no sentido do Porto de Santos, apresentava uma situação conveniente para receber a produção de localidades como Itapuã, Arealva e Boracéia (Mapa 4).

Assim, tem-se, primeiramente, que aos maiores mercados regionais correspondiam os maiores centros de comercialização e prestação de serviços em termos de Receita (Bauru, Lins, Jaú, Pirajuí, Cafelândia, Getulina, Bariri e Promissão).

Por outro lado, um mercado consumidor de maior poder aquisitivo, gerado, principalmente, por uma maior oferta de emprego no setor secundário em relação ao primário pode favorecer, indubitavelmente, o dinamismo do setor varejista e de prestação de serviços como o caso de Barra Bonita, Dois Córregos e Pederneiras (170).

Outro fator de grande interferência para o desenvolvimento do comércio varejista e de prestação de serviços, é, sem dúvida, a posição relativa entre os diversos núcleos urbanos e a eficiência dos meios de transporte entre eles, como já salientado.

A proximidade de alguns centros com relação a centros de maiores níveis pode ofuscar o desenvolvimento dos primeiros. Isto porque a ocorrência de viagens de compras associadas nos grandes centros diminui a incidência de compras de produtos característicos dos centros menores. Este fato se agrava se o sistema de transporte exis

(170) Os municípios de Barra Bonita, Dois Córregos e Pederneiras apresentavam respectivamente, 18,9%, 10,4% e 12,3% de suas PEAs alocadas na Indústria. Estes índices eram bastante elevados em termos regionais onde o maior município, o de Bauru, apresentava um índice de 19,5%.

Dois Córregos apresentava um comércio varejista bem desenvolvido superando Agudos em termos de receita e número de estabelecimentos e, Pederneiras em termos de receita e POD; ambos de maior tamanho populacional. Este fato estava relacionado, em parte, com o mercado criado pela oferta de empregos industriais.

tente na área de influência destes centros for eficiente, ou seja, rápido e de baixo custo. Guarantã, Presidente Alves, Macatuba, Piratininga, Itapuã e inclusive Agudos, são exemplos representativos desta condição (171).

Contrariamente, municípios mais afastados dos grandes centros e/ou com meios de transportes deficientes, podem garantir o desenvolvimento do seu setor terciário como ocorreu com Iacanga e Bocaina (172), Lençóis Paulista (173)

- (171) A proximidade dos centros urbanos de Jaú e Pederneiras deve ter contribuído em parte, para ofuscar o setor terciário de Itapuã o qual mostrava-se pouco dinâmico, com Receita reduzida para o seu tamanho populacional.

De forma mais acentuada, fato análogo ocorria com Guarantã e Presidente Alves com relação a Pirajuí e Bauru e com Agudos e Piratininga com relação também a Bauru.

O setor varejista de Macatuba também era incipiente em decorrência de uma localização que o situava no centro de gravidade de um polígono formado por 6 centros de maior categoria (Mapa 4)

- (172) O setor varejista de Iacanga, mantinha certa posição na rede urbana regional, devido principalmente, a sua localização geográfica mais distante dos grandes centros e, com acessos precários. Este município parecia funcionar como "lugar central" de uma área relativamente grande, onde não existiam centros de igual expressão. Nota-se então, que apesar de ser pequena a Receita do setor varejista, era grande o número de estabelecimentos, comparativamente a cidades de maior tamanho populacional como Piratininga.

Juntamente com Bocaina, eram as duas únicas cidades com menos de 10.000 habitantes que possuíam comércio atacadista.

Em termos de Receita comercial varejista, Bocaina era a mais forte representante desta faixa de cidades equiparando-se em número de estabelecimentos à Iacanga.

A precariedade das ligações viárias para o município foram responsáveis em parte por esta condição (Mapa 4).

- (173) O comércio varejista de Lençóis Paulista era mais dinâmico do que o tamanho de sua população deveria indicar. Estar mais distante e depois de Bauru em direção ao Porto de Santos, sem dúvida, facilitou o seu desenvolvimento.

e Bariri (174).

Com relação ao setor secundário uma comparação entre o valor da Transformação Industrial (VTI), Valor da Produção Industrial (VPI) e Valor da Receita do Setor do Comércio e Serviços (RT), expressa a importância real da atividade industrial dos municípios. Isto é, uma produção industrial elevada pode estar ligada mais diretamente a uma atividade de beneficiamento de matérias primas produzidas no município. Este fato no entanto, não significa que existe uma atividade industrial significativa e um estágio de desenvolvimento industrial mais avançado.

Para que isso venha a ocorrer é preciso que o valor da transformação industrial seja também expressivo.

Assim a comparação entre estes três valores pode indicar até certo ponto, a predominância de determinado setor na economia municipal.

Feitas estas considerações, pode-se verificar que apenas três municípios da Região apresentavam, em 1950, VTI acima da RT*. Dois deles, Júlio Mesquita e Cabrália Paulista, deviam este fato, principalmente, ao baixo va-

(174) O município de Bariri, sugeria a existência de um comércio varejista mais diversificado devido ao grande número de estabelecimentos, superior a Cafelândia, Getulina e Promissão. Bariri encontrava-se a uma distância maior do que 25 km de qualquer uma das quatro maiores cidades da Região, surgindo como centro de uma área relativamente grande, sem influência definida por qualquer outro centro de igual categoria (Mapa 4). Segundo dados constantes da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, havia um ramal da Companhia Paulista de Estradas de Ferro que ligava Jaú a Bariri - FIBCE. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, municípios do Estado de São Paulo. Rio de Janeiro, 1958.

* RT - Receita do Terciário - ver tabela 33.

lor de sua RT, e a sua significativa produção industrial (mesmo que com alto nível de beneficiamento), apesar de serem as menores cidades da Região.

O outro município, o de Barra Bonita aparece, incontestavelmente, como aquele cujo estágio de desenvolvimento industrial era o mais expressivo (175), mantidas as devidas proporções com relação aos tamanhos populacionais dos municípios da região.

Três outros municípios apresentavam um VTI equiparado a RT: Agudos, Guarantã e Macatuba.

Com o município de Guarantã, isto ocorreu devido a sua alta produção agrícola que propiciava uma grande produção industrial, embora com elevado índice de beneficiamento, e contrapondo-se com um setor terciário incipiente, como salientado anteriormente.

O município de Macatuba, também com setor terciário fraco, igualava-se com o VTI significativo, apesar do

(175) Barra Bonita tinha como principal produto agrícola a cana-de-açúcar, do qual dependia, fundamentalmente, sua atividade industrial. O açúcar não correspondia, no entanto, na época, aos interesses do setor exportador, sendo portanto sua produção dirigida para o consumo interno.

Com relação ao setor secundário, tem-se a salientar que a PEA industrial de Barra Bonita, em termos percentuais com relação ao total da PEA era o maior da região. Soma-se a este fato, o de apresentar o menor índice de beneficiamento regional e possuir grandes estabelecimentos em relação ao POD, ocupando o 3º lugar na região quanto a este aspecto.

Em termos de VTI, Barra Bonita só perdia para Agudos dentre as cidades com menos de 30.000 habitantes, embora com taxa de beneficiamento mais reduzida.

reduzido VPI, devido ao seu baixo índice de beneficiamento (176).

O caso do município de Agudos diferentemente demonstra um alto valor da RT equivalente a um VTI, devido a sua grande produção industrial e baixo índice de beneficiamento (177).

Outro grupo de municípios apresentavam VTI menor do que a RT, embora com um VPI superior.

Independentemente, da expressão que o setor terciário apresentasse de acordo com os diversos níveis hierárquicos, a produção industrial em grandes proporções devido a grande produção agrícola e, a alta taxa de beneficiamento das indústrias, aparentemente indicariam maior destaque para setor industrial.

Numa última condição encontram-se os municípios cuja RT supera inclusive o VPI. Incluem-se aqui aqueles municípios que funcionavam como centros de comercialização, e prestação de serviços para uma grande área de influência.

(176) Macatuba apresentava-se como uma cidade de fraca agricultura, apesar de ser a maior produtora de café entre as cidades com menos de 10.000 habitantes. Deve-se salientar que era a 4.^a produtora de cana-de-açúcar da Região o que influiu no desenvolvimento de sua indústria. Desde 1949 existia em Macatuba uma Usina de Açúcar de grandes proporções - Usinas Zillo-Lorenzetti, a qual interferiu na obtenção da média dos tamanhos dos estabelecimentos em relação ao POD, garantindo-lhe destaque entre as cidades com menos de 10.000 habitantes.

(177) O VTI atinge em Agudos os valores mais altos entre as cidades com menos de 30.000 habitantes. A proximidade com o maior mercado consumidor da Região (Bauru), teve influência nesta característica do setor industrial de Agudos.

As três maiores cidades da Região, em 1950, encontravam-se dentro desta categoria tendo no município de Bauru o seu mais expressivo representante. Este município funcionava como polo terciário de toda a Região de Bauru, do Norte do Paraná e interior de São Paulo.

Outras cidades faziam parte deste grupo: Cafelândia, Bariri, Promissão, Pederneiras, Dois Córregos, Iacanga, Bocaina, Arealva, Ubirajara e Mineiros do Tietê.

Nas três últimas todas as atividades eram muito fracas.

Vale ressaltar entre todas estas cidades: Pederneiras e Dois Córregos. Ambas possuíam setor industrial bastante dinâmico com taxas de beneficiamento entre as menores da região e os maiores POD depois de Barra Bonita. Além disso, empregavam mais de 10% de sua PEA na indústria, fator este, como salientado anteriormente, que dinamizava sem dúvida o seu setor terciário.

Cafelândia e Promissão pelo próprio tamanho da população que garantia um mercado consumidor próprio, e Bariri, Iacanga e Bocaina pela situação locacional, como esclarecido anteriormente, viam estimulados seus setores terciários.

Os demais centros da Região com menos de 10.000 habitantes, excetuando-se Arealva e Avaí, com certa expressão do setor industrial, dirigiam-se basicamente ao atendimento da população rural, haja visto que as atividades urbanas eram bastante incipientes.

4.3 Conclusões

Resumindo, em 1950, o quadro geral da rede urbana da região de Bauru pode ser distribuído em 5 categorias (Mapa 5).

Um primeiro grupo concentra municípios com atividades fundamentalmente agrícolas onde a expressão dos setores urbanos são meros reflexos do setor primário. Incluem-se neste grupo: Lins, Pirajuí, Cafelândia, Getulina, Promissão, Duartina, Guarantã, Itapuí, Piratininga, Presidente Alves, Arealva e Avaí.

Um segundo grupo incorpora os municípios com potencial no setor terciário, devido, principalmente, às características locais com meios de transportes eficientes como Bauru ou, mais afastados da influência direta dos grandes centros, como Bariri e Iacanga, ou ainda, num nível inferior, com ligações viárias deficientes como a própria Iacanga e Bocaina.

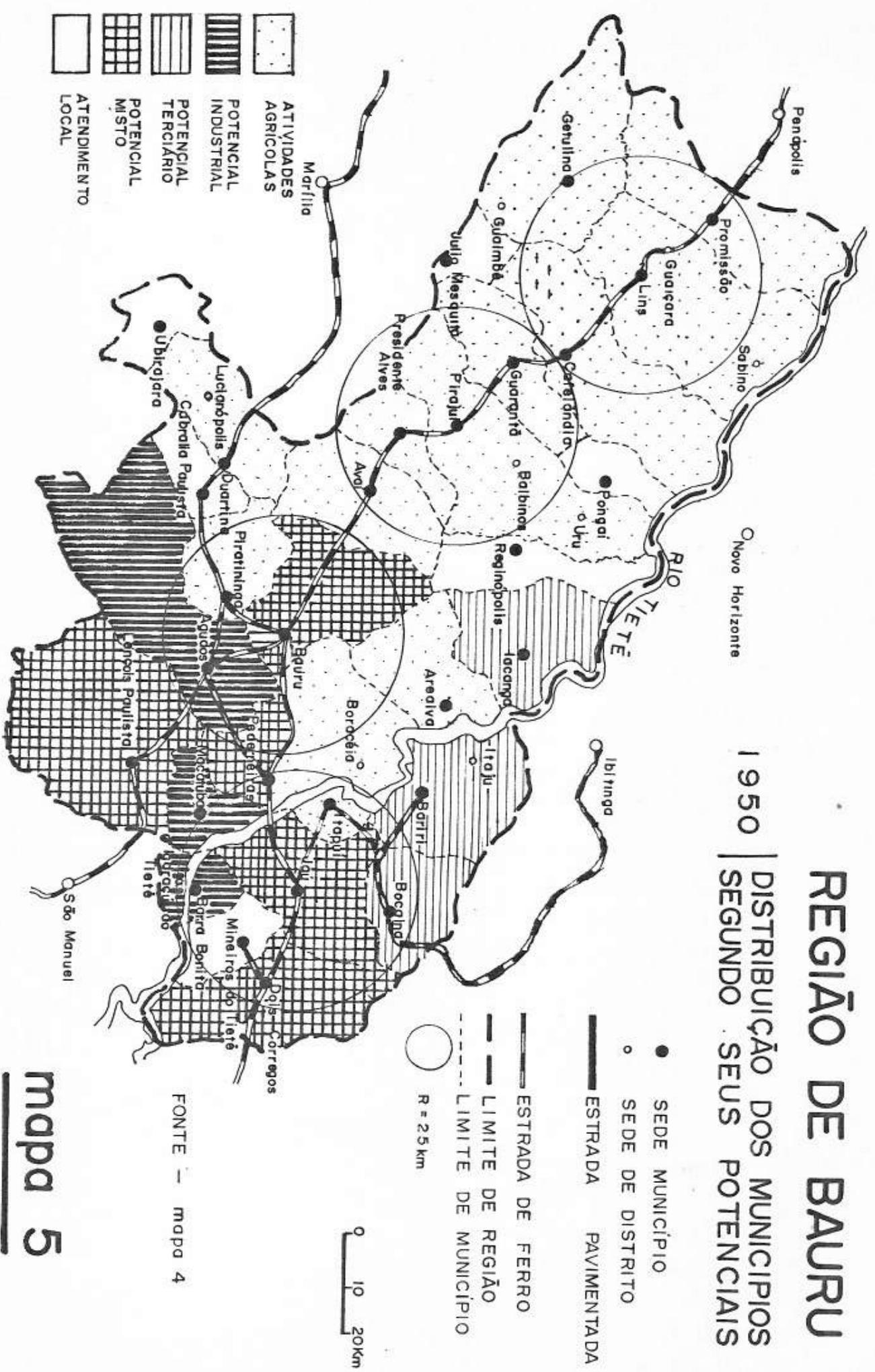
Um terceiro grupo compreende os municípios com setor secundário mais representativo como Barra Bonita, Agudos e Macatuba.

Um quarto grupo abrange os municípios considerados com potencial misto devido ao desenvolvimento mais uniforme dos diversos setores econômicos. Incluem-se nesta categoria: Jaú, Lençóis Paulista, Pederneiras, Dois Córregos e indubitavelmente, Bauru.

O último grupo apresentado representa os centros urbanos voltados ao atendimento à população rural do seu entorno. São eles: Pongaí, Reginópolis, Ubirajara, Mineiros do Tietê, Cabrália Paulista e Júlio Mesquita.

REGIÃO DE BAURU

1950 | DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS
SEGUNDO SEUS POTENCIAIS



mapa 5

Finalizando as análises sobre a Região de Bauru em 1950, pode-se observar que a situação dos municípios, na rede urbana regional, refletia a participação de cada um no desempenho da economia nacional. Esta encontrava-se voltada, principalmente, para o mercado externo, mediante o fornecimento de alguns gêneros agropecuários (café, algodão, milho, derivados de couro e fumo). Porém, havia também a necessidade de abastecimento do mercado interno criado em decorrência da cultura do café. Dessa forma, salientava-se a agricultura de subsistência e alguns produtos industrializados como os têxteis e o açúcar.

Deve-se salientar mais uma vez, que as atividades econômicas desenvolvidas responderam às exigências naturais do mercado, tanto interno como externo, sem a menor interferência do Estado que teve como único objetivo até então, atender aos anseios do setor cafeeiro.

5 A REGIÃO DE BAURU EM 1960

5.1 Retrospectiva Histórica

Para um país com uma economia agrária-exportadora, a conjuntura econômica internacional tem efeitos marcantes no panorama interno. Quando a conjuntura internacional apresenta-se então desfavorável, e adota-se, internamente, uma política econômica que privilegia o setor industrial, seria de esperar consequências desastrosas para alguns ramos do setor primário, como o ocorrido na Região de Bauru.

Mesmo considerando-se que a oferta de produtos agropecuários no período 1947-61 tenha crescido acima do ritmo de expansão demográfica, a produtividade média da terra manteve-se inalterada. A expansão da oferta teve sua origem apenas no alargamento da fronteira agrícola (178).

No mercado externo, o café havia conhecido um aumento substancial de preço durante a 1.^a metade do decênio 1950/60, e a partir de 1955 começou a declinar. Realmente, até 55, o processo de substituição de importações ocorrido quase que espontaneamente, foi possível graças à capacidade para importar. Criada neste período de alta do principal produto de exportação brasileiro.

Ocorre nesta época também uma alteração no quadro das exportações brasileiras, tanto em quantidade como em qualidade.

(178) Carlos Lessa. 15 Anos de Política Econômica. São Paulo, Brasiliense, 1981.

O café diminui em termos porcentuais sua participação no total das exportações. Produtos como o milho e derivados de couro não atingem nem 1,0% e, o açúcar passa a representar um dos principais produtos de exportação em 1960.

A política econômica adotada pelo governo em fins de 1956, formulada em um ambicioso plano, conhecido por "Plano de Metas", segundo Lessa, consubstanciou-se no maior esforço em prol da industrialização na história econômica do país (179).

O Plano conferia prioridade absoluta à construção dos estágios superiores da pirâmide industrial verticalmente integrada e do capital social básico de apoio a esta infra-estrutura. O processo de substituição de importações teria sua continuidade, porém, não se baseava na evolução do setor primário como garantia para tal procedimento.

Os recursos para a manutenção do processo seria buscados através de um forte endividamento externo. Assim o capital estrangeiro assumiria um papel fundamental dentro do esquema geral do Plano.

O Plano indicava que os investimentos diretos do governo seriam no setor de energia e transporte, e em algumas atividades industriais básicas, notadamente siderurgia e refino de petróleo. Setores estes em que a empresa privada não tinha interesses. Concedia tam-

(179) Para maiores detalhes sobre o Plano de Metas ver: Carlos Lessa. op.cit.

bém, favores e estímulos à expansão e diversificação das indústrias produtoras de equipamentos e insumos (180) com funções de produção de alta intensidade de capital (181).

No setor energético o esforço principal seria realizado com vistas à ampliação da capacidade geradora de energia elétrica. A criação da empresa estatal Petrobrás em 1954, perseguia a substituição integral das importações de combustíveis líquidos, através da instalação de parque refinador, prevendo também, a ampliação da produção nacional de petróleo.

No setor de transportes o Plano previa o reequipamento do sistema ferroviário, a ampliação e pavimentação das rodovias, a melhoria dos portos e modernização da frota comercial.

Um segundo grupo de metas relativo ao setor industrial, propriamente dito, visava integrar verticalmente o parque industrial. Assim, dava-se ênfase às indústrias de bens intermediários como a siderurgia e o cimento. Outros setores produtores de insumos, contemplados pelo Plano, foram os de metais não ferrosos, álcalis, celulose e papel de imprensa, borracha e fertilizantes. Os ramos industriais produtores de equipamentos também foram incentivados. O conjunto de metas relativas

(180) Nas indústrias produtoras de equipamentos incluem-se: indústrias automobilísticas, construção naval, mecânica e de material de transporte. As produtoras de insumos referem-se à produção de metais não ferrosos, álcalis, celulose e papel de imprensa, borracha e fertilizantes e cimento.

(181) Carlos Lessa. *op.cit.*

ã produção de bens de Capital abrangia as indústrias automobilísticas, de construção naval, mecânica e de material elétrico pesado. Destaca-se aqui que o crescimento da frota de caminhões não teria ocorrido, em condições de estrangulamento do setor externo, sem a implantação da indústria no país (182).

Com um interesse marcadamente industrial e, relegando o setor primário às flutuações do mercado internacional, era de se esperar que o panorama interno mostrasse uma tendência diferente da ocorrida até 1950, que se encontrava voltada a satisfação das exigências do setor cafeeiro.

Portanto, dois fatores responderam pela alteração do quadro interno brasileiro; a política econômica adotada voltada para beneficiar o setor industrial, e às exigências e necessidades do mercado externo.

Quais os reflexos destes fatores durante o correr da década de 1950 na Região de Bauru e, como cada município reagiu aos novos estímulos é o que será avaliado a seguir.

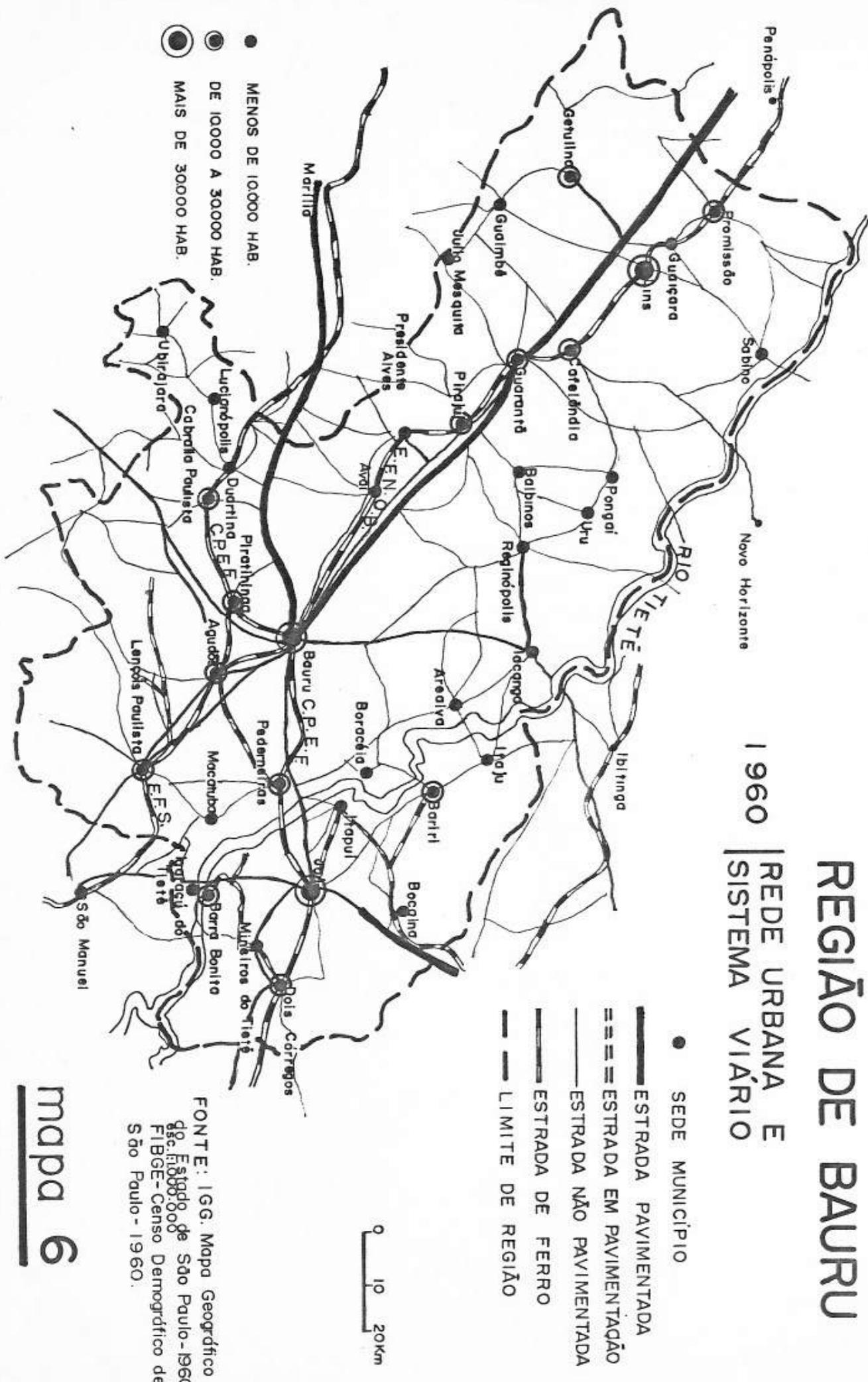
5.2 Caracterização e Evolução da Rede Urbana

A região de Bauru durante a década de 1950 a 1960, apresentou um crescimento populacional pouco significativo. Se em 1950 possuía uma população total de 511.427 habitantes, em 1960 este número passou para 561.912, correspondendo a uma taxa de crescimento inferior a 1,0%.

(182) Id., Ibid.

REGIÃO DE BAURU

1960 | REDE URBANA E SISTEMA VIÁRIO



● SEDE MUNICÍPIO

—— ESTRADA PAVIMENTADA

==== ESTRADA EM PAVIMENTAÇÃO

—— ESTRADA NÃO PAVIMENTADA

—— ESTRADA DE FERRO

--- LIMITE DE REGIÃO

0 10 20km

FONTE: IGG. Mapa Geográfico do Estado de São Paulo - 1960
 FIBGE - Censo Demográfico de São Paulo - 1960.

mapa 6

Por outro lado, se for considerada a participação da população da Região em relação ao Estado de São Paulo, verifica-se um pequeno decréscimo. Se, em 1950 a população de Bauru correspondia a 5,6% da do Estado, em 1960 esse dado passou para 4,39% (183).

O desenvolvimento agrícola do norte do Paraná proporcionou um esvaziamento da população rural regional que para lá se dirigia desde 1940. Porém, a estrutura de comercialização já existente nos principais centros da região, sofreu um forte estímulo. A Região de Bauru então, serviu de suporte para a manipulação das mercadorias originárias daquela região desprovida dos equipamentos urbanos necessários.

O esvaziamento rural da Região de Bauru, teve como responsável principal o estancamento da sua produção agrícola que não garantiu uma maior oferta de empregos, incentivando a população a dirigir-se para outras regiões, notadamente o Norte do Paraná.

O café, principal produto de exportação brasileiro, mesmo apresentando um pequeno aumento em volume, sofreu uma pequena queda na sua participação no total das exportações. O total da produção do Estado de São Paulo que cresceu cerca de 55% deveu-se a contribuição de outras regiões, que não a de Bauru que manteve-se praticamente inalterada. A participação da Região de Bauru na produção estadual de café caiu de 24,8% em 1950 para 15,9% em 1960.

(183) São Paulo - Secretaria de Economia e Planejamento. Diagnóstico da 7ª Região Administrativa do Estado de São Paulo. 1972.

Se o café ainda manteve os mesmos níveis de produção na década, as demais culturas da região sofreram sensíveis decréscimos. Produtos como a lenha, carvão vegetal, algodão, aipim, mandioca e arroz apresentaram uma queda substancial na sua produção. A pecuária, por sua vez, manteve-se praticamente inalterada entre as décadas (184).

A principal cultura que experimentou um acréscimo significativo foi a da cana-de-açúcar que passou de 222.141 t em 1950, para 1.716.392 t em 1960. Esta condição foi de suma importância para a região considerando-se que o Estado de São Paulo tornara-se na segunda metade do século XX o maior produtor e exportador brasileiro de açúcar (185).

Mesmo este acréscimo na produção agrícola não foi suficiente para absorver maiores contingentes populacionais do que o existente em 1950.

A política econômica então implantada privilegiando outros setores que não o agropecuário, levou a uma evasão de capitais que se dirigiram para outros setores, indubitavelmente, mais rentosos. Este fato, e a expansão da fronteira agrícola, contribuíram para uma menor produção agropecuária generalizada na Região e para um esvaziamento da zona rural, principal fonte de emprego. Em 1950 a PEA na agricultura absorvia 67% passando para 57% em 1960. A PEA industrial, passa de 9,0% em 1950 para 11% em 1960.

(184) FIBGE - Censos Econômicos de São Paulo. Rio de Janeiro, 1950/1960

(185) Manuel Correia de Andrade. História Econômica e Administrativa do Brasil. São Paulo, Atlas, 1980.

O crescimento urbano não foi generalizado por toda a região, e ocorreu de forma mais acentuada nos centros onde os serviços de comercialização, atividades bancárias e transformação de matérias primas, vinculavam-se a estímulos exógenos (energia e transportes) (186).

O município de Bauru continuava na liderança da região firmando-se ainda mais como polo terciário.

A sub-região de Lins, encabeçada pelo município do mesmo nome, começou a mostrar uma certa tendência para a utilização de suas terras com a pecuária. Isto sem dúvida, incentivou o descréscimo populacional da sub-região.

A sub-região de Jaú, iniciou um processo de substituição de cultura do café pela de cana-de-açúcar. Aliás, esta sub-região já incorporava em 1950, alguns municípios importantes na produção de cana-de-açúcar (Barra Bonita, Dois Córregos, Mineiros do Tietê etc.).

A produção de cana-de-açúcar e sua exploração industrial permitiu a formação prematura de uma infra-estrutura que funcionou como estímulo para o crescimento urbano.

Pode-se notar desde cedo uma tendência das três sub-regiões:

- A de Bauru ligada ao setor terciário.
- A de Jaú ligada ao setor secundário.
- A de Lins ligada ao setor primário.

(186) Id., Ibid.

Portanto, tendo sido implantada principalmente a partir de 1955 uma política econômica voltada à industrialização e despreocupada com o setor agrícola, deixando-o ao livre jogo das forças do mercado internacional, era suposto que o quadro sub-regional se alterasse na virada da década.

Como a agricultura no país se caracterizava pela utilização extensiva da terra, não se fez necessário uma alteração no mecanismo de produção existente visando aumentar a produção. Mesmo porque, a ênfase da política econômica ora implantada, dirigia-se basicamente ao setor secundário.

Desta forma, os municípios com maiores potenciais industriais e beneficiados pela política de transporte e energia e que no quadro agrícola melhor responderam as exigências do mercado externo, deram um salto à frente das demais cidades que compunham a rede urbana da Região de Bauru.

Em 1960, a rede urbana da Região de Bauru, como mencionado anteriormente, viu-se aumentada em 9 municípios surgidos a partir de desmembramentos de municípios da própria região (Anexo 1).

É importante então que, qualquer interpretação da evolução dos municípios durante a década de 50, considere os tais desmembramentos, somando os dados para compor os mesmos municípios existentes em 1950.

A análise da evolução dos municípios de Região de Bauru durante a década de 50/60, permite concluir que a política econômica adotada no período, que premiava o setor industrial dentro do processo de substituição de importações, em detrimento do agropecuário, contri

buiu, desfavoravelmente, para as economias municipais, essencialmente voltadas para o mercado externo e baseadas na produção agropecuária.

No caso da Região de Bauru, a queda do preço internacional do café e sem uma política protecionista para o setor, verificou-se um decréscimo na eficiência das economias municipais voltadas à cultura cafeeira. Outras culturas também sofreram com a mudança das linhas do mercado internacional como o algodão e milho.

Desta forma, os municípios que mais se enquadravam nesta situação e portanto, os mais atingidos foram aqueles incluídos no primeiro grupo, conforme descritos no Item 4.3: Lins, Pirajuí, Cafelândia, Promissão, Duartina, Guarantã, Piratininga, Presidente Alves, Avaí e Arealva.

O município de Lins, mesmo não se considerando os desmembramentos havidos em 1959, experimentou uma taxa de crescimento inferior a 1,0%, mostrando uma falta de dinamismo nos diversos setores econômicos. Para a 2.^a cidade da Região em 1950, este quadro demonstrava uma queda no ritmo de crescimento do município (187).

O município de Pirajuí, 2.^o maior produtor de café em 1950 apresentou uma taxa de crescimento demográfico

(187) A queda na produção de café interferiu, sem dúvida, na oferta de emprego, que não encontrou um substituto à altura embora crescessem as produções de milho, algodão e bovinos, conforme demonstrado através do Censo Agropecuário de 1960. Aliás, iniciou-se em Lins um processo de substituição de culturas pelas pastagens, o que interferiu também na PEA do município.

O setor industrial mostrou um decréscimo tanto no número de estabelecimentos como no POD. O setor varejista, se bem que experimentasse uma queda no número de estabelecimentos, manteve praticamente inalterado o seu POD. Já o setor atacadista apresentou um certo incremento.

negativa, mesmo se considerados os desmembramentos havidos em 1959 (Anexo 1). Este fato, foi função, sem dúvida, da migração para outras fontes de trabalho, haja visto a queda sensível de sua produção agrícola e a utilização, mais intensa de suas terras pela pecuária (188).

O município de Cafelândia apresentou uma taxa de crescimento demográfico negativa em torno de 0,4%, fator este decorrente do decréscimo das atividades econômi-
cas do município (189).

O município de Promissão, experimentou uma queda de quase 56% na sua produção de café, além do decréscimo generalizado das demais culturas. A substituição das culturas pela pecuária, que cresceu entre estas décadas, não conseguiu garantir a mesma absorção de não-obra (190). Esta situação contribuiu para um cres-

(188) Além da queda sensível na produção de café, outros produtos de peso para a economia municipal também sofreram fortes decréscimos.

O algodão foi um deles e a cana-de-açúcar que poderia ter respondido pelo dinamismo das agroindústrias passou de.... 52.385 t para 2.989 t. FIBGE - Censo Agropecuário de São Paulo. 1960.

Não bastasse a queda no setor primário, o número de estabelecimentos industriais e o POD também decresceram, o mesmo ocorrendo com o setor varejista. Já o setor atacadista mostrou um ligeiro acréscimo numérico.

(189) Houve em Cafelândia uma queda na produção dos seus principais gêneros como o café, algodão e milho, e um aumento na produção de bovinos. - FIBGE. Censo Agropecuário de São Paulo. 1960.

O setor industrial de Cafelândia e o setor comercial varejista também decresceram em número de estabelecimentos e POD, mantendo-se o atacado, praticamente inalterado.

(190) FIBGE. Censo Agropecuário de São Paulo. Rio de Janeiro, 1960.

cimento demográfico negativo em torno de 1,0% (191).

Para Pirajuí, Cafelândia e Promissão, a política de industrialização do período 50/60 não surtiu grandes efeitos. Haja visto que entre as indústrias incentivadas, apenas a metalúrgica aparece nas três cidades (192).

No setor terciário, os níveis mantidos referem-se, em parte, ao mercado consumidor que embora menor, ainda encontravam-se entre os maiores da região.

O município de Duartina sofreu um grande impacto no setor agrícola em decorrência, principalmente, da queda na cultura do algodão, onde era em 1950 o 1º produtor regional. A taxa de crescimento demográfico do município, mesmo considerando-se o município de Lucianópolis dele desmembrado em 1959, foi de - 0,96% (193).

(191) Devido a queda da produção agrícola, a industrial viu-se prejudicada, pois baseava-se também no beneficiamento dos seus principais produtos propiciando uma queda na oferta de emprego do setor.

O setor comercial varejista cresceu pouco deixando para o atacadista o maior crescimento, principalmente em termos de POD.

(192) Os dados porém não permitem afirmar que estas indústrias tenham sido aí instaladas na década 1950/60.

(193) A produção de algodão passa de 2.249 t em 1950 para 248 t em 1960, incluindo-se a produção de Lucianópolis.

A substituição da utilização das terras por pastagens, que cresceram substancialmente em 1960, também contribuíram para uma menor oferta de emprego no setor primário. FIBGE - Censos Agropecuários de São Paulo - 1950/60

Para uma indústria de elevado índice de beneficiamento, uma queda na produção agrícola significaria uma queda generalizada no setor industrial. O comércio varejista sofre um decréscimo em número de estabelecimentos e POD, o que seria de se esperar com o decréscimo da população total e da PEA.

O município de Guarantã apresentou um decréscimo significativo de população, onde a taxa de crescimento situou-se em torno de -1,39%. A sua PEA sofreu um decréscimo ainda maior. Pode-se responsabilizar a queda da produção agrícola que foi generalizada e, acentuada (194), pelo ocorrido com o tamanho da população.

A indústria do município, caracterizada por alto índice de beneficiamento foi duramente atingida (195).

O comércio varejista que já era deficiente diminuiu ainda mais seu número de estabelecimentos e POD.

O município de Piratininga manteve praticamente inalterado seu contingente populacional, o mesmo ocorrendo com a PEA.

Ao aumento de produção de café, arroz, cana-de-açúcar, bovinos e suínos (196) não correspondeu acréscimo na PEA do setor. O setor industrial também diminuiu o seu POD embora mantivesse o mesmo número de estabelecimentos.

O setor comercial por sua vez, sofreu uma queda em número de estabelecimentos e POD.

A maior utilização de tecnologia, tanto no setor primário como secundário, podem ser responsáveis, em parte, pela menor utilização da PEA, o que, sem dúvida, interfere no dinamismo do setor terciário.

(194) FIBGE - Censos Agropecuários de São Paulo. Rio de Janeiro, 1950/60.

(195) Note-se que apesar da inflação do período, o VPI de 1960 foi inferior ao de 1950.

(196) FIBGE - Censos Agropecuários de São Paulo. Rio de Janeiro, 1950/60.

Os municípios de Avaí e Presidente Alves também apresentaram queda da população total e da PEA e das atividades nos três setores econômicos.

Por outro lado, um produto que aumentou a sua participação nas exportações brasileiras e que respondeu pelo bom desempenho da economia de alguns municípios na região de Bauru foi o açúcar. O efeito deste produto se fez notar tanto na agricultura, através do incremento da produção de cana-de-açúcar, como foi o caso de Dois Córregos e Itapuí, como em associação ao desempenho do setor industrial pela transformação do produto, como o ocorrido com Macatuba, Lençóis Paulista, Barra Bonita, Pederneiras e Jaú.

Para o município de Dois Córregos o que proporcionou um aumento da população total e da PEA, a uma taxa em torno de 1,0% foi a alteração da produção agrícola voltada para a cana-de-açúcar.

Pode-se facilmente concluir isto, devido ao pequeno incremento ocorrido nos demais setores.

O município de Itapuí, grande produtor de café em 1950, aumentou um pouco sua produção, intensificando, principalmente, a cultura da cana-de-açúcar. No entanto, a queda de produção de outros gêneros e eventualmente, a utilização maior de maquinárias, contribuíram para um decréscimo na PEA do setor.

Se não fosse considerado o desmembramento do distrito de Boracéia, tanto a população total como a PEA, apresentariam uma taxa de crescimento em torno de 1,13% e 0,78%, respectivamente.

Os setores urbanos foram premiados com crescimento nos seus diversos aspectos. Embora sem grande destaque no setor industrial, apresentava um setor comercial varejista bem desenvolvido (197).

Macatuba apresentou uma taxa de crescimento demográfico de quase 2,0% embora a sua PEA não crescesse na mesma proporção.

Além de ter crescido a produção de café e cana-de-açúcar do município (198), todos os demais setores econômicos também receberam certo impulso (199). Mesmo as-

(197) Itapuí apresentava um comércio varejista cujo número de estabelecimentos e POD era o mais elevado entre as cidades com menos de 10.000 habitantes, superando inclusive cidades maiores como Piratininga e Guarantã, o mesmo ocorrendo com o setor atacadista.

(198) FIBGE - Censos Agropecuários de São Paulo. Rio de Janeiro, 1950/60.

(199) O setor industrial de Macatuba cresceu em número de estabelecimentos e POD e principalmente em tamanho em relação ao POD. Possuía o POD maior do que várias cidades com mais de 10.000 habitantes e VPI inferior a apenas 4 cidades cuja população situava-se entre 10.000 e 30.000 habitantes.

Apresentava, em média, os maiores estabelecimentos da Região, tanto em relação ao POD como ao VPI.

Porém, deve-se mencionar que estes estabelecimentos encontravam-se altamente concentrados e, a predominância dos gêneros de indústria encontrava-se no ramo de alimentos, onde se incluía a indústria açucareira.

O setor comercial varejista também dinamizou-se, decorrência natural de um aumento da população e da oferta de emprego na indústria. Macatuba passou a responder pela maior Receita entre os municípios com menos de 10.000 habitantes, superando inclusive algumas cidades maiores como Piratininga e Guarantã. A melhor remuneração da PEA industrial em relação a primária, como já foi salientado, pode explicar em parte o dinamismo do comércio varejista local.

Outro aspecto que mostra a evolução do setor é o aparecimento da forma de comercialização por atacado.

sim, o pouco crescimento da PEA e a sua queda na participação do setor agropecuário, denotam a introdução de certa tecnologia no setor.

O município de Pederneiras, além de aumentar sua produção de café e algodão, intensificou a cultura de cana-de-açúcar que cresceu muito (200). Este fato propiciou um aumento da PEA do setor, acompanhada pelo crescimento da PEA industrial.

Tanto a população total como a PEA cresceram respectivamente 0,86% e 1,2% e, os três setores econômicos mostraram sensível evolução (201). Nota-se que a PEA cresceu mais do que a população total, demonstrando um dinamismo efetivo da economia municipal.

O município de Lençóis Paulista experimentou um crescimento em todos os setores econômicos. A queda de produção de certos gêneros agropecuários foi compensada pelo aumento da produção de café e principalmente da cana-de-açúcar. Isto garantiu um crescimento da PEA no setor e incentivou também a indústria.

A indústria viu crescer o POD, mesmo sofrendo uma perda numérica no seu número de estabelecimentos.

Com uma característica bastante acentuada já em 1950, no bom desempenho das atividades terciárias, recebeu durante a década um grande impulso no setor comercial.

(200) FIBGE - Censos Agropecuários de São Paulo. Rio de Janeiro, 1950/60.

(201) O setor industrial de Pederneiras ampliou o seu parque produtor em número de estabelecimentos, POD e, em tamanho, em relação ao POD. O índice de beneficiamento baixou consideravelmente, mostrando um certo amadurecimento do setor.

O setor comercial teve o número de estabelecimentos e POD aumentados.

A situação promissora de economia de Lencóis Paulista se expressa através do seu aumento populacional na década que situou-se acima de 3,0% para a população total e para a PEA situando-se entre os três maiores crescimentos da Região.

O município de Barra Bonita também apresentou sério crescimento de sua economia, com participação dos três setores econômicos e, a população total crescendo a uma taxa de 2,6% e a PEA de 1,4%, mesmo tendo ocorrido o desmembramento do distrito de Igarapu do Tietê.

A produção agrícola cresceu principalmente no setor de cana-de-açúcar que alimentava a indústria açucareira. A PEA no setor primário elevou-se juntamente com a dos demais setores.

A indústria atingiu altas taxas de crescimento, mormente no tocante à construção civil, à extração de minerais não metálicos (202) e à indústria açucareira.

O crescimento da oferta de emprego gerada pelo setor secundário levou, conseqüentemente, ao dinamismo do setor terciário.

O município de Jaú, além de outras condicionantes que serão ressaltadas mais adiante, funcionava como centro urbano principal de toda a zona açucareira, fato

(202) Isto ocorreu, porque de acordo com a política econômica da época, de eliminar os "pontos de estrangulamento" da economia (energia e transporte), iniciou-se em 1957 a construção da Usina Hidroelétrica de Barra Bonita com a finalidade voltada para a regularização, navegação, irrigação e geração de energia. Comitê Brasileiro de Grandes Barragens. Barragens no Brasil. Dams in Brazil. Técnica Ltda., São Paulo, 1982.

O potencial hidroelétrico, então criado no município, viria garantir o fornecimento de energia para o desenvolvimento do seu parque industrial. Algumas indústrias como a de extração de minerais não metálicos requerem muita energia. Ressalta-se então, em Barra Bonita a instalação preferencial para a exploração destes minerais, haja visto as 41 indústrias deste ramo existentes aí, em 1960.

este que explica, parcialmente, o crescimento de sua economia.

Outro fator que interferiu decisivamente no crescimento dos municípios da Região foi o desenvolvimento do sistema de transporte conforme a política econômica adotada para o período. O melhoramento no sistema de transporte caracterizou-se basicamente pelas rodovias, implantadas ou pavimentadas e pelo aumento da frota de caminhões. Este fato, propiciou um melhor desempenho de grandes centros terciários como Bauru e Jaú, melhorando, tanto o escoamento da produção em direção a estes centros, bastante desenvolvidos em termos de comercialização e prestação de serviços, como, ampliando as respectivas áreas de influência através da diminuição do tempo de viagem, que intensificaria as compras associadas (Mapa 6).

Em menor escala fato análogo ocorreria com Lençóis Paulista (203) e Barra Bonita (204) com relação ao

(203) Sua posição geográfica privilegiada, localizando-se depois de Bauru na E.F.S., proporcionou a Lençóis Paulista uma maior independência com relação ao escoamento e escoamento da produção em direção ao Porto de Santos, fato este que o nível do setor atacadista de Lençóis Paulista permite deduzir.

O desempenho do setor varejista, além de ser dinamizado pelo aumento populacional do município, foi também, altamente favorecido, devido ao maior afastamento de Lençóis Paulista dos maiores centros urbanos da Região (Mapa 6).

As vias de acesso ao município foram melhoradas substancialmente. Lençóis Paulista ganhou um ramal ferroviário da EFS garantindo para este o recebimento da produção da área que percorria. As ligações vicinais também se multiplicaram, facilitando o acesso da zona rural ao centro urbano.

(204) Do ponto de vista locacional o ramal da C.P.E.F. que chega va em 1950 até Mineiros do Tietê estendeu-se em 1960 até Barra Bonita (Mapa 6). Algumas estradas de rodagem uniram Barra Bonita a municípios menores, melhorando a sua posição em termos de área de influência para suas atividades terciárias.

sistema ferroviário e o aumento de ligações vicinais com as suas respectivas áreas de influência (Mapa 6).

Sem dúvida, este mesmo fato prejudicaria outros centros menores, localizados nas mesmas linhas de tráfego. Isto ocorreu com Lins e Pirajuí em relação à Bauru; Cafelândia e Promissão em relação a Lins; Presidente Alves, Avaí e Guarantã em relação à Pirajuí e Bauru através da pavimentação da rodovia que ligava Lins à Bauru.

Fato semelhante ocorreu com Piratininga e Duartina em relação à Bauru, através da pavimentação da rodovia que ligava Bauru à Marília e, de Bocaina (205) em relação a Jaú (Mapa 6).

Outros centros onde os melhoramentos das vias de comunicações não se manifestaram, mantiveram, à parte que da da produção, um nível estável nas atividades dos respectivos centros como: Bariri (206), Agudos (207),

(205) Note-se que em 1950, Bocaina tinha um setor comercial de certa expressão, superior a algumas cidades com mais de 10.000 habitantes. Este setor, no entanto, viu-se seriamente afetado. Primeiro pela queda da população e da produção e, segundo pelo crescimento de centros próximos como o de Jaú, juntamente com a melhoria das vias de acesso entre eles (Mapa 6).

(206) Apesar da população de Bariri não ter sofrido grande incremento, os setores urbanos da economia cresceram. Estando Bariri fora da área de influência direta de qualquer uma das grandes cidades da Região (Bauru, Lins e Jaú), pôde desenvolver melhor suas atividades comerciais. Era a maior cidade situada acima da EFNO e de CPEF. Esta área que manteve as mesmas condições do sistema de transporte de 1950, sendo que um ramal ferroviário findava em Bariri, assegurou o desenvolvimento do seu setor terciário.

(207) Agudos manteve-se praticamente na mesma situação, em termos de população e atividade econômica, sem grandes alterações no sistema viário local.

Getulina (208) e Iacanga (209).

Outro setor de atuação do governo que influenciou no desenvolvimento de determinados núcleos urbanos refere-se ao setor energético. No caso, o município premiado foi o de Barra Bonita. A construção da Barragem já criava, ainda que temporariamente, uma grande oferta de empregos que, sem dúvida, teria reflexos na economia local. A geração de energia mais farta, possibilitaria ainda, instalações de indústrias que se utilizam de muita energia, como insumos para a produção.

Os municípios mais bem aparelhados em termos de infraestrutura para recepção de indústrias, como aqueles de terciário bem desenvolvido e secundário de certo porte (indústria atrai indústria), seriam os locais mais indicados para a efetivação da política industrializante. Este foi o caso de Bauru, Jaú, Pederneiras e Lençóis Paulista.

(208) O município de Getulina embora com uma queda na produção do arroz, algodão, milho, etc., manteve elevada a sua produção de café. A PEA no setor conseguiu manter-se então, praticamente inalterada. O setor industrial experimentou uma queda no tocante a sua PEA, porém o número de estabelecimentos industriais e POD cresceram. O setor comercial varejista e atacadista foi incrementado em número de estabelecimentos e POD.

Pode-se observar então que este município manteve ou mesmo melhorou a situação existente em 1950, embora os dados fornecidos em 1960 devido ao desmembramento do distrito de Guaimbê (Anexo 1), forneçam a impressão de que o município tenha decrescido em tamanho e atividade econômica.

A localização de Getulina não fora premiada com grandes melhoramentos em termos de estradas, fato este que pode ter contribuído em parte, para a manutenção do mesmo nível da atividade urbana existente em 1950.

(209) Apesar do afastamento dos grandes centros, e a ausência de melhoria das ligações rodoviárias, a diminuição das atividades primárias da sua área de influência e de seu próprio município, não estimularam a sua economia, mesmo que continuasse a funcionar como "lugar central", como ocorria em 1950.

O município de Bauru, apesar de apresentar uma queda generalizada de sua produção agrícola durante a década 50/60 e, conseqüentemente na PEA do setor, não experimentou uma estagnação da sua atividade econômica. Mesmo porque, a economia do município nunca esteve fundamentada no setor primário.

O aumento da atividade industrial pode ser constatado pelo aumento do número de estabelecimentos e do POD, o mesmo ocorrendo com o setor comercial (210).

A maior fonte absorvedora de mão-de-obra encontrava-se, por sua vez, no setor terciário, ocupando em 1960, 72,2% do total da PEA.

A característica natural do município, que desde cedo agiu como ponto de encontro das grandes produções do interior do Estado que dirigiam-se para o Porto de Santos, tornou-se ainda mais evidente com o melhoramento das vias de acesso. Na comparação entre os Mapas 4 e 6, pode-se notar mais claramente esta situação..

Em 1960 encontravam-se pavimentadas duas rodovias que partiam de Bauru em direção ao interior do Estado de São Paulo, uma passando por Marília e outra por Lins.

(210) O setor industrial passou a contar com 207 estabelecimentos entre os maiores da região (em média), tanto em relação ao POD como ao VPI. Porém era o setor terciário que respondia pelo maior dinamismo da economia municipal. Somente os gêneros do terciário analisados na presente dissertação, são suficientes para superar em termos de Receita, o VPI.

Era também em Bauru que se concentrava o maior número de indústrias incentivadas pelo Plano de Metas, sendo que dos 21 grupos de indústrias levantadas pelo censo de 1960, a participação do município ocorria em 20 destes grupos. Algumas destas indústrias, como a de borracha e papel e papelão só apareciam em Bauru.

Com uma infra-estrutura de transporte, comercialização e de prestação de serviços já existentes e então melhoradas, além do parque industrial já instalado, Bauru aproveitou de forma mais intensa os estímulos à industrialização decorrentes da política econômica ora implantada.

Assim como o setor terciário bem desenvolvido garantiu a preferência da atividade industrial, esta passou a funcionar também como dinamizadora das próprias atividades terciárias.

Crescendo sua população a uma taxa de 3,47% ao ano, a 2.^a da Região, manteve a sua supremacia, firmando-se ainda mais como polo terciário.

O município de Jaú, por sua vez, cresceu sua população a uma taxa de 1,95% ao ano. Embora não tão expressivo, tornou-se a 2.^a cidade da Região.

A produção de café e cana-de-açúcar cresceram, não conseguindo, no entanto fazer aumentar a PEA do setor.

Os setores urbanos também foram incrementados (211) e o desempenho do setor terciário do município o colocou em segundo lugar na Região, em termos da Receita.

Ainda que em menor escala do que Bauru, encontrava-se bem servido pelas vias de acesso; dentro de uma sub-

(211) Em Jaú, passaram a se localizar em 1960 várias das indústrias incentivadas pelo Plano de Metas, apresentando um índice de diversificação industrial bastante alto (15 gêneros em 21 levantados).

Juntamente com Bauru são os locais onde mais se concentram as indústrias do tipo moderno, 32 em Bauru e 18 em Jaú. Os demais municípios apresentam valores inferiores a 8.

região onde a maioria das cidades estavam crescendo; e numa área de grande potencial hidroelétrico.

Estes fatores e a situação dos setores industrial, comercial e de serviços, além do setor primário bastante diversificado, responderam pelo crescimento significativo, em termos regionais do município.

O município de Lençóis Paulista e Pederneiras, conforme considerações anteriores também responderam às necessidades do setor industrial a partir de um terciário relativamente bem desenvolvido.

A situação dos demais municípios da Região, existentes em 1950, todos com menos de 10.000 habitantes, não foram dignas de nota. As taxas de crescimento mantiveram-se perto de 0% ou negativas.

5.3

Conclusões

Com o exposto, pode-se concluir que os municípios que apresentaram um certo crescimento em suas economias, no período, 50/60 foram os que se beneficiaram de medidas decorrentes da execução do Plano de Metas e que detinham as condições mais promissoras para, atrair o direcionamento de tais medidas e, responder às exigências do mercado externo. Entre estes municípios encontram-se: Bauru, Jaú, Pederneiras, Lençóis Paulista, Barra Bonita, Macatuba e Itapuã.

Outros municípios mantiveram-se estáveis em termos quantitativos, variando suas composições produtivas ainda que regidos pelas imposições da política econômica vigente e do mercado internacional. O pouco envolvimento com a melhoria nas vias de acesso ocorrido na região, que privilegiaram os centros de maior ní-

vel, não chegaram a interferir negativamente no desempenho das economias municipais. Entre os municípios nestas condições pode-se citar: Getulina, Bariri e Agudos.

Entre aqueles municípios que se viram prejudicados pela queda de importância de seus principais produtos no mercado internacional e deixaram de produzir ou substituíram suas culturas pela pecuária (que utiliza menos mão-de-obra), ou ainda receberam os impactos negativos da política de transporte e, portanto tiveram crescimento populacional negativo ou próximo de zero, citam-se: Lins, Pirajuí, Cafelândia, Promissão, Guarantã, Presidente Alves, Avaí, Duartina, Piratininga, Bocaina, Iacanga e Arealva. Sendo que estes dois últimos não apresentaram alterações significativas em termos de ligações viárias com outros centros urbanos.

Entre os demais municípios, todos com menos de 10.000 habitantes (Reginópolis, Ubirajara, Mineiros do Tietê, Pongai, Cabralia Paulista, Júlio Mesquita) alguns chegaram a aumentar a sua produção agrícola como Júlio Mesquita (café) e Mineiros do Tietê (cana-de-açúcar). Porém, estes aumentos de produção de Júlio Mesquita não significaram grande alteração na economia do município. Para Mineiros do Tietê, a cana-de-açúcar incentivou o seu setor industrial. Mesmo assim, estes municípios continuaram a se comportar como centros de abastecimento da população rural sem grande expressão nos setores urbanos.

Fazendo-se um raciocínio análogo ao realizado para 1950, tem-se que apenas quatro municípios apresentavam VTI acima de RT*: Agudos, Barra Bonita, Macatuba e Piratininga.

* RT - Receita do Terciário - ver tabela 34.

Quanto aos três primeiros, foi sem dúvida a expressão do setor industrial que lhes conferiram esta situação. Já no caso de Piratininga o elevado VTI foi resultado de uma elevada produção industrial, embora com alto índice de beneficiamento e de um setor terciário ofuscado pela proximidade à Bauru.

Outros cinco municípios apresentavam VPI superior à RT embora a VTI fosse menor. Enquadravam-se nesta categoria os seguintes municípios: Lençóis Paulista, Bariri, Dois Córregos, Bocaina e Avaí. Os dois primeiros demonstram o quanto a posição geográfica e a grande produção auxiliam o setor terciário fazendo a RT ser superior ao VTI, independentemente, do excelente desempenho industrial. Já o município de Dois Córregos permitiu uma desativação do seu setor industrial que baseava-se quase que exclusivamente num único estabelecimento, deixando assim ocorrer uma aparente valorização do seu setor terciário.

O município de Bocaina contava em 1960, com 3 indústrias metalúrgicas e 1 mecânica, o que fortaleceu a sua produção. Em contra partida o seu setor terciário viu-se ofuscado por Jaú.

O município de Avaí apresentava uma produção industrial elevada, embora com alto índice de beneficiamento e setor terciário, relativamente fraco.

Os demais centros apresentavam RT superior inclusive ao VPI. Deste grupo destacam-se municípios como: Bauru, Jaú, Lins e Pederneiras como centros de terciário bem desenvolvido; Pirajuí, Getulina, Cafelândia, Promissão e Duartina como centros urbanos com setor industrial pouco desenvolvido.

Dos municípios restantes, excetuando-se Guaimbê, Guaiçara e Boracéia que foram criados em 1959 e Avaí, todos possuíam RT superior ao VPI, fato este devido sem

dúvida, às características de centros de apoio a população rural que estes centros apresentavam.

Utilizando-se do mesmo critério estabelecido em 1950 pode-se classificar os municípios em cinco categorias (Mapa 7).

O primeiro referente aos municípios com potencial essencialmente agrícola, onde permanecem os seguintes municípios: Pirajuí, Getulina, Cafelândia, Itapuí e Promissão.

O segundo grupo compreendendo os municípios com potencial voltado ao setor terciário em decorrência principalmente, da localização mais afastada dos grandes centros como Duartina e Iacanga. O município de Lins também se inclui nesta categoria devido à existência de um setor secundário, não tão expressiva para uma cidade com o seu tamanho.

O terceiro grupo caracteriza-se pelo potencial existente a nível do setor industrial. O município de Barra Bonita destaca-se neste grupo como potencial industrial por excelência, com sua economia voltada predominantemente ao atendimento de um setor industrial bem desenvolvido.

O município de Macatuba aparece aqui com seu setor industrial altamente concentrado.

Neste grupo encontram-se ainda alguns municípios que, apesar dos respectivos setores terciários virem-se prejudicados pela proximidade dos grandes centros, incorporavam, parte do desenvolvimento industrial destes últimos onde, paulatinamente, passaram a oferecer maiores vantagens quanto ao preço do terreno, mão-de-

obra, aluguéis, etc. Piratininga e Agudos são bons exemplos com relação a Bauru; Bocaina e Dois Córregos com relação a Jaú; e, Igarapu do Tietê e Mineiros do Tietê com relação a Barra Bonita.

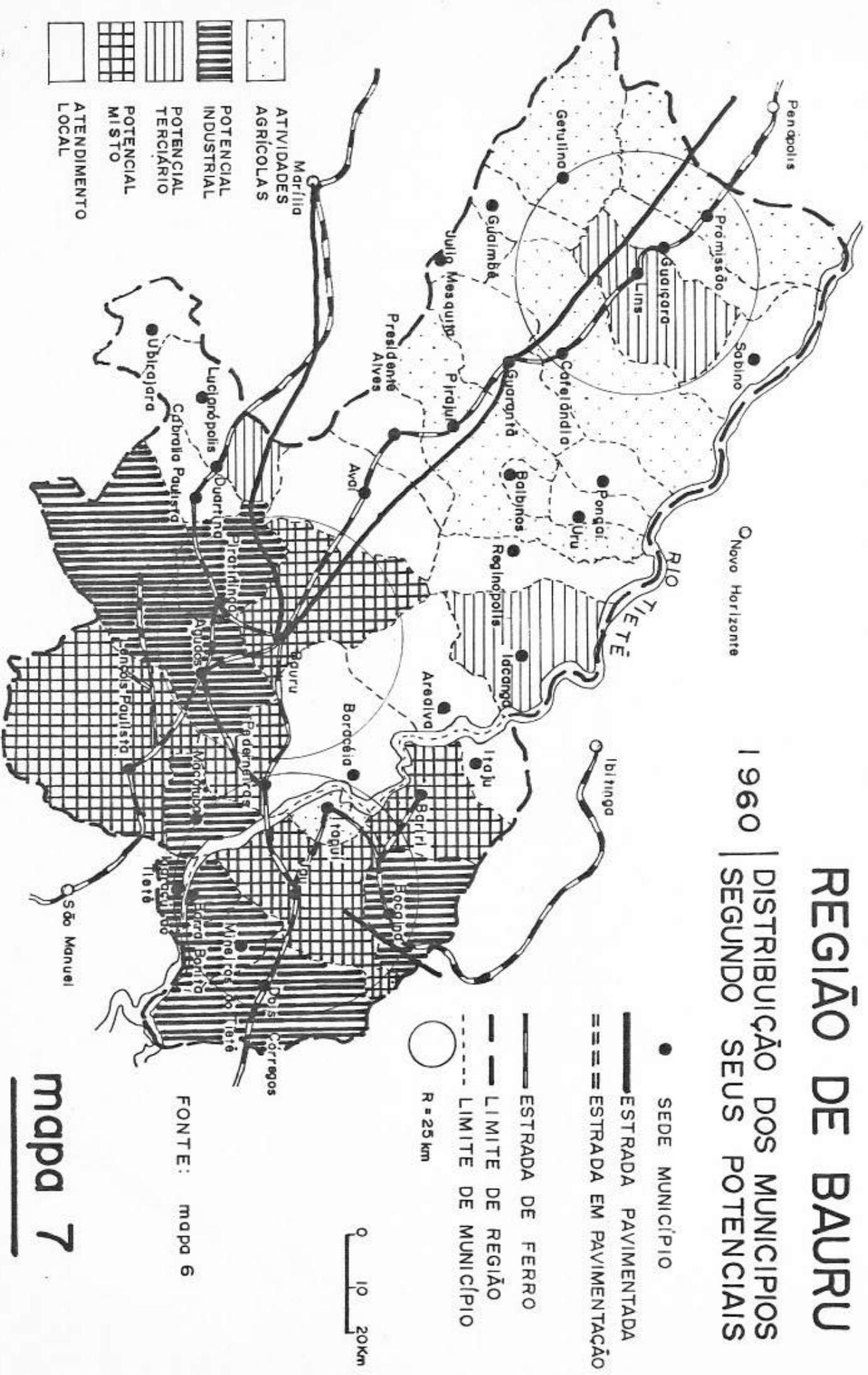
Os municípios do quarto grupo, são aqueles onde tanto o setor industrial como o terciário, são atraentes para o desenvolvimento de novas atividades urbanas. Incluem-se entre eles: Bauru, Jaú, Lençóis Paulista, Pederneras e Bariri.

O último grupo compõem-se de municípios com características de centros urbanos de atendimento às populações rurais. São eles: Guarantã, Presidente Alves, Guaimbê, Guaiçara, Arealva, Avaí, Reginópolis, Sabino, Ubirajara, Júlio Mesquita, Pongá, Itajuí, Boracéia, Cabrália Paulista, Uru, Lucianópolis e Balbinos.

É com este quadro em 1960, que será iniciada a análise de evolução dos municípios da Região de Bauru na década seguinte (60/70).

REGIÃO DE BAURU

1960 | DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS
SEGUNDO SEUS POTENCIAIS



FONTES: mapa 6

mapa 7

6 A REGIÃO DE BAURU EM 1970

6.1 Retrospectiva Histórica

O resultado herdado da política econômica anterior ao triênio 61/63 apontava duas tendências principais do comportamento da economia: a aceleração inflacionária e a desaceleração do crescimento. Em torno destes dois fenômenos girou a política econômica do triênio, embora as medidas assumidas não definissem com precisão quaisquer diretrizes, apontando para múltiplas direções (212).

Na área governamental durante o triênio 61/63, persistiu a concentrada capacidade de investir no binômio energia e transporte. No setor privado, continuaram ocorrendo inversões centradas nos setores produtores de insumos básicos e de bens de capital, completando-se as instalações existentes e ampliando-se o capital de giro requerido por processos mais capitalista de produção e comercialização.

Por outro lado, o estrangulamento externo ocasionado pelo crescente endividamento externo no triênio, comprometeu parcela substancial da capacidade governamental de investir na faixa de produções substitutivas, mormente em siderurgia e indústria petrolífera.

No setor agropecuário, a busca de melhores condições para o financiamento da produção levou a uma modificação no sistema de crédito rural, instituição de programa de preços mínimos e montagem de uma rede de armazenagem. No tocante a programas específicos merece

(212) Carlos Lessa. op.cit.

menção especial o programa de racionalização da cafeicultura (213). Através deste plano se processou uma conversão de antigas zonas cafeeiras em zonas agrícolas diversificadas, de alta produtividade. Este programa obteve recursos oriundos da taxaço sobre as exportações de café.

Com referência ao fomento de exportações, apesar da necessidade de se estabilizar a balança de pagamentos, não houve grande esforço neste sentido. Os pequenos excedentes exportáveis de produtos tradicionais, com exceção do café, e a pressão do mercado interno para evitar aumento de preços e diminuição da oferta interna desses produtos, impediam a outorga de estímulos às exportações. No tocante aos produtos industriais potencialmente exportáveis, a ausência de tradição exportadora e a existência de um mercado ávido, não despertaram o interesse dos produtores pela demanda externa (214).

As medidas adotadas para o combate a inflação no triênio 61/63, sobretudo o controle do crédito, apresentam-se como as causas imediatas da queda do nível da ati

(213) "O Plano Diretor de Racionalização da Cafeicultura, visam do a reorganização da cultura compreendia um programa com 3 pontos: a) eliminação de 2.000 milhões de cafeeiros antieconômicos e replantio em bases racionais de 500 milhões de pés; b) fixação de cotas individuais de produção e renovação dos cafezais remanescentes; c) diversificação de culturas nas áreas liberadas, e fomento à industrialização rural. Até 30/11/1963 haviam sido erradicados 676 milhões de pés velhos e replantados 3,5 milhões. A área de..... 491.000 ha liberados, havia servido à seguinte diversificação de cultura, segundo informações do Banco do Brasil: pastagens, 47%; milho, 20,9%; arroz, 7,7%; feijão, 4,8%; cana de açúcar, 2,7%; outras culturas, 12,2%. Apenas 0,6% da área liberada havia sido reocupada com café. No tocante a industrialização rural foi dado ênfase à instalação de usinas de açúcar e dimensionada sua expansão em mais de 6 milhões de sacas. Finalmente, até aquela data haviam sido aprovados alguns pequenos créditos para eletrificação rural". Carlos Lessa. op.cit. p. 172.

(214) Carlos Lessa. op.cit.

vidade econômica a partir de 1963 (215).

A tendência à desaceleração somou-se uma crise conjun_tural, cuja natureza relacionava-se com a busca de so_luções para a própria desaceleração (216). Essa situa_ção levou a uma instabilidade política que culminou com o golpe de estado, em março de 1964.

Porém, a restauração da confiança política no novo re_gime esteve longe de provocar a recuperação do nível de investimentos, o qual começa a cair ainda mais em 1964, atingindo seu ponto mais baixo em 1965 e, vol_tando a crescer de forma nítida a partir de 1968.

Durante a fase de 1964-1966, várias empresas marginais de menor solidez financeira ou com pouca capacidade de endividamento viram-se banidas do mercado, propician-do assim uma concentração da atividade industrial e comercial (217).

O ano de 1968 surge como o marco onde a curva referen_te à economia brasileira, numa série temporal, indica a inflexão para cima. Esta inflexão resultou de uma mudança na política econômica, onde o combate a infla_ção foi dado como vitorioso e a aceleração do desen_volvimento passou a receber máxima prioridade (218).

Para estimular a demanda, mecanismos de créditos fo-ram criados favorecendo principalmente o consumo dos grupos de renda médias e altas. Na realidade, a deman

(215) Paul Singer. A Crise do "Milagre". Paz e Terra, Rio de Ja-neiro, 1982.

(216) Maria da Conceição Tavares. Da Substituição de Importa_ções ao Capitalismo Financeiro. Zahar, Rio de Janeiro, 1981.

(217) Id., Ibid.

(218) Paul Singer. op.cit, 1982.

dirigiu-se, predominantemente, a determinados ramos da indústria, pois ela resultava de um processo de concentração de renda que privilegiava as necessidades de uma elite relativamente reduzida. Os ramos industriais mais favorecidos foram o de bens de consumo duráveis, construção civil e aquelas indústrias delas decorrentes como: a de minerais não metálicos, metalurgia, materiais elétricos, etc.

Por outro lado, a produção de bens de consumo não duráveis, utilizados por toda a população, não cresceu na mesma proporção, fato que comprova o caráter altamente concentrador da renda da política econômica adotada. Este fato ainda se intensifica se, considerado que a produção dos não duráveis destinou-se em parte ao abastecimento do mercado externo.

A partir de 1969, sobretudo, o governo passou a oferecer um volume de incentivos às exportações de manufaturados os quais passaram a crescer aceleradamente. A maior parte destas exportações incluíam: calçados, café solúvel, suco de laranja etc. (219).

A expansão das exportações possibilitou a entrada de recursos do exterior triplicando a dívida externa de 1969 para 1973 (220).

Este endividamento permitia às empresas equiparem-se no exterior a níveis tecnológicos superiores e mais rapidamente, já que a oferta interna de bens de Capital era inelástica a curto prazo. O coeficiente de importação do setor de bens de Capital praticamente do-

(219) Paul Singer. op.cit, 1982.

(220) Paul Singer. op.cit, 1982.

brou neste período. Graças ao endividamento externo, o crescimento da produção manufatureira brasileira, no período que se convencionou chamar de "milagre", ocorreu sem que o sistema aumentasse seu potencial de autotransformação (221).

Resumindo, o prolongado "boom", que começou em 1968, baseou-se nos seguintes elementos:

- 1) Uma demanda interna por bens duráveis de consumo em expansão, graças à concentração da renda e, a mecanismos financeiros que permitiam a ampliação do crédito ao consumo;
- 2) Uma demanda externa em expansão graças a liberalização do comércio internacional e ao subsídio às exportações;
- 3) Forte injeção de recursos do exterior, que complementavam a poupança interna e permitiam eliminar focos inflacionários, graças à uma capacidade de importar tornada superelástica (222).

É nesse quadro de euforia do desenvolvimento econômico brasileiro que realiza-se a seguir a análise da Região de Bauru entre 1960 e 1970.

5.2

Caracterização e Evolução da Rede Urbana

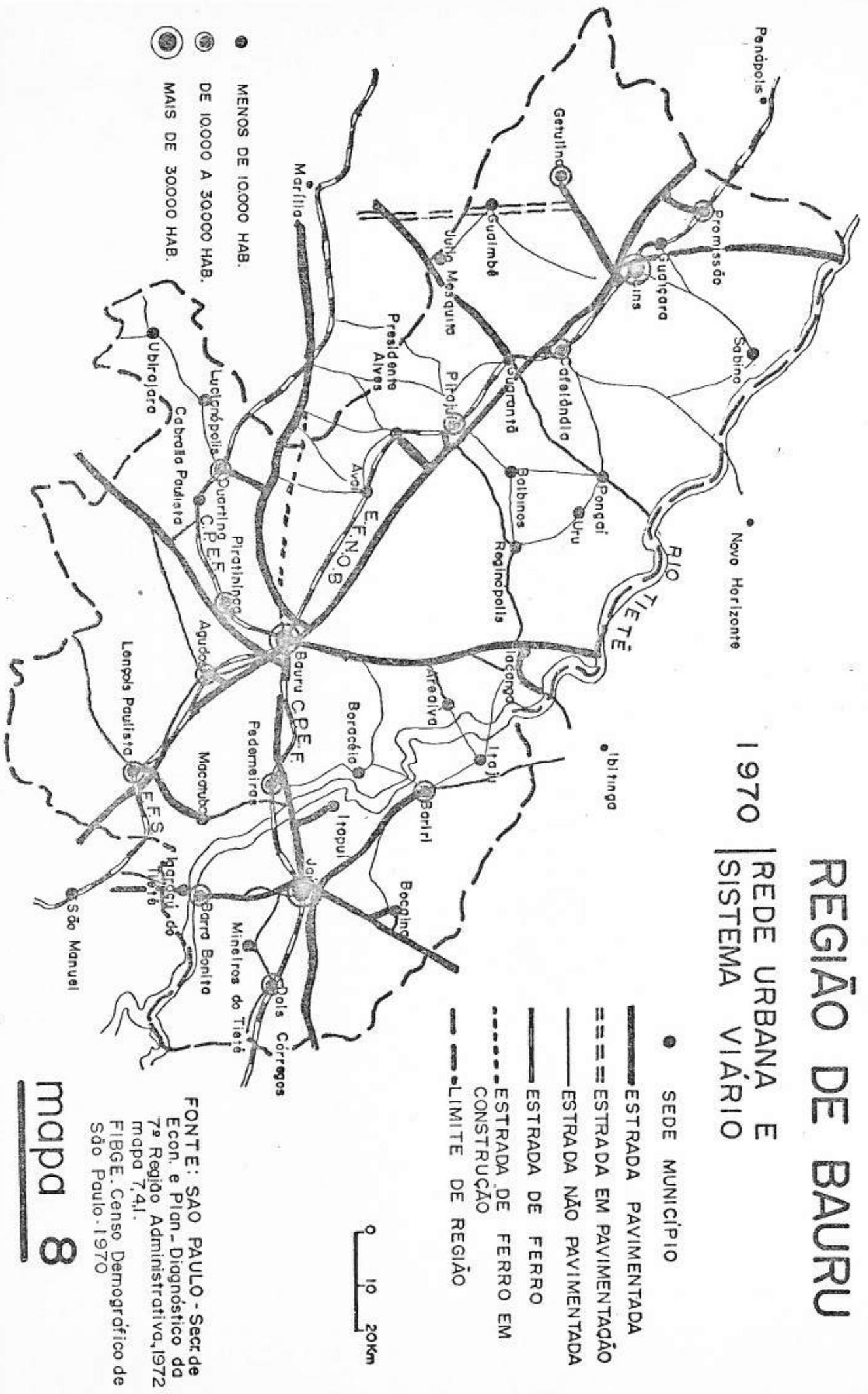
Todo o período entre 1940 e 1970 foi de muitas dificuldades para a região de Bauru. Como a maior parte

(221) Celso Furtado. O Brasil Pós-"Milagre". Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1982

(222) Paul Singer. op.cit, 1982.

REGIÃO DE BAURU

1970 REDE URBANA E SISTEMA VIÁRIO



- MENOS DE 10.000 HAB.
- DE 10.000 A 30.000 HAB.
- MAIS DE 30.000 HAB.

- SEDE MUNICÍPIO
- ESTRADA PAVIMENTADA
- ESTRADA EM PAVIMENTAÇÃO
- ESTRADA NÃO PAVIMENTADA
- ESTRADA DE FERRO
- ESTRADA DE FERRO EM CONSTRUÇÃO
- LIMITE DE REGIÃO

0 10 20Km

FONTE: SÃO PAULO - Secr de Econ. e Plan. - Diagnóstico da 7ª Região Administrativa, 1972 mapa 7,41.
 FIBGE. Censo Demográfico de São Paulo. 1970

de seus municípios era de pequeno porte e voltados basicamente, às atividades do meio rural, suas economias continuaram a ser fortemente afetadas pelas políticas econômicas adotadas no período. Dos seus 38 municípios, apenas 7 registraram crescimento positivo entre 1960/70 (223). A população total em 1970 que passa a ser de 544.344 habitantes cresceu a uma taxa de -0,32% no período.

Por outro lado, a população urbana da região supera a população rural, acompanhando a tendência do Estado, embora em ritmo mais lento.

A tendência de crescimento urbano observada na década anterior continua a se manifestar, privilegiando os centros onde o terciário e a indústria de transformação de matérias-primas encontravam-se mais desenvolvidas.

No setor primário nota-se uma queda violenta na produção de café, tanto em termos absolutos, passando de 214.163 t para 57.518 t, como relativos da região em relação ao Estado de São Paulo. Da mesma forma, o Estado de São Paulo também sofreu uma redução em sua produção a praticamente 1/3 com relação a 1960 (224).

A queda de produção apareceu inclusive no volume total de café exportado pelo Brasil.

Deve-se observar que a modificação na participação dos diversos produtos ocorrida nas exportações brasileiras também aconteceu a nível regional.

(223) SÃO PAULO (Universidade). Avaliação do Programa Nacional de Cidades de Porte Médio e Revisão de Critérios de Seleção das Referidas Cidades. Convênio MINTER-CNDU-FAUUSP. Volume IX. Tomo 1. Região Sudeste - Insumos de População.

(224) FIBGE - Censos Agropecuários de São Paulo. Rio de Janeiro. 1960/70.

Apesar da região mostrar uma queda na sua produção de café, arroz, feijão e suínos, o que se evidencia é um aumento significativo na produção de aves, milho, açúcar, e em menores proporções do algodão e bovinos (225).

A produção agropecuária, principalmente no caso do açúcar, respondeu tanto ao abastecimento do mercado interno, devido ao crescimento dos núcleos urbanos, como do mercado externo.

Em termos de valor da produção do setor primário, o predomínio das diversas atividades agropecuárias em cada sub-região em 1970 se diferencia nitidamente. A sub-região de Lins apresentava 56,8% da sua produção agropecuária em produtos de origem animal. A composição da produção da sub-região de Jaú dentro do setor primário indicava uma participação de 86,2% de produtos agrícolas. A sub-região de Bauru tinha 69,5% da sua produção agropecuária representada pelos produtos agrícolas. Esta última sub-região já demonstrava uma tendência à intensificação de ocupação de suas terras pelas pastagens (226).

Das três sub-regiões, aquela que apresentou maior taxa de crescimento industrial foi a de Jaú (42,89%), superior a média geral entre 1960/1967. Os gêneros industriais mais responsáveis pela magnitude desta expansão estiveram representados pela proliferação das agro-indústrias que aproveitaram os potenciais regionais (227).

(225) Id., Ibid.

(226) SÃO PAULO. Secretaria de Economia e Planejamento. Diagnóstico da 7.^a Região Administrativa do Estado de São Paulo. Tabela 4.2

(227) Id. Ibid., p. 5/12

A sub-região de Lins apresentou uma taxa negativa de crescimento industrial no período 1960/1967 em torno de 2,77%. A alteração de base econômica levando a substituição paulatina das culturas pelas pastagens restringiu os estímulos que ativariam a atividade urbana (228).

Na sub-região de Bauru, a falta de dinamismo do setor industrial no período, não impediu que ele operasse com eficiência, devido a implantação mais antiga, quando aborveu, devido a situação rodo-ferroviária privilegiada, inúmeros estímulos provenientes de áreas emergentes. Isso levou a uma rápida consolidação e a obtenção de uma fase industrial mais amadurecida (229).

No setor terciário a maior taxa de crescimento também esteve representada pela sub-região de Jaú, graças, em parte, a sua elevada taxa de urbanização.

A sub-região de Bauru, cuja sede, por sua localização sempre atuou como centro coletor e distribuidor, atingindo mercados de outros Estados, experimentou um crescimento mais lento. Isto deveu-se ao fato de que o comércio atacadista revelava um certo amadurecimento ligado às próprias características que marcaram a sua evolução.

A sub-região de Lins, apresentou menor taxa de crescimento no setor terciário, condicionada ao menor dinamismo de suas demais atividades econômicas (230).

(228) Id., Ibid., p. 5/11

(229) Id., Ibid., p. 5/10

(230) Id., Ibid.

Deve-se observar que alguns fatores, decorrentes das políticas econômicas adotadas no período, mormente a partir de 1968, tiveram influência direta no desempenho das economias municipais.

O incentivo ao setor de transporte e energia e à implantação de determinados ramos industriais, beneficiaram, sem dúvida, os centros urbanos mais adequadamente preparados.

Por outro lado, a desatenção com relação ao setor primário, afetou sensivelmente o quadro econômico da Região.

Como o setor primário ficou relegado às nuances do mercado internacional, sem grandes incentivos e voltados mais lucrativamente ao abastecimento do mercado interno, em decorrência do processo inflacionário aqui existente, e, algumas medidas adotadas tinham grande período de maturação, os municípios onde as economias voltavam-se exclusivamente para este setor, viram-se prejudicados. Assim, 4 dos 5 municípios considerados em 1960 como essencialmente agrícola, todos decresceram: Pirajuí (231),

- (232) Tendo reduzido a quase 1/3 sua produção de café, aumentou a de algodão e milho, voltou a produzir cana-de-açúcar e tornou-se o 2º produtor regional de bovinos. Mesmo assim não conseguiu manter a PEA do setor nos níveis existentes em 1960. FIBGE - Censos Agropecuários de São Paulo - 1960/70.

A PEA da indústria também sofreu retração. O número de estabelecimentos manteve-se, diminuindo sensivelmente o POD. O único acréscimo numérico ocorrido foi no ramo das indústrias mecânicas.

O setor comercial varejista e o de prestação de serviços manteve-se praticamente inalterado, sendo que o atacadista recebeu certo impulso.

Este quadro contribuiu para o município de Pirajuí apresentar uma taxa de crescimento demográfico de -3,0%.

Cafelândia, Getulina (232) e Itapuí (233).

Estes quatro municípios, juntamente com Promissão, revelaram ainda uma alta incidência na substituição de suas culturas pelas pastagens.

- (232) Tanto Cafelândia como Getulina apresentaram taxas de crescimento demográfico negativas.

A alteração na composição da PEA em 1970, ainda permitiu mostrar estas duas cidades como as de maiores índices de absorção de mão-de-obra no setor primário entre as cidades com mais de 10.000 habitantes. Por outro lado, apresentavam os menores valores da PEA industrial.

No setor industrial embora a PEA de Cafelândia tenha crescido, seu parque produtor perdeu dois estabelecimentos e manteve o mesmo POD. Já em Getulina o setor perdia as duas únicas indústrias modernas do município, no ramo de transportes.

No comércio varejista Getulina decresceu em número de estabelecimentos e POD e, Cafelândia apesar de diminuir seu número de estabelecimentos manteve o seu POD.

O setor atacadista que decresceu em Cafelândia desapareceu em Getulina.

O decréscimo também foi sensível no setor de serviços para ambos os municípios.

- (233) Além da alta taxa de crescimento negativa em torno de 2,5%, a produção agrícola sofreu uma queda generalizada, embora tenha sido incrementada a plantação de cana-de-açúcar. FIBGE - Censos Agrícolas de São Paulo - 1960/70.

O setor industrial perdeu estabelecimentos, embora com acréscimo do POD.

O setor varejista manteve o mesmo nível apresentado em 1960 quanto ao número de estabelecimentos e POD, o mesmo ocorrendo com o setor de serviços.

Cafelândia e Pirajuí, localizados antes de Bauru no caminho do Porto de Santos, já haviam sido prejudicados pela pavimentação da rodovia que por eles passava em direção à Bauru, sendo que esta situação permaneceu em 1970. Como salientado anteriormente, a melhoria dos acessos entre centros de diferentes níveis, tende a privilegiar os maiores, devido a realização de compras associadas. Getulina e Itapuí, por sua vez, que ficaram afastados das melhorias introduzidas no sistema viário em 1960, viram-se fortemente afetados com a pavimentação de sua ligação com Lins, no caso de Getulina, e da ligação com Bauru e Jaú, no caso de Itapuí.

O município de Promissão, embora sem grande potencial urbano como os demais, recebeu a instalação de indústrias modernas, seguindo a política econômica da época e manteve o nível de sua economia (234).

Do ponto de vista de localização, a pavimentação da sua ligação com Lins, prejudicou em parte o seu setor comercial e de serviços, embora ajudasse com relação às preferências pela instalação de novas indústrias. Por outro lado, o aumento da PEA industrial criou um mercado de maior porte de compra dinamizando o comércio varejista.

Parece que as atividades industriais foram as responsáveis pela manutenção dos níveis da população e incremento da economia do município, no período, de mo-

(234) O município de Promissão, apesar de ter sofrido uma queda na sua PEA, em parte pela substituição de culturas por pastagens, ou pelo uso de maquinarias, experimentou um pequeno acréscimo na população total.

A grande perda na PEA agrícola viu-se em grande parte suplementada pela industrial, que cresceu 190% de 1960 para 1970.

do que passasse a corresponder à 5.^a cidade em tamanho populacional da Região e à 6.^a em Receita do Terciário (235).

Outro aspecto que deve ser acentuado, refere-se à produção agrícola voltada também para o mercado interno. O caso do açúcar é um exemplo típico.

A produção de cana-de-açúcar, no entanto, provocou muito mais um incremento no setor industrial de certos municípios do que na agricultura, propriamente dita. Foi o que ocorreu na sub-região de Jaú e parte da sub-região de Bauru.

Dos municípios com potencial Industrial em 1960, Agudos, Bocaina, Igarapu do Tietê, Mineiros do Tietê e Barra Bonita receberam, devido às próprias características econômicas e locacionais para o desenvolvimento industrial, grandes incentivos, fortalecendo ainda mais as respectivas posições.

O município de Agudos foi um dos poucos municípios da Região, cuja população total e PEA cresceram entre as décadas (236).

(235) No setor industrial, apesar de serem pequenos os aumentos em número de estabelecimentos e POD, notou-se uma maior participação das indústrias modernas em detrimento das intermediárias, mormente nos setores que continuaram a ser incentivados pela política econômica do período: metalurgia, mecânica e material elétrico.

Quanto ao setor comercial, pode-se apenas afirmar que mostrou um pequeno acréscimo. Já o setor de serviços experimentou uma queda em termos de POD e número de estabelecimentos.

(236) Apesar da produção de café do município diminuir, e a pecuária se intensificar, a PEA do setor, praticamente, não teve-se inalterada. A maior produção de cana-de-açúcar e de milho devem ter respondido, em parte, por esta situação.

A PEA no setor industrial mais do que triplicou na década. Dentro deste setor cresceram também o número de estabelecimentos e POD. O VPI passa a ser o 3º e o VTI o 1º entre as cidades com mais de 10.000 e menos de 30.000 habitantes (237).

No setor comercial varejista o município recebeu estímulos significativos em termos de POD e número de estabelecimentos, mormente em decorrência do aumento populacional havido. O mesmo não ocorrendo com o setor atacadista, fato que a proximidade de Bauru e a melhoria das vias de comunicação na área podem explicar, em parte.

O município de Bocaina embora tenha apresentado decréscimo na sua população total e na PEA teve a sua economia modificada em termos qualitativos e quantitativos.

O setor industrial de Bocaina recebeu grandes estímulos em termos de POD e número de estabelecimentos, mormente nos setores modernos (metalurgia, mecânica e material elétrico), sendo o que mais apresentava deste tipo de indústrias entre as cidades com menos de 10.000 habitantes (238).

(237) Contrariamente aos demais municípios já analisados, o maior incremento em número de estabelecimentos industriais se deu no setor tradicional, no ramo de alimentos. No município passaram a se concentrar os 298 maiores estabelecimentos em relação ao POD e VPI da região.

(238) A indústria de Bocaina apresentou ainda um alto índice de diversificação e passou a ser a 2ª em VPI e POD entre as cidades com menos de 10.000 habitantes.

No setor comercial varejista e atacadista, e na prestação de serviços, também demonstrou certo incremento (239).

O sistema viário das imediações de Bocaina viu-se pouco alterado para provocar grandes prejuízos para o município em termos de terciário, tendo sido, inclusive auxiliado, pelo bom desempenho do setor industrial.

O município de Igarapu do Tietê foi o único entre as cidades com menos de 10.000 habitantes cuja população total e a PEA cresceram.

Tanto o setor primário (240), como o secundário (241) e o terciário foram dinamizados.

A melhoria nas vias de acesso ao município, sem dúvida auxiliaram o seu setor industrial. A proximidade de Barra Bonita e a absorção dos reflexos do desenvolvimento industrial desta última, possibilitaram à Igarapu do Tietê um aumento da sua PEA industrial e, conseqüentemente, do dinamismo de sua economia.

A população total do município de Mineiros do Tietê também decresceu, porém a PEA cresceu a uma taxa de

(239) No setor comercial varejista, Bocaina passou a apresentar o maior número de estabelecimentos, juntamente com Iacanga entre as cidades com menos de 10.000 habitantes. O comércio atacadista reapareceu.

(240) A PEA do setor agrícola viu-se aumentada devido a sua maior produção de cana-de-açúcar e café. FIBGE - Censos Agropecuários de São Paulo - 1960/70.

(241) A indústria, apesar de aumentar o número de estabelecimentos baixou o seu POD (provável aumento de tecnologia). Os ramos que aumentaram o número de estabelecimentos referiam-se aos setores tradicionais, mormente aos alimentícios. A transformação de minerais não metálicos foi outro setor que se mostrou promissor.

1,1%, decorrente principalmente do aumento da PEA industrial (242).

Em decorrência da característica de sua PEA, apresentava um comércio bem diversificado para as cidades menores de 10.000 habitantes, mesmo porque, a melhoria das vias de acesso não ocorreu nas imediações de Mineiros do Tietê.

O município de Barra Bonita apresentou uma taxa de crescimento demográfico de 1,84%, enquanto a PEA mostrou uma taxa de 2,8%.

Este aumento na PEA esteve representado em parte pelo setor primário, mormente na cultura de cana-de-açúcar onde era o 2º produtor regional.

Barra Bonita continuou a apresentar em 1970 o menor VPI entre as cidades com menos de 30.000 habitantes, o maior número de estabelecimentos, além da grande incidência de indústrias modernas (243).

Quanto ao aspecto locacional (Mapa 8), para uma cidade voltada principalmente para a atividade industrial,

(242) Apresentava o município de Mineiros do Tietê, a 2ª maior participação da PEA na indústria e a mais baixa na agropecuária, entre as cidades com menos de 10.000 habitantes, passando a contar em 1970 com uma indústria moderna (química). A localização junto a municípios como Jaú, Barra Bonita e Dois Córregos, contribuiu para o desenvolvimento industrial onde já começava a oferecer certas vantagens em termos de custos de mão-de-obra, aluguéis etc. SÃO PAULO. (Estado). Secretaria de Indústria e Comércio. Companhia de Desenvolvimento de São Paulo. Estratégia Municipal de Desenvolvimento Industrial e Habitacional. Município de Mi-
do Tietê. 1983.

(243) No setor industrial houve um incremento no número de estabelecimentos que passou de 62 para 84. Porém a grande participação das indústrias modernas nesse acréscimo, com maior utilização de tecnologia, permitiram que o POD diminuísse. O setor tradicional também cooperou no acréscimo do número de estabelecimentos, mormente, nos ramos de alimentos, bebidas, textil.

o melhoramento do sistema viário só tendeu a ativar o desenvolvimento do setor. O aumento da população e do emprego garantiu o dinamismo do comércio varejista e da prestação de serviços.

Outros dois municípios enquadrados em 1960 como possuindo potencial industrial não demonstraram crescimento de suas economias.

Macatuba, com um parque industrial altamente concentrado e pequeno, não atraiu a preferência dos empresários industriais, principalmente, se atentar-se para o fato da existência de locais mais promissores em termos de desenvolvimento industrial como melhores acessos e terciário mais desenvolvido (244).

O mesmo parece ter ocorrido com Piratininga, que apesar do seu alto VPI em 1960 e mesmo em 1970, não conseguiu grandes progressos na economia de seu município. As rodovias pavimentadas não chegaram a Piratininga e este é um fator de suma importância para o desenvolvimento industrial, principalmente quando existem cidades bem equipadas no seu entorno.

Fato análogo parece ter ocorrido com o município de Dois Córregos, deixado à margem das melhorias ocorridas no setor de transporte.

(244) Mesmo assim, devido a sua grande participação na PEA no setor industrial, conseguiu manter o mesmo ritmo do setor comercial varejista e de serviços, apesar da pavimentação da rodovia que o unia à Lençóis Paulista e do decréscimo de sua população. Continuou a apresentar em 1970 a maior Receita no setor comercial varejista entre as cidades com menos de 10.000 habitantes.

Os municípios com terciário e secundário mais desenvolvidos, do tipo potencial misto conforme classificado em 1960, sofreram uma ativação dos setores urbanos. A melhoria das vias de comunicação, principalmente para Bauru e Jaú e nos outros dois centros mais distanciados destes últimos, como Lençóis Paulista e Bariri, foi um fator de suma importância para a dinamização das respectivas economias. Neste sentido, de maneira inversa, o município de Pederneiras viu-se afetado por essa melhoria dos acessos viários entre Bauru e Jaú, que beneficiavam estes em detrimento daquele.

O município de Bauru continua em 1970 mantendo a liderança na região, crescendo sua produção a uma taxa de 3,66%, a maior da Região, o mesmo ocorrendo com a PEA (3,8%).

Como a PEA no setor primário manteve-se inalterada, foram mais uma vez os setores urbanos, os principais responsáveis pelo dinamismo da econômica municipal (245).

O município de Bauru veio reforçando cada vez mais a sua posição como centro regional de comercialização e prestação de serviços. Devido também a situação de sua infra-estrutura para a instalação de indústrias e

(245) No setor industrial a maior incidência de crescimento no número de estabelecimentos, manifestou-se através das indústrias modernas, representadas, principalmente, pelos gêneros metalúrgicos, mecânica, material elétrico, matéria plástica, papel e papelão. O aumento do número destas indústrias explica em parte o pouco acréscimo do POD, por serem indústrias intensivas em Capital. A diversificação do parque produtor de acordo com os gêneros arrolados pelo Censo continua elevada, onde apresentava 20 gêneros entre os 21 discriminados.

o seu parque industrial, já existente, tendeu a polarizar ainda mais a região.

Desde 1964, tornou-se por decreto o centro de convergência onde passariam a ser encontrados para negócios, as produções agrícolas de vasta região do Estado de São Paulo, principalmente no que tangia ao controle de preços e estoque (246).

Em decorrência do nível da atividade comercial (247) do município, encontravam-se aí também uma rede bancária de grande porte.

Ainda como consequência de sua posição geográfica, existiam no município, delegacias de vários órgãos estaduais e federais (248).

O município de Jaú continuou a apresentar uma agricultura bastante diversificada, embora com menor produção em alguns gêneros e empregando menos mão-de-obra (249).

(246) SÃO PAULO (Universidade). FAU-CPEU. Plano Diretor de Bauru, 1967.

(247) No setor comercial continuou a se destacar o setor atacadista, com receita superior ao varejista. O número de estabelecimentos varejistas e o POD praticamente dobrou, enquanto os estabelecimentos atacadistas, embora aumentando em cerca de 50% não provocaram uma absorção de mão-de-obra em igual proporção. A existência de todo o tipo de comércio dentro dos gêneros apresentados pelo Censo de 1970, reafirmava a importância do município como centro de abastecimento da população regional.

(248) SÃO PAULO (Universidade). FAU-CPEU. Plano Diretor de Bauru, 1967.

(249) O decréscimo na sua produção de café não conseguiu retirá-lo da 1ª posição entre os produtores regionais. Nas demais culturas de produtos exportáveis, atingiu o 1º lugar na produção regional de algodão, açúcar e o 2º lugar para o milho. Mesmo assim, a queda de produção de café, o aumento da pecuária e a mecanização agrícola levaram a uma queda na PEA utilizada pelo setor. É preciso lembrar que o Censo de 1960 inclui as indústrias extrativas de minerais no setor primário e em 1970 estas indústrias se incorporam entre as atividades industriais, fato que explica também, a queda na PEA no setor agropecuário.

O que se pode notar é uma alteração sensível na participação dos diversos setores econômicos na composição da PEA durante a década, dando maior ênfase ao setor industrial.

No setor industrial, o POD em Jaú passa a superar o de Bauru, sendo que tanto em número de estabelecimentos como em VPI estes dois municípios se aproximam. O VTI de Jaú, no entanto, supera o de Bauru e são maiores em média os estabelecimentos, tanto em relação ao POD como ao VPI (250).

Nota-se também que o setor atacadista mostrou maior crescimento em relação ao setor varejista (251).

O município de Lençóis Paulista depois de Bauru foi a quele que apresentou a maior taxa de crescimento demográfico (3,16%), o mesmo ocorrendo com a PEA (3,16%).

O grande aumento da PEA deveu-se, basicamente, ao se tor industrial (252) onde chegou a duplicar, enquanto

- (250) Também em Jaú o maior aumento no número de estabelecimentos industriais esteve representado pelo setor moderno, mormente nos gêneros metalurgia, mecânica, material de transporte, material elétrico e química. No setor de indústrias intermediárias a maior contribuição deveu-se aos ramos de vestuário, calçados e artefatos de tecidos.
- (251) O setor comercial cresceu em número de estabelecimentos e POD sendo que no atacado estes valores duplicaram com relação a 1960. Com relação a diversidade dos gêneros comerciais varejista, possuía 12 dos 13 gêneros relatados pelo Censo, mostrando destaque em relação ao ramo de tecidos, provável influência do setor industrial. FIBGE - Cen so Comercial de São Paulo, 1970.
- (252) A PEA industrial incrementou-se em mais de 100% entre as décadas. O número de estabelecimentos e POD seguiu o mesmo caminho e o VPI de Lençóis Paulista passou a ocupar a 3ª produção entre as cidades com menos de 30.000 habitantes. Os ramos industriais mais ativos estiveram representados pelo setor moderno e, principalmente, pelo tradicional, que cresceram em número de estabelecimentos. Com relação ao setor moderno foram as indústrias metalúrgicas, mecânicas, de material elétrico e papel e papelão que se destacaram. No tradicional o setor de bebidas respondeu pelos acréscimos havidos.

que na agricultura ela manteve os mesmos valores de 1960 (253).

Do ponto de vista locacional as modificações viárias beneficiaram Lençóis Paulista, pois o maior afastamento de Bauru diminuía a intensidade da polarização deste último com relação as atividades terciárias (Mapa 8). A melhoria das ligações com outras cidades de menor tamanho, o acréscimo populacional do município e o seu desempenho no setor industrial, garantiram ainda mais o desenvolvimento das atividades comerciais varejistas do município (254).

Com o quadro descrito acima, não se pode estranhar o fato de subir para o 1º lugar em 1970 entre as cidades com menos de 30.000 habitantes.

Analogamente, à Lençóis Paulista, o município de Bariri encontrava-se mais afastado dos grandes centros. Este fato garantiu a manutenção do nível de suas atividades varejistas mesmo com a melhoria das vias de acesso em direção a centros mais desenvolvidos como Jaú. Aliás, se o varejo não cresceu mais foi em decorrência do decréscimo da população total do município e

(253) A PEA agropecuária conseguiu manter os mesmos valores de 1960 embora o município tenha experimentado uma queda de produção de alguns gêneros. Porém, a produção de cana-de-açúcar colocou Lençóis Paulista como seu 2º produtor regional.

(254) As atividades comerciais varejistas praticamente dobraram em número de estabelecimentos e POD, seguidas mais tenuemente pelas atividades atacadistas. Em termos de Receita, o setor comercial passou a ocupar o 2º lugar entre as cidades com menos de 30.000 habitantes, perdendo apenas para Bauru, onde se sobressaía o setor atacadista. Porém com relação a receita do setor varejista era a 1ª entre estas cidades.

O setor de prestação de serviços, já não teve a mesma sorte, decaindo em número de estabelecimentos e POD.

da PEA. Por outro lado, os setores atacadistas e industriais sô lucraram com a melhoria dos acessos ao município (Mapa 8).

Da mesma forma, a construção da Usina Hidrelétrica de Bariri que se iniciou em 1960 (255) propiciou uma oferta maior de energia garantindo o funcionamento de um parque industrial em ascensão (256).

Embora o desenvolvimento de Bariri não tenha se expressado também através do crescimento da população, provavelmente, pela menor utilização de mão-de-obra nas suas atividades, os números do setor comercial e industrial indicaram grande dinamismo (257).

O município de Pederneiras sofreu uma pequena queda na sua população total e na PEA.

A menor produção do setor primário, excetuando-se a cana-de-açúcar, o decréscimo no número de indústrias

(255) Comitê Brasileiro de Grandes Barragens. Barragens no Brasil. Técnica Ltda., São Paulo, 1982.

(256) No setor industrial, o menor número de estabelecimentos traduziu-se por uma concentração do parque em relação ao POD que cresceu no período. O dinamismo do setor se fez notar também pelo VPI que passou a ocupar o 2º lugar entre as cidades com menos de 30.000 habitantes. Os ramos que cresceram em número de estabelecimentos mais uma vez pertenciam ao setor moderno. O de bebidas, vestuários e calçados também ganharam unidades ocorrendo o inverso com o setor de alimentos. O que parece ter ocorrido foi realmente uma concentração dos estabelecimentos que aumentaram de tamanho também em relação ao VPI, passando o município a ocupar o 2º lugar entre as cidades com menos de 30.000 habitantes.

(257) No setor comercial sua receita foi a maior entre as cidades com menos de 30.000 habitantes, e no setor atacadista superou inclusive o município de Lins.

tradicionais e aumento das modernas traduziram-se numa menor oferta de emprego (258).

Este quadro, associado a localização de Pederneiras entre Bauru e Jaú e a pavimentação das estradas que as uniam, interferiu sem dúvida no setor terciário do município, privilegiando os centros maiores (259).

Os municípios com potencial no setor terciário em 1960, como Duartina e Iacanga mostraram uma queda no ritmo de suas economias, devido principalmente, ao esvaziamento populacional da região, cujos reflexos fizeram-se sentir intensamente no comércio varejista e de prestação de serviços.

Em decorrência de seu distanciamento de Bauru e mesmo com a pavimentação da rodovia que a une a este município, Iacanga continuou a apresentar uma posição de destaque entre as cidades com menos de 10.000 habitantes, com respeito ao setor comercial e da prestação de serviços.

O mesmo não ocorreu com Duartina que, apesar de manter os números de seu setor varejista, experimentou

(258) Pode-se notar em 1970 que, em relação ao POD e número de estabelecimentos, o setor industrial manteve-se bem posicionado com relação as cidades com menos de 30.000 habitantes, embora o VPI não se destacasse como ocorreu em 1960. Outro fator importante de Pederneiras refere-se ao índice de beneficiamento de suas indústrias que continuou bastante baixo, entre os menores da Região.

(259) O total do comércio mostrou um pequeno incremento em número de estabelecimentos e POD, resultante provável do aumento no setor varejista.

O setor de serviços apresentou, por sua vez, certo decréscimo.

sensível decréscimo no atacadista. Entre as cidades com menos de 30.000 habitantes, a posição de Duartina quanto a receita comercial ficou sensivelmente prejudicada.

O município de Lins, pela melhoria do sistema viário de sua sub-região e o decréscimo na economia de outros centros urbanos e a grande distância de Bauru, conseguiu evoluir o seu setor comercial varejista e de prestação de serviços de forma bastante satisfatória (260).

No setor industrial, o crescimento foi pequeno colocando-se bem abaixo de Jaú e com um índice de beneficiamento superior em relação a 1960 (261).

A queda de produção de alguns produtos agropecuários, a substituição paulatina das lavouras por pastagens, além da mecanização da agricultura, responderam em parte pela diminuição da oferta de emprego no município, que foi compensada, principalmente, pelo setor terciário.

A análise mais atenta dos dados do município de Lins, demonstra uma tendência, na época, para o desenvolvi-

(260) O setor comercial varejista de Lins cresceu muito em POD e número de estabelecimentos sendo que tanto o POD como a receita do setor superaram os de Jaú, incorporando ainda, maiores estabelecimentos em relação ao POD e à receita. A supremacia de Lins no varejo em relação a Jaú manifestava-se também pela existência de todos os gêneros de comércio varejista levantados pelos censos. Porém, no setor atacadista os números se invertiam. FIBGE - Censo Comercial de São Paulo - 1970.

A defasagem do setor atacadista de Bauru para Jaú e Lins demonstra o quão importante era o papel de Bauru como entreposto de comercialização e distribuição da produção regional.

(261) O maior incremento do setor também ocorreu nas indústrias modernas, nomeadamente metalurgia, mecânica, de material elétrico. O setor tradicional chegou a perder estabelecimentos, principalmente, no ramo de mobiliários.

mento de atividades terciárias voltadas ao varejo, no atendimento de um mercado sub-regional.

Todos os demais centros urbanos, mesmo o município de Ubirajara que experimentou um crescimento industrial atípico, continuou na categoria de centros urbanos de atendimento a população rural.

6.3

Conclusões

Neste momento, onde a ênfase se dava nos setores urbanos e, as comunicações intensificavam-se, começou a existir uma forte predominância dos centros maiores em relação aos menores.

Quando existe uma diferença acentuada entre, as economias de escala e de aglomeração entre os municípios e, a infra-estrutura de transportes, entre outras, a opção se faz naturalmente do ponto de vista de instalação de novas indústrias, embora alguns incentivos mais diretos possam surtir efeito semelhante, como parece ter sido o caso de Promissão, e mesmo Bocaina.

Assim os grandes potenciais em termos de preferência pela localização industrial, que encontravam-se em municípios com terciário bem desenvolvido, parque industrial de porte, tradição no setor e infra-estrutura de transporte e energia, privilegiaram municípios como: Bauru, Jaú, Lençóis Paulista, Agudos, Barra Bonita, Bariri, Igarapu do Tietê; mais do que os demais 31 municípios da Região de Bauru.

Fazendo um raciocínio análogo ao de 1960, tem-se para 1970 que Barra Bonita, Macatuba e Agudos continuavam a apresentar VTI maior do que a RT.

O município de Ubirajara também se encontrava nesta situação, sendo o único dos centros com características de atendimento a população local incluído nesta categoria (262).

Outros municípios apresentavam VPI superior a RT, embora o VTI fosse menor: Jaú, Lençóis Paulista, Bariri, Dois Córregos, Piratininga, Mineiros do Tietê, Cabralia Paulista e Lucianópolis.

Os três primeiros embora com terciário bastante desenvolvido possuíam parque industrial de porte. Os demais não apresentavam um setor terciário condizente com o seu tamanho populacional que pudesse fazer frente a um desempenho do setor industrial de certo nível.

Os demais municípios possuíam RT superior, inclusive ao VPI, caracterizando níveis hierárquicos de centros comerciais e de serviços que incluiriam centros regionais como Bauru, sub-regionais como Lins, intermediários como Getulina, Cafelândia, Pirajuí, Promissão, Pederneiras, Duartina e Piratininga e centros locais como todos os demais.

É preciso portanto, classificar mais uma vez os municípios da Região de Bauru. Porém para 1970 parece que outra distribuição se impõe (Mapa 9).

Parece definida a posição de supremacia de Bauru, Jaú e Lins com relação a centros regionais e sub-regionais.

(262) O VTI de Ubirajara superou a RT devido à instalação de indústrias de alimentos e extrativas passando seu VPI a ser o 3º entre as cidades com menos de 10.000 habitantes.

Em seguida aparecem Lençóis Paulista e Bariri, cujos desenvolvimentos tendiam a ser mais autônomos do que outros centros como: Agudos, Pederneiras, Dois Córregos, Bocaina e Barra Bonita.

Nestes cinco últimos municípios, as atividades terciárias estariam mais diretamente ofuscadas pelos centros de maior expressão.

Em menor escala, situação semelhante, em termos de desenvolvimento industrial ocorria com Mineiros do Tietê e Igarapu do Tietê em relação a Barra Bonita e, Macatuba em relação a Lençóis Paulista e Bauru.

Assim, em termos de potencial misto, ou seja, melhores condições para o desenvolvimento, tanto das atividades industriais como terciárias, pode-se identificar a existência de dois níveis de centros:

- Nível I - Bauru, Jaú, Lins, Lençóis Paulista e Bariri.
- Nível II - Agudos, Pederneiras, Dois Córregos, Bocaina e Barra Bonita.

Outros centros aparecem como "lugares centrais" para o atendimento da população local (Nível I) ou rural (Nível II), sem grandes atrativos para implantação de atividades industriais relativamente aos anteriores:

- Nível I - Pirajuí, Cafelândia, Promissão, Getulina, Duartina, Piratininga, Itapuí e Iacanga.
- Nível II - Guarantã, Arealva, Avaí, Guaiçara, Guaimbê, Presidente Alves, Sabino, Uru, Balbinos, Júlio Mesquita, Reginópolis, Pongai, Cabrália Paulista, Itaju, Boracéia, Ubi-rajara e Lucianópolis.

Um terceiro grupo compreende aqueles municípios que, embora com população inferior a 10.000 habitantes apresentavam certo desenvolvimento no setor industrial: Igarapu do Tietê, Mineiros do Tietê, Macatuba.

É com este quadro apresentado em 1970 que será iniciada a análise da década de 1970/80.

7 A REGIÃO DE BAURU EM 1980

7.1 Retrospectiva Histórica

Ao transpor o ano de 1970, continuou-se dentro do processo de crescimento e euforia chamado de o "milagre" brasileiro.

Dentro desta atmosfera de otimismo, no período 1972 a 1974, passou a vigorar o I Plano Nacional de Desenvolvimento, onde se procurava colocar o Brasil no 8º lugar quanto ao PIB, entre os países ocidentais e atingir em 1974 uma renda per capita superior a 500 dólares anuais (263).

Grande parte do programa contido no I PND foi executado com maior ou menor ênfase em determinados setores, apresentando resultados que redundaram em certos desequilíbrios entre dualidades como: regiões desenvolvidas e deprimidas; indústria e agricultura; cidade e campo; classes economicamente mais ou menos favorecidas etc. (264).

A partir de 1973, o desenvolvimento das forças produtivas começou a se chocar com uma série de barreiras "físicas": o sistema de transporte passou a não dar

(263) Manuel Correia de Andrade. História Administrativa do Brasil. op.cit.

(264) Sob o aspecto que interessa destacar para a presente análise, até 1973, os incentivos às indústrias e ao setor de transporte mantiveram-se da mesma forma que na etapa anterior. Estes incentivos visavam ampliar a oferta de produtos de exportação como os manufaturados (calçados e confecções, etc.), e desenvolver as indústrias indispensáveis ao crescimento interno (siderurgia, automobilística, máquinas agrícolas, construção naval, química e petroquímica, cimento etc.). No setor agrícola, as medidas adotadas continuaram a não resolver o problema da produção horizontal, da grande concentração de renda e do êxodo rural. Manuel Correia de Andrade. op.cit.

mais vazão a volumes acrescidos de mercadorias (mormente em épocas de safra); várias matérias primas desde papel até aço e, muitos insumos acabados, desde material de embalagem até fertilizantes, passaram a escassear tanto no mercado interno como externo; outros serviços como os telefones, por exemplo, não conseguiram atender a demanda excessiva. Registra-se então, a partir daquele ano, a aceleração do processo inflacionário, apesar do forte sistema de controle de preços existente.

Esta inflação crescente foi resultado da contradição entre um impulso cada vez mais intenso para acumular e, as limitadas disponibilidades reais para consumá-lo (265).

Ao produzir-se o choque petrolero de 1973, a economia encontrava-se, particularmente, vulnerável. O sistema industrial operava a plena utilização de sua capacidade quando, o quadro de intercâmbio externo passa de uma posição favorável para outra de rápida degradação. Isto provocaria, inevitavelmente, uma pressão sobre a balança de pagamentos (266).

Esta pressão se fez sentir ainda mais pela alta dos preços do petróleo. Mesmo assim, o impulso de uma política expansionista, devido a inelasticidade da oferta interna a curto prazo, e a possibilidade de endividamento externo, criaram a falsa sensação de que tudo continuava como antes. Decorreu assim, uma abertura às importações, enquanto as exportações declinavam numa si

(265) Paul Singer. A Crise do "Milagre". op.cit.

(266) Celso Furtado. O Brasil Pós-"Milagre". op.cit.

tuação de queda de demanda e preços dos nossos principais produtos de exportação - açúcar, cacau, minério de ferro, algodão, soja etc. (267).

Portanto, a plena utilização da capacidade produtiva e a degradação dos níveis de intercâmbio fizeram crescer os custos marginais e aumentar os investimentos em termos reais, em relação aos anos anteriores. Assim é natural que tenham ocorrido tensões na economia, de profundidade muito maior do que as provocadas pelas turbulências de origem externa (268).

Outro dado de natureza estrutural refere-se ao fato de que os setores mais dinâmicos estavam controlados pelas multinacionais. Estas empresas num determinado momento invadiram o setor primário e os serviços, principalmente naqueles voltados a manipulação da sociedade para a incorporação dos novos padrões de consumo. As multinacionais procuraram ainda manter ou ampliar os canais que as ligavam ao exterior, garantindo a importação de equipamentos, produtos intermediários, serviços técnicos e financeiros (269).

O problema principal consistia, portanto, em encontrar os recursos financeiros exigidos para se ampliar a base do sistema industrial, aumentar o coeficiente de exportação e redirecionar o setor energético. Como atingir estes três objetivos sem modificar um modelo de desenvolvimento que esterilizava parte da poupança, canalizando-a para o financiamento do consumo de bens

(267) Manuel Correia de Andrade. op.cit.

(268) Celso Furtado. op.cit.

(269) Id., Ibid.

duráveis realizado pelos grupos de rendas médias e altas e, pelas empresas multinacionais? (270)

O rápido endividamento externo, surgiria então como uma saída para ludibriar esta contradição.

Entre 1974 e 1976 elaborou-se o II PND que indicava um novo padrão de expansão que visava, sustentar as altas taxas de crescimento, reverter a inflação e conter o déficit da balança de pagamentos. Havia, portanto, uma contradição inequívoca entre medidas contencionistas e expansionistas dentro da política econômica proposta.

Esta contradição manifestou-se num vaivém continuado. Entre 1974 e o 1º semestre de 1975, prevaleceu a política contencionista onde observou-se uma sensível recessão do crescimento industrial.

A política expansionista adotada no período seguinte, decorrente de pressões anti-recessionísticas, levaram na primeira metade de 1976, à reativação do crescimento industrial. Nesta fase, o setor privado continuou investindo e as empresas estatais efetuaram grandes dispêndios com projetos de grande porte, e plena execução (Itaipú, conclusão do II estágio), e outros programas como o Proálcool lançado em fins de 1975 (271).

Novamente a reaceleração da inflação, decorrente das medidas adotadas, intensificaram as fricções políticas, forçando uma mudança no sentido contencionista.

(270) Id., Ibid.

(271) Luciano Coutinho. Inflexões e Crise da Política Econômica: 1974-1980. *Revista de Economia Política*. São Paulo, Brasiliense, 1 (1): 77 - 100, jan/mar, 1981.

Neste momento, o crescimento industrial (bens duráveis e não duráveis) e a construção civil, viram-se fortemente afetadas invertendo-se a tendência de 1977 num caráter recessivo. A contenção das importações e alguns resultados expressivos na exportação de produtos agrícolas, especialmente o café, aliados à estabilização dos preços do petróleo importado, melhoraram consideravelmente, os resultados da balança comercial. A taxa de inflação também estabilizou-se, momentaneamente, num patamar mais baixo. Porém, este momento ativista durou pouco. O corte no crédito através da forte elevação da taxa de juros internos, propiciou uma entrada mais intensa de empréstimos do exterior (272).

A elevação da taxa de juros obrigava as empresas a reciclarem continuamente as suas dívidas, fator este, proibitivo para as pequenas e médias empresas e para o setor agrícola que, ainda tinha seus preços mínimos nivelados "por baixo".

O setor exportador também pressionava com relação ao baixo ritmo de desvalorização cambial então adotado.

O aumento continuado das taxas de juros passaram a atuar como uma tensão inflacionária permanente, a ero dir a rentabilidade das empresas.

De outro lado, a subida da taxa de juros permitia: às empresas oligopolistas mais poderosas a obtenção de "lucros" abusivos nas aplicações financeiras, em detrimento das operacionais; e aos agentes financeiros e bancos, apropriarem-se da parcela significativa do "spread" efetivo, entre as taxas de captação e as taxas reais do mercado (273).

(272) Id., Ibid.

(273) Id., Ibid.

A política contencionista assim aplicada e, ao mesmo tempo tornada ineficaz pela expansão dos empréstimos externos - ao longo de 1977 e, principalmente, 1978 e 1.^a metade de 1979 - revelar-se-ia inapta para atingir seus objetivos, destruindo, progressivamente, os seus próprios instrumentos de intervenção (274).

Assim, mesmo antes de ocorrer o 2º choque petrolífero em 1979, a economia brasileira já se encontrava em situação de ter que dispor de 5% do seu PIB e 3/4 partes das divisas geradas por suas exportações, ao serviço dos capitais estrangeiros investidos no país.

A situação dos centros de comando da economia brasileira era de total indefinição, sem espaço para manobras, seja no campo fiscal, seja no monetário, seja no cambial.

É dentro deste panorama que se inicia a última etapa da análise da região de Bauru.

6.2 Caracterização e Evolução da Rede Urbana

Esta década pode se caracterizar como uma fase de recuperação demográfica.

Entre 1970 e 1975 a área ocupada pela cana-de-açúcar, sofreu um crescimento mais intenso em torno de 25%. O café também teve um pequeno acréscimo, cerca de 10% a mais de área cultivada, e o milho manteve-se estável. É importante ressaltar que apenas estas três culturas representavam na década perto de 90% da área

(274) Celso Furtado. op.s.cit.

agrícola da região. O mesmo não aconteceu com o algodão que situando-se, anteriormente, entre os produtos mais importantes da Região, ocupava em 1975 uma área bastante reduzida, cerca de metade da que ocupava em 1970 e um sexto da existente em 1950 (275).

Porém, as maiores mudanças no setor primário e na própria economia regional ocorreram depois de 1975, no que se refere à expansão da área canavieira.

A ampliação desta cultura veio com a criação do Programa Nacional do Alcool (Proálcool).

A Região de Bauru que já contava com certa tradição, especialmente na produção de açúcar, passou a participar ativamente neste Programa, mediante a instalação de destilarias.

A região contava até 1977, com 6 usinas: Barra Grande em Lençóis Paulista; Central Paulista e Diamante em Jaú; Santa Adelaide em Dois Córregos; São José em Macatuba; e da Barra em Barra Bonita. Esta última é a de maior porte em todo o Estado e respondia em 1977 por cerca de um terço de toda a produção regional de açúcar e álcool.

Outra grande destilaria de álcool é a de Santa Maria, em Lençóis Paulista. Em 1978, Presidente Alves inaugurou outra destilaria de porte e pretendia-se a ampliação da Destilaria da Barra, tornando-se uma das maiores do Brasil (276).

(275) SÃO PAULO (Universidade). Avaliação do Programa Nacional de Cidades de Porte Médio e Revisão de Critérios de Seleção das Referidas Cidades; Insumos de População - Região Sudeste, Convênio MUNIER-CNDU-FAUUSP, São Paulo, 1983, Volume IX, Tomo 1.

(276) Id., Ibid.

É verdade que a expansão canavieira não respondeu isoladamente pelo crescimento populacional da região, embora tenha sido bastante forte a sua influência, principalmente se atentar-se para o fato de que as sub-regiões de Jaú e Bauru, onde esta cultura era mais intensa foram as que mais cresceram.

Tanto o município de Lins como a sua sub-região, permaneceram como área de saída populacional. Entre os 8 municípios desta sub-região, 5 tiveram sua população diminuída entre 1970 e 1980, 2 mantiveram-se inalterados e apenas Lins experimentou pequeno aumento populacional.

A importância da cana-de-açúcar não se restringiu apenas ao setor primário, respondendo pela dinamização de outras atividades como a agro-indústria, armazenamento, construção civil, etc..

Portanto, seria de se esperar um maior desenvolvimento destas atividades urbanas nas sub-regiões de Bauru e Jaú.

Entre as regiões do oeste paulista, Bauru é a que vinha apresentando uma industrialização mais intensa, alcançando assim a melhor posição neste setor. Além das agro-indústrias representadas principalmente pelas usinas de açúcar, destilarias, fábricas de óleo e margem de café, outras indústrias mais modernas foram surgindo, originárias de outras regiões já saturadas, juntando-se às indústrias de calçados, têxteis e bebidas (277).

(277) Id., Ibid.

Os setores comercial e de serviços também expandiram-se nesta década, sobretudo no município de Bauru, que além de ser um dos mais populosos, continuava a ser importante entroncamento rodo-ferroviário.

Conforme demonstrado através do Mapa 10, em 1980 todas as cidades da Região já se encontravam ligadas por rodovias pavimentadas, resultado da política de melhoria do sistema de transporte ocorrido na década 70/80. Se de um lado, este fato intensificou o escoamento da produção, e melhorou a localização dos centros com relação ao setor industrial, provocou também uma nítida tendência de favorecimento dos centros maiores com relação aos menores.

As atividades terciárias, por sua vez, se dinamizaram nos centros mais desenvolvidos onde a maior população, e a migração em direção a estes centros, para a realização de compras associadas, beneficiariam, primeiramente, os centros maiores.

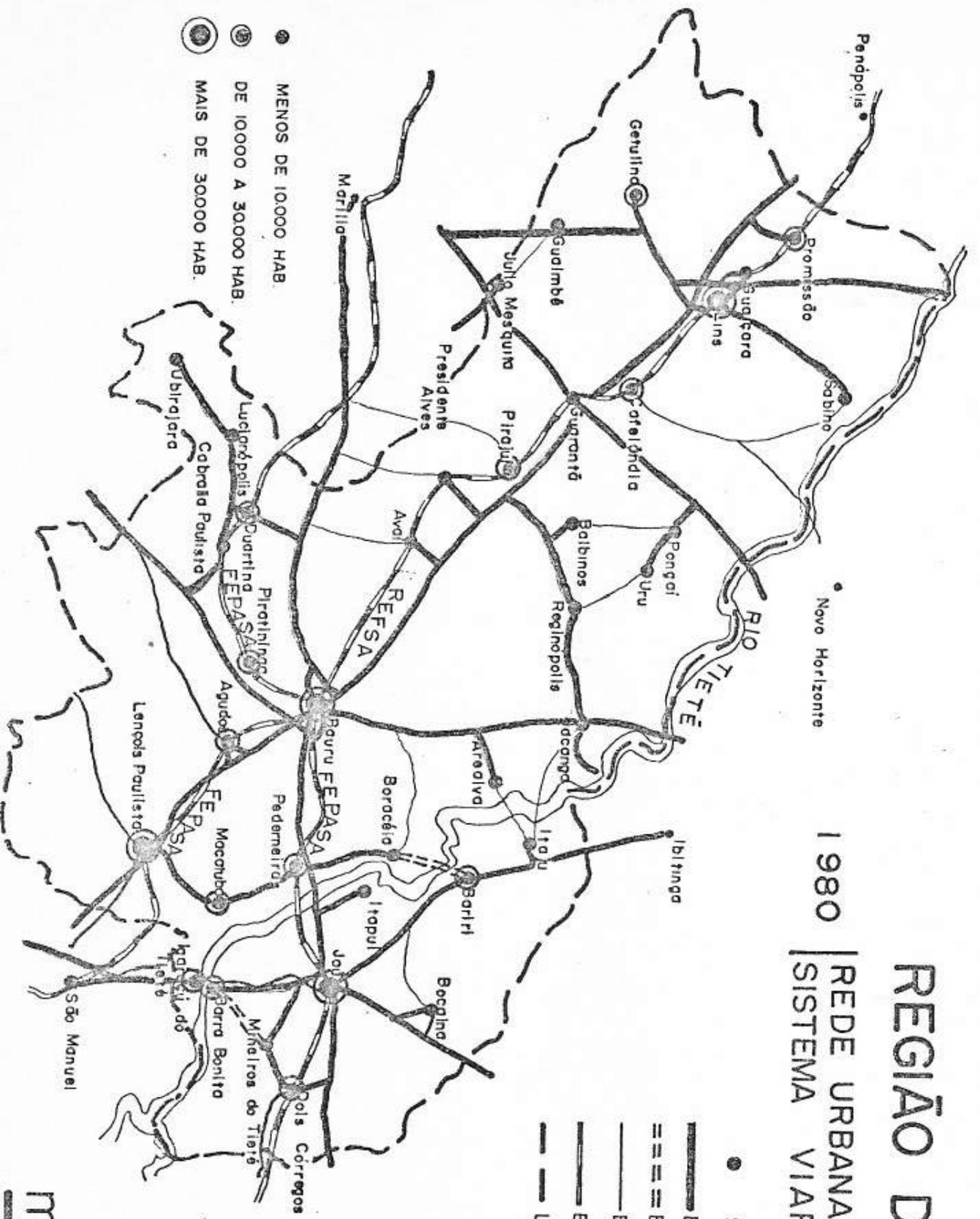
O crescimento generalizado da população da Região e da sua PEA que só não ocorreu em dois dos seus municípios, foi reflexo do desenvolvimento econômico havido entre as décadas. Este desenvolvimento, cujos dados do censo de 1980, permite concluir, identifica-se àquele ocorrido no país como um todo, no período que se chamou de "milagre brasileiro".

Os efeitos das políticas econômicas adotadas no decorrer deste período são facilmente apontados.

Primeiramente, ocorreu um processo de capitalização na agricultura que se manifestou através do aumento da produção e diminuição da oferta de emprego neste setor, de forma generalizada entre os municípios.

REGIÃO DE BAURURU

1980 | REDE URBANA E SISTEMA VIÁRIO



- SEDE MUNICÍPIO
- ESTRADA PAVIMENTADA
- == == ESTRADA EM PAVIMENTAÇÃO
- ESTRADA NÃO PAVIMENTADA
- ESTRADA DE FERRO
- - - LIMITE DE REGIÃO



FONTE-FIBGE. Censo Demográfico de São Paulo-1980
 SÃO PAULO: Secr. de Estado dos Negócios do Interior. I.G.C.-Rede Viária do E.SP.-1982. esc. 1:1000000

SÃO PAULO. Secr. dos Transportes. DER. - Mapa Rodoviário-1981- esc. 1:1000000

FEFASA
 Mapa Ferroviário-1975
 esc. 1:1000000

mapa 10

No setor secundário observou-se um grande aumento do POD que significou diretamente um aumento da produção, embora o número de estabelecimentos tenha se reduzido. Esta situação refletia uma concentração do parque produtor em um menor número de empresas maiores, resultado de algumas medidas contencionistas do período.

Quanto ao ramo de indústrias com maior contribuição em número de estabelecimentos, observou-se a maior incidência das indústrias modernas voltadas para satisfazer as necessidades de abastecimento urbano e as intermediárias, como a de vestuário, calçados e artefatos de tecidos, voltadas ao abastecimento do mercado externo.

No ramo de indústrias tradicionais, mormente no gênero de alimentos, também voltado em parte ao mercado externo, os números de estabelecimentos mostraram uma redução.

No setor comercial a tendência foi de diminuir o número de estabelecimentos do comércio de alimentos, indicando também uma concentração em maiores empresas. Aliás, nessa época os supermercados e as grandes lojas, mormente nos centros maiores, começam a ser mais comuns.

As ligações rodoviárias dando continuidade a política de energia e transporte, também apareceram de forma intensa, com todos os centros urbanos unidos por vias pavimentadas.

A política energética adotada no período beneficiou, naturalmente, a sub-região de Jaú tradicionalmente açucareira e, secundariamente Bauru, com o PROÁLCOOL.

De qualquer forma, os efeitos das políticas econômicas adotadas no período e a situação do cenário internacional provocaram respostas diferentes por parte dos municípios da Região, de acordo com os seus respectivos potenciais.

Os centros mais populosos, com atividades terciárias bem desenvolvidas, parque industrial de maior porte, meios de transporte eficientes e potenciais de acordo com as políticas econômicas da época, foram os preferidos para a execução de determinadas atividades econômicas, garantindo o crescimento de suas economias.

Assim, os municípios que mais cresceram, em termos de PEA (que sem dúvida expressa o dinamismo da economia através da oferta de emprego) e dos setores econômicos, propriamente ditos, foram aqueles incluídos na categoria de Potencial Misto e Potencial Industrial.

Entre estes municípios encontravam-se Bauru e Jaú: os maiores centros urbanos da Região.

O município de Bauru cresceu sua população total a uma taxa de 3,54% e a PEA em 5,4% estando entre as maiores da Região.

A variação na participação da PEA nos diversos setores econômicos mostrou um maior incremento nas atividades comerciais e de serviços, acentuando mais a tendência do município como "polo terciário".

O seu setor industrial denotou um amadurecimento, aumentando o seu tamanho em relação ao POD e, a participação das indústrias modernas, mormente as metalúrgicas, mecânicas, material de transporte e elétricos e química.

O setor comercial varejista também mostrou uma tendência à concentração onde o POD dobrou e o número de estabelecimentos aumentou muito pouco. No setor ataca-dista a situação foi análoga (278).

O que se acentuou foi a participação cada vez maior das atividades terciárias no desenvolvimento de Bauru.

O município de Jaú, também sofreu grande incremento populacional, embora a taxa de crescimento da PEA tivesse sido bem mais elevada.

A alteração da participação dos diversos setores econômicos na composição da PEA indica uma crescente contribuição do setor industrial (279), embora entre as três primeiras cidades da Região, Jaú apresentasse a maior porcentagem de participação na PEA no setor primário.

No setor comercial e de serviços, embora em menor escala, o comportamento de Jaú, foi bastante semelhante ao de Bauru.

Incluídos ainda na categoria de centros com potencial misto encontram-se Lençóis Paulista e Bariri. Este último não apresentou grandes acréscimos na população

(278) Esta concentração pode ser notada principalmente no setor de comércio de alimentos e diversos, o que sem dúvida indicava o crescimento das grandes lojas e dos supermercados. Aliás, esta concentração ficava bem de acordo com os efeitos da política econômica do período, como salientado inicialmente, que tendia a eliminar as pequenas e médias empresas.

(279) O POD do setor industrial mais do que duplicou na década, indicando também uma concentração do parque neste sentido. O ramo de maior crescimento em números de estabelecimentos, esteve representado pelas indústrias intermediárias (vestuário, calçados e artefatos de tecidos), que visavam também à exportação.

total, embora pelas análises feitas a economia municipal tenha sido fortemente ativada (280).

O município de Lençóis Paulista, por sua vez, foi o que apresentou maior taxa de crescimento demográfico da Região, apresentando também uma alta taxa de crescimento de sua PEA em torno de 5,6%.

O setor industrial foi aquele que contribuiu de forma mais intensa para o crescimento do município.

O município colocava-se como um dos mais equilibrados em termos de distribuição da PEA nos diversos setores econômicos.

No setor primário aparecia como o 3º maior produtor de cana-de-açúcar da região, deixando, no entanto, de produzir café.

O setor comercial varejista e o de serviços receberam grande impulso, embora o mesmo não ocorresse com o setor atacadista.

O município de Lins, embora com terciário bem desenvolvido, não conseguiu, na época, atrair as instalações industriais na mesma proporção de outros centros

(280) No setor agropecuário passou a ser a 2ª produtora de algodão, a 3ª de café e a 4ª de milho da Região, tendo aumentado também a sua produção de cana-de-açúcar e a criação de bovinos. FIBGE - Censos Agropecuários de São Paulo - 1970/1980.

No setor industrial cresceram pouco, o número de estabelecimentos e POD, mantendo, porém, a 2ª posição em termos de VTI entre as cidades com menos de 35.000 habitantes.

O comércio varejista cresceu em número de estabelecimentos e POD, correspondendo a 3ª Receita entre as cidades com menos de 35.000 habitantes, melhorando sua posição relativa às demais cidades com relação a 1970; o mesmo ocorrendo com o setor de serviços.

de igual tamanho. No entanto, baseou o crescimento da PEA no desempenho das atividades terciárias (281).

Dentro de um segundo nível de municípios com potencial misto conforme classificação de 1970 encontram-se: Agudos, Pederneiras, Dois Córregos e Barra Bonita.

O nível de desenvolvimento econômico de municípios como Pederneiras e Agudos associado à proximidade de Bauru, ofereceram certas vantagens para o crescimento industrial (282). Estas vantagens referem-se ao tamanho do mercado consumidor bastante próximo e os preços de terreno, mão-de-obra etc., mais convenientes.

Já com relação às atividades terciárias, a proximidade à Bauru tendeu a ofuscar o seu desenvolvimento, como ocorrido com Agudos.

(281) O setor primário, em decorrência do aumento da pecuária mostrou uma tendência à diminuição do emprego.

O setor industrial manteve, praticamente, o mesmo nível em termos de POD e número de estabelecimentos, atingindo valores inferiores a algumas cidades com menos de .. 35.000 habitantes.

O setor comercial e de serviços apresentaram acréscimos tanto em número de estabelecimentos como POD.

(282) No caso de Agudos a indústria aumentou tanto o número de estabelecimentos como o seu POD, mantendo a tradição de incorporar os maiores estabelecimentos da região em relação ao POD. Em termos de tamanho em relação ao VPI passou em 1980 a ocupar o 29 lugar da Região.

Os setores mais dinâmicos foram os modernos e intermediários, respectivamente, nos ramos de metalurgia e mecânica, e madeira, sendo que os ramos de alimentos e bebidas perderam algumas unidades.

O município de Pederneiras aumentou o seu número de estabelecimentos e triplicou o seu POD. As indústrias modernas foram as mais representativas com referência ao acréscimo no número de estabelecimentos, onde predominou o ramo de indústrias mecânicas.

O município de Pederneiras apresentou a maior taxa de crescimento da PEA da Região, 5,8%.

O aumento sensível do POD na indústria, contribuiu para o desenvolvimento do seu setor terciário, embora a proximidade a grandes centros como Bauru e Jaú, deveriam indicar como no caso de Agudos uma situação inversa (283).

Os municípios de Bocaina e Dois Córregos, não apresentaram grandes crescimentos populacionais, chegando o primeiro a perder população, decorrência provável do grande crescimento de centros como Jaú e Barra Bonita, cujas economias de aglomeração eram mais acentuadas.

O município de Barra Bonita cujas taxas de crescimento da população total e da PEA atingiram, respectivamente, 2,7% e 3,9%, experimentou um forte incremento nos setores urbanos (284).

(283) O setor atacadista recebeu forte impulso, passando a ser o 4º da Região em Receita. O setor varejista cresceu em número de estabelecimentos, sendo que no total do comércio respondia em 1980 pela 7.ª posição em Receita, POD e número de estabelecimentos. O ramo de maior incremento em unidades industriais foi o de tecidos e veículos, sendo que o de alimentos manteve-se inalterado, indicando, como nos demais municípios, uma provável concentração.

O setor de serviços viu-se fortemente ampliado, principalmente em relação ao POD que passou de 153 em 1970, para 1.361 em 1980.

(284) O setor industrial, em 1980, mostrava Barra Bonita na 4.ª posição em VPI, na 2.ª em VII, na 3.ª em número de estabelecimentos e na 4.ª em POD da região. Entre as décadas chegou a duplicar o POD.

Os ramos que aumentaram o número de estabelecimentos estiveram representados pelas indústrias mecânicas, vestuário, calçados e artefatos de tecidos. Entre as indústrias do tipo tradicional, o de bebidas e alimentos apresentaram um número menor de unidades.

Em 1973, a lei municipal nº 819 criou o distrito industrial de Barra Bonita, incentivando as indústrias a se transferirem para o município de forma ordenada (285).

O comércio de mercadorias viu-se fortemente dinamizado e os serviços também cresceram em número de estabelecimentos e POD. Aliás, a Receita do setor de serviços de Barra Bonita era a maior entre as cidades com menos de 35.000 habitantes, superando inclusive o município de Lins (286).

Centros como Barra Bonita e em menor escala como Igarapu do Tietê, Mineiros do Tietê e Macatuba, bastante desenvolvidos em termos industriais, de acordo com os respectivos tamanhos populacionais, tenderam a dinamizar as atividades terciárias, levando a um desenvolvimento ainda maior das atividades urbanas como um todo. Deve-se ressaltar também, que tanto Mineiros do Tietê como Igarapu do Tietê, também refletem as vantagens do transbordamento das atividades econômicas de Barra Bonita como salientado anteriormente.

(285) SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Indústria e Comércio, Ciência e Tecnologia. Companhia de Desenvolvimento de São Paulo. Estratégia de Desenvolvimento Industrial e Habitacional. Município de Barra Bonita, 1983.

(284) Esta característica do município decorria, eventualmente, de sua posição como centro de atração turística devido à existência da Barragem de Barra Bonita que possibilitava um passeio de barco pelo Tietê, com utilização da eclusa. Deve-se enfatizar a transformação do município em Estância Turística a partir da Lei 2109/79. SÃO PAULO (estado). Secretaria de Indústria e Comércio, Ciência e Tecnologia. Companhia de Desenvolvimento de São Paulo. Estratégia do Desenvolvimento Industrial e Habitacional; Município de Barra Bonita, 1983.

O município de Igarapu do Tietê, além do grande aumento da PEA e da população total (287) recebeu estímulos em todos os setores econômicos.

É preciso atentar, no entanto, para o fato de Igarapu do Tietê ocupar a 2.^a posição na Região em termos de POD e a 4.^a em Receita no setor de serviços, concentrando-se no ramo de alojamento e alimentação.

A proximidade de Barra Bonita pode explicar em parte esta peculiaridade do município.

O transbordamento do desenvolvimento econômico de Barra Bonita, levou a uma procura por moradias e alojamentos, em locais onde a oferta deveria ser maior e os preços mais adequados.

O município de Mineiros do Tietê, apresentou situação semelhante onde, a característica de cidade dormitório (288), além de provocar um incremento populacional irreal, animaria o setor comercial varejista e de serviços. Mesmo assim, o aumento da PEA do município foi significativo, mostrando que a sua própria atividade econômica também se desenvolveu.

O município de Macatuba apresentou uma taxa de crescimento populacional em torno de 3,5% e da PEA de 4,9%.

Este crescimento ocorreu em função do desenvolvimento

(287) A população total de Igarapu do Tietê cresceu a uma taxa de 3,7% e a sua PEA a uma taxa de 5,4%.

(288) SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Indústria e Comércio, Ciência e Tecnologia. op.cit. - Município de Mineiros do Tietê.

de suas atividades urbanas (289) e mesmo do setor primário onde aparecia como o 2º produtor de cana-de-açúcar da Região.

Os municípios classificados em 1970 como centros de atendimento às populações locais experimentaram acréscimos na PEA, embora não suficientes para fazer crescer a população total.

O acréscimo generalizado das produções agrícolas não ativaram fortemente o emprego no setor, devido provavelmente ao uso mais intenso de tecnologia. Mesmo assim, a maior produção refletiu-se no desenvolvimento das atividades urbanas, ainda que em pequenas proporções.

Neste caso incluem-se Pirajuí, Cafelândia, Getulina, Promissão, Piratininga e Duartina, excetuando-se Itapuí que aumentou, sensivelmente, a produção de cana-de-açúcar e dinamizou suas atividades urbanas.

Destes 6 municípios apenas Duartina recebeu certo incremento na população total, embora todos apresentassem taxas de crescimento positivas em relação à PEA.

Todas mostraram uma tendência acentuada para ocupação

(289) Macatuba manteve a tradição de parque industrial mais concentrado da região, tanto em POD como em VPI, pois contava com apenas 21 estabelecimentos que respondiam pelo 4º VPI e a 8.ª posição em POD da região. O parque industrial que se concentrava também nos gêneros de indústrias alimentícias passou a incluir algumas indústrias modernas (mecânica, química e matéria plástica). O setor comercial também se incrementou, melhorando a sua posição relativa à região.

de suas terras com pastagens, embora outras produções como a do café, voltassem a crescer (290).

Outro fato a ressaltar é que estas cidades absorviam mais de 40% de sua PEA na agricultura, sendo que o setor terciário aparecia com a segunda maior contribuição. Aliás foi deste setor que se originou a maior contribuição para o aumento da PEA em 1980.

No setor industrial Cafelândia, Promissão, Pirajuí, Duartina perderam estabelecimentos, porém aumentaram o POD demonstrando uma certa concentração. Getulina, praticamente manteve o seu número de estabelecimentos aumentando o seu POD e Piratininga decresceu em ambos os aspectos.

Nota-se portanto, que a agricultura voltou a animar-se nestes municípios, e os setores urbanos vinculavam-se a ele em padrões semelhantes ao existente em 1950, apenas com a diferença na importância que o setor primário possuía naquela época.

Quanto ao município de Itapuí, este, recebeu do setor industrial a maior contribuição para o crescimento da PEA.

O setor industrial apresentou o maior VPI e VTI entre as cidades com menos de 10.000 habitantes, supe-

(290) Cafelândia apareceu como a 2.^a produtora regional de café e 1.^a de bovinos.

Promissão apresentou-se como a 3.^a produtora de bovinos e incrementou sua produção de café, milho, cana-de-açúcar, etc..

Pirajuí voltou a ser o 1.^o produtor de café da Região e o 2.^o de bovinos.

Duartina e Getulina aumentaram sensivelmente suas produções de milho, bovinos, café e etc..

rando, inclusive, algumas cidades maiores, o mesmo acontecendo com a Receita do Comércio Varejista.

O município de Iacanga, embora diminuísse a sua população, cresceu sua PEA a uma taxa de 1,2% em decorrência do aumento de suas atividades terciárias.

O aumento na PEA do setor terciário deve ter se originado na nova função que o município vinha desempenhando, em decorrência de seus recursos naturais. O represamento do Tietê, localizou Iacanga entre dois braços de água, criando praias ao alcance das atividades urbanas, valorizando assim a atividade turística do município (291).

Este potencial turístico e a localização mais afastada dos grandes centros, pôde auxiliar Iacanga no desenvolvimento de atividades voltadas fundamentalmente para o setor terciário.

Os centros de abastecimento da população rural como classificados em 1980, tenderam a continuar como tal, ofuscados pelo crescimento dos centros maiores. Mudanças no ritmo de crescimento destes centros, no entanto, podem ocorrer se algumas medidas, com este intuito, forem para estes núcleos direcionadas. O caso de Presidente Alves, através da implantação de uma grande destilaria de Alcool, é um bom exemplo.

(291) SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Indústria e Comércio, Ciência e Tecnologia. Companhia de Desenvolvimento de São Paulo. Estratégia de Desenvolvimento Industrial e Habitacional; Município de Iacanga, 1983.

6.3

Conclusões

O exposto anteriormente, mostrou que os municípios que mais cresceram estiveram representados por aqueles com potencial mais voltado às atividades urbanas. Sem dúvida, os mais equipados para receber os estímulos que a política econômica do período incorporava.

Assim, com grande potencial industrial e de comercialização e prestação de serviços, encontravam-se em 1980 municípios como Jaú, Lençóis Paulista, Barra Bonita, Pederneiras e Bariri, haja visto a grande expressão destes dois setores. O município de Macatuba, embora com excelente desempenho industrial não recebeu estímulos no seu setor terciário ofuscado pelos grandes centros existentes ao seu redor, o mesmo ocorrendo com Agudos (Mapa 11).

Outros dois centros aparecem como centros terciários por excelência. É o caso de Bauru e em menor escala de Lins.

O município de Bauru, como exposto anteriormente, entrou numa fase de amadurecimento do seu setor industrial. Por outro lado, fez crescer sensivelmente o seu terciário, suprimindo a demanda de uma região altamente promissora.

Já o município de Lins, manteve padrões de terciário bem inferior, embora adquirindo a característica de polo sub-regional.

Os demais centros da Região não apresentaram características dignas de nota, tendo seus centros urbanos a expressão, que a sua população total e PEA, calcada no setor primário, viabilizaram.

CAPÍTULO IV - A IMPORTÂNCIA DAS ATIVIDADES TERCIÁRIAS
NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: CONCLUSÕES

A partir do exposto anteriormente, sobre as teorias de desenvolvimento regional, a análise do setor terciário e, o estudo da evolução da rede urbana da Região de Bauru, é possível tecer-se algumas considerações em níveis conclusivos.

Com relação ao caráter regional, propriamente dito, dois aspectos apresentam grande importância.

Um deles refere-se às peculiaridades da Região sobre a qual pretende-se intervir. Cada área a ser estudada possui características sócio-econômicas e culturais, além de outras condicionantes, como o próprio espaço físico-territorial, diversas que exigem soluções também diversas. A utilização de tecnologias sofisticadas em regiões onde a quantidade de mão-de-obra não qualificada é grande e, a introdução de atividades econômicas desvinculadas dos recursos e aptidão, tanto do espaço físico como do material humano no local, entre outras, são exemplos comuns de ocorrer, e estão entre os mais elementares.

Como, as grandes idéias ou as grandes teorias não precisam ser inventadas novamente, tendo de ser apenas inovadas, elas devem, então, ser reformuladas para que possam ser aproveitadas em locais diversos, em momentos diversos.

Assim, cada país, região ou município, podem utilizar os princípios básicos dos estudos e teorias já existentes, porém, adaptando-os devidamente, às suas condições sócio-econômicas, culturais, físico-territoriais e políticas.

Esta situação fica clara no Capítulo I quando mostrou-se a utilização da Teoria de François Perroux, sua eficiência em alguns locais, suas adaptações e mesmo sua inadequação.

Outro aspecto que merece destaque, refere-se ao momento político-econômico sob o qual a área em análise se encontra. Quanto a este aspecto, o estudo da Região de Bauru é altamente esclarecedor.

Uma região cuja economia sustentava-se na cultura cafeeira, seria fatalmente atingida por uma política econômica que privilegiasse o setor industrial, voltado fundamentalmente para o processo de substituição de importações, e não se preocupasse com o setor primário. Este fato agravaria ainda mais esta situação, se a economia do país estivesse calcada num modelo primário exportador, fincado na monocultura do café, produto este que encontrava-se em crise acentuada no mercado internacional, como o ocorrido na Região de Bauru.

Em contra partida, os municípios mais familiarizados com a cultura açucareira e com a transformação do produto, viram-se beneficiados, tanto pela política econômica da época, como pelo crescimento da importância do açúcar no mercado internacional e, posteriormente, com a do álcool no mercado interno.

Portanto dois fatores foram importantes para os municípios desenvolverem-se: a política industrializante e, a tradição natural do plantio e transformação de um produto (no caso o açúcar) que cresceu em importância na economia nacional no período 1950-1980.

Este foi o caso sem dúvida de municípios como Barra Bonita, Lençóis Paulista, Pederneiras, Macatuba, Itapuí, Igarapu do Tietê, Mineiros do Tietê, como foi possível comprovar-se no decorrer do Capítulo III.

Assim, em sentido mais amplo, parece indiscutível o fato de que as políticas econômicas adotadas, moldam as economias regionais e locais, mesmo sem intervenções diretas. Ou seja, é difícil imaginar-se que determinada forma de crescimento em níveis regionais ou locais, venha a se processar à revelia das diretrizes traçadas em nível nacional.

Esta afirmação fica clara, na evolução da Região de Bauru no decorrer das três décadas estudadas, onde as decisões tomadas a nível de política econômica, refletiram-se espontaneamente, no quadro regional e local.

Portanto, é preciso que para um planejamento regional adequado, estabeleça-se um interrelacionamento institucional que garanta a participação de todos os organismos envolvidos no processo, de forma a satisfazer os objetivos e as necessidades tanto a nível nacional, como regional e local, conforme exemplo da Irlanda descrito no Capítulo I.

Nota-se também que, num modelo econômico de base exportadora como o brasileiro, se o processo de planejamento não for devidamente integrado, o desenvolvimento fica altamente vulnerável às variações do mercado internacional.

No caso específico da Região de Bauru, a cultura cafeeira, açucareira e a indústria de semi-manufaturados, etc foram exemplos típicos desta situação.

Desta forma, é necessário que a política econômica e o potencial de cada local sejam devidamente conhecidos para que possam ser compostos de forma a garantir uma integração que permita à região experimentar o desenvolvimento almejado.

Assim, algumas aptidões de certas áreas podem contribuir para o bom desempenho de suas atividades econômicas se fizerem parte de um plano maior que permita, por exemplo: absorver quebras de produção ou de demanda, como no caso do café; resolver o problema da fraca geração de empregos na pecuária, através da criação de atividades complementares; ativar a agro-indústria em geral, para os locais de grande potencial agrícola; entre outros.

Se tivesse havido um planejamento integrado, municípios como Lins, Pirajuí, Cafelândia, Getulina, Promissão, Avaí, Presidente Alves, Guarantã, etc., muito provavelmente, não teriam experimentado grande abalo em suas economias, como o ocorrido.

Com relação ao açúcar o quadro também é bastante esclarecedor.

A produção de cana-de-açúcar e sua transformação ativaram o setor secundário. Desta forma, o aumento da oferta de emprego, melhor remunerado, dinamizou sem dúvida as demais atividades urbanas. Este maior mercado urbano, por sua vez, incentivou uma produção agrícola mais diversificada, para consumo imediato, a qual passou a contribuir também para o aumento das atividades urbanas e assim sucessivamente.

Portanto, o quadro espontâneo oferecido por alguns municípios, como o de Barra Bonita, propiciou a absorção mais profícua dos estímulos à produção de açúcar, em decorrência do aumento das exportações do produto; ou, como o de Bauru, mais aparelhado para absorver os estímulos à industrialização do período.

Outro aspecto que merece destaque são as vantagens da existência de atividades econômicas diversificadas, tanto no setor industrial como no primário, em relação àquelas altamente concentradas, como o caso de Macatuba. A diversificação, tanto agrícola, como industrial, enriquece as possibilidades de crescimento.

É notório o caso de Jaú, que diversificou sua produção agrícola tornando-se grande produtor de café, cana-de-açúcar, entre outros, dando ênfase também, ao seu setor industrial, setor este bastante diversificado. Esta situação possibilitou a Jaú a manutenção constante do seu ritmo de crescimento, pela criação dos "encadeamentos" para frente e para trás, altamente relevantes, para garantir os níveis de crescimento.

Outros municípios em menor proporção destacaram-se também, neste sentido, como Bariri, Pederneiras e Lençóis Paulista.

No entanto, apesar de todas estas considerações em torno das peculiaridades regionais e do panorama político, e das conseqüentes alterações das economias municipais havidas, é preciso ressaltar-se que os municípios que apresentavam um setor terciário bem estruturado, mantiveram e criaram as condições para o crescimento de suas economias, independentemente, das peculiaridades regionais ou de políticas econômicas.

O município de Bauru, teve como condicionante fundamental de seu desenvolvimento, o estágio adiantado do seu setor terciário, crescendo no período bem acima da média regional.

O setor terciário, adaptou-se as exigências da economia regional, ora como apoio à comercialização e prestação de serviços, à produção do setor primário e à população regional, ora respondendo às exigências do setor industrial.

Em menor escala, e defasado no tempo, o município de Jaú mostrou também situação do setor terciário em condições de sustentar os setores primário e secundário, o mesmo ocorrendo com Lençóis Paulista e Bariri. Todos os três posicionados, a maiores distâncias entre si e com relação a Bauru (mais de 25 km) e, situados depois deste em direção ao porto de Santos, fatores estes que contribuíram, como demonstrado no Capítulo III, para o melhor desenvolvimento das atividades terciárias e garantiram a situação de centros sub-regionais e de apoio ao setor primário e a população e de centros industriais de médio porte.

Os municípios, por sua vez, localizados nas proximidades de Bauru receberam interferências diretas, como Agudos e Piratininga, e experimentaram efeitos negativos nos seus setores terciários, e uma tendência do setor industrial dirigida aos ramos que visavam o abastecimento da população Bauruense, em caráter complementar.

O município de Lins, que caracterizava-se pela ênfase no setor primário, recebeu impacto negativo na sua economia durante o período, mas a partir de 1970 passou a se afirmar como polo terciário sub-regional, principalmente no tocante ao atendimento à população, haja visto sua pouca expressão no comércio atacadista. Paulatinamente, no entanto, o município vem tornando-se atraente para a implementação das atividades industriais, por oferecer um setor terciário bastante desenvolvido, auxiliado pelo transbordamento das atividades industriais dos municípios mais congestionados e dentro de uma política de descentralização industrial.

O destaque do papel do setor terciário no desempenho das economias municipais vem reafirmar a importância dos centros urbanos, mormente no tocante a este setor, pela capacidade de atração das atividades industriais e da dinamização do setor primário e secundário.

De um lado, o setor terciário viabiliza a comercialização da produção agropecuária e industrial, de outro lado, oferece os serviços básicos para a instalação das próprias indústrias.

O setor terciário ainda, incorpora uma mão-de-obra mais qualificada e melhor remunerada, criando um mercado de maior poder de compra.

Algumas atividades como o turismo, por exemplo, além de atrair população flutuante, originam outras atividades de suporte, além de dinamizar as existentes. O caso de Barra Bonita é um bom exemplo que, além de ter atingido certo nível de desenvolvimento industrial vem ativando seu setor terciário através do turismo. Em menor escala, o município de Iacanga vem usando o turismo como atividade de peso para a sua economia.

Tentando repassar, o ocorrido na Região de Bauru para uma escala maior, nota-se que as cidades dos países do terceiro mundo, particularmente as brasileiras, participaram de um fenômeno diverso do ocorrido nos países industriais europeus, com relação ao binômio urbanização e industrialização (292). É indiscutível que estas cidades, cresceram no século passado, em função da Revolução Industrial, a qual provocou, não só na Europa como nos Estados Unidos, uma inversão na proporção de habitantes entre campo e cidade, com mudanças também, à nível estrutural (293).

(292) Wilhelm, J. - "Urbanismo no Subdesenvolvimento". Ed. Laga, 1969.

(293) Solari, Aldo - "Sociologia Rural Latino-Americana". Editora Universitária de Buenos Aires, Buenos Aires, 1963.

Nas cidades do terceiro mundo, a urbanização se identifica muito mais com o setor terciário do que com o secundário. O caso de São Paulo, reafirma a hipótese, mostrando que, quando o processo da industrialização aí aconteceu, este centro urbano já apresentava um desenvolvimento significativo, expresso através do seu setor terciário, vinculado à economia rural (294).

O caso do município de Bauru, entre outros, demonstrado no Capítulo III, é um exemplo típico.

Nota-se portanto, que os núcleos urbanos, têm importante papel na articulação do espaço regional brasileiro, através do seu setor terciário vinculado à expansão da riqueza rural.

Partindo-se deste ponto, da falta de recursos para a criação da infra-estrutura necessária à estimulação da industrialização, da falta de integração dos diversos organismos públicos e privados que consigam transformar um polo industrial em fator de desenvolvimento regional e, das condições regionais e locais diversas, é presumível que os centros urbanos mostrem-se como os locais mais indicados para receber os incentivos e investimentos devidos, que dinamizem o desenvolvimento regional, transformando-se em "centros de crescimento", do que se implantar novos "polos de crescimento", desvinculados de qualquer estruturação sócio-econômica, tanto em níveis regionais como locais. Isto porque, os centros urbanos guardadas as devidas proporções, apresentam espontaneamente, os recursos físicos, humanos e econômicos que minimizam os investimentos e, possuem em termos de distribuição espacial, uma lógica regional própria. Lógica regional esta, cujo Capítulo II procurou definir e, que deve ser sempre levada em consideração nos estudos regionais.

(294) Wilhelm, J. - op. cit.

O que fica claro, no entanto, é o papel fundamental que o setor terciário exerce como suporte das atividades econômicas. Porém, existe outro aspecto que deve ser considerado. É o caráter social do setor. É através dele que a população tem acesso ao mais variado tipo de mercadorias, serviços e informações. É o setor terciário que de acordo com o seu nível de desenvolvimento, atrai as populações mais longínquas em busca da satisfação de suas necessidades e torna possível o contato com um universo maior. É portanto através dele que as populações poderão se unir a um processo de desenvolvimento que para ser real, tem que ser sócio-econômico.

A configuração que o desempenho das atividades econômicas e sociais adquirem no espaço físico-territorial indica também uma importante forma de atuação, através do planejamento territorial, no controle, direcionamento e dinamização do desenvolvimento dos centros urbanos e respectivos municípios.

A observação da situação físico-territorial da Região de Bauru em 1950 (Mapa 5), mostra uma distribuição dos quatro núcleos urbanos principais, dispostos sobre as linhas férreas, equidistantes entre si, de aproximadamente 50 km.

A principal atividade econômica (a cultura do café), aí generalizada e, o acesso principal representado pela estrada de ferro (praticamente o único), responderam pela distribuição espacial da rede urbana de forma quase uniforme com relação aos centros maiores. Vislumbra-se aqui, uma certa similitude ao modelo hexagonal de Christaller criado a partir de um território rural homogêneo. Com a diversificação das atividades econômicas, a ênfase, cada vez maior, nos setores urbanos e, a proliferação das vias de acesso, a Região experimentou paulatinamente, uma alteração desta disposição linear dos maiores centros urbanos, para uma situação mais radial (Mapa 11) e mais concentrada.

As ligações estabelecidas entre os centros tenderam a privilegiar os centros maiores como Bauru e Jaú, cujos setores urbanos encontravam-se mais desenvolvidos.

Outros núcleos de menor tamanho, como Lençóis Paulista e Bariri, cujos desenvolvimentos também dinamizaram-se crescentemente no período 50/80, tiveram na localização, um forte aliado. Isto por que o distanciamento aos centros maiores apresentavam-se de tal forma que, embora permitissem absorver parte do desenvolvimento destes centros pela proximidade, não deixavam-se ofuscar completamente.

Portanto, cada interferência efetuada no território, em determinados momentos, tem uma resposta imediata no desenvolvimento das atividades sócio-econômicas. A decisão de se criar acessos ou melhorar os existentes; o zoneamento que norteia a utilização e ocupação do solo, impondo restrições ou incentivando o funcionamento de certas atividades; a eliminação ou criação de obstáculos físicos; são exemplos de atuação no espaço físico-territorial com reflexos sensíveis no desenvolvimento das áreas objetos de intervenção.

O caso de Barra Bonita é um bom exemplo da atuação do planejamento físico-territorial. Neste município, foi possível com a criação de um distrito industrial, que organizou esta atividade no município e, com a transformação do município em estância turística, através do aproveitamento do represamento do rio Tietê e da construção da Eclusa, unir-se atividades que a princípio podem parecer incompatíveis. Desta forma, o município experimentou um crescimento de sua economia através da atividade secundária e terciária sendo que esta última (através do turismo), conseguiu garantir uma atratividade local que beneficiou tanto aos seus próprios habitantes, quanto àqueles que vem de fora, em busca de recreação e lazer.

Finalizando, tendo-se em vista todos os aspectos ora levantados, a comprovação da importância do setor terciário na articulação do processo de desenvolvimento regional, então realizada, sugere a necessidade de elaboração de outros estudos. Estudos estes, que permitam mensurar esta importância quantitativa e qualitativamente, para que seja possível compreender, aproveitar e controlar o seu potencial, para que o setor terciário possa funcionar como

um instrumento efetivo do processo de desenvolvimento regional, através de um planejamento sócio-econômico e físico-territorial adequado.

B I B L I O C R A F I A

1. ANDRADE, Manoel Correia de. Espaço, Polarização e Desenvolvimento; a teoria dos polos de desenvolvimento e a realidade nordestina. Recife, Brasiliense, 1970.
2. _____. História Econômica e Administrativa do Brasil. São Paulo, Atlas, 1980.
3. _____. Cidade e Campo no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1974.
4. ANDRADE, Thompson & LODDER, Celsius A. Sistema Urbano e Cidades Médias no Brasil, Rio de Janeiro, 1970.
5. BERRY, J.L. Brian. Geography of Market Centers and Retail Distribution. N. Jersey, Englewood Cliffs, Prentice Hall, 1967.
6. BERRY, J.L.B. & HORTON; Frank E. Geographic Perspectives on Urban Systems; with integrate readings. N. Jersey, Englewood Cliffs, Prentice Hall, 1970.
7. BOUDEVILLE, J.R. L'Espace et les Pôles de Croissance. Paris, Presses Universitaires de France, 1968.
8. BRASIL. Ministério da Agricultura. Secretaria de Planejamento e Orçamento. SUPLAN. 23 Anos de Exportação Agrícola Brasileira. Brasília, 1974.
9. CHAPIN JR., F. Stuart. Urban Land Use Planning. Chicago, University of Illinois Press, 1976.

10. CIDADES MÉDIAS, uma visão urbana do Brasil. Revista de Planejamento e Desenvolvimento. Rio de Janeiro, (72): 58-65, maio, 1979.
11. COMITÊ BRASILEIRO DE GRANDES BARRAGENS. Barragens no Brasil. São Paulo, Técnica, 1982.
12. CORAGGIO, J.L. Dos Ensayos sobre la Teoria de los Polos de Desarrollo. Buenos Aires, Instituto Torcuato Di Tella - Centro de Estudios Urbanos y Regionales, 1973.
13. COUTINHO, Luciano. Inflexões e crise da política econômica: 1974-1980. Revista de Economia Política. 39 ed. São Paulo, Brasiliense, 1 (1): 77 - 100, jan/mar, 1981.
14. CZAMY, Paul. Alguns Aspectos da Economia do Estado de Santa Catarina e Seleção dos seus Polos de Desenvolvimento. São Paulo, CIBPU, 1964.
15. DALMASSO, Etienne. Les activités Tertiaires: leur Rôle dans L'Organisation de L'Espace; Systèmes Urbaines et Activités Tertiaires. Paris, CDU/SEDES, 1976.
16. DARWENT, D.F. Growth Poles and Growth Centers in Regional Planning; a Review. Environment and Planning. Berkeley, Institute of Urban & Regional Development. University of California, 1960, (1): 5-32.
17. DICKSON, David. Tecnologia Alternativa y Políticas del Cambio Tecnológico. Trad. Fernando Valero. Madrid, H. Blume Ediciones, 1978.
18. ESTUDOS básicos para definição de polos de desenvolvimento no Brasil. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro. Ano 29 (1): 82-101, jan/mar, 1967

19. FIBGE. Censo Demográfico de São Paulo, 1950. Rio de Janeiro, 1954.
20. _____. Censo Demográfico de São Paulo, 1960. Rio de Janeiro, s.d.
21. _____. Censo Demográfico de São Paulo, 1970. Rio de Janeiro, 1973.
22. _____. Censo Demográfico de São Paulo, 1980. Rio de Janeiro, 1982.
23. _____. Censo Agrícola de São Paulo, 1950. Rio de Janeiro, 1955.
24. _____. Censo Agrícola de São Paulo, 1960. Rio de Janeiro, s.d.
25. _____. Censo Agropecuário de São Paulo, 1970. Rio de Janeiro, 1975.
26. _____. Censo Agropecuário de São Paulo, 1980. Rio de Janeiro, 1984.
27. _____. Censo Industrial, Comercial e dos Serviços de São Paulo, 1950. Rio de Janeiro, 1955.
28. _____. Censo Industrial de São Paulo, 1960. Rio de Janeiro, s.d.
29. _____. Censo Industrial de São Paulo, 1970. Rio de Janeiro, 1974.
30. _____. Censo Industrial de São Paulo, 1980. Rio de Janeiro, 1984.

31. _____ . Censo Comercial e dos Serviços de São Paulo, 1960. Rio de Janeiro, s.d.
32. _____ . Censo Comercial de São Paulo, 1970. Rio de Janeiro, 1975.
33. _____ . Censo Comercial de São Paulo, 1980. Rio de Janeiro, 1984.
34. _____ . Censo dos Serviços de São Paulo, 1970. Rio de Janeiro, 1975.
35. _____ . Censo dos Serviços de São Paulo, 1980. Rio de Janeiro, 1984.
36. _____ . Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas. Rio de Janeiro, 1972.
37. _____ . Enciclopédia dos Municípios Brasileiros; municípios do Estado de São Paulo. Rio de Janeiro, 1958, Vols. 28, 29, 30.
38. _____ . Nomenclatura Brasileira de Mercadorias. Rio de Janeiro, 1969.
39. FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 17^a Ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1980.
40. _____ . O Brasil Pós-"Milagre". 7^a Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
41. GEIGER, Pedro P. Esboço Preliminar da Divisão do Brasil nas Chamadas Regiões Homogêneas. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, Ano 29 (2): 59-64, abr/jun, 1967.

42. HADDAD, P.R. Planejamento Regional: Métodos e Aplicação ao Caso Brasileiro. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1974.
43. HADDAD, P.R. & CINTRA, A.O. Dilemas do Planejamento Urbano e Regional no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
44. HADDAD, P.R. & SCHWARTZMAN, J. Teoria dos Polos de Desenvolvimento; um estudo de caso. Belo Horizonte, CE-DEPLAR, 1972.
45. HANSEN, Niles M. Growth Centers in Regional Economic Development. New York, The Free Press, 1972.
46. HARDOY, Jorge E. & GEISSE, G. Políticas de Desarrollo Urbano y Regional in América Latina. Buenos Aires, Ediciones SIAP, 1972.
47. HOLLAND, Stuart. Capital Versus the Regions. New York, St. Martin's, 1976.
48. IKEDA, Akihiro. Alguns Aspectos da Economia do Estado do Rio Grande do Sul e Seleção dos seus Polos de Desenvolvimento. São Paulo, CIBPU, 1964.
49. LESSA, Carlos. 15 Anos de Política Econômica. São Paulo, Brasiliense, 1981.
50. MARX, Karl. O processo global de produção capitalista. In: O Capital. trad. Reginaldo Sant'Anna. 3.^a Ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, livro 3, Vol. 6.
51. MORTADA, Nelson. Alguns Aspectos da Economia do Estado de Mato Grosso e Seleção dos Polos de Desenvolvimento, São Paulo, CIBPU, 1964.

52. MOSELEY, Malcolm J. Centros de Crecimiento en la Planificación Espacial. Madrid, Instituto de Estudios de Administración Local, 1977.
53. PERROUX, F. L'Économie du XX Ème Siècle. Paris, Presses Universitaires de France, 1961, 1964.
54. _____. Considerações em torno da noção de polo de crescimento. Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte, (13): 215-232, jan/1972.
55. _____ et alii. Los Polos de Desarrollo y la Planificación Nacional, Urbana y Regional. Buenos Aires, Nueva Visión, 1973.
56. PEZZONI, Hinton Liviero. Alguns Aspectos da Economia do Estado de Minas Gerais e Seleção dos Polos de Desenvolvimento. São Paulo, CIBPU, 1964.
57. POLENSKE, Karen R. Growth-Pole Theory and Strategy Reconsidered: Domination Linkages and Distribution. Massachusetts, Department of Urban Studies and Planning, Massachusetts, Institute of Technology, 1983.
58. PROST, Marie-Andrée. La Hierarchie des Villes; en Fonction de Leurs Activités de Commerce et de Service. Paris, Gauthier-Villars, 1965.
59. RICHARDSON, H.W. Elementos de Economia Regional. Rio de Janeiro, 1973.
60. ROCHEFORT, M. Les Activités Tertiaires: Leur Rôle dans L'Organisation de L'Espace; Formes de relations entre activités tertiaires et organisation de l'espace. Paris, CDU/SEDES, 1976.

61. RODWIN, Loyd, "Países y Ciudades; comparación de estrategias para el crecimiento urbano". Buenos Aires, Ediciones SIAP, 1972.
62. ROLL, Erich. Panorama da Ciência Econômica. Lisboa, Cosmos, 1950, Vol. 1, Cap. 4.
63. SALLES, A. Polarisation et Sous-Traitance; Conditions du Développement Régional. Paris, Eyrolles - Editeurs, 1972.
64. SANTOS, Milton. O Espaço Dividido; os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1979.
65. SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Economia e Planejamento. Diagnóstico da 7.^a Região Administrativa do Estado de São Paulo, 1972.
66. SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Economia e Planejamento. Coordenadoria de Ação Regional. Padrões Funcionais da Rede Urbana do Estado de São Paulo. São Paulo, 1975.
67. SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Indústria e Comércio e Tecnologia. Companhia de Desenvolvimento de São Paulo. Estratégia de Desenvolvimento Industrial e Habitacional. Município de Mineiros do Tietê, 1983.
68. _____ . Estratégia de Desenvolvimento Industrial e Habitacional. Município de Barra Bonita, 1983.

69. _____ . Estratégia de Desenvolvimento Industrial e Habitacional; município de Iacanga, 1983.
70. SÃO PAULO (Universidade). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Centro de Pesquisa e Estudos Urbanísticos. Regionalização do Estado de São Paulo. 1967.
71. _____ . Plano Diretor de Bauru. 1967.
72. SÃO PAULO (Universidade). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Curso de Especialização em Planejamento Regional. A Experiência Brasileira no Planejamento Regional. 1979 (Documentos elaborados para seminário).
73. SÃO PAULO (Universidade). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Avaliação do Programa Nacional de Cidades de Porte Médio e Revisão de Critérios de Seleção das Referidas Cidades. Convênio MINTER-CNDU-FAUUSP. São Paulo, 1983 (Relatório de Pesquisa).
74. SILVA, Sérgio. Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil. São Paulo, Alfa Omega, 1976.
75. SIMONSEN, Mário Henrique. Macroeconomia. Rio de Janeiro, APEC, 1979.
76. SINGER, Paul. Trabalho Produtivo e Excedente. Revista de Economia Política. São Paulo, Brasiliense, 1 (1): 101-131, jan/mar, 1981.
77. _____ . A Crise do "Milagre"; interpretação, crítica da economia brasileira. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1982.
78. SOLARI, Aldo. Sociologia Rural Latino-Americana. Buenos Aires, Universitária de Buenos Aires, 1963.

79. TAVARES, Maria da Conceição. Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
80. TRAVIESO, F. Ciudad, Region y Sub-desarrollo. Caracas, Fondo Editorial Comun, 1973.
81. UNIKEL, Luis S. & NECOCHEA, Andrés V. (Selección). Desarrollo Urbano y Regional en América Latina; problemas y políticas. México, Fondo de Cultura Económica, 1976.
82. VERSIANI, Flávio Rabelo & BARROS, J.R. Mendonça. Formação Econômica do Brasil; a experiência da Industrialização. São Paulo, Saraiva, 1978.
83. VIACAVA, Carlos. Alguns Aspectos da Economia do Estado de Goiás e Seleção dos Polos de Desenvolvimento. São Paulo, CIBPU, 1964.
84. WILHEIM, J. Urbanismo no Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro, Ed. Laga, 1969.
85. YOKOTA, Paulo. Alguns Aspectos da Economia do Estado do Paraná e Seleção dos seus Polos de Desenvolvimento. São Paulo, CIBPU, 1964.

ANEXO 1 - QUADRO EVOLUTIVO DA ORGANIZAÇÃO
ADMINISTRATIVA - REGIÃO DE BAURU

ANEXO 1

REGIÃO DE BAURU

QUADRO EVOLUTIVO DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Decreto nº 9.775 de novembro de 1938.	Decreto-Lei Estadual nº 14.334 de 30 de novembro de 1933 e Lei Estadual nº 233 de 24 de dezembro de 1948.	Lei nº 5.285 de 28 de Fevereiro de 1959.	Lei nº 8.092 de 28 de Fevereiro de 1964. Decreto 48.163 de 03 de julho de 1967 e Decreto 52.576 de 12 de dezembro de 1970.	
MUNICÍPIOS	MUNICÍPIOS	MUNICÍPIOS	MUNICÍPIOS	ÁREA EM Km ²
Agudos (era Distrito de Iacanga de nomeado Soturna) Avai (era Distrito de Pirajuí) Bauru (era Distrito de Piratininga denominado Cabrália) Duartina (era Distrito de Pirajuí) Iacanga Lençóis (era Distrito de Duartina denominado Gralha) Bocaiúva Pederneiras	Agudos Arealva (ant. Soturna) Avai (era Distrito de Pirajuí) Bauru Cabrália Paulista Duartina Guarantã Iacanga Lençóis Paulista (era Distrito de Duartina denominado Gralha) Macatuba (ant. Bocaiúva) Pederneiras	Agudos Arealva Avai Balbinos Bauru Cabrália Paulista Duartina Guarantã Iacanga Lençóis Paulista Lucianópolis (ant. Gralha) Macatuba Pederneiras	7. REGIÃO DE BAURU 7.1. Sub-região de Bauru Agudos Arealva Avai Balbinos Bauru Cabrália Paulista Duartina Guarantã Iacanga Lençóis Paulista Lucianópolis Macatuba Pederneiras	16.266 9.408 1.207 477 533 75 702 226 272 467 561 1.172 187 237 743

Continua

MUNICÍPIOS	MUNICÍPIOS	MUNICÍPIOS	MUNICÍPIOS	ÁREA EM Km ²
Pirajuí Piratininga (era Distrito de Pirajuí) Presidente Alves	Pirajuí Piratininga Pongai Presidente Alves	Pirajuí Piratininga Pongai Presidente Alves	Pirajuí Piratininga Pongai Presidente Alves	832 388 168 288
(era Distrito de Pirajuí de nominado Batalha (era Distrito de S. Pedro do Turvo denominado Caçador) * (era Distrito de Pirajuí)	Reginópolis (ant. Batalha) Ubirajara (ant. Caçador) (era Distrito de Pirajuí)	Reginópolis Ubirajara Ururu	Reginópolis Ubirajara Ururu	418 296 159
Cafelândia Getulina (era Distrito de Lins) (era Distrito de Lins) (era Distrito de Lins) (era Distrito de Cafelândia denominado Mesquita) Lins Promissão (era Distrito de Lins)	Cafelândia Getulina (era Distrito de Getulina) (era Distrito de Lins) Júlio Mesquita (ant. Mes- quita Lins Promissão (era Distrito de Lins)	Cafelândia Getulina Guaçara Guaimbê Júlio Mesquita Lins Promissão Sabino	Cafelândia Getulina Guaçara Guaimbê Júlio Mesquita Lins Promissão Sabino	3.876 982 623 296 213 134 533 802 292
Bariri Barra Bonita Bocaina	Bariri Barra Bonita Bocaina	Bariri Barra Bonita Bocaina	Bariri Barra Bonita Bocaina	2.983 437 139 387
			<u>7.2. Sub-região de Lins</u>	
			<u>7.3. Sub-região de Jaú</u>	

Continua

MUNICÍPIOS	MUNICÍPIOS	MUNICÍPIOS	MUNICÍPIOS	ÁREA EM Km ²
(era Distrito de Itapuí de- nominado Floresta)	(era Distrito de Itapuí)	Boracéia	Boracéia	120
Dois Córregos	Dois Córregos	Dois Córregos	Dois Córregos	597
(era Distrito de Barra Boni ta denominado Igarassu)	-	Igarapu do Tietê (ant. Igarassu)	Igarapu do Tietê	104
(era Distrito de Bariri)	(era Distrito de Bariri)	Itaju	Itaju	176
Itapuí	Itapuí	Itapuí	Itapuí	137
Jaú	Jaú	Jaú	Jaú	718
Mineiros	Mineiros do Tietê (ant. Mi- neiros)	Mineiros do Tietê	Mineiros do Tietê	168

FONTE: SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Economia e Planejamento. Diagnóstico da 7.ª Região Administrativa de São Paulo. 1972.

* Município com sede fora da região, considerados os limites regionais atuais.

MUNICÍPIOS	MUNICÍPIOS	MUNICÍPIOS	MUNICÍPIOS	ÁREA EM KM ²
Pirajuí Piratininga (era Distrito de Pirajuí) Presidente Alves	Pirajuí Piratininga Pongaí Presidente Alves	Pirajuí Piratininga Pongaí Presidente Alves	Pirajuí Piratininga Pongaí Presidente Alves	832 388 168 288
(era Distrito de Pirajuí de nominado Batalha (era Distrito de S. Pedro do Turvo denominado Caçador)* (era Distrito de Pirajuí)	Reginópolis (ant. Batalha) Ubirajara (ant. Caçador) (era Distrito de Pirajuí)	Reginópolis Ubirajara Uru	Reginópolis Ubirajara Uru	418 296 159
Cafelândia Getulina (era Distrito de Lins) (era Distrito de Lins) (era Distrito de Cafelândia denominado Mesquita) Lins Promissão (era Distrito de Lins)	Cafelândia Getulina (era Distrito de Getulina) (era Distrito de Lins) Júlio Mesquita (ant. Mes- quita Lins Promissão (era Distrito de Lins)	Cafelândia Getulina Guaçara Guaimbê Júlio Mesquita Lins Promissão Sabino	Cafelândia Getulina Guaçara Guaimbê Júlio Mesquita Lins Promissão Sabino	3.876 982 623 296 213 134 533 802 292
(era Distrito de Lins) (era Distrito de Lins) (era Distrito de Lins) (era Distrito de Lins)				
Bariri Barra Bonita Bocaina	Bariri Barra Bonita Bocaina	Bariri Barra Bonita Bocaina	Bariri Barra Bonita Bocaina	2.983 437 139 387
			<u>7.3. Sub-região de Jaú</u>	

Continua

ANEXO 2 - TABELAS

TABELA 1

PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS
BRASILEIROS DE EXPORTAÇÃO - 1951

ORDEM	PRODUTO	TOTAL DA PRODUÇÃO (t)	% SOBRE O TOTAL DAS EXPORTAÇÕES
1ª	Café em grão	981.481	59,81
2ª	Algodão em rama	143.412	11,76
3ª	Cacau em amêndoas	96.125	3,92
4ª	Chá	282	2,01
5ª	Couro bovino	52.396	1,69
6ª	Milho em grão	295.248	1,19
7ª	Fumo em folha	28.893	1,05

Obs.: Os demais produtos exportados correspondiam, cada um, a menos de 1% do total das exportações agropecuárias brasileiras que em 1951 atingiu US\$1.769.002.000,00 (Fob).

FONTE: Ministério da Agricultura - Secretaria do Planejamento e Orçamento - SUPLAN - 23 Anos de Exportação Agrícola Brasileira. Brasília, 1974.

TABELA 2

PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS
BRASILEIROS DE EXPORTAÇÃO - 1960

ORDEM	PRODUTO	TOTAL DA PRODUÇÃO (t)	% SOBRE O TOTAL DAS EXPORTAÇÕES
1ª	Café em grão	1.009.141	56,17
2ª	Cacau em Amêndoas	125.456	5,45
3ª	Açúcar demerara	699.984	4,14
4ª	Algodão em rama	95.398	3,59
5ª	Sisal	107.914	1,76
6ª	Fumo	31.268	1,46
7ª	Castanha do Pará	26.399 ₄	1,13

Obs.: Os demais produtos exportados correspondiam, cada um, a menos de 1% do total das exportações agropecuárias brasileiras que em 1960 atingiu US\$1.268.772.000,00 (Fob).

FONTE: Ministério da Agricultura - Secretaria do Planejamento e Orçamento - SUPLAN - 23 Anos de Exportação Agrícola Brasileira. Brasília, 1974.

TABELA 3

PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS
BRASILEIROS DE EXPORTAÇÃO - 1970

ORDEM	PRODUTO	TOTAL DA PRODUÇÃO (t)	% SOBRE O TOTAL DAS EXPORTAÇÕES
1º	Café em grão	962.629	34,3
2º	Algodão em rama	342.834	5,64
3º	Açúcar demerara	1.125.223	4,62
4º	Milho	1.470.619	2,94
5º	Cacau	119.768	2,82
6º	Carne bovina refrigerada	98.309	2,54
7º	Madeira de pinho cerrada	543.695	2,47
8º	Farelo e torta de soja	525.365	1,59
9º	Café industrializado	20.825	1,56
10º	Óleo de mamona em bruto	153.485	1,40
11º	Fumo	53.539	1,14
12º	Manteiga de cacau	19.155	1,02

Obs.: Os demais produtos exportados correspondiam, cada um, a menos de 1% do total das exportações agropecuárias brasileiras que em 1970 atingiu US\$2.738.922.000,00 (Fob).

FONTE: Ministério da Agricultura - Secretaria de Planejamento e Orçamento - SUPLAN - 23 Anos de Exportação Agrícola Brasileira. Brasília, 1974.

TABELA 4
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO E TAXAS DE CRESCIMENTO A PARTIR DE 1950,
SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE BAURU

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO (*)						
	1950	TAXA DE CRESCIMENTO (%)	1960	TAXA DE CRESCIMENTO (%)	1970 *	TAXA DE CRESCIMENTO (%)	1980
SUB-REGIÃO DE BAURU							
Agudos	16.751	0,11	16.939	0,91	18.543	2,82	24.482
Arealva	8.201	-0,71	7.640	-1,57	6.519	0,40	6.784
Avaí	8.085	-1,97	6.628	-2,30	5.252	0,22	5.367
Balbinos	-	-	2.617	-8,17	1.116	0,49	1.172
Bauru	65.452	3,47	92.099	3,66	131.936	3,54	186.786
Cabrália Paulista	4.625	-0,58	4.365	-2,86	3.267	0,56	3.453
Duartina	17.413	-3,01	12.831	-1,67	10.840	1,17	12.180
Guaranta	14.580	-1,39	12.671	-7,56	5.771	-0,09	5.717
Iacanga	9.962	-1,38	8.666	-1,88	7.171	-0,86	6.576
Lençóis Paulista	11.861	3,31	16.428	3,16	22.423	4,55	35.002
Lucianópolis	-	-	2.978	-2,93	2.213	1,74	2.629
Macatuba	7.457	1,90	9.001	-1,51	7.733	3,44	10.846
Pederneiiras	17.804	0,86	19.398	-0,53	18.399	3,53	26.028
Pirajui	37.573	-3,00	27.720	-3,05	20.344	-0,47	39.416
Piratininga	11.390	-0,05	11.338	-1,02	10.232	-0,17	10.056
Pongai	6.401	-2,59	4.924	-3,97	3.283	0,75	3.539
Presidente Alves	10.127	-0,30	9.825	-6,32	5.117	-0,51	4.863
Reginópolis	6.047	-0,04	6.024	-2,94	4.472	0,34	4.627
Ubirajara	5.517	0,02	5.526	-1,23	4.883	-1,43	4.227
Uru	-	-	3.206	-9,83	1.139	3,36	1.585

Continua

Tabela 4

continuação

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO (*)							
	1950	TAXA DE CRESCIMENTO (%)	1960	TAXA DE CRESCIMENTO (%)	1970	TAXA DE CRESCIMENTO (%)	1980	
SUB-REGIÃO DE LINS								
Cafelândia	27.066	-0,41	25.985	-3,83	17.592	-0,06	17.492	
Getulina	26.399	-2,50	20.497	-5,16	12.067	-0,87	11.061	
Guaíçara	-	-	7.888	-4,13	5.174	0,29	5.325	
Guaimbê	-	-	8.014	-4,54	5.037	0,20	5.140	
Julio Mesquita	3.557	4,02	5.276	-1,23	4.661	-0,16	4.585	
Lins	56.304	-1,74	47.219	-3,60	45.555	1,15	51.077	
Promissão	21.770	-0,90	19.884	0,33	20.554	-0,18	20.177	
Sabino	-	-	5.817	-1,41	5.043	-0,45	4.824	
SUB-REGIÃO DE JAU								
Bauru	22.030	-1,86	18.250	-0,46	17.497	1,29	19.881	
Barra Bonita	11.168	2,61	14.445	1,84	17.328	2,69	22.602	
Bocaina	8.859	-0,86	8.130	-1,63	6.896	-0,16	6.787	
Boracéia	-	-	4.387	-4,94	2.643	3,00	3.553	
Dois Córregos	13.041	1,01	14.417	-0,72	13.417	1,44	15.479	
Igarapu do Tietê	-	-	7.245	2,03	8.861	3,72	12.764	
Itaju	-	-	4.903	-4,07	3.236	-2,57	2.495	
Itapui	12.771	-2,51	9.902	-3,79	6.728	1,26	7.623	
Jau	44.141	1,95	53.536	0,50	56.301	2,78	74.028	
Mineiros do Tietê	5.075	0,42	5.293	-0,38	5.096	2,77	6.695	
REGIÃO	511.427	0,95	561.912	-0,32	544.344	2,05	666.923	

OBS.: (*) Segundo os Censos Demográficos de 1950/60/70/80 definiu-se como população presente ou população de fato, aquela constituída pelas pessoas presentes, moradoras ou não no domicílio; e população residente ou população de direito, aquela formada por pessoas moradoras no domicílio, mesmo que ausentes na data do Censo. Devido a uma incompatibilidade dos dados existentes nos citados censos, a população considerada em 1950/60/ foi a população presente e nos censos de 1970/80 a população residente deve-se notar, no entanto, que a diferença entre a população presente e residente é pequena. Este fato pode ser observado no censo de 1950, onde os dados apresentados permitem retirar esta conclusão.

FONTE: FIBGE - Censos Demográficos de São Paulo de 1950, 1960, 1970 e 1980

TABELA 5
 EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA E TAXAS DE CRESCIMENTO A PARTIR DE 1950,
 SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE BAURU

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA) (*)						
	1950	TAXA DE CRESCIMENTO (%)	1960	TAXA DE CRESCIMENTO (%)	1970	TAXA DE CRESCIMENTO (%)	1980
SUB-REGIÃO DE BAURU							
Agudos	6.407	-1,6	5.454	1,9	6.601	3,1	8.964
Arealva	2.758	-1,4	2.404	-1,5	2.069	1,8	2.468
Avaí	2.956	-2,9	2.197	-2,6	1.694	2,1	2.088
Balbinos	-	-	950	-7,0	458	1,9	551
Bauru	23.482	2,6	30.238	3,8	44.111	5,4	74.762
Cabrália Paulista	1.896	-2,7	1.447	-3,0	1.062	3,8	1.548
Duartina	6.246	-3,3	4.462	-0,5	4.248	2,0	5.200
Guaranta	5.920	-2,4	4.665	-8,7	1.873	2,4	2.376
Iacanga	3.602	-2,4	2.828	-2,0	2.315	1,2	2.610
Lençóis Paulista	4.380	3,6	6.256	3,2	8.535	5,6	14.650
Lucianópolis	-	-	1.090	-2,8	823	3,6	1.172
Macatuba	2.802	0,5	2.967	0,1	2.993	4,9	4.836
Pedernelas	6.021	1,2	6.789	-0,5	6.468	5,8	11.404
Pirajui	13.398	-4,0	8.898	-2,0	7.265	1,0	8.026
Piratininga	4.326	-0,4	4.143	-1,5	3.573	2,4	4.514
Pongai	2.178	-3,1	1.593	-4,2	1.038	3,3	1.443
Presidente Alves	3.919	-2,0	3.190	-6,2	1.687	2,4	2.146
Reginópolis	2.223	-1,5	1.912	-2,2	1.525	3,0	2.059
Ubitirajara	1.785	-0,3	1.737	0,8	1.877	-1,2	1.667
Uru	-	-	1.068	-7,7	481	3,4	670
SUB-REGIÃO DE LINS							
Cafelândia	9.205	0,1	9.257	4,3	5.947	2,1	7.298
Getulina	9.313	-2,6	7.149	-6,3	3.738	1,4	4.277
Guaíçara	-	-	2.377	-4,3	1.534	2,3	1.918
Guaimbê	-	-	2.318	-4,0	1.540	2,9	2.058
Júlio Mesquita	1.260	4,9	2.027	-1,9	1.666	1,0	1.845
Lins	20.340	2,7	15.463	0,3	15.873	2,9	21.206
Promissão	7.912	-1,4	6.906	-0,9	6.329	1,7	7.512
Sabino	-	-	1.650	0,6	1.748	0,6	1.856

Continua

Tabela 5

Continuação

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA) (*)						
	1950	TAXA DE CRESCIMENTO (%)	1960	TAXA DE CRESCIMENTO (%)	1970	TAXA DE CRESCIMENTO (%)	1980
SUB-REGIÃO DE JAU							
Bauru	7.809	-1,5	6.746	-0,8	6.199	2,9	8.238
Barra Bonita	4.345	1,4	4.970	2,8	6.575	3,9	9.610
Bocaina	3.285	-1,5	2.830	-0,2	2.762	1,7	3.280
Boracéia	-	-	1.656	-5,1	984	4,8	1.578
Dois Córregos	4.616	1,1	5.143	-1,0	4.632	3,3	6.384
Igarapu do Tietê	-	-	2.604	2,1	3.218	5,4	5.461
Itaju	-	-	1.659	-3,2	1.198	-1,0	1.087
Itapuí	4.784	-3,0	3.517	-3,4	2.490	3,3	3.450
Jau	16.957	1,3	19.306	1,1	21.547	4,3	32.766
Mineiros do Tietê	1.986	-1,3	1.734	1,1	1.932	4,2	2.904
REGIÃO	186.111	0,3	191.594	-0,1	190.608	3,8	275.888

OBS.: (*) Em todos os Censos analisados, a PEA (população economicamente ativa), constituía-se, basicamente das pessoas com 10 anos ou mais que nos 12 meses anteriores à data do Censo ou parte deles, exerceram trabalho remunerado, em dinheiro e/ou produtos ou mercadorias. As não economicamente ativas incluíam as pessoas que exerciam afazeres domésticos no próprio lar, estudavam, viviam de aposentadoria ou de rendas, estavam detidas cumprindo sentenças, doentes ou inválidas. As diferenças de conceituações nos censos é pequena, constituindo-se, muitas vezes, em mera questão de nomenclatura.

FONTE: FIRGE - Censos Demográficos de São Paulo de 1950, 1960, 1970 e 1980.

TABELA 6

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA NOS DIVERSOS SETORES ECONÔMICOS NOS ANOS DE 1950 E 1960 SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE BAURURU

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA						AGRIC. INDUST. EXTRAT.	INDUST.		
	1950								1960	
	AGRIC. PECUAR. SILVIC.	INDUST. EXTRAT.	INDUST. TRANSF.	COMERCIO	SERVIÇOS					
SUB-REGIÃO DE BAURURU										
Agudos	4.687	207	447	194	370	3.283	640			
Arealva	2.331	166	51	48	83	1.956	118			
Avai	2.420	24	105	67	115	1.854	55			
Balbinos	-	-	-	-	-	878	-			
Bauru	3.815	78	4.576	2.274	4.780	3.038	5.354			
Cabrália Paulista	1.587	9	95	44	69	1.134	86			
Duartina	4.962	54	306	254	330	3.082	266			
Guarantã	5.339	24	133	87	148	3.953	124			
Iacanga	2.913	15	141	123	259	2.052	190			
Lençóis Paulista	3.057	90	383	174	269	4.129	705			
Lucianópolis	-	-	-	-	-	928	44			
Macatuba	2.468	-	144	35	56	2.266	395			
Pedernheiras	3.300	161	742	249	503	3.879	821			
Pirajuí	10.832	15	769	556	879	5.589	809			
Piratininga	3.146	22	395	123	155	2.892	263			
Pongai	1.846	6	77	84	88	1.323	23			
Presidente Alves	3.466	-	71	90	135	2.750	69			
Reginópolis	1.921	64	55	52	92	1.588	70			
Ubirajara	1.612	-	27	48	53	1.557	45			
Uru	-	-	-	-	-	940	26			
SUB-REGIÃO DE LINS										
Cafelândia	7.300	66	490	430	232	7.270	336			
Getulina	8.139	-	289	240	319	5.999	173			
Guaiçara	-	-	-	-	-	1.965	88			
Guaimbê	-	-	-	-	-	1.961	68			
Julio Mesquita	1.124	3	25	31	38	1.791	40			
Lins	11.151	38	2.052	1.281	2.213	6.378	1.468			
Promissão	5.856	26	592	377	598	4.496	510			
Sabino	-	-	-	-	-	1.390	39			

Continua

Tabela 6

Continuação

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA						1963	
	1950							
	AGRIC. PECUAR. SILVIC.	INDUST. EXTRAT.	INDUST. TRANSF.	COMÉRCIO	SERVIÇOS	AGRIC. INDUST. EXTRAT.	INDUST.	
SUB-REGIÃO DE JAU								
Bariri	6.247	18	386	310	423	4.009	1.074	
Barra Bonita	2.915	14	820	129	186	2.112	1.449	
Bocaina	2.463	8	212	116	307	1.992	235	
Boracéia	-	-	-	-	-	1.368	213	
Dois Córregos	2.831	8	480	188	415	3.257	420	
Igarapu do Tietê	-	-	-	-	-	1.550	500	
Itaju	4.813	-	154	129	147	1.505	26	
Itapui	10.037	27	2.126	1.027	2.079	2.544	219	
Jau	1.637	-	98	45	93	8.508	3.473	
Minheiros do Tietê						1.212	116	

OBS.: O censo de 1950 apresenta os dados da PEA divididos em: Agricultura, Pecuária e Silvicultura; Indústrias Extrativas; Indústrias de Transformação (inclusive construção civil, distribuição de gás e energia elétrica); Comércio de Mercadorias; Comércio de Imóveis; Prestação de Serviços e uma série de outras atividades.

No censo de 1960 a PEA apresenta as atividades econômicas distribuídas em: Atividades Agropecuárias e Extrativas; Atividades Industriais; outras atividades.

Para efeito de comparação entre as duas datas deve-se somar os dois primeiros itens de 1950 para corresponderem ao primeiro item de 1960.

As atividades industriais de 1960 vitam-se acrescidas pelos serviços de abastecimento de água e de esgoto. Como em 1950 estes serviços eram bastante precários, pode-se fazer uma comparação entre estes dados sem grande margem de erro.

As demais atividades do terciário deverão ser comparadas como um todo em outras atividades.

PONTE: FIBGE - Censos Demográficos de São Paulo - 1950 e 1960.

TABELA 7

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA NOS DIVERSOS SETORES ECONÔMICOS NOS ANOS DE 1970 E 1980 SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE BAURU

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA									
	1970					1980				
	AGRICUL_TURA	INDÚS_TRIA	COMÉRCIO	SERVIÇOS	AGRICUL_TURA	INDÚST. TRANSF.	OUTRAS ATIVID. INDUST.	COMÉRCIO	SERVIÇOS	
SUB-REGIÃO DE BAURU										
Agudos	3.354	1.189	310	577	3.112	2.189	79	557	1.125	
Arealva	1.678	130	64	57	1.589	79	40	88	243	
Avaí	1.374	89	33	72	1.636	63	13	61	108	
Balbinos	419	7	-	7	415	-	5	21	25	
Bauru	3.075	9.281	6.456	9.793	2.900	11.066	2.415	11.223	16.353	
Cabrãila Paulista	765	68	16	88	1.069	131	31	30	115	
Duartina	2.311	617	251	520	2.672	718	19	339	554	
Guarantã	1.407	58	53	134	1.761	34	3	81	177	
Iacanga	1.392	298	96	246	1.216	185	43	137	405	
Lençóis Paulista	4.134	1.830	549	926	4.554	4.849	86	935	1.527	
Lucianópolis	673	115	5	6	927	8	5	17	95	
Macatuba	1.797	709	110	175	2.405	1.245	34	183	393	
Pederneiiras	3.167	1.038	323	881	4.407	1.807	174	624	1.925	
Pirajuí	3.726	688	398	1.072	3.505	423	54	735	1.367	
Piratininga	3.262	301	200	314	2.049	466	80	335	619	
Pongai	830	42	11	42	1.010	27	3	61	113	
Presidente Alves	1.422	18	15	83	1.552	48	13	67	115	
Reginópolis	1.180	90	79	67	1.319	130	7	59	266	
Ubirajara	1.611	42	34	99	1.304	59	11	52	80	
Uru	407	-	2	29	526	-	28	7	45	
SUB-REGIÃO DE LINS										
Cafelândia	3.872	457	254	574	4.254	342	25	365	875	
Getulina	2.738	158	183	230	2.576	162	12	221	402	
Guaíçara	986	162	52	173	1.049	63	4	87	263	
Guaimbê	1.149	83	30	95	1.483	32	13	79	167	
Julio Mesquita	1.535	-	26	23	1.566	7	4	50	38	
Lins	3.559	2.700	1.944	3.502	3.150	1.677	353	3.132	4.938	
Promissão	2.290	1.462	409	851	2.558	509	207	620	1.023	
Sabino	1.401	96	27	78	1.381	27	16	97	128	

Continua

Tabela 7

Continuação

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA									
	1970					1980				
	AGRICUL- TURA	INDÚS- TRIA	COMÉRCIO	SERVIÇOS	AGRICUL- TURA	INDÚST. TRANSF.	OUTRAS ATIVID. INDÚST.	COMÉRCIO	SERVIÇOS	
SUB-REGIÃO DE JAÚ										
Bariri	3.028	1.007	357	904	2.907	1.635	134	593	1.124	
Barra Bonita	2.538	1.665	489	792	1.636	3.008	181	756	1.808	
Bocaina	1.726	440	86	283	1.553	444	16	193	397	
Boracéia	802	43	20	40	1.087	131	10	32	116	
Dois Córregos	2.232	764	272	516	2.307	1.365	52	428	840	
Igarapu do Tietê	1.907	562	101	210	2.471	1.379	35	254	459	
Itaju	1.055	21	23	40	813	27	-	53	81	
Itapuí	1.498	308	116	229	1.590	755	31	138	348	
Jaú	5.773	6.205	1.954	2.765	5.267	11.063	299	3.240	5.098	
Mineiros do Tietê	1.106	417	80	120	1.530	583	21	102	177	

OBS.: O censo de 1970 distribui a PEA nos seguintes grupos: a) Agricultura, Pecuária e Silvicultura, Extração Vegetal, Caça e Pesca; b) Atividades Industriais; c) Comércio de Mercadorias; d) Prestação de Serviços; e) Transportes, Comunicações e Armazenagem; f) Atividades Sociais; g) Administração Pública; h) outras atividades.

Com relação ao censo de 1960 para efeito de comparação, há que se ressaltar que a extração mineral incluída neste censo, no setor primário, passa a ser em 1970 alocada junto às atividades industriais. Já as atividades terciárias devem ser somadas no item outras atividades.

O censo de 1980 distribui a PEA nos seguintes grupos: a) Atividades Agropecuárias, Extração Vegetal e Pesca; b) Indústria de Transformação; c) Indústria da Construção; d) Outras atividades Industriais; e) Comércio de Mercadorias; e) Transportes e Comunicações; f) Prestação de Serviços; g) Atividades Sociais; h) Administração Pública; i) outras atividades; j) Procurando Trabalho.

As atividades industriais de 1980 para efeito de comparação com 1970 devem ser somadas formando um única classe. O comércio de mercadorias praticamente se equivalem nos dois censos e as demais atividades do terciário devem juntar-se no item, outras atividades.

FONTE: FIBGE - Censos Demográficos de São Paulo - 1970 e 1980.

TABELA 8
DISTRIBUIÇÃO PORCENTUAL DA PEA NOS DIVERSOS SETORES ECONOMICOS
SEGUNDO OS MUNICIPIOS DA REGIÃO DE BAURU - 1950

MUNICIPIOS	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (%)			
	AGRICULTURA	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	OUTRAS ATIVIDADES
SUB-REGIÃO DE BAURU				
Agudos	76,4	7,0	3,0	13,6
Arealva	90,5	1,7	2,4	5,4
Avai	83,4	3,6	2,3	10,7
Balbinos	-	-	-	-
Bauru	16,6	19,5	9,7	54,2
Cabrália Paulista	84,2	5,0	2,3	7,5
Duartina	80,3	4,9	4,1	10,7
Guarantã	90,6	2,2	1,5	5,7
Iacanga	81,3	3,9	3,4	11,4
Lençóis Paulista	71,3	8,7	4,0	15,5
Lucianópolis	-	-	-	-
Macatuba	88,1	5,1	1,2	7,6
pederneiras	57,5	12,3	4,1	26,1
Pirajuí	64,0	4,5	3,3	28,2
Piratininga	73,2	9,1	2,8	13,9
Pongai	85,0	3,5	3,9	7,6
Presidente Alves	88,4	1,3	2,3	7,5
Reginópolis	89,3	2,5	2,3	5,9
Ubirajara	90,3	1,5	2,7	5,5
Uru	-	-	-	-
SUB-REGIÃO DE LINS				
Cafelândia	80,0	5,3	4,7	10,0
Getulina	81,4	3,1	2,6	12,9
Guaçara	-	-	-	-
Guaimbê	-	-	-	-
Júlio Mesquita	89,4	2,0	2,5	6,1
Lins	55,0	10,1	6,3	28,6
Promissão	74,3	7,5	4,8	13,4
Sabino	-	-	-	-

continua

Tabela 8

continuação

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (%)			
	AGRICULTURA	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	OUTRAS ATIVIDADES
SUB-REGIÃO DE JAO				
Bariri	80,2	4,9	4,0	10,8
Barra Bonita	67,4	18,9	3,0	10,7
Bocaina	75,2	6,5	3,5	14,8
Boracéia	-	-	-	-
Dois Córregos	61,5	10,4	4,1	24,0
Igarapu do Tietê	-	-	-	-
Itaju	-	-	-	-
Itapui	87,4	3,2	2,7	6,7
Jau	59,4	12,5	6,1	22,0
Mineiros do Tietê	82,4	4,9	2,3	10,4

FONTE: FIBGE - Censos Demográficos de São Paulo de 1950.

TABELA 9
DISTRIBUIÇÃO PORCENTUAL DA PEA NOS DIVERSOS SETORES ECONÔMICOS SEGUNDO
OS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE BAURU - 1960

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (%)		
	AGRICULTURA	INDÚSTRIA	OUTRAS ATIVIDADES
SUB-REGIÃO DE BAURU			
Aguões	60,2	11,7	28,1
Arealva	81,4	4,9	13,7
Avai	84,4	2,5	13,1
Balbinos	92,4	-	7,6
Bauru	10,0	17,7	72,2
Cabrália Paulista	78,4	5,9	15,9
Duartina	69,1	6,0	24,9
Guarantã	84,7	2,7	12,6
Iacanga	72,6	6,7	20,7
Lençóis Paulista	66,0	11,3	22,7
Lucianópolis	85,1	4,0	10,9
Macatuba	76,4	13,3	10,3
Pederneiras	57,1	12,1	30,8
Pirajuí	62,8	9,1	28,1
Piratininga	69,8	6,3	23,9
Pongai	83,1	1,4	15,5
Presidente Alves	86,2	2,2	11,6
Reginópolis	83,1	3,7	13,2
Ubirajara	89,6	2,6	7,8
Uru	88,0	2,4	11,6
SUB-REGIÃO DE LINS			
Cafelândia	78,5	3,6	17,9
Getulina	83,9	2,4	13,7
Guaçara	82,7	3,7	13,6
Guaimbé	84,6	2,9	12,5
Júlio Mesquita	88,4	2,0	9,7
Lins	41,2	9,5	49,3
Promissão	65,1	7,4	27,5
Sabino	84,2	2,4	13,4

continua

Tabela 9

continuação

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (%)		
	AGRICULTURA	INDÚSTRIA	OUTRAS ATIVIDADES
SUB-REGIÃO DE JAU			
Bariri	59,4	15,9	24,7
Barra Bonita	42,5	29,2	28,4
Bocaina	70,4	8,3	21,3
Boracéia	82,6	12,9	4,5
Dois Córregos	63,3	8,2	28,5
Igarapu do Tietê	59,5	19,2	21,3
Itaju	90,7	1,6	7,7
Itapuí	72,3	6,2	21,4
Jau	44,1	18,0	37,9
Mineiros do Tietê	69,9	6,7	23,4

OBS.: O censo de 1950 apresenta os dados da PEA divididas em: agricultura, pecuária e silvicultura; indústrias extrativas; indústrias de transformação (inclusive construção civil, distribuição de gás e energia elétrica); comércio de mercadorias; comércio de imóveis; prestação de serviços e uma série de outras atividades.

No censo de 1960 a PEA apresenta as atividades econômicas distribuídas em: atividades agropecuárias e extrativas; atividades industriais; outras atividades.

Para efeito de comparação entre as duas datas deve-se somar os dois primeiros itens de 1950 para corresponderem ao primeiro item de 1960.

As atividades industriais de 1960 viram-se acrescidas pelos serviços de abastecimento de água e de esgoto. Como em 1950 estes serviços eram bastante precários pode-se fazer uma comparação entre estes dois dados sem grande margem de erro.

As demais atividades do terciário deverão ser comparadas como um todo em outras atividades.

FONTE: FIBGE - Censos Demográficos de São Paulo de 1960.

TABELA 10
DISTRIBUIÇÃO PORCENTUAL DA PEA NOS DIVERSOS SETORES ECONÔMICOS
SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE BAURU - 1970

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (%)			
	AGRICULTURA	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	OUTRAS ATIVIDADES
SUB-REGIÃO DE BAURU				
Agudos	51,0	18,0	5,0	30,0
Arealva	81,0	6,0	3,0	10,0
Avai	81,0	5,0	2,0	12,0
Balbinos	91,0	2,0	-	0,7
Bauru	7,0	21,0	15,0	57,0
Cabrália Paulista	72,0	6,0	2,0	20,0
Duartina	54,0	15,0	6,0	25,0
Guarantã	75,0	3,0	3,0	19,0
Iacanga	60,0	13,0	4,0	23,0
Lençóis Paulista	48,0	21,0	7,0	24,0
Lucianópolis	-	-	-	-
Macatuba	60,0	24,0	4,0	12,0
Pedernhetras	49,0	16,0	5,0	30,0
Pirajui	51,0	9,0	5,0	26,0
Piratininga	63,0	8,0	6,0	13,0
Pongai	80,0	4,0	1,0	15,0
Presidente Alves	84,0	1,0	1,0	14,0
Reginópolis	77,0	6,0	5,0	12,0
Ubirajara	86,0	2,0	2,0	10,0
Uru	85,0	-	0,4	14,6
SUB-REGIÃO DE LINS				
Cafelândia	65,0	8,0	4,0	23,0
Getulina	73,0	4,0	5,0	18,0
Guaiçara	64,0	11,0	3,0	22,0
Guaimbê	75,0	5,0	2,0	18,0
Júlio Mesquita	92,0	-	2,0	6,0
Lins	22,0	17,0	12,0	49,0
Promissão	36,0	23,0	6,0	35,0
Sabino	80,0	5,0	2,0	13,0

continua

Tabela 10

continuação

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (%)			
	AGRICULTURA	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	OUTRAS ATIVIDADES
SUB-REGIÃO DE JAU				
Bariri	49,0	16,0	6,0	39,0
Barra Bonita	39,0	25,0	7,0	29,0
Bocaina	62,0	16,0	3,0	19,0
Boracéia	82,0	4,0	2,0	12,0
Dois Córregos	48,0	16,0	6,0	30,0
Igarapu do Tietê	59,0	11,0	3,0	37,0
Itaju	88,0	2,0	2,0	8,0
Itapui	60,0	12,0	5,0	33,0
Jau	27,0	29,0	9,0	35,0
Minheiros do Tietê	57,0	22,0	4,0	17,0

OBS.: O censo de 1970 distribui a PEA nos seguintes grupos: a) agricultura, pecuária e silvicultura, extração vegetal, caça e pesca; b) atividades industriais; c) comércio de mercadorias; d) prestação de serviços; e) transportes, comunicações e armazenagem; f) atividades sociais; g) administração pública; h) outras atividades.

Com relação ao censo de 1960 para efeito de comparação, há que se ressaltar que a extração mineral incluída neste censo, no setor primário, passa a ser em 1970 alocada junto às atividades industriais. Já as atividades terciárias devem ser somadas no item outras atividades.

O censo de 1980 distribui o PEA nos seguintes grupos: a) atividades agropecuárias, extração vegetal e pesca; b) indústria de transformação; c) indústria da construção; d) outras atividades industriais; e) comércio de mercadorias; f) transportes e comunicações; g) prestação de serviços; h) atividades sociais; i) administração pública; j) outras atividades; l) procurando trabalho.

As atividades industriais de 1980 para efeito de comparação com 1970 devem ser somadas formando uma única classe. O comércio de mercadorias praticamente se equivalem nos dois censos e as demais atividades do terciário devem juntar-se no item outras atividades.

FONTE: FIBGE - Censos Demográficos de São Paulo de 1970.

TABELA 11
DISTRIBUIÇÃO PORCENTUAL DA PEA NOS DIVERSOS SETORES ECONÔMICOS
SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE BAURU - 1980

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (%)			
	AGRICULTURA	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	OUTRAS ATIVIDADES
SUB-REGIÃO DE BAURU				
Agudos	34,7	25,3	6,2	33,8
Arealva	64,4	4,8	3,6	27,2
Avai	78,4	3,6	2,9	16,1
Balbinos	75,3	0,9	3,8	20,0
Bauru	3,9	18,0	15,0	63,1
Cabrália Paulista	69,1	10,5	1,9	18,5
Duartina	51,4	14,2	6,5	27,9
Guarantã	74,1	1,6	3,4	20,9
Iacanga	46,6	8,7	5,2	39,5
Lençóis Paulista	31,1	33,7	6,4	28,8
Lucianópolis	79,1	1,1	1,5	18,3
Macatuba	49,7	26,4	3,8	20,1
Pederneiras	38,6	17,4	5,5	39,5
Pirajui	43,7	5,9	9,2	41,2
Piratininga	45,4	12,1	7,4	35,1
Pongai	70,0	2,1	4,2	23,7
Presidente Alves	72,3	2,8	3,1	21,8
Reginópolis	64,1	6,7	2,9	26,3
Ubirajara	78,2	3,4	3,1	15,3
Uru	78,5	4,2	1,0	16,3
SUB-REGIÃO DE LINS				
Cafelândia	58,3	5,0	5,0	31,7
Getulina	60,2	4,1	5,2	29,5
Guaíçara	54,7	3,5	4,5	37,3
Guaibé	72,1	1,7	3,8	22,4
Júlio Mesquita	84,9	0,6	2,7	11,8
Lins	14,9	9,6	14,8	60,7
Promissão	34,1	9,5	8,3	48,1
Sabino	74,4	2,3	5,2	18,1

continua

Tabela 11

continuação

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (%)			
	AGRICULTURA	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	OUTRAS ATIVIDADES
SUB-REGIÃO DE JAU				
Bariri	35,3	21,5	7,2	36,0
Barra Bonita	17,0	33,2	7,9	41,9
Bocaina	47,3	14,0	5,9	32,8
Boracéia	68,9	8,9	2,0	20,2
Dois Córregos	36,1	22,2	6,7	31,0
Igarapu do Tietê	45,2	25,9	4,7	24,2
Itaju	39,0	2,5	4,9	53,6
Itápuí	46,1	22,8	4,0	27,1
Jau	16,1	34,7	9,9	37,3
Minheiros do Tietê	52,7	20,8	3,5	23,0

OBS.: O censo de 1970 distribui a PEA nos seguintes grupos: a) agricultura, pecuária e silvicultura, extração vegetal, caça e pesca; b) atividades industriais; c) comércio de mercadorias; d) prestação de serviços; e) transportes, comunicações e armazenagem; f) atividades sociais; g) administração pública; h) outras atividades.

Com relação ao censo de 1960 para efeito de comparação, há que se ressaltar que a extração mineral incluída neste censo, no setor primário, passa a ser em 1970 alocada junto às atividades industriais. Já as atividades terciárias devem ser somadas no item outras atividades.

O censo de 1980 distribui o PEA nos seguintes grupos: a) atividades agropecuárias, extração vegetal e pesca; b) indústria de transformação; c) indústria da construção; d) outras atividades industriais; e) comércio de mercadorias; f) transportes e comunicações; g) prestação de serviços; h) atividades sociais; i) administração pública; j) outras atividades; l) procurando trabalho.

As atividades industriais de 1980 para efeito de comparação com 1970 devem ser somadas formando uma única classe. O comércio de mercadorias praticamente se equivalem nos dois censos e as demais atividades do terciário devem juntar-se no item outras atividades.

FONTE: FIBGE - Censos Demográficos de São Paulo de 1980.

TABELA 12

PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE BAURU NO TOTAL
DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA REGIONAL DOS PRINCIPAIS PRODUTOS
DE EXPORTAÇÃO BRASILEIROS - 1950

MUNICÍPIOS	PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO (%)				
	CAFÉ	ALCODÃO	MILHO	BOVINOS	FUMO
SUB-REGIÃO DE BAURU					
Agudos	3,0	2,8	3,5	2,9	-
Arealva	0,6	2,3	3,5	3,9	92,3
Avai	1,4	10,0	4,5	7,7	-
Balbinos	-	-	-	-	-
Bauru	1,5	5,3	2,9	4,6	-
Cabrália Paulista	0,9	0,7	0,6	1,3	-
Duartina	3,7	11,9	4,9	2,7	0,9
Guarantã	7,2	2,0	4,7	2,4	-
Iacanga	0,9	5,1	5,3	6,8	-
Lençóis Paulista	1,1	0,3	0,3	2,3	0,9
Lucianópolis	-	-	-	-	-
Macatuba	2,1	-	2,8	1,1	-
Pederneiras	1,8	0,3	5,0	4,9	0,4
Pirajuí	10,6	9,5	5,5	5,8	0,4
Piratininga	2,5	4,4	2,6	1,8	-
Pongai	1,6	1,7	1,2	1,5	-
Presidente Alves	3,6	5,8	1,4	1,6	-
Reginópolis	0,6	2,6	2,3	2,6	0,4
Ubirajara	1,0	2,9	1,2	1,8	-
Uru	-	-	-	-	-
SUB-REGIÃO DE LINS					
Cafelândia	8,0	4,1	2,8	4,4	-
Getulina	8,8	6,4	4,6	4,5	-
Guaicara	-	-	-	-	-
Guaimbê	-	-	-	-	-
Julio Mesquita	1,4	0,6	0,1	0,3	-
Lins	11,4	8,0	4,4	6,8	2,6
Promissão	5,0	1,8	0,3	10,6	-
Sabino	-	-	-	-	-
SUB-REGIÃO DE JAÚ					
Bariri	5,3	1,5	7,7	4,0	2,1
Barra Bonita	0,8	0,4	4,1	0,4	-
Bocaina	1,0	3,0	2,5	2,6	-
Boracéia	-	-	-	-	-
Dois Córregos	2,0	3,0	2,5	3,1	-
Igarapu do Tietê	-	-	-	-	-
Itaju	-	-	-	-	-
Itapuí	3,5	0,5	4,2	1,5	-
Jaú	6,5	1,3	8,2	3,4	-
Mineiros do Tietê	1,3	0,6	0,1	0,3	-
REGIÃO EM RELAÇÃO AO ESTADO DE SÃO PAULO	24,8	4,2	7,3	8,0	15,0

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuário de São Paulo - 1950

TABELA 13

PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE BAURU NO
TOTAL DA PRODUÇÃO AGRPECUÁRIA REGIONAL DOS PRINCIPAIS
PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO BRASILEIROS - 1960

MUNICÍPIOS	CAFÉ	AÇÚCAR	ALGODÃO	FUMO
SUB-REGIÃO DE BAURU				
Agudos	2,7	0,2	4,3	-
Arealva	0,9	-	2,1	62,5
Avaí	0,6	-	5,0	-
Balbinos	1,3	-	-	-
Bauru	1,3	-	1,8	-
Cabrália Paulista	1,3	-	0,9	-
Duartina	2,8	-	2,2	-
Guarantã	6,0	-	3,1	-
Iacanga	1,2	-	6,6	-
Lençóis Paulista	3,0	19,0	-	-
Lucianópolis	1,2	-	0,5	-
Macatuba	3,2	10,0	-	-
Pederneiras	3,1	11,0	2,2	-
Pirajuí	5,7	0,1	3,2	-
Piratininga	3,1	0,2	9,5	-
Pongaí	1,4	-	0,9	-
Presidente Alves	3,3	0,1	4,5	-
Reginópolis	0,7	-	6,5	-
Ubirajara	1,6	-	4,2	-
Uru	0,1	-	0,5	-
SUB-REGIÃO DE LINS				
Cafelândia	7,5	-	4,2	-
Getulina	5,5	-	6,6	-
Guaíçara	1,9	-	1,8	-
Guaimbê	2,2	-	1,3	-
Julio Mesquita	4,4	-	1,9	-
Lins	5,4	-	6,8	-
Promissão	2,8	-	1,4	-
Sabino	0,8	-	9,3	16,7
SUB-REGIÃO DE JAÚ				
Bariri	4,0	0,2	0,3	12,5
Barra Bonita	0,8	21,9	-	-
Bocaina	1,4	0,6	4,7	-
Boracéia	1,7	-	-	-
Dois Córregos	1,7	7,5	0,6	-
Igaraçu do Tietê	1,0	9,7	-	-
Itaju	0,9	-	0,6	4,2
Itapuí	3,2	0,9	0,3	-
Jaú	9,2	16,9	1,8	-
Mineiros do Tietê	1,1	2,2	-	-
REGIÃO EM RELAÇÃO AO ESTADO DE SÃO PAULO	15,9	12,1	2,1	0,9

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuário de São Paulo - 1960

TABELA 14

PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE BAURU NO TOTAL
DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA REGIONAL DOS PRINCIPAIS
PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO BRASILEIROS - 1970

MUNICÍPIOS	CAFÉ	ALGODÃO	açúcar	MILHO	BOVINOS
SUB-REGIÃO DE BAURU					
Agudos	3,5	2,8	0,2	3,4	5,5
Arealva	0,5	1,8	-	2,6	2,9
Avaí	1,3	1,1	0,2	1,4	3,7
Balbinos	0,6	-	-	0,2	0,9
Bauru	1,3	1,4	0,1	2,6	3,8
Cabrália Paulista	1,9	0,2	-	0,4	1,1
Duartina	5,7	-	-	0,8	1,8
Guarantã	3,7	0,4	-	3,0	4,5
Iacanga	0,9	6,3	-	4,2	6,1
Lençóis Paulista	5,4	-	15,1	1,5	3,2
Lucianópolis	2,0	-	-	0,3	0,9
Macatuba	5,7	-	12,2	1,2	0,6
Pederneiras	4,7	-	9,4	2,3	2,7
Pirajuí	2,7	5,4	2,1	4,5	7,6
Piratininga	7,2	13,6	0,4	2,0	3,1
Pongá	1,1	0,9	-	0,7	2,0
Presidente Alves	3,0	1,2	0,2	1,1	2,9
Reginópolis	0,2	3,6	-	2,1	4,2
Ubirajara	2,6	0,3	-	0,8	2,3
Uru	0,4	0,2	-	0,4	1,4
SUB-REGIÃO DE LINS					
Cafelândia	4,5	11,8	0,1	4,4	6,6
Getulina	3,8	0,5	-	3,0	5,4
Guaicara	0,6	0,5	-	2,3	2,9
Guaimbê	1,8	1,6	-	2,1	1,3
Julio Mesquita	4,0	-	-	0,6	0,5
Lins	1,3	6,0	-	5,5	7,1
Promissão	1,2	4,5	0,1	5,7	12,0
Sabino	0,2	7,6	-	2,4	4,0
SUB-REGIÃO DE JAÚ					
Bariri	4,2	0,9	1,6	11,9	2,3
Barra Bonita	1,3	-	13,9	0,3	0,3
Bocaina	1,7	8,5	1,8	5,4	2,6
Boracéia	1,9	1,4	0,1	1,8	0,7
Dois Córregos	3,4	-	4,2	1,8	4,8
Igaraçu do Tietê	4,2	-	7,2	0,5	0,1
Itaju	0,7	0,8	-	7,3	1,4
Itapuí	3,4	2,8	6,5	1,5	0,5
Jaú	9,1	13,7	21,3	7,8	3,5
Mineiros do Tietê	1,5	-	3,3	0,4	1,1
REGIÃO EM RELAÇÃO AO ESTADO DE SÃO PAULO	12,0	2,0	14,0	6,0	5,0

FONTE: FIBGE - Censc Agropecuário de São Paulo - 1970

TABELA 15

PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE BAURU NO TOTAL DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA REGIONAL DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO BRASILEIROS - 1980

MUNICÍPIOS	CAFÉ	ALGODÃO	AÇÚCAR	MILHO	BOVINOS
SUB-REGIÃO DE BAURU					
Agudos	2,4	6,4	-	4,3	5,5
Arealva	2,8	2,7	-	2,6	3,7
Avai	1,7	0,1	0,9	2,4	3,4
Balbinos	0,6	0,3	-	1,5	1,0
Bauru	2,0	-	0,1	2,1	3,7
Cabrália Paulista	1,0	-	-	0,7	1,0
Duartina	3,0	0,4	-	2,4	1,5
Guarantã	2,1	-	-	1,7	4,7
Iacanga	1,5	3,0	0,2	6,8	4,6
Lençóis Paulista	1,0	-	15,9	0,9	2,4
Lucianópolis	1,0	-	-	0,5	1,0
Macatuba	1,5	-	17,3	0,5	0,3
Pederneiras	1,5	6,5	8,1	1,3	1,6
Pirajuí	9,1	2,0	-	3,1	6,8
Piratininga	4,8	-	0,2	2,2	2,5
Pongai	2,3	0,3	-	2,4	1,8
Presidente Alves	3,1	0,3	0,9	1,4	2,4
Reginópolis	2,0	3,7	-	5,1	3,8
Ubirajara	1,5	0,7	-	1,2	1,7
Uru	1,5	-	-	0,3	1,3
SUB-REGIÃO DE LINS					
Cafelândia	7,0	4,7	-	6,2	8,4
Getulina	5,0	0,4	-	4,5	6,0
Guaíçara	1,9	-	-	2,5	2,8
Guaimbê	3,6	-	0,1	1,8	1,8
Júlio Mesquita	3,9	-	-	0,3	0,6
Lins	4,8	16,9	-	8,3	6,0
Promissão	2,9	6,6	0,3	8,3	6,5
Sabino	3,3	14,1	-	2,2	1,9
SUB-REGIÃO DE JAÚ					
Bariri	5,8	8,1	2,2	6,6	1,9
Barra Bonita	-	-	10,2	0,2	0,2
Bocaina	2,8	5,4	1,9	2,9	2,2
Boracéia	2,0	2,0	2,2	1,1	0,3
Dois Córregos	2,4	0,3	5,4	1,1	2,8
Igarapu do Tietê	-	-	5,8	-	-
Itaju	1,7	6,8	-	5,3	1,0
Itapuí	1,7	3,2	3,4	0,9	0,3
Jaú	4,3	4,8	21,2	3,6	2,1
Mineiros do Tietê	0,5	-	3,6	0,2	0,7
REGIÃO EM RELAÇÃO AO ESTADO DE SÃO PAULO	13,0	1,0	13,0	5,0	7,0

FONTES: FIBGE - Censos Agropecuários de São Paulo - 1980

ASPECTOS GERAIS DA ATIVIDADE INDUSTRIAL SEGUNDO OS
MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE BAURU - 1950

MUNICÍPIOS	Nº DE ESTABE- LECÍ- MENIOS (a)	PESSOAL OCUPADO DIRETA- MENTE (b)	TAMANHO		DESPESAS DE CONSUMO E CUSTOS (c) *	(VPI) VALOR DA PRODUÇÃO IND. (d)	ÍNDICE DE BENEFÍ- CIAMENTO
			b/a	d/a			
EM Cr\$1000,00							
SUB-REGIÃO DE BAURU							
Agudos	49	414	8	1.022	25.218	50.081	50
Arealva	9	30	3	145	642	1.304	49
Avaí	23	94	4	1.003	17.656	23.061	76
Balbinos	-	-	-	-	-	-	-
Bauru	143	2.253	16	1.600	148.071	228.817	65
Cabrália Paulista	18	53	3	1.197	13.852	21.540	64
Duartina	51	178	3	1.335	48.064	68.090	70
Guarantã	35	72	2	2.473	73.419	86.569	85
Iacanga	17	33	2	414	4.761	7.040	68
Lençóis Paulista	79	306	4	547	25.204	43.237	58
Lucianópolis	-	-	-	-	-	-	-
Macatuba	10	54	5	1.056	5.826	10.555	55
Pederneiras	75	486	6	254	8.862	19.038	46
Pirajuí	78	521	7	1.636	92.217	121.571	72
Piratinga	32	235	7	1.906	47.249	60.988	77
Pongai	14	47	3	620	5.104	8.677	59
Presidente Alves	25	52	2	1.285	23.819	32.070	74
Reginópolis	11	31	3	309	2.526	3.394	74
Ubirajara	6	16	3	119	350	712	49
Uru	-	-	-	-	-	-	-
SUB-REGIÃO DE LINS							
Cafelândia	37	221	6	1.655	41.656	61.226	68
Getulina	24	83	3	2.392	46.370	57.403	81
Guaíçara	-	-	-	-	-	-	-
Guaimbê	-	-	-	-	-	-	-
Júlio Mesquita	7	10	1	2.811	13.701	19.676	70
Lins	124	922	7	1.029	83.767	127.644	66
Promissão	48	310	6	1.162	39.657	55.787	71
Sabino	-	-	-	-	-	-	-
SUB-REGIÃO DE JAÚ							
Bariri	34	98	3	536	11.480	18.240	63
Barra Bonita	57	515	9	692	16.083	39.435	41
Bocaina	21	90	4	282	3.831	5.915	65
Boracéia	-	-	-	-	-	-	-
Dois Córregos	38	486	13	402	7.109	15.265	46
Igaraçu do Tietê	-	-	-	-	-	-	-
Itaju	-	-	-	-	-	-	-
Itapuí	35	52	1	675	17.920	23.639	76
Jaú	162	1.339	8	679	72.428	110.028	66
Mineiros do Tietê	25	56	2	184	3.352	4.601	73

* Despesas de consumo e custos dos serviços contratados

FONTE: FIBGE - Censo Industrial de São Paulo - 1950

ASPECTOS GERAIS DA ATIVIDADE INDUSTRIAL SEGUNDO OS
MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE BAURU - 1960

MUNICÍPIOS	Nº DE ESTABELECIMENTOS (a)	PESSOAL OCUPADO DIRETAMENTE (b)	TAMANHO		DESPESAS DE CONSUMO E CUSTOS (c) *	(VPI) VALOR DA PRODUÇÃO IND. (d)	ÍNDICE DE BENEFICIAMENTO
			b/a	d/a			
EM Cr\$1000,00							
SUB-REGIÃO DE BAURU							
Agudos	24	466	19	16.002	155.578	384.044	41
Arealva	33	64	2	340	3.076	11.227	27
Avaí	13	39	3	2.831	22.779	37.456	61
Balbinos	1	1	1	36	1	36	33
Bauru	207	3.666	18	11.942	1.785.421	2.472.050	72
Cabrália Paulista	12	26	2	803	6.945	9.633	72
Duartina	36	190	5	3.867	94.752	139.203	68
Guarantã	10	34	3	43.046	35.149	43.046	82
Iacanga	22	45	2	2.737	34.949	60.220	57
Lençóis Paulista	44	397	9	10.368	273.842	456.176	60
Lucianópolis	11	16	1	341	2.292	3.746	61
Macatuba	11	271	24	28.822	219.488	317.041	69
Pedemeiras	87	591	7	1.264	29.878	109.974	27
Pirajuí	45	375	8	3.940	104.537	177.468	59
Piratinunga	32	175	6	9.393	202.514	300.572	67
Pongai	8	25	3	388	1.457	3.100	47
Presidente Alves	6	8	1	294	1.224	1.763	69
Reginópolis	13	41	3	899	8.046	11.686	69
Ubirajara	3	9	3	327	371	982	38
Uru	3	3	1	50	17	150	11
SUB-REGIÃO DE LINS							
Cafelândia	36	134	4	4.647	82.217	167.308	49
Getulina	34	83	2	2.834	65.625	96.343	68
Guaiçara	14	107	8	2.458	20.915	34.415	61
Guaimbê	13	45	4	3.784	41.569	49.197	84
Júlio Mesquita	8	15	2	855	3.135	6.840	46
Lins	94	690	7	800	387.120	552.330	70
Promissão	56	206	4	2.938	123.077	164.514	75
Sabino	13	19	2	236	650	3.062	21
SUB-REGIÃO DE JAÚ							
Bariri	67	369	6	7.648	346.808	512.387	68
Barra Bonita	62	1.134	18	17.303	359.014	1.072.765	33
Bocaina	27	146	5	3.579	63.096	96.624	65
Boracéia	8	17	2	6.660	42.450	53.276	92
Dois Córregos	33	242	7	4.849	85.730	160.016	54
Igaraçu do Tietê	26	168	7	1.659	17.030	43.137	39
Itaju	5	8	2	347	613	1.734	35
Itapuã	28	65	2	1.254	21.207	35.119	60
Jaú	164	690	7	800	387.120	552.330	70
Mineiros do Tietê	20	77	4	897	13.069	17.947	73

* Despesas de consumo e custos dos serviços contratados

FONTE: FIBGE - Censo Industrial de São Paulo - 1960

ASPECTOS GERAIS DA ATIVIDADE INDUSTRIAL SEGUNDO OS
MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE BAURU - 1970

MUNICÍPIOS	Nº DE ESTABE- LECIMEN- TOS (a)	PESSOAL OCUPADO DIRETA- MENTE (b)	TAMANHO		DESPESAS DE CONSUMO E CUSTOS (c) *	(VPI) VALOR DA PRODUÇÃO IND. (d)	ÍNDICE DE BENEFÍ- CIAMENTO
			b/a	d/a			
			EM Cr\$1000,00				
SUB-REGIÃO DE BAURU							
Aguilões	32	851	27	1.481	14.076	47.406	30
Arealva	26	77	3,0	22	215	562	38
Avaí	9	19	2,1	262	2.076	2.361	88
Balbinos	-	-	-	-	-	-	-
Bauru	280	3.817	14	574	109.648	160.790	68
Cabrália Paulista	7	10	1	12	691	807	86
Duartina	27	235	9	126	2.204	3.393	65
Guarantã	6	12	2	87	489	523	93
Iacanga	21	94	4	66	840	1.379	61
Lençóis Paulista	63	1.518	24	711	27.760	44.796	62
Lucianópolis	7	68	10	495	2.986	3.467	86
Macatuba	13	690	531	3.516	22.071	45.711	48
Pedernheiras	60	425	7	112	2.150	6.722	32
Pirajuí	47	50	1	30	885	1.402	48
Piratinga	31	234	8	518	12.792	17.905	71
Pongai	6	13	2	21	75	123	61
Presidente Alves	6	10	2	82	368	491	75
Reginópolis	9	16	2	14	63	129	49
Ubirajara	25	196	8	152	2.228	3.807	59
Uru	2	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)
SUB-REGIÃO DE LINS							
Cafelândia	32	134	4	315	6.811	10.066	68
Getulina	18	67	4	154	2.077	2.763	75
Guaiçara	7	38	5	138	643	965	67
Guaimbê	9	25	3	142	1.079	1.275	85
Júlio Mesquita	3	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)
Lins	108	1.079	10	545	45.681	58.853	78
Promissão	57	252	4	133	4.556	7.560	60
Sabino	12	41	3	23	123	274	45
SUB-REGIÃO DE JAÚ							
Bariri	60	508	9	1.006	48.336	60.341	80
Barra Bonita	84	1.093	13	926	48.729	77.800	63
Bocaina	35	211	6,0	419	11.386	14.660	15
Boracéia	8	37	5	30	75	237	32
Dois Córregos	48	477	10	340	9.702	16.322	59
Igaraçu do Tietê	31	136	4	57	470	1.759	27
Itaju	5	5	1,0	6	16	29	55
Itapuã	20	144	7	109	963	2.177	44
Jaú	263	4.511	17	578	80.193	152.108	53
Mineiros do Tietê	16	188	12	167	1.508	2.999	50

* Despesas de consumo e custos dos serviços contratados

(x) Dados não fornecidos pelo Censo para garantir o sigilo censitário

FONTE: FIBGE - Censo Industrial de São Paulo - 1970

ASPECTOS GERAIS DA ATIVIDADE INDUSTRIAL SEGUNDO OS
MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE BAURU - 1980

MUNICÍPIOS	Nº DE ESTABE- LECIMEN- TOS (a)	PESSOAL OCUPADO DIRETA- MENTE (b)	TAMANHO		DESPESAS DE CONSUMO E CUSTOS (c) *	(VPI) VALOR DA PRODUÇÃO IND. (d)	ÍNDICE DE BENEFÍ- CIAMENTO
			b/a	d/a			
EM Cr\$1000,00							
SUB-REGIÃO DE BAURU							
Agudos	37	1.607	43	142.954	3.012.671	5.289.313	57
Arealva	27	83	3	883	10.464	23.831	44
Avaí	2	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)
Balbinos	-	-	-	-	-	-	-
Bauru	322	8.930	28	39.347	7.707.050	12.669.139	61
Cabrália Paulista	10	84	8	9.031	40.187	90.311	45
Duartina	20	617	30,9	17.082	185.669	341.633	54
Guarantã	5	22	4	532	954	2.660	36
Iacanga	20	118	6	1.655	6.701	33.103	20
Lençóis Paulista	62	2.377	38	128.328	4.519.342	7.956.337	57
Lucianópolis	3	14	5	9.246	16.515	27.738	59
Macatuba	21	1.145	55	385.549	4.914.446	8.096.520	61
Pedemeiras	81	1.356	17	42.125	2.276.569	3.412.131	67
Pirajuí	33	253	8	3.437	53.201	113.427	47
Piratininga	23	228	10	9.590	152.749	220.565	69
Pongai	8	29	4	793	1.582	6.346	25
Presidente Alves	3	73	24,3	81.783	122.344	245.349	50
Reginópolis	13	50	4	661	2.622	8.595	31
Ubirajara	8	33	4	13.840	84.505	110.717	76
Uru	2	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)
SUB-REGIÃO DE LINS							
Cafelândia	30	348	12	18.222	350.385	546.671	64
Getulina	19	108	6	39.497	672.973	750.447	90
Guaiçara	9	88	10	9.537	59.070	85.829	70
Guaimbê	10	38	4	8.343	76.786	83.434	56
Júlio Mesquita	5	12	2	557	734	2.783	26
Lins	94	1.156	12	40.080	3.275.886	3.767.549	87
Promissão	39	338	9	6.777	193.841	264.334	73
Sabino	7	32	5	19.139	107.984	133.973	81
SUB-REGIÃO DE JAÚ							
Bariri	64	898	14	99.877	5.240.751	6.392.097	82
Barra Bonita	102	2.158	21	86.435	5.980.545	8.816.371	68
Bocaina	25	248	10	6.443	103.923	161.080	64
Boracéia	8	54	7	1.479	5.781	11.833	49
Dois Córregos	46	749	16	28.996	1.028.999	1.333.818	77
Igaraçu do Tietê	32	200	6,3	2.553	24.700	81.697	30
Itaju	2	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)
Itapuá	23	619	27	14.016	136.332	322.365	42
Jaú	258	9.933	39	45.610	5.468.472	11.767.377	46
Mineiros do Tietê	19	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)

* Despesas de consumo e custos dos serviços contratados

(x) Dados não fornecidos pelo Censo para garantir o sigilo censitário

FONTE: FIBGE - Censo Industrial de São Paulo - 1980

TABELA 20
DISTRIBUIÇÃO POR TIPO DE INDÚSTRIA SEGUNDO OS
MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE BAURU - 1960

MUNICÍPIOS	TIPOS DE INDÚSTRIA (a)				QUANTIDADE DE GÊNEROS DIFERENTES (b)
	TRADICIONAIS	INTERMEDIÁRIAS	MODERNAS	TOTAL	
SUB-REGIÃO DE BAURU					
Agudos	17	6	1	24	9
Arealva	25	7	-	24	2
Avaí	12	1	-	13	4
Balbinos	1	-	-	1	1
Bauru	103	72	32	207	20
Cabrália Paulista	7	4	1	12	3
Duartina	24	10	2	36	10
Guarantã	6	4	-	10	3
Iacanga	15	6	1	22	5
Lençóis Paulista	24	16	4	44	11
Lucianópolis	9	2	-	11	2
Macatuba	6	4	-	10	3
Pederneiras	33	48	3	84	14
Pirajuí	34	7	4	45	8
Piratinga	20	12	-	32	9
Pongaí	5	3	-	8	3
Presidente Alves	5	1	-	6	3
Reginópolis	11	2	-	12	6
Ubirajara	3	-	-	3	2
Uru	3	-	-	3	1
SUB-REGIÃO DE LINS					
Cafelândia	27	3	6	36	11
Getulina	27	5	2	34	10
Guaíçara	12	-	2	14	6
Guaimbê	12	-	1	22	5
Júlio Mesquita	7	1	-	8	3
Lins	70	16	8	94	13
Promissão	32	15	8	55	11
Sabino	9	3	-	12	6
SUB-REGIÃO DE JAÚ					
Bariri	41	20	5	66	12
Barra Bonita	18	42	1	61	7
Bocaina	21	2	4	27	9
Boracéia	4	4	-	8	2
Dois Córregos	27	6	-	33	7
Igaraçu do Tietê	3	21	-	24	2
Itaju	5	1	-	6	2
Itapuí	16	8	3	27	10
Jaú	70	16	8	94	13
Mineiros do Tietê	18	2	-	20	6

(a) Ver definição dos tipos de indústria em nota (142).

(b) Os gêneros de indústria pesquisados pelo censo totalizam 21.

TABELA 21

DISTRIBUIÇÃO POR TIPO DE INDÚSTRIA SEGUNDO OS
MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE BAURU - 1970

MUNICÍPIOS	TIPOS DE INDÚSTRIA (a)				QUANTIDADE DE GÊNEROS DIFERENTES (b)
	TRADICIONAIS	INTERMEDIÁRIAS	MODERNAS	TOTAL	
SUB-REGIÃO DE BAURU					
Agudos	26	4	2	32	9
Arealva	16	9	-	25	5
Avai	8	1	-	9	5
Balbinos	-	-	-	-	-
Bauru	114	84	82	280	20
Cabrália Paulista	4	2	-	6	2
Duartina	22	3	2	27	9
Guarantã	5	1	-	6	4
Iacanga	15	5	1	21	6
Lençóis Paulista	43	12	8	63	12
Lucianópolis	4	2	1	7	5
Macatuba	8	3	-	11	3
Pederneiras	23	28	9	60	12
Pirajuí	35	6	6	47	10
Piratininga	20	11	-	31	6
Pongai	4	2	-	6	2
Presidente Alves	5	-	1	6	3
Reginópolis	7	2	-	9	3
Ubirajara	16	2	-	18	4
Uru	2	-	-	2	1
SUB-REGIÃO DE LINS					
Cafelândia	22	4	6	32	11
Getulina	16	2	-	18	6
Guaiçara	5	-	2	7	3
Guaimbê	7	1	1	9	3
Júlio Mesquita	3	-	-	3	1
Lins	65	20	23	108	17
Promissão	31	8	13	52	13
Sabino	9	3	-	12	7
SUB-REGIÃO DE JAÚ					
Bariri	30	21	9	62	14
Barra Bonita	28	43	12	83	13
Bocaina	25	2	8	35	12
Boracéia	4	3	1	8	3
Dois Córregos	33	10	5	48	11
Igaraçu do Tietê	7	23	-	30	3
Itaju	5	-	-	5	1
Itapuí	12	6	2	20	7
Jaú	120	83	57	260	17
Mineiros do Tietê	12	3	1	16	6

(a) Ver definição dos tipos de indústria em nota (142).

(b) Os gêneros de indústria pesquisados pelo censo totalizam 21.

TABELA 22
DISTRIBUIÇÃO POR TIPO DE INDÚSTRIA SEGUNDO OS
MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE BAURU - 1980

MUNICÍPIOS	TIPOS DE INDÚSTRIA (a)				QUANTIDADE DE GÊNEROS DIFERENTES (b)
	TRADICIONAIS	INTERMEDIÁRIAS	MODERNAS	TOTAL	
SUB-REGIÃO DE BAURU					
Agudos	19	21	17	62	13
Arealva	14	11	-	25	6
Avaí	1	1	-	2	2
Balbinos	-	-	-	-	-
Bauru	90	105	127	322	20
Cabrália Paulista	6	2	2	10	5
Duartina	14	3	3	20	8
Guarantã	3	1	1	5	4
Iacanga	9	7	1	17	7
Lençóis Paulista	24	21	17	62	13
Lucianópolis	1	1	1	3	3
Macatuba	9	6	4	19	8
Pedernheiras	23	35	21	79	11
Pirajuí	16	10	7	33	10
Piratininga	10	10	3	23	8
Pongaí	4	3	-	7	2
Presidente Alves	2	-	1	3	2
Reginópolis	5	7	-	12	4
Ubirajara	7	1	-	8	3
Uru	2	-	-	2	1
SUB-REGIÃO DE LINS					
Cafelândia	16	4	10	30	6
Getulina	14	3	2	19	9
Guaicara	6	2	1	9	5
Guaimbê	7	2	1	10	4
Júlio Mesquita	3	2	-	5	2
Lins	47	23	24	94	15
Promissão	20	10	9	39	10
Sabino	6	-	-	6	2
SUB-REGIÃO DE JAÚ					
Bariri	27	27	7	61	13
Barra Bonita	15	56	24	95	14
Bocaina	14	10	1	25	8
Boracéia	4	4	-	8	2
Dois Córregos	29	8	8	45	11
Igaraçu do Tietê	6	24	1	31	6
Itaju	1	-	1	2	2
Itapuá	15	5	3	23	9
Jaú	79	112	64	255	19
Mineiros do Tietê	9	6	4	19	9

(a) Ver definição dos tipos de indústria em nota (142).

(b) Os gêneros de indústria pesquisados pelo censo totalizam 21.

TABELA 23

ASPECTOS GERAIS DO COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA SEGUNDO OS
MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE BAURU - 1950

MUNICÍPIOS	VAREJISTA				ATACADISTA			
	Nº DE ESTABE- LECÍ- MENIOS (a)	PESSOAL OCUPADO DIRETA- MENTE (b)	TAMANHO		RECEITA (c) EM Cr\$1000,00	Nº DE ESTABE- LECÍ- MENIOS	PESSOAL OCUPADO DIRETA- MENTE	RECEITA EM Cr\$1000,00
			b/a	c/a				
SUB-REGIÃO DE BAURU								
Agudos	69	131	2	302	20.822	3	8	1.976
Arealva	28	38	1	118	3.296	-	-	-
Avaí	38	81	2	262	9.943	-	-	-
Balbinos	-	-	-	-	-	-	-	-
Bauru	331	1.157	4	792	262.236	49	567	300.268
Cabrália Paulista	17	23	1	230	3.902	-	-	-
Duartina	77	192	2	513	39.514	(x)	7	439
Guarantã	32	73	2	408	13.060	-	-	-
Iacanga	45	80	2	197	8.867	(x)	2	690
Lençóis Paulista	48	114	2	442	21.199	4	13	2.524
Lucianópolis	-	-	-	-	-	-	-	-
Macatuba	18	32	2	265	4.775	-	-	-
Pederneiras	88	134	2	272	23.955	5	10	14.607
Pirajuí	134	352	3	552	73.983	7	33	19.615
Piratinga	43	85	2	286	12.308	(x)	2	6.583
Pongai	25	59	2	271	6.767	-	-	-
Presidente Alves	21	60	3	120	2.527	-	-	-
Reginópolis	22	52	2	115	2.527	-	-	-
Ubirajara	11	20	2	120	1.315	-	-	-
Uru	-	-	-	-	-	-	-	-
SUB-REGIÃO DE LINS								
Cafelândia	93	305	3	716	66.605	5	15	5.587
Getulina	70	190	3	472	33.064	(x)	11	11.807
Guaíçara	-	-	-	-	-	-	-	-
Guaimbê	-	-	-	-	-	-	-	-
Júlio Mesquita	17	23	1	199	3.377	-	-	-
Lins	238	730	3	711	169.401	12	83	38.152
Promissão	79	219	3	844	66.661	3	19	19.302
Sabino	-	-	-	-	-	-	-	-
SUB-REGIÃO DE JAÚ								
Bariri	113	171	2	279	31.482	(x)	5	2.027
Barra Bonita	52	95	2	229	11.882	(x)	1	210
Bocaina	43	83	2	279	11.987	(x)	1	84
Boracéia	-	-	-	-	-	-	-	-
Dois Córregos	74	128	2	345	25.554	(x)	8	2.545
Igaraçu do Tietê	-	-	-	-	-	-	-	-
Itaju	-	-	-	-	-	-	-	-
Itapuá	59	85	2	165	9.731	(x)	3	140
Jaú	246	560	2	376	92.580	13	83	38.152
Mineiros do Tietê	26	29	1	176	4.582	-	-	-

(x) Dados não fornecidos pelo Censo para garantir o sigilo censitário

ASPECTOS GERAIS DO COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA SEGUNDO OS
MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE BAURU - 1960

MUNICÍPIOS	VAREJISTA					ATACADISTA		
	Nº DE ESTABE- LECÍ- MENIÖS (a)	PESSOAL OCUPADO DIRETA- MENTE (b)	TAMANHO		RECEITA (c) EM Cr\$1000,00	Nº DE ESTABE- LECÍ- MENIÖS	PESSOAL OCUPADO DIRETA- MENTE	RECEITA EM Cr\$1000,00
			b/a	c/a				
	SUB-REGIÃO DE BAURU							
Agudos	78	193	3	1.627	126.911	3	9	23.741
Arealva	34	54	2	830	28.225	2	3	843
Avai	21	39	2	1.340	28.132	-	-	-
Balbinos	8	14	2	1.156	9.250	-	-	-
Bauru	503	1.970	4	4.973	2.501.562	101	1.109	3.692.220
Cabrália Paulista	16	25	2	1.417	22.667	-	-	-
Duartina	74	181	3	2.614	193.493	5	14	144.986
Guarantã	28	67	2	2.006	56.157	1	1	1.307
Iacanga	40	75	2	1.758	70.317	-	-	-
Lençóis Paulista	74	230	3	4.492	332.415	8	26	46.291
Lucianópolis	15	26	2	1.301	19.522	-	-	-
Macatuba	23	55	2	3.144	72.317	1	3	3.139
Pederneiras	103	200	2	1.831	188.542	6	15	45.948
Pirajuí	106	316	3	4.110	435.856	6	29	95.884
Piratininga	44	94	2	1.505	66.234	1	4	1.206
Pongaí	21	31	2	1.485	31.186	-	-	-
Presidente Alves	21	60	3	2.623	55.085	-	-	-
Reginópolis	20	41	2	1.596	31.926	-	-	-
Ubirajara	24	48	2	918	22.031	-	-	-
Uru	5	7	1	1.640	8.202	-	-	-
SUB-REGIÃO DE LINS								
Cafelândia	87	228	3	3.309	287.858	5	31	130.927
Getulina	69	176	3	2.173	149.934	3	20	13.177
Guaíçara	18	39	2	1.119	20.143	-	-	-
Guaimbê	25	44	2	1.615	40.387	-	-	-
Júlio Mesquita	15	25	2	1.139	17.079	-	-	-
Lins	190	648	3	4.301	817.100	18	128	231.806
Promissão	99	221	2	3.492	345.732	4	59	163.223
Sabino	26	44	2	612	15.992	-	-	-
SUB-REGIÃO DE JAÚ								
Bariri	137	222	1	1.553	212.754	8	13	119.595
Barra Bonita	75	167	2	2.556	191.674	1	1	180
Bocaina	34	79	2	1.987	67.562	-	-	-
Boracéia	11	11	1	872	9.597	-	-	-
Dois Córregos	98	169	2	1.266	124.054	2	3	5.743
Igarapu do Tietê	26	52	2	1.654	43.002	1	3	1.032
Itaju	20	23	1	681	13.616	1	2	761
Itapuí	52	104	2	1.215	63.188	3	7	19.489
Jaú	337	889	3	2.829	966.936	18	100	198.276
Mineiros do Tietê	32	60	2	1.297	41.499	-	-	-

(x) Dados não fornecidos pelo Censo para garantir o sigilo censitário

ASPECTOS GERAIS DO COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA SEGUNDO OS
MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE BAURU - 1970

MUNICÍPIOS	VAREJISTA				ATACADISTA			
	Nº DE ESTABE- LECIMEN- TOS (a)	PESSOAL OCUPADO DIRETA- MENTE (b)	TAMANHO		RECEITA (c) EM Cr\$1000,00	Nº DE ESTABE- LECIMEN- TOS	PESSOAL OCUPADO DIRETA- MENTE	RECEITA EM Cr\$1000,00
			b/a	c/a				
SUB-REGIÃO DE BAURU								
Aguçós	92	(x)	(x)	(x)	(x)	2	(x)	(x)
Arealva	37	64	2	63	2.329	3	3	30
Avaí	17	(x)	(x)	(x)	(x)	2	(x)	(x)
Balbinos	3	(x)	(x)	60	179	-	-	-
Bauru	973	3.894	4	305	296.501	156	1.281	359.025
Cabrália Paulista	13	(x)	(x)	(x)	(x)	1	(x)	(x)
Duartina	74	(x)	(x)	(x)	(x)	1	(x)	(x)
Guarantã	18	(x)	(x)	(x)	(x)	1	(x)	(x)
Iacanga	46	(x)	(x)	(x)	(x)	1	(x)	(x)
Lençóis Paulista	132	487	4	265	34.957	7	48	4.884
Lucianópolis	7	(x)	(x)	(x)	(x)	1	(x)	(x)
Macatuba	29	85	3	182	5.269	-	-	-
Pederneiras	119	(x)	(x)	(x)	(x)	2	(x)	(x)
Pirajuí	116	322	3	114	20.129	10	42	5.037
Piratininga	44	(x)	(x)	(x)	(x)	1	(x)	(x)
Pongá	17	24	1	78	1.333	-	-	-
Presidente Alves	15	24	2	88	1.319	-	-	-
Reginópolis	29	47	2	73	2.125	-	-	-
Ubirajara	20	22	1	38	755	-	-	-
Uru	4	6	2	56	225	-	-	-
SUB-REGIÃO DE LINS								
Cafelândia	82	235	2	248	20.399	3	9	3.828
Getulina	54	111	2	85	4.600	-	-	-
Guaicara	9	(x)	(x)	(x)	(x)	2	(x)	(x)
Guaimbê	21	40	2	120	2.523	-	-	-
Júlio Mesquita	17	29	2	58	981	-	-	-
Lins	288	1.277	4	299	86.244	32	120	17.494
Promissão	123	(x)	(x)	(x)	(x)	2	(x)	(x)
Sabino	20	(x)	(x)	(x)	(x)	1	(x)	(x)
SUB-REGIÃO DE JAÚ								
Bariri	154	284	2	91	14.027	20	46	42.612
Barra Bonita	142	323	2	142	20.158	6	13	676
Bocaina	46	(x)	(x)	86	3.962	3	(x)	2.367
Boracéia	20	26	1	42	834	-	-	-
Dois Córregos	121	191	2	15	9.062	3	11	679
Igaraçu do Tietê	43	67	2	8	3.359	-	-	-
Itaju	13	22	2	38	492	-	-	-
Itapuã	50	112	2	80	3.997	8	14	1.862
Jaú	453	1.244	3	160	72.566	40	227	56.994
Mineiros do Tietê	42	58	1	54	2.257	-	-	-

(x) Dados não fornecidos pelo Censo para garantir o sigilo censitário

ASPECTOS GERAIS DO TOTAL DO COMÉRCIO DE MERCADORIAS SEGUNDO
OS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE BAURU - 1970

MUNICÍPIOS	TOTAL DO COMÉRCIO		
	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	PESSOAL OCUPADO DIRETAMENTE	RECEITA EM CR\$1000,00
SUB-REGIÃO DE BAURU			
Agudos	94	231	15.318
Arealva	40	67	2.359
Avaí	19	32	2.283
Balbinos	3	(x)	179
Bauru	1.129	5.175	655.526
Cabrália Paulista	14	30	110
Duartina	75	191	10.392
Guarantã	19	43	2.847
Iacanga	47	93	3.207
Lençóis Paulista	139	535	39.841
Lucianópolis	8	12	509
Macatuba	29	85	5.269
Pederneiras	121	242	13.530
Pirajuí	126	364	25.160
Piratininga	45	91	4.405
Pongaí	17	24	1.333
Presidente Alves	15	24	1.319
Reginópolis	29	47	2.125
Ubirajara	20	22	755
Uru	4	6	225
SUB-REGIÃO DE LINS			
Cafelândia	85	244	24.227
Getulina	54	111	4.600
Guaíçara	11	(x)	980
Guaimbê	21	40	2.523
Júlio Mesquita	17	29	981
Lins	320	1.397	103.738
Promissão	125	365	25.460
Sabino	21	40	2.523
SUB-REGIÃO DE JAÚ			
Bariri	174	330	56.639
Barra Bonita	148	336	20.834
Bocaina	49	92	6.329
Boracéia	20	26	834
Dois Córregos	124	202	9.741
Igaraçu do Tietê	43	67	3.359
Itaju	13	22	492
Itapuí	58	126	5.859
Jaú	493	1.471	129.560
Mineiros do Tietê	42	58	2.257

ASPECTOS GERAIS DO COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA SEGUNDO OS
MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE BAURU - 1980

MUNICÍPIOS	VAREJISTA					ATACADISTA		
	Nº DE ESTABE- LECIMEN- TOS (a)	PESSOAL OCUPADO DIRETA MENTE (b)	TAMANHO		RECEITA (c) EM Cr\$1000,00	Nº DE ESTABE- LECIMEN- TOS	PESSOAL OCUPADO DIRETA MENTE	RECEITA (c) EM Cr\$1000,00
			b/a	c/a				
SUB-REGIÃO DE BAURU								
Agudos	90	313	4	6.383	574.511	5	28	61.819
Arealva	31	(x)	(x)	(x)	(x)	2	(x)	(x)
Avaí	19	(x)	(x)	(x)	(x)	2	(x)	(x)
Balbinos	3	4	1	2.586	7.758	-	-	-
Bauru	983	6.272	6	14.301	14.057.918	179	2.008	20.789.696
Cabrália Paulista	9	24	3	6.834	61.506	-	-	-
Duartina	85	(x)	(x)	(x)	(x)	1	(x)	(x)
Guarantã	18	(x)	(x)	(x)	(x)	1	(x)	(x)
Iacanga	46	(x)	(x)	(x)	(x)	2	(x)	(x)
Lençóis Paulista	193	803	4	10.955	2.114.367	6	34	41.066
Lucianópolis	9	20	2	3.580	32.218	-	-	-
Macatuba	42	(x)	(x)	(x)	(x)	2	(x)	(x)
Pederneiras	155	539	4	5.009	776.335	5	30	579.292
Pirajuí	119	416	4	6.882	818.988	14	57	299.180
Piratinga	37	110	3	4.903	181.412	4	13	58.102
Pongai	18	51	3	4.297	77.344	-	-	-
Presidente Alves	13	39	3	4.128	53.663	-	-	-
Reginópolis	12	(x)	(x)	(x)	(x)	1	(x)	(x)
Ubirajara	20	47	2	1.940	38.791	-	-	-
Uru	8	10	1	560	4.479	-	-	-
SUB-REGIÃO DE LINS								
Cafelândia	108	(x)	(x)	(x)	(x)	2	(x)	(x)
Getulina	45	152	3	4.109	184.893	-	-	-
Guaíçara	13	39	3	4.128	53.663	-	-	-
Guaimbê	18	59	3	5.147	926.644	-	-	-
Júlio Mesquita	18	36	2	2.044	36.784	-	-	-
Lins	308	1.756	6	11.542	3.554.935	24	220	972.764
Promissão	104	(x)	(x)	(x)	(x)	2	(x)	(x)
Sabino	21	58	3	2.963	62.224	-	-	-
SUB-REGIÃO DE JAÚ								
Bariri	165	580	4	6.151	1.014.917	9	44	171.434
Barra Bonita	181	764	4	8.212	1.486.457	11	49	114.555
Bocaina	48	(x)	(x)	(x)	(x)	2	(x)	(x)
Boracéia	18	58	3	4.351	78.326	-	-	-
Dois Córregos	108	315	3	5.191	561.231	5	32	91.675
Igaraçu do Tietê	44	(x)	(x)	(x)	(x)	2	(x)	(x)
Itaju	8	23	3	2.449	19.591	-	-	-
Itapuã	48	142	3	4.301	206.427	6	14	40.406
Jaú	565	2.215	4	9.710	5.486.384	51	336	2.425.654
Mineiros do Tietê	51	134	3	2.031	103.569	-	-	-

(x) Dados não fornecidos pelo Censo para garantir o sigilo censitário

ASPECTOS GERAIS DO TOTAL DO COMÉRCIO DE MERCADORIAS SEGUNDO
OS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE BAURU - 1980

MUNICÍPIOS	TOTAL DO COMÉRCIO		
	NÚMERO DE ESTABELECEMENTOS	PESSOAL OCUPADO DIRETAMENTE	RECEITA EM CR\$1000,00
SUB-REGIÃO DE BAURU			
Agudos	95	341	636.330
Arealva	33	92	175.242
Avaí	21	41	43.914
Balbinos	3	4	7.758
Bauru	1.162	8.280	34.847.614
Cabrália Paulista	9	24	61.506
Duartina	86	302	438.903
Guarantã	19	69	88.347
Iacanga	48	156	159.856
Lençóis Paulista	199	837	2.155.433
Lucianópolis	9	20	32.218
Macatuba	44	162	498.848
Pederneiras	160	569	1.355.627
Pirajuí	133	473	1.118.168
Piratininga	41	123	239.514
Pongaí	18	51	77.344
Presidente Alves	13	35	58.723
Reginópolis	13	88	115.959
Ubirajara	20	47	38.791
Uru	8	10	4.479
SUB-REGIÃO DE LINS			
Cafelândia	110	407	588.225
Getulina	45	152	184.893
Guaíçara	13	39	53.663
Guaimbê	18	59	92.644
Júlio Mesquita	18	36	36.784
Lins	332	1.976	4.527.699
Promissão	106	524	963.324
Sabino	21	58	62.224
SUB-REGIÃO DE JAÚ			
Bariri	174	624	1.186.351
Barra Bonita	192	813	1.601.012
Bocaina	50	153	223.039
Boracéia	18	58	78.326
Dois Córregos	113	347	652.906
Igaraçu do Tietê	46	155	267.541
Itaju	8	10	4.479
Itapuí	54	156	247.033
Jaú	616	2.551	7.912.038
Mineiros do Tietê	51	134	103.569

FONTE: FIBGE - Censo Comercial de São Paulo - 1980

ASPECTOS GERAIS DOS SERVIÇOS SEGUNDO OS
MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE BAURU - 1950

MUNICÍPIOS	TOTAL DOS SERVIÇOS*				
	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS (a)	PESSOAL OCUPADO DIRETAMENTE (b)	TAMANHO		RECEITA (c) EM CR\$1000,00
			b/a	c/a	
SUB-REGIÃO DE BAURU					
Agudos	174	143	2	50	3.666
Arealva	23	38	1	29	823
Avaí	32	56	2	43	1.387
Balbinos	-	-	-	-	-
Bauru	424	1.118	3	114	48.167
Cabrália Paulista	22	40	2	32	711
Duartina	79	190	2	53	4.149
Guarantã	26	61	2	50	1.293
Iacanga	42	102	2	44	1.855
Lençóis Paulista	53	114	2	88	4.644
Lucianópolis	-	-	-	-	-
Macatuba	20	35	2	36	715
Pederneiras	78	111	1	48	3.770
Pirajuí	105	236	2	71	7.469
Piratininga	60	90	1	36	2.168
Pongaí	20 (x)	44	2	38	767
Presidente Alves	25	37	1	48	1.212
Reginópolis	19	46	2	28	523
Ubirajara	7 (x)	23	3	61	426
Uru	-	-	-	-	-
SUB-REGIÃO DE LINS					
Cafelândia	84	157	2	55	4.616
Getulina	61	110	2	78	4.777
Guaíçara	-	-	-	-	-
Guaimbê	-	-	-	-	-
Júlio Mesquita	12 (x)	18	1	29	350
Lins	255	657	3	104	26.564
Promissão	101	217	2	62	6.220
Sabino	-	-	-	-	-
SUB-REGIÃO DE JAÚ					
Bariri	80	140	2	50	3.974
Barra Bonita	46	100	2	44	2.003
Bocaina	33	91	2	61	2.299
Boracéia	-	-	-	-	-
Dois Córregos	47	69	1	40	1.876
Igaraçu do Tietê	-	-	-	-	-
Itaju	-	-	-	-	-
Itapuí	36	49	1	37	1.347
Jaú	173	414	2	105	18.750
Mineiros do Tietê	19	28	1	32	617

* Neste total incluem-se apenas os serviços de alojamento, alimentação, confecção e reparação e higiene pessoal. Os demais não são fornecidos pelo Censo para os municípios, isoladamente.

(x) Dados não fornecidos pelo Censo para garantir o sigilo censitário.

ASPECTOS GERAIS DOS SERVIÇOS SEGUNDO OS
MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE BAURU - 1960

MUNICÍPIOS	TOTAL DOS SERVIÇOS *				RECEITA (c) EM CR\$1000,00
	NÚMERO DE ESTABELECI- MENTOS (a)	PESSOAL OCUPADO DIRETAMENTE (b)	TAMANHO		
			b/a	c/a	
SUB-REGIÃO DE BAURU					
Agudos	73	167	2	317	23.129
Arealva	46	67	2	216	9.923
Avaí	17	26	2	227	3.860
Balbinos	5	6	1	235	1.173
Bauru	584	1.477	3	604	352.983
Cabrália Paulista	15	23	2	163	2.527
Duartina	84	125	2	260	21.824
Guarantã	84	51	1	78	65.590
Iacanga	47	85	2	170	7.969
Lençóis Paulista	80	225	3	317	23.129
Lucianópolis	10	15	2	243	2.434
Macatuba	24	49	3	266	6.384
Pederneiras	119	230	2	340	41.434
Pirajuí	136	258	2	368	50.038
Piratininga	51	94	2	215	10.958
Pongai	31	45	2	181	5.614
Presidente Alves	27	44	2	193	5.199
Reginópolis	23	43	2	194	4.459
Ubirajara	15	31	2	282	4.229
Uru	9	13	1	176	1.583
SUB-REGIÃO DE LINS					
Cafelândia	116	178	2	250	28.983
Getulina	70	127	2	206	14.425
Guaíçara	16	19	1	125	2.001
Guaimbê	26	46	2	276	7.177
Júlio Mesquita	24	31	1	166	3.987
Lins	279	563	2	455	126.860
Promissão	120	218	2	184	22.086
Sabino	30	39	1	174	5.210
SUB-REGIÃO DE JAÚ					
Bariri	94	148	2	263	24.687
Barra Bonita	75	269	4	797	59.052
Bocaina	42	90	2	269	11.289
Boracéia	7	8	1	206	1.439
Dois Córregos	80	117	2	247	19.784
Igaraçu do Tietê	29	54	2	321	9.310
Itaju	11	16	2	173	1.903
Itapuí	44	70	2	343	15.104
Jaú	279	494	2	45	115.169
Mineiros do Tietê	33	55	2	191	6.311

* Neste total incluem-se apenas os serviços de alojamento, alimentação, confecção e reparação e higiene pessoal. Os demais não são fornecidos pelo Censo para os municípios, isoladamente.

ASPECTOS GERAIS DOS SERVIÇOS SEGUNDO OS
MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE BAURU - 1970

MUNICÍPIOS	TOTAL DOS SERVIÇOS*				
	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS (a)	PESSOAL OCUPADO DIRETAMENTE (b)	TAMANHO		RECEITA (c) EM CR\$1000,00
			b/a	c/a	
SUB-REGIÃO DE BAURU					
Agudos	88	143	2	15	1.289
Arealva	26	40	2	15	391
Avaí	14	24	2	11	155
Balbinos	3	4	1	8	23
Bauru	850	2.201	3	31	26.616
Cabrália Paulista	14	25	2	7	102
Duartina	65	108	2	15	952
Guarantã	15	19	1	9	136
Iacanga	43	77	2	11	510
Lençóis Paulista	72	206	3	37	2.631
Lucianópolis	4	7	2	15	58
Macatuba	22	45	2	19	408
Pederneiras	103	153	2	15	1.557
Pirajuí	147	258	2	18	2.697
Piratininga	57	94	2	18	1.052
Pongaí	13	14	1	16	210
Presidente Alves	10	18	2	12	121
Reginópolis	25	43	2	14	339
Ubirajara	10	10	1	6	63
Uru	3	4	1	8	23
SUB-REGIÃO DE LINS					
Cafelândia	91	120	1	11	1.015
Getulina	52	76	2	11	572
Guaíçara	14	22	2	16	220
Guaimbê	22	25	1	11	251
Júlio Mesquita	7	11	2	10	72
Lins	320	1.082	3	51	16.293
Promissão	117	208	2	16	1.835
Sabino	18	26	1	13	239
SUB-REGIÃO DE JAÚ					
Bariri	83	190	2	17	1.418
Barra Bonita	111	473	4	43	4.741
Bocaina	49	76	2	15	730
Boracéia	7	11	2	15	102
Dois Córregos	86	124	1	16	1.405
Igaraçu do Tietê	39	66	2	18	704
Itaju	3	3	1	2	7
Itapuí	35	66	2	16	545
Jaú	371	699	2	26	9.467
Mineiros do Tietê	23	28	1	14	329

* Neste total incluem-se apenas os serviços de alojamento, alimentação, confecção e reparação e higiene pessoal. Os demais não são fornecidos pelo Censo para os municípios, isoladamente.

ASPECTOS GERAIS DOS SERVIÇOS SEGUNDO OS
MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE BAURU - 1980

MUNICÍPIOS	TOTAL DOS SERVIÇOS*				
	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS (a)	PESSOAL OCUPADO DIRETAMENTE (b)	TAMANHO		RECEITA (c) EM CR\$1000,00
			b/a	c/a	
SUB-REGIÃO DE BAURU					
Agudos	163	532	3	1.014	165.353
Arealva	60	95	2	405	24.323
Avaí	34	55	2	299	9.827
Balbinos	4	5	1	416	1.664
Bauru	1.505	5.758	4	1.584	2.385.380
Cabrália Paulista	12	23	2	635	8.221
Duartina	88	182	2	470	41.383
Guarantã	20	39	2	594	11.886
Iacanga	46	116	3	726	33.388
Lençóis Paulista	176	611	4	1.611	283.494
Lucianópolis	11	16	2	408	4.492
Macatuba	40	262	7	1.162	46.472
Pederneiras	142	1.361	10	1.742	247.322
Pirajuí	183	389	2	841	153.914
Piratininga	48	84	2	662	31.483
Pongai	16	36	2	703	11.247
Presidente Alves	17	34	2	810	13.771
Reginópolis	30	70	2	473	14.176
Ubirajara	17	28	2	244	4.154
Uru	4	5	1	347	1.389
SUB-REGIÃO DE LINS					
Cafelândia	115	249	2	456	52.461
Getulina	73	118	2	522	38.095
Guaíçara	14	51	4	760	10.638
Guaimbê	28	55	2	445	12.466
Júlio Mesquita	13	27	2	446	5.793
Lins	430	1.469	3	1.507	647.953
Promissão	131	302	2	611	80.009
Sabino	23	46	2	572	13.163
SUB-REGIÃO DE JAÚ					
Bariri	136	423	3	697	94.746
Barra Bonita	203	1.902	9	3.559	740.169
Bocaina	61	288	5	1.063	64.865
Boracéia	12	171	14	2.595	31.145
Dois Córregos	109	269	3	964	105.074
Igaraçu do Tietê	84	2.302	27	8.108	681.049
Itaju	7	8	1	261	1.824
Itapuã	48	204	4	975	46.797
Jaú	634	1.832	3	1.186	751.742
Mineiros do Tietê	61	181	3	726	33.388

* Neste total incluem-se apenas os serviços de alojamento, alimentação, confecção e reparação e higiene pessoal. Os demais não são fornecidos pelo Censo para os municípios, isoladamente.

COMPARAÇÃO ENTRE O VALOR DA RECEITA DO SETOR DE COMÉRCIO E SERVIÇOS E O VALOR DA TRANSFORMAÇÃO E PRODUÇÃO INDUSTRIAIS SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE BAURU - 1950

MUNICÍPIOS	SETOR TERCIÁRIO *		VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL V.T.I.	VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL V.P.I.
	RECEITA (RT)	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	EM CR\$1000,00	EM CR\$1000,00
	EM CR\$1000,00			
SUB-REGIÃO DE BAURU				
Agudos	26.464	146	24.863	50.081
Arealva	4.119	56	662	1.034
Avai	11.330	70	5.405	23.061
Balbinos	-	-	-	-
Bauru	610.671	804	80.746	228.817
Cabrália Paulista	4.613	39	7.688	21.540
Duartina	44.102	156	20.026	68.090
Guarantã	14.353	58	13.150	86.569
Iacanga	11.412	87	2.285	7.046
Lençóis Paulista	28.367	105	18.033	43.237
Lucianópolis	-	-	-	-
Macatuba	5.490	38	4.729	10.555
Pederneiras	42.032	171	10.176	19.038
Pirajuí	101.067	246	35.354	127.571
Piratininga	21.059	103	13.739	60.988
Pongai	7.534	45	3.573	8.677
Presidente Alves	14.237	46	8.251	32.070
Reginópolis	3.050	41	868	3.394
Ubirajara	1.741	18	362	712
Uru	-	-	-	-
SUB-REGIÃO DE LINS				
Cafelândia	76.808	182	19.570	61.226
Getulina	49.648	131	11.033	57.403
Guaíçara	-	-	-	-
Guaimbê	-	-	-	-
Júlio Mesquita	3.727	29	5.975	19.676
Lins	265.319	505	43.877	127.644
Promissão	92.183	183	16.130	55.787
Sabino	-	-	-	-
SUB-REGIÃO DE JAÚ				
Bariri	37.483	193	6.760	18.240
Barra Bonita	14.095	98	23.372	39.435
Bocaina	14.370	81	2.084	5.915
Boracéia	-	-	-	-
Dois Córregos	29.975	121	8.156	15.265
Igaraçu do Tietê	-	-	-	-
Itaju	-	-	-	-
Itapuí	11.218	95	5.719	23.639
Jaú	149.482	437	37.600	110.028
Mineiros do Tietê	5.199	45	1.249	4.601

* No setor terciário incluem-se apenas as atividades consideradas nas tabelas 23 e 29.

COMPARAÇÃO ENTRE O VALOR DA RECEITA DO SETOR DE COMÉRCIO E SERVIÇOS E O VALOR DA TRANSFORMAÇÃO E PRODUÇÃO INDUSTRIAIS SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE BAURU - 1960

MUNICÍPIOS	SETOR TERCIÁRIO *		VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL V.T.I.	VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL V.P.I.
	RECEITA (R\$)	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	EM CR\$1000,00	EM CR\$1000,00
	EM CR\$1000,00			
SUB-REGIÃO DE BAURU				
Agudos	173.781	154	228.466	384.044
Arealva	38.991	82	8.151	11.227
Avaí	31.995	38	14.677	37.456
Balbinos	10.423	13	35	36
Bauru	5.840.799	1.188	686.629	2.472.050
Cabrália Paulista	25.194	31	2.688	9.633
Duartina	360.303	163	44.451	139.203
Guarantã	64.023	113	7.897	43.046
Iacanga	78.286	87	25.271	60.220
Lençóis Paulista	419.796	162	182.234	456.176
Lucianópolis	21.986	25	1.454	3.746
Macatuba	81.850	48	97.553	317.041
Pederneiras	275.924	238	80.096	109.974
Pirajuí	581.178	248	72.931	177.468
Piratininga	78.398	96	98.058	300.572
Pongai	36.800	52	1.643	3.100
Presidente Alves	60.284	48	539	1.763
Reginópolis	36.385	43	364	11.686
Ubirajara	26.265	39	611	982
Uru	9.785	14	133	150
SUB-REGIÃO DE LINS				
Cafelândia	447.768	208	85.091	167.308
Getulina	177.564	142	30.718	96.343
Guaiçara	22.144	34	13.500	34.415
Guaimbê	47.564	51	7.628	49.197
Júlio Mesquita	21.066	38	3.705	6.840
Lins	1.175.766	487	165.514	552.330
Promissão	531.041	223	41.434	164.514
Sabino	21.202	56	2.412	3.062
SUB-REGIÃO DE JAÚ				
Bariri	357.036	239	165.579	512.387
Barra Bonita	250.906	151	713.751	1.072.765
Bocaina	78.851	76	33.528	96.624
Boracéia	11.035	19	8.476	53.276
Dois Córregos	149.581	180	74.286	160.016
Igaraçu do Tietê	53.344	55	26.107	43.137
Itaju	15.985	31	1.121	1.734
Itapuí	97.781	99	13.912	35.119
Jaú	1.280.381	609	464.710	1.014.010
Mineiros do Tietê	47.810	65	4.878	17.947

* No setor terciário incluem-se apenas as atividades consideradas nas tabelas 24 e 30.

COMPARAÇÃO ENTRE O VALOR DA RECEITA DO SETOR DE COMÉRCIO E SERVIÇOS E O VALOR DA TRANSFORMAÇÃO E PRODUÇÃO INDUSTRIAIS SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE BAURU - 1970

MUNICÍPIOS	SETOR TERCIÁRIO *		VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL V.T.I.	VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL V.P.I.
	RECEITA (RT)	NÚMERO DE ESTABELECI- MENTOS		
	EM CR\$1000,00		EM CR\$1000,00	EM CR\$1000,00
SUB-REGIÃO DE BAURU				
Agudos	16.607	182	33.330	47.406
Arealva	2.750	66	347	562
Avaí	2.438	33	285	2.361
Balbinos	202	6	-	-
Bauru	682.142	1.979	51.142	160.790
Cabrália Paulista	212	28	116	807
Duartina	11.344	140	1.189	3.393
Guarantã	2.983	34	34	523
Iacanga	3.717	95	539	1.379
Lençóis Paulista	42.472	211	17.036	44.796
Lucianópolis	567	12	481	3.467
Macatuba	5.677	51	23.640	45.711
Pederneiras	15.087	224	4.572	6.722
Pirajuí	27.857	273	519	1.402
Piratininga	5.457	102	5.113	17.905
Pongai	1.543	30	48	123
Presidente Alves	1.440	25	123	491
Reginópolis	2.464	54	66	129
Ubirajara	818	30	1.579	3.807
Uru	264	7	(x)	(x)
SUB-REGIÃO DE LINS				
Cafelândia	25.242	176	3.255	10.066
Getulina	5.172	106	686	2.763
Guaíçara	1.200	25	322	965
Guaimbê	2.774	43	796	1.275
Júlio Mesquita	1.053	24	(x)	(x)
Lins	120.031	640	13.472	58.853
Promissão	27.295	242	3.004	7.560
Sabino	1.990	39	151	274
SUB-REGIÃO DE JAÚ				
Bariri	58.057	257	12.005	60.341
Barra Bonita	25.575	259	29.077	77.800
Bocaina	7.059	98	3.274	14.660
Boracéia	936	27	762	237
Dois Córregos	11.146	230	6.620	16.322
Igaraçu do Tietê	4.063	82	1.289	1.759
Itaju	499	16	13	29
Itapuá	6.404	93	1.214	2.177
Jaú	139.027	864	71.915	152.108
Mineiros do Tietê	2.586	65	1.491	2.999

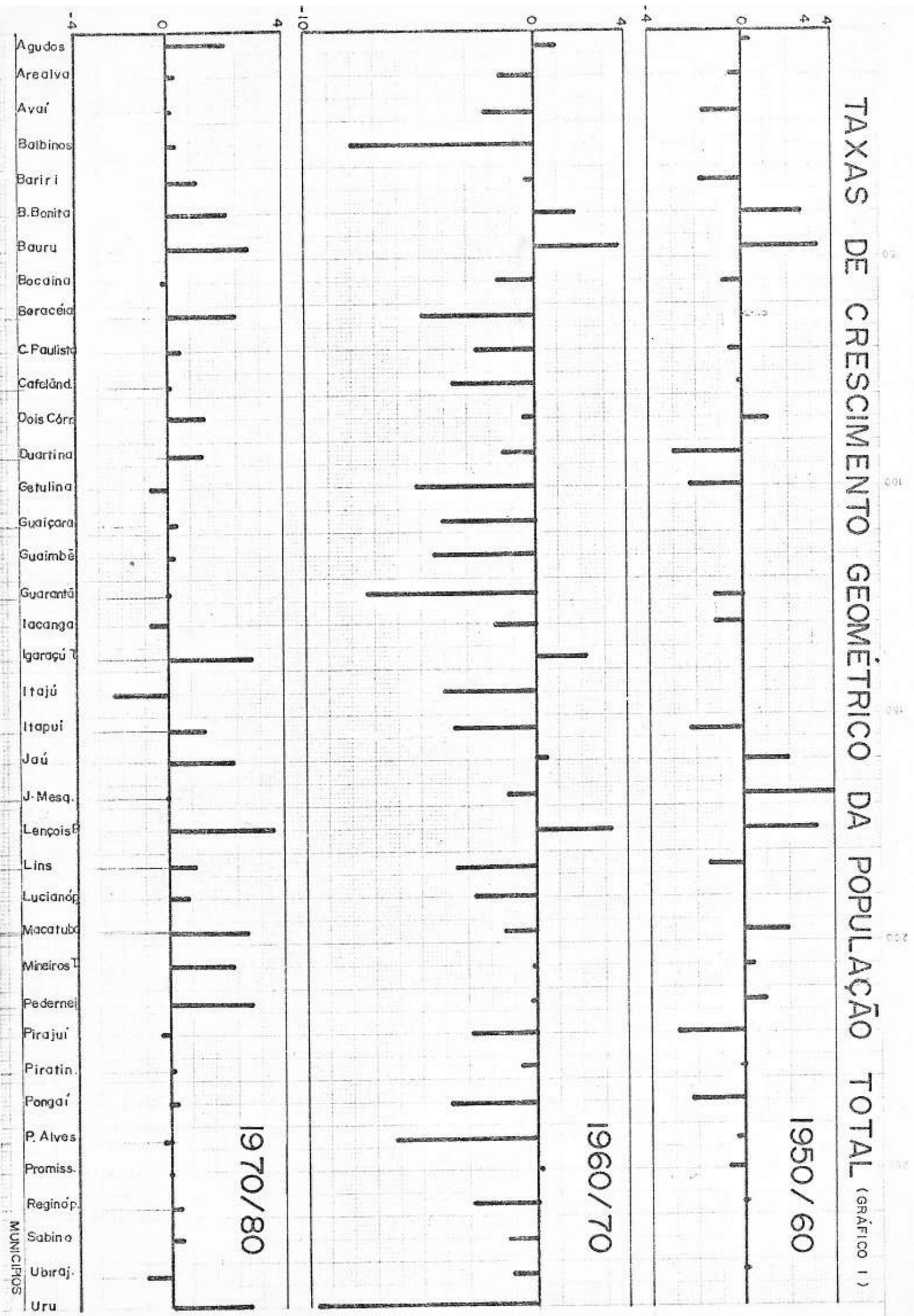
* No setor terciário incluem-se apenas as atividades consideradas nas tabelas 26 e 31.

COMPARAÇÃO ENTRE O VALOR DA RECEITA DO SETOR DE COMÉRCIO E SERVIÇOS E O VALOR DA TRANSFORMAÇÃO E PRODUÇÃO INDUSTRIAIS SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE BAURU - 1980

MUNICÍPIOS	SETOR TERCIÁRIO *		VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL V.T.I.	VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL V.P.I.
	RECEITA (RP)	NÚMERO DE ESTABELECI- MENTOS	EM CR\$1000,00	EM CR\$1000,00
	EM CR\$1000,00			
SUB-REGIÃO DE BAURU				
Agudos	801.683	258	2.276.642	5.289.313
Arealva	199.565	93	13.367	23.831
Avaí	53.741	55	(x)	(x)
Balbinos	9.422	7	-	-
Bauru	37.232.994	2.667	4.962.689	12.669.739
Cabrália Paulista	69.727	21	50.124	90.311
Duartina	480.286	174	155.964	341.633
Guarantã	100.233	39	1.706	2.660
Iacanga	193.244	94	26.402	33.103
Lençóis Paulista	2.438.927	375	3.436.995	7.956.337
Lucianópolis	36.710	20	11.223	27.738
Macatuba	545.320	84	3.182.074	809.520
Pedemeiras	1.602.949	302	1.067.644	3.412.131
Pirajuí	1.272.082	316	60.226	113.427
Piratininga	270.997	89	67.816	220.565
Pongaí	88.591	34	4.764	6.346
Presidente Alves	72.494	30	123.015	245.349
Reginópolis	130.135	43	5.973	8.595
Ubirajara	42.945	37	26.212	110.717
Uru	5.868	12	(x)	(x)
SUB-REGIÃO DE LINS				
Cafelândia	640.686	235	196.286	546.671
Getulina	222.988	118	77.474	750.447
Guaiçara	64.031	27	26.759	85.829
Guainê	105.110	46	6.648	83.434
Júlio Mesquita	42.577	31	2.049	2.783
Lins	5.175.652	762	491.663	3.767.549
Promissão	1.043.333	237	70.493	264.334
Sabino	75.387	44	25.986	133.973
SUB-REGIÃO DE JAÚ				
Bariri	1.281.097	310	1.151.346	6.392.097
Barra Bonita	2.341.181	400	2.835.826	8.816.371
Bocaina	287.904	111	57.157	161.080
Boracéia	109.471	30	6.052	11.833
Dois Córregos	757.980	222	304.819	1.333.818
Igaraçu do Tietê	948.590	130	56.997	81.697
Itaju	21.415	15	(x)	(x)
Itapuã	293.830	102	186.033	322.365
Jaú	8.663.780	1.240	6.298.905	11.767.377
Mineiros do Tietê	161.097	112	(x)	(x)

* No setor terciário incluem-se apenas as atividades consideradas nas tabelas 28 e 32.

TAXAS DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO DA POPULAÇÃO TOTAL (GRÁFICO 1)



MUNICÍPIOS

A G R A D E C I M E N T O S

Terminando este trabalho, quero tornar público meus agradecimentos a:

"Gilda Collet Bruna, mais do que uma orientadora, uma amiga"

"Diretoria e Administração da FAU, FAPESP e CAPES, pelos recursos materiais que auxiliaram a realização deste trabalho"

"Ulisses Pollastrini Vargas, meu marido, pelo estímulo, colaboração, grandes discussões e, pelo apoio financeiro, sem a ajuda do qual, esta etapa não teria sido cumprida"

"À minha amiga Ivete Garcia, a qual recorri para as revisões do inglês"

"Maria Leonora de Melo, pelo cuidadoso trabalho de datilografia"

"E, mais uma vez ao meu marido, e filhos Tiago e Ana Carolina, de quem roubei horas de convívio"

São Paulo, dezembro de 1985

HELIANA COMIN VARGAS